Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Comunicação Social

João Guilherme Bastos dos Santos

Em nome da Humanidade: tecnologias da comunicação, interação e ação política transnacional na Avaaz

Rio de Janeiro
2015

João Guilherme Bastos dos Santos

Em nome da Humanidade: tecnologias da comunicação, interação e ação política transnacional na Avaaz

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Tecnologias da Comunicação e Cultura.

Orientadora: Prof.ª Dra. Alessandra Aldé

Rio de Janeiro

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S237 Santos, João Guilherme Bastos dos.
Em nome da Humanidade: tecnologias da comunicação, interação e ação política transnacional na Avaaz / João Guilherme Bastos dos Santos. – 2015.
201 f.

Orientadora: Alessandra Aldé.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social.

1. Comunicação Social – Teses. 2. Política – Teses. 3. Estado – Teses. I. Aldé, Alessandra. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social. III. Título.

es CDU 316.77:32(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____
Assinatura Data

João Guilherme Bastos dos Santos

Em nome da Humanidade: tecnologias da comunicação, interação e ação política transnacional na Avaaz

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Tecnologias da Comunicação e Cultura.

Aprovada em 20 de fevereiro de 2015.

Banca Examinadora

_____

Prof. Dra. Alessandra Aldé (Orientadora)

Faculdade de Comunicação Social – UERJ

_____

Prof. Dr. Erick Felinto

Faculdade de Comunicação Social – UERJ

_____

Prof. Dr. Fernando Lattman-Weltman

Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Rio de Janeiro

2015

RESUMO

SANTOS, João Guilherme Bastos. *Em nome da Humanidade*: Tecnologias da comunicação, interação e ação política transnacional na Avaaz. 2015. 201 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

Esta dissertação tem como objeto campanhas políticas nacionais e transnacionais encampadas pela organização transnacional Avaaz, analisadas empiricamente através de uma metodologia que combina extração de metadados de redes sociais online, cruzamento de dados para composição e reprodução gráfica das redes a serem analisadas, entrevistas com profissionais envolvidos nas campanhas e imersão como voluntário na organização. Buscamos com isso uma contrapartida empírica para diferentes discussões sobre problemas teóricos e práticos decorrentes da tensão entre ação política transnacional, as regras e dinâmicas do Estado nacional e sistemas representativos formais e informais. Fundamentamos epistemologicamente esta proposta através de uma articulação entre os postulados epistemológicos da retórica e da pragmática da comunicação, problematizando a relação entre humanitarismo, universalismo e tecnologia.

Palavras-chave: Redes transnacionais de ação política. Representação não eleita. Estado nação. Interação online. Avaaz.

ABSTRACT

SANTOS, João Guilherme Bastos. "*On Behalf of Humankind": communication technologies, interaction and political action at Avaaz.* 2015. 201 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

The aim of this dissertation is to give an empirical answer to theoretical and practical questions associated with transnational political action, particularly with the latter problems regarding the rules and dynamics of the nation state and both formal and informal representative systems. To do so, we develop a multidisciplinary theoretical framework and analyze Avaaz national and transnational campaigns empirically, using a methodology that combines online social network sites metadata extraction, data crossing, composition of graphic networks with this data, interviews and an immersion as a volunteer at Avaaz during a campaign in Rio. Our epistemological background includes rhetoric and pragmatics of communication, putting in question the relations between technology, universalism and humanitarianism.

Key words: Transnational networks of political action. Non-elected representation. Nation state. Online interaction. Avaaz

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Sites acessados imediatamente antes da visita a Avaaz.....137

Gráfico 2 - Variação na porcentagem dos 5 países com maior participação no total de acessos ao site Avaaz.org.....141

Gráfico 3 - Variação dos países com mais de 1% de participação na página da Avaaz no facebook.....142

Figura 1 - Esquema simplificado mostrando possível rede com 12 membros e 5 postagens.....170

Figura 2 - Grafo do mês de fevereiro feito com Gephi 0.8.2-beta e dados extraídos da Avaaz (facebook).....171

Figura 3 - Rede de postagem pela libertação dos 30 ativistas presos na Rússia em grafo feito com Gephi 0.8.2-beta usando dados da página da Avaaz no facebook ao lado da postagem correspondente.....172

Figura 4 - Redes segmentadas de diferentes postagens em grafo feito com Gephi 0.8.2-beta utilizando dados extraídos da página da Avaaz (facebook) e prints das postagens correspondentes.....172

Figura 5 - Rede de postagem em alemão sobre resgate de australiano em Dubai em grafo feito com Gephi 0.8.2-beta utilizando dados extraídos da página da Avaaz no facebook e print da postagem correspondente.....173

Figura 6 - Rede segmentada turca contra condenação de 538 pessoas a morte em grafo feito com Gephi 0.8.2-beta utilizando dados extraídos da página da Avaaz (facebook) e print da postagem correspondente.....173

Figura 7 - Comparação de grafos feitos no mês de outubro com dados extraídos da página da Avaaz (facebook) destacando participantes brasileiros.....176

Figura 8 - Rede da People Climate March em grafo feito com dados extraídos da página da Avaaz no facebook e print do post correspondente.....177

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....7
1 FUNDAMENTAÇÃO EPISTEMOLÓGICA: A RETÓRICA DA RAZÃO – TECNOLOGIA, OBJETIVIDADE E HUMANITARISMO EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA.....11
1.1 Retórica, pragmática e epistemologia.....11
1.2 Desdobramentos políticos do estatuto epistemológico da retórica.....16
1.3 Para além da razão iluminista: concepções coletivas de racionalidade em comunicação e política.....25
1.4 As palavras sem boca: tecnologia e universalismo das metáforas bélicas a redes elétricas.....42
1.5 A ascensão da rede: a esfera técnica como falso panteão da objetividade.....54
1.6 Internet como arena de debates: contingências técnicas da interação mediada.....62
2 'EM NOME DA HUMANIDADE': DIREITOS HUMANOS E ASSOCIAÇÕES DE AÇÃO COLETIVA TRANSNACIONAL.....78
2.1 Estado, governo, nação: entre a estrutura institucional do Estado nacional e a dimensão transnacional da interação em rede.....79
2.2 "Em nome da humanidade": direitos humanos e as limitações do Estado nacional.....97
2.3 "Precisamos agir, agora": urgência e as associações de ação política transnacional.....118
3 "AVAAZ.ORG – O MUNDO EM AÇÃO".....132
3.1 "O maior movimento global online da história".....134
3.2 Caminhos do tráfego online até a Avaaz.....137
3.3 Oscilação de países que acessam Avaaz.org e participam no facebook.....140
3.4 Pesquisas, campanhas, legitimidade e reconhecimento político.....144
3.5 Avaaz: uma rede transnacional de redes de ação política.....168
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....190
REFERÊNCIAS.....195

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto campanhas políticas transnacionais encampadas pela organização Avaaz, analisadas empiricamente através de uma metodologia que combina extração de metadados de redes sociais online, cruzamento de dados para composição e reprodução gráfica das redes transnacionais a serem analisadas, entrevistas com profissionais envolvidos nas campanhas e imersão como voluntário na organização. Buscamos com isso uma contrapartida empírica para diferentes discussões sobre problemas teóricos e práticos decorrentes da tensão entre ação política transnacional, as regras e dinâmicas do Estado nacional e sistemas representativos formais e informais. Fundamentamos epistemologicamente esta proposta através de uma articulação entre os postulados epistemológicos da retórica e da pragmática da comunicação, problematizando a relação entre humanitarismo, universalismo e tecnologia.

O papel das tecnologias de comunicação no crescimento e inserção de organizações transnacionais em processos de tomada de decisões políticas em diversos países, incluindo o Brasil, torna necessária uma revisão e análise das perspectivas teóricas sobre modalidades ação política não eleita em nível transnacional. Considerando a importância da interação online e de debates mediados para circulação de campanhas transnacionais e inserção de suas posições em esferas de tomada de decisão, propomos uma articulação entre os postulados epistemológicos da retórica e da pragmática da comunicação – com suas críticas ao universalismo e propostas sobre comunicação, que podem nos ajudar a entender as contingências envolvidas na interação online perpassando diferentes culturas – com estudos sobre a relação entre tecnologias da comunicação, interação e ação política online.

A estigmatização da prática retórica enquanto caminho para manipulação e engano possui uma historicidade, bem como as expectativas universalistas em relação ao avanço tecnológico e à possibilidade de cobrir o mundo com "redes" que supostamente possibilitariam uma consciência e ação política em escala global, e ambas nos interessam por envolverem tanto a legitimação do tipo de organização estudada na esfera política quanto a legitimidade de nossas discussões acadêmicas sobre tecnologias da comunicação e política. Se por um lado a estigmatização da retórica influi tanto no afastamento entre deliberação e tomada de decisão, quanto na rejeição dos estudos da área como base epistemológica, por outro, a ideia de que o avanço das tecnologias da comunicação solucionaria os problemas

políticos da “humanidade” permeia tanto o imaginário de ativistas quanto algumas propostas acadêmicas envolvendo internet e política.

Após revisão bibliográfica e articulação de diferentes correntes teóricas que podem nos ajudar a entender este tema, nos dedicamos a um estudo de caso tomando como referência a Avaaz, organização transnacional que faz campanhas simultâneas em 17 línguas diferentes, com cerca de 40,7 milhões de membros (medição feita dia 16 de janeiro de 2015) em mais de 190 países.

A proposta da primeira parte da dissertação que pode ser dividida em quatro tópicos envolvendo uma revisão bibliográfica que contempla: (1a) consequências das propostas epistemológicas da retórica e da pragmática para produção de conhecimento e compreensão da tomada de decisão política, bem como diferentes conceitos de *racionalidade* compatíveis com estas vertentes; (1b) a relação entre o estatuto epistemológico da retórica e as tecnologias da comunicação, considerando as metáforas que estruturam conceitos utilizados para entender esta relação em diferentes momentos; (1c) a ascensão da metáfora da *rede* como modo de compreensão das tecnologias da comunicação anteriores à internet e sua relação com expectativas universalistas otimistas com relação à internet tanto no campo político quanto no científico; e (1d) análise das contingências técnicas relacionadas ao funcionamento da internet, que condicionam a interação mediada por tecnologias online e estão em franca oposição ao otimismo universalista, o que fica claro na incompatibilidade das metáforas que estruturam conceitos utilizados para dar conta desta tecnologia no campo político, científico e jurídico.

De acordo com o reconhecimento da possibilidade de produzir conhecimento através da exposição pública de qualquer argumento à contradição, as teorias políticas valorizam ou descartam a formulação das preferências dos cidadãos em modalidades de debate e deliberação, e sua legitimidade nos processos de tomada de decisão se torna mais ou menos restrita à esfera institucional. Como citado anteriormente, isso afeta não apenas a noção de que inserção dos discursos que analisamos em processos formais de tomada de decisão seja legítima ou ilegítima, mas nossas próprias opções na esfera acadêmica.

A segunda parte da dissertação pode ser dividida em três eixos principais: (2a) a tensão entre a escala transnacional de iniciativas de pressão política e as limitações da estrutura institucional dos estados nacionais, partindo do pressuposto de que a dinâmica política dos estados nacionais não pode ser entendida tomando em consideração apenas aquilo que está contido em suas fronteiras nacionais; (2b) problematização dos usos do ideal humanitário por Estados e organizações, a institucionalização de direitos humanos em acordos internacionais e

a proliferação de identidades que ultrapassam a esfera nacional; (2c) diferentes lógicas de apropriação das tecnologias da comunicação relacionadas com interesses, hábitos de exposição ao desacordo político e aquisição de informações, formação de redes de ação política com topologias diversas.

A atuação de organizações que envolvem diferentes sociedades civis e suas apropriações da internet pressionando governos nacionais e organizações internacionais torna palpável a tensão entre a escala transnacional deste tipo de iniciativas de pressão política e as limitações políticas das instituições e mecanismos de governo dos estados nacionais. Partimos do pressuposto de que os estados nacionais não podem ser considerados como entidades isoladas e que as redes internacionais nas quais sua dinâmica política está imersa, em termos econômicos, coercivos e políticos, se estendem muito além de suas fronteiras (THOMPSON, 1999).

Há um esforço por parte de organismos internacionais no sentido de definir em que ponto o desrespeito a direitos humanos universais pode ser entendido como não cumprimento do estado de direito, e as diferentes tensões entre esta questão e a soberania nacional. Uma vez definidos estes direitos, a ascensão de associações que se atribuem o papel de vigilantes de violações em diferentes Estados, apelando a organizações internacionais, é consideravelmente impulsionada pela popularização do acesso à internet. Soma-se a isso a intensificação dos fluxos migratórios e circulação de elementos identitários que superam o escopo dos estados nacionais tomados isoladamente.

Neste sentido, buscamos contribuições dos estudos sobre interação mediada para a compreensão da dinâmica das articulações que ocorrem no cenário internacional com o auxílio de tecnologias da comunicação. Estas modalidades de ação coletiva podem ser entendidas como indício da expansão do escopo de ação política de diversas sociedades civis através da constituição de redes transnacionais com baixos custos de manutenção, aumentando o poder negativo dos cidadãos e sua inserção na tomada de decisão política. O engajamento da sociedade civil de diferentes países passa, no entanto, por condicionantes não apenas técnicos, mas também por questões de interesse, disponibilidade, hábitos de consumo de mídia, exposição ao desacordo político, muitas vezes perpassando a dimensão narcisista que marca boa parte da interação mediada por redes sociais online.

Por fim, a terceira deste trabalho busca ilustrar desdobramentos práticos das discussões sobre organizações transnacionais presentes nos capítulos anteriores através de uma análise empírica tomando como referência a organização Avaaz. Esta análise será feita com base (3a) nos dados obtidos em entrevista ao diretor de campanhas da organização no

Brasil;(3b) na imersão de um mês como voluntário da Avaaz na organização da Caminhada pelo Clima, braço brasileiro da *People Climate March*; (3c) na última prestação de contas feitas por esta organização, enquanto organização sem fins lucrativos nos termos do Código Tributário Federal dos Estados Unidos; (3d) na pesquisa anual de 2014, feita para definir as prioridades da organização campanhas seguintes;(3e) na análise das descrições que organização faz de si mesma em seu site; e (3f) na distribuição de usuários de diferentes nacionalidades em redes interpessoais de apoio associadas a postagens da página oficial da organização na rede social online *facebook*, com topologias específicas. A questões envolvidas com a legitimação da organização serão analisadas tomando como base em Grant e Keohane (2005), Urbinati (2006), Dryzek e Niemeyer (2008), Urbinati e Warren (2008), Fabrino (2008), Saward (2009) e Miguel (2012), em suas diferentes problematizações sobre ativismo transnacional e representação não eleita.

A grande rede de apoio (3f) composta pela circulação das campanhas em diferentes redes interpessoais conectadas com auxílio de tecnologias da comunicação, articulando diferentes nacionalidades e interesses, será analisada através da composição de *grafos* – imagens onde *nós* (ou *vértices*) representam os usuários e postagens, conectando os usuários às diferentes postagens nas quais ele participa através de *arestas* – feitos no programa *Gephi 0.8.2-beta*, com base no cruzamento dos dados extraídos mensalmente da página oficial da organização no facebook através do aplicativo *Netvizz v1.03* entre fevereiro de 2014 e janeiro de 2015. Para diferenciar as nacionalidades dos milhares de membros de cada rede e identificar variações de topologia, os membros serão representados por nós com cores diferentes de acordo com o seu país de origem.

1 FUNDAMENTAÇÃO EPISTEMOLÓGICA: A RETÓRICA DA RAZÃO – TECNOLOGIA, OBJETIVIDADE E HUMANITARISMO EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA.

Este capítulo pode ser dividido em quatro partes envolvendo uma revisão bibliográfica que contempla: as consequências das propostas epistemológicas da retórica e da pragmática para produção de conhecimento e compreensão da tomada de decisão política, bem como diferentes conceitos de *racionalidade* compatíveis com estas vertentes; a relação entre o estatuto epistemológico da retórica e as tecnologias da comunicação, considerando as metáforas que estruturam conceitos utilizados para entender esta relação em diferentes momentos; a ascensão da metáfora da *rede* como modo de compreensão das tecnologias da comunicação anteriores à internet e sua relação com expectativas otimistas com relação à internet tanto no campo político quanto no científico; e análise das contingências técnicas relacionadas ao funcionamento da internet que condicionam a interação mediada por tecnologias online, de modo incompatível com as metáforas que estruturam conceitos utilizados para dar conta desta tecnologia no campo político, científico e jurídico.

1.1 **Retórica, pragmática e epistemologia**

Em seus apontamentos sobre o desenvolvimento da história intelectual como campo acadêmico de pesquisa e ensino, Robert Darnton aponta o processo no qual uma das vertentes deste campo, a história cultural, busca interpretar qualitativamente a cultura através de uma atuação complementar com a antropologia (DARNTON, 2010). Os pesquisadores desta vertente defendem que o pensamento e o discurso político não devem ser entendidos como um "epifenômeno da organização social", mas como uma forma de organizar a experiência e transmitir significados por entre o conjunto de cidadãos, sendo necessário reconstruir estas linguagens para entender melhor o seu sentido histórico em cada período.

Isso fica claro na influente análise de Carlo Ginzburg feita a partir de registros do julgamento e condenação do moleiro alfabetizado Domenico Scandella, conhecido como Menocchio, pela Inquisição Europeia. Sem pretensões generalistas, o historiador afirma que o "jogo de metáforas" que marcam a arguição do moleiro, antes de um recurso retórico didático,

denota um entendimento quase literal de uma coisa nos termos de outra, mantendo clara relação com sua experiência cotidiana, e que a efervescência destas metáforas pode apontar sentidos mais profundos de sua fala e cultura (GINZBURG, 2006, p. 108). O trabalho relativiza a divisão entre cultura oral e cultura letrada apontando uma interação complexa entre ambas na interpretação e apropriação da escrita, ideia presente em inúmeras pesquisas sobre os desdobramentos da inserção da imprensa.

A ideia de que jogos de metáforas podem ser entendidos como indício de uma leitura de mundo específica, inerente à cultura que dá sentido a estas metáforas, está presente em importantes análises sobre a relação entre tecnologias da comunicação e política, notadamente na análise de Kathleen Jamieson (1990) sobre a relação entre retórica, discurso político e inovações tecnológicas nos Estados Unidos; nos estudos de Steven Johnson (2001) sobre as metáforas que condicionam e dão sentido a softwares de interface que se interpõe entre usuários do computador e o funcionamento binário de seus sistemas internos; e ainda no estudo de Oscar Gandy e Kenneth Neil (2010) sobre a alteração da jurisdição considerada aplicável a internet de acordo com as metáforas aceitas em diferentes intervenções nos julgamentos da Suprema Corte norte-americana.

Seguindo a definição de Chaïm Perelman, em uma perspectiva retórica, analogias e metáforas podem ser entendidas como tentativas de suscitar a respeito de um objeto ou tema reações iguais as que se sente comumente a respeito do outro objeto, em uma espécie de transferência de estruturas de sentido. Muito mais do que uma descrição poética do mundo, ela aponta estruturas de pensamento que atuam sobre a sensibilidade de forma particularmente eficaz e persuasiva quando se utilizam técnicas apropriadas. (PERELMAN, 1997, p. 336-337). É exatamente esta a proposição feita por George Lakoff e Mark Johnson em seus estudos cognitivos sobre *metáforas estruturais*, entendendo que o funcionamento cognitivo de certas metáforas estaria relacionado com a estruturação do entendimento parcial de uma coisa nos termos de outra, denotando uma forma de pensamento e leitura de mundo que seria inerente ao desenvolvimento da própria linguagem (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 194).

A análise dos cruzamentos entre história, linguagem e suportes tecnológicos utilizados na primeira parte deste trabalho mantém relação, direta ou indireta, com variações do conceito de *metáfora estrutural* nestes diferentes campos. Exemplos presentes em autores próximos ao campo da história cultural e seus estudos sobre tecnologias da comunicação, linguagem e a historicidade de metáforas estruturais são compatíveis tanto com a proposta de Perelman e dos estudos retóricos envolvendo epistemologia, quanto com a de Lakoff e Johnson em seus

estudos envolvendo neurolinguística e lingüística cognitiva, e nos interessam apenas neste sentido.

Perelman já havia ressaltado a necessidade de estudos do âmbito "psicológico" sobre o "modo como a *apresentação* de certos fatos os torna presentes na consciência, e por isso influi na eficácia de uma argumentação", possibilitando o estudo de muitas figuras tradicionais da retórica. (PERELMAN, 1997, p. 331). Seguindo a defesa de Stephen Toulmin, outra figura influente nos estudos sobre retórica e epistemologia:

> Métodos e procedimentos racionais não existem no ar, fora de seus verdadeiros raciocinadores; são coisas que são aprendidas, empregadas, às vezes até abandonadas, pelas pessoas que estão fazendo o raciocínio, e até esse ponto o campo da lógica está aberto, inevitavelmente, num lado, para o campo da psicologia (TOULMIN, 2001, p. 303).

O oposto também seria verdadeiro e os campos relacionados com a psicologia não poderiam ser considerados como algo inteiramente independente em relação ao campo da lógica e da retórica. No entanto, seria necessário evitar os equívocos geralmente relacionados com propostas de análise sobre as condições de conhecimento humano que muitas vezes propõem a resolução de questões de viés psicológico através de soluções de ordem lógica filosófica *a priori*, ou vice e versa (TOULMIN, 2001, p. 301).

Uma das obras basilares do que viria a ser o campo das teorias da comunicação, escrita por três pesquisadores do Instituto de Pesquisa Mental de Palo Alto, *Pragmática da Comunicação Humana: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação* é uma referência importante para o presente estudo. Reconhecendo as relações complexas entre diferentes âmbitos da interação humana, ao autores reconhecem que ela engloba os âmbitos *sintático* (ordenação, códigos, canais, ruído, propriedades estatísticas da linguagem), *semântico* (significação e sentido dos símbolos) e *pragmático* (comportamental). Embora sobrepostos, estes diferentes âmbitos estariam sendo estudados por diferentes áreas do conhecimento, estando a dimensão *sintática* entre os problemas de pesquisa do teórico da informação, a *semântica* entre os da filosofia e a *pragmática* entre os da psicologia social, incluindo o interesse dos autores em questão. Trata-se, portanto, da uma perspectiva marcada pelo problema da ação recíproca entre os inúmeros elementos da sociedade, da cooperação ao conflito: a *interação*.

Seguindo a proposta do pensamento pragmatista, a interação humana, compreendida como ações recíprocas ensejadas pelo conjunto de comportamentos humanos e outros elementos da sociedade envolvidos em determinada situação, da cooperação ao conflito,

constituiria um sistema aberto, aproximando-se dos seguintes pressupostos (WATZLAWICK et al, 2007, p. 113-115):

> (a) globalidade – as partes do sistema estão de tal modo relacionadas que a mudança em uma delas afeta as demais e, por tabela, o sistema total. Essa característica se opõe, portanto, à somatividade, ou seja, situações em que a alteração em uma parte não influência as demais, sendo estas independentes o bastante para manter uma relação de simples acumulação. Sistemas são caracterizados por não-somatividade e isso implica que um sistema não pode ser considerado como a soma de suas partes. Na globalidade, não é possível variar um só fator de cada vez mantendo todos os outros constantes. A interação é não-somativa, e seu aspecto relacional implica que o indivíduo não pode não comunicar uma vez que mesmo o silêncio é um comportamento significativo (WATZLAWICK et al, 2007, p. 113-114).
>
> (b) retroalimentação – a dinâmica do sistema tem um efeito retroativo sobre seu próprio funcionamento posterior, não necessariamente relacionado com as condições iniciais do sistema; e
>
> (c) equifinalidade – a associação entre globalidade e retroalimentação faz com que não se possa prever o "resultado" de um sistema aberto conhecendo apenas suas condições iniciais, como em um sistema fechado, e isso implica que um mesmo resultado pode advir de diferentes origens e condições. (WATZLAWICK et al, 2007, p. 115)

Nas palavras dos autores:

> Um sistema não pode ser considerado a soma de suas partes; com efeito, a análise formal de segmentos artificialmente isolados destruiria o próprio objeto de interesse. [...] Se o comportamento equifinal dos sistemas abertos se baseia em sua independência das condições iniciais, então não só muitas condições iniciais diferentes geram o mesmo resultado final mas resultados diferentes podem ser produzidos pelas mesmas 'causas' (WATZLAWICK et al, 2007, p. 113-116).

Seria precisamente o reconhecimento de que a interação humana constitui um sistema aberto, diferente da lógica matemática ou da física clássica, que teria emancipado as ciências dedicadas a este fenômeno dos modelos teóricos baseados em sistemas fechados, visto que estes últimos não mantém trocas com qualquer meio externo, são compatíveis com alterações em apenas um fator mantendo todos os demais idealmente constantes e obedecem a lógicas de somatividade e não-globalidade. Ao entender a comunicação como uma performance permanente da cultura que dá sentido à interação, esta vertente de pesquisa aponta o foco

individual instrumental de algumas pesquisas de comunicação como um estado "pré-copernicano". Os indivíduos estariam imersos em processos de comunicação que superam, em complexidade e consequências, as intenções e ações destes indivíduos tomados isoladamente. No lugar de algo subordinado à lógica *telegráfica* de envio e recebimento de informações, este entendimento da comunicação na sociedade assumiria a forma de uma vasta *orquestra cultural* na qual "cada um toca adaptando-se ao outro" (WINKIN, 1998, p. 14).

Diferentes atores envolvidos em uma interação calibram informalmente, através de inferências e impressões recíprocas, uma definição da situação que não implica um alinhamento com uma verdade superior e objetiva, mas com aquilo que, em sua pretensão de verdade, é verossimilhante o bastante para dar sentido ao conjunto de performances dos diferentes atores envolvidos em uma situação (GOFFMAN, 1985, p. 18). Nesta proposta, a identidade e a reputação não são buscadas no interior ou na superfície dos indivíduos, mas são entendidas como algo que se constrói em um repertório de relações. A ideia de que as situações possuem estruturas de sentido faz com que o conceito de *enquadramento* presente nos estudos pragmatistas se aproxime do conceito de *metáfora estrutural* em diversos pontos, e os dois conceitos podem ser utilizados de modo complementar (CASTELLS, 2011).

A atenção à verossimilhança de cada atuação em ambientes específicos sem buscar inferir uma verdade unívoca e atemporal a partir de sua aceitação é um dos pontos centrais dos estudos de retórica já em sua origem (REBOUL, 2004). Não surpreende que uma forte influência para pensadores centrais ao pragmatismo, particularmente a Erving Goffman, sejam os estudos sobre a *retórica geral da vida cotidiana* proposta por Kenneth Burke.

Esta associação teórica é importante para compreensão da retórica fora de debates formais, presentes nas interações cotidianas, bem como do papel das tecnologias da comunicação na interação humana e na ação política. Isso nos permite considerar redes interpessoais de discussão em sua dimensão política e compreender melhor seu relação com organizações transnacionais como a Avaaz. Soma-se a isso a tensão entre a interação humana enquanto sistema aberto e a esfera institucional dos estados nacionais como um tipo de sistema relativamente fechado.

1.2 **Desdobramentos políticos do estatuto epistemológico da retórica.**

A palavra retórica refere-se tanto ao ato de persuadir quando à análise dos atos de persuasão. Isso gera um paradoxo aparente, que fez com que a retórica fosse atacada tanto como prática quanto como disciplina por pensadores iluministas e precursores do iluminismo: se o discurso de um criminalista nunca é apresentado como um discurso de criminalidade, os discursos retóricos, por outro lado, são analisados por estudiosos da retórica que não ignoram o fato de serem responsáveis pela produção de novos discursos persuasivos para validar suas análises (LEACH, 2002).

Ao considerar a importância das variações culturais e das variações de auditórios para que um discurso possa ser verossimilhante, os estudos sobre retórica se afastam da defesa de uma verdade unívoca, atemporal e independente de qualquer contexto. Em um ambiente onde toda argumentação deve ser feita em nome da verdade e da ciência, a utilização de procedimentos de retórica capazes de esconder a si mesmos torna-se um instrumento persuasivo poderoso e passa a ser um objeto de estudo para autores que analisam epistemologia a partir da retórica (PERELMAN, 1997, p. 318).

Aceitar a relatividade de um discurso persuasivo faz com que a retórica não se disponha a analisar o universal ou verdadeiro e sim o particular, verossimilhante, o caráter contextual e temporal, específico e delimitado, da aceitação de alguns elementos como verdadeiros por determinado grupo em determinado contexto (REBOUL, 2004; WESTON, 2009; LEACH, 2002; GILL, 2002). Estes elementos fazem com que parte do pensamento iluminista associe retórica e persuasão com a dissimulação, a emoção, o engano, a "não-ciência", dando conotação pejorativa ao termo oratória a partir do séc. XIX (JAMIESON, 1990; PERELMAN, 1997).

Para Toulmin, fazer asserções sobre o passado remoto com base em dados do passado recente e do presente, asserções gerais sobre a natureza com base em resultados de experiências e observações restritas e específicas, ou saber sobre o que determinadas pessoas pensavam com base em citações do que escreveram ou fizeram, são afirmações que encadeiam em uma mesma linha de argumentação elementos de tipos lógicos diferentes, o que torna impossível alcançar o mesmo grau de exatidão, universalidade ou atemporalidade da lógica matemática. O fato de uma previsão sobre o futuro se mostrar equivocada, por exemplo, não implica que previsão estava equivocada, inconsistente ou injustificada na época e no contexto em que foi formulada e defendida (TOULMIN, 2001, p. 336).

O postulado oposto, da verdade científica como verdade unívoca, remonta a consideração das verdades científicas como um sistema superior, categórico e coerente, imune a limitações culturais ou contextuais e que resiste às especificidades do tempo, algo muito próximo ao estatuto das ideias divinas: pressupõe que suas questões são estruturadas e "formuladas em uma língua que corresponde exatamente às ideias divinas, e que toda linguagem que dela se afasta só pode gerar confusões e erros". (PERELMAN, 1997, p. 350)

Não se trata de algo relacionado apenas às limitações de nossos sentidos ou linguagem: só em um universo sem *tempo*, não haveria possibilidade de reconsiderar julgamentos a luz de circunstâncias, acontecimentos e contingências posteriores. A ideia de que argumentos tenham de ser julgados como válidos ou inválidos, sólidos ou não sólidos, independentemente da conjuntura de sua declaração, *de fora do tempo*, busca argumentos eternos muitas vezes associados a características de uma "*visão do olho de Deus"*. (TOULMIN, 2001, p. 337).

É importante notar que a questão da temporalidade é um dos pilares do estudo da argumentação. Mais que o tempo cronológico do debate, a temporalidade contextual do argumento é um fator essencial da dinâmica argumentativa. Diversos conceitos e procedimentos de *estabilização* têm por objetivo a minimização do papel destrutivo e criativo do tempo, subtraindo às normas, seres e suas ações seu aspecto temporal e instável (PERELMAN, 1999, p. 385): "A filosofia antiga fazia certamente um esforço considerável no sentido da intemporalidade; o Uno de Parmênides, as Idéias de Platão, a essência de Aristóteles, tudo isso eram manifestações desse esforço" (PERELMAN, 1999, p. 389).

Entender que a força dos argumentos não é independente de sua conjuntura histórica envolve a compreensão de que o que é considerado como juízo de valor em um momento pode ser considerado como juízo de realidade em outro. A variação na aceitação destes juízos no campo científico, por exemplo, faz com que a sociologia do conhecimento seja um campo frutífero para análises com foco na historicidade dos argumentos e na teoria da argumentação. O uso de generalizações é um exemplo de mecanismo utilizado para escapar da especificidade do tempo e, com isso, tornar normas incompatíveis ao dar simultaneidade a elementos originalmente isolados. Ser ora bom pai e ora bom patriota é perfeitamente viável, mas comportar-se como ambos, simultânea e incondicionalmente, pode gerar incompatibilidades (PERELMAN, 1999).

Na teoria política, a oposição moderna à retórica encontra seus contornos nos pedidos para que os cidadãos abrissem mão de sua capacidade individual de julgamento e reavaliação em prol de uma autoridade pública soberana absolutista, formulado por Hobbes. O autor

aceita o postulado retórico da incerteza inerente à tomada de decisão a partir de debates, mas o utilizaria contra a própria retórica, colocando, no lugar da necessidade de constante reavaliação, a necessidade de um julgamento unívoco que não esteja subordinado às limitações individuais de cada súdito. Neste sentido, a geometria ganha relevo no pensamento hobbesiano como refúgio da razão unívoca ao mesmo tempo em que o soberano figura como portador de julgamentos livres das amarras das paixões individuais.

Ele constrói uma noção de soberania em oposição à 'retórica puritana de consciência'. Esta última, influenciada pelo pensamento de Willian Perkins, diferencia *scire* (aquilo que pode ser alcançada por um homem sozinho) e *conscire* (aquilo conhecido mutuamente por duas ou mais pessoas), para defender que, como só Deus conheceria os pensamentos do homem, a *consciência* – derivada de *conscire* – só seria possível entre um homem e Deus. A relação entre um homem e seus julgamentos de consciência passa a ser inviolável e, em certo sentido, potencialmente dogmática:

> When Hobbes wrote about the dangers of "private judgment" He often had a particular sort of private judgment in mind – the private judgment of conscience. Appeals to conscience were the regular form of public preaching among the Puritan ministers so important to seventeenth-century politics in England. A claim of conscience was a claim that one's judgment or opinion was inviolable, even if the magistrate should demand otherwise. Hobbes viewed appeals to conscience as subversive efforts to incite sedition (GARSTEN, 2006, p. 42).

A influência das teorias republicanas sobre os puritanos fazia com que o estímulo a controvérsias fosse misturado com o dogmatismo das opiniões baseadas em julgamentsos de consciência. Para Hobbes, uma vez que pessoas que desejavam aplausos poderiam sacrificar tanto a estabilidade política quanto a verdade em nome de sua própria reputação, ou colocar suas opiniões pessoais como julgamentos de consciência invioláveis, a solução seria a transferência do julgamento público para o soberano, que se basearia em uma *consciência pública* e não mais privada. O julgamento de consciência privado não legitimaria a posição de pessoas que colocam seus julgamentos particulares e autointeressados como sendo uma *razão pública*, uma vez que esta razão se vincularia à *consciência pública*. De acordo com Garsten (2006), Hobbes teria sido o primeiro filósofo inglês a utilizar esta expressão *razão pública* para definir uma classe distinta de argumentos que deveriam ser aceitos como legítimos na esfera das questões públicas, mesmo que não o fossem na esfera privada. Desta forma, mesmo que discordasse de uma lei, o homem que a obedecesse estaria obedecendo sua consciência, mas não sua consciência privada (GARSTEN, 2006, p. 27-44).

A oposição de Hobbes ao julgamento individual e à retórica está diretamente relacionada com o problema da verdade nas ciências e busca por unidade religiosa. Admirador da geometria de Euclides e em busca de um modelo similar para teoria política, Hobbes contrapunha claramente a variedade de verdades nas ciências distantes da lógica formal à verdade unívoca das ciências da natureza. Esta não é, contudo, a única inspiração de seu pensamento político:

> Ele contrapôs várias vezes a fecundidade das ciências da natureza à inconclusão da filosofia moral, e declarou ter se inspirado, como filósofo moral, no modelo de Euclides. Mas como foi notado, é difícil acreditar que a mente de Hobbes tivesse despertado apenas aos quarenta anos, depois da leitura de Euclides (GINZBURG, 2014, p. 19).

Contrapondo-se à ótica valorizada na metáfora das 'visões' religiosas, Hobbes utiliza o exemplo dos fenômenos de refração e reflexão, através dos quais pode-se fazer com que um objeto aparente estar onde não está efetivamente, separando portanto um objeto de sua aparência. Assim como pessoas atribuem cores a objetos de acordo com impressões particulares, elas também chamariam objetos de bons quando a qualidade positiva destes objetos se originaria na verdade nas próprias mentes e desejos do avaliador. As pessoas tenderiam, portanto, a atribuir erroneamente objetividade a suas respostas subjetivas, fazendo com que seus desejos em relação a um objeto específico sejam apontados como uma qualidade inerente a este. Não teríamos garantias de que eles correspondem a alguma realidade externa objetiva e que não estamos nos enganando. Opiniões seriam apenas projeções de nossas concepções internas sobre o que seria o mundo externo e isso explicaria a variedade de deuses e culturas (GARSTEN, 2006, p. 47-50).

O homem e a constituição de seu corpo também estariam em constante mutação, fazendo com que seja impossível que todas as coisas mantenham os mesmos efeitos passionais de atração e repulsão invariavelmente (entendendo que, para Hobbes, bem e mal são apenas nomes para apontar nossos apetites e aversões). Portanto, o mesmo homem, em momentos diferentes, diferiria dele mesmo. Embora os cidadãos sejam igualmente capazes de sentir paixões, os objetos de suas diferentes paixões mudam, assim como seus próprios julgamentos ao longo do tempo. (GARSTEN, 2006)

Neste sentido, sua objeção à inconclusividade das ciências distantes da geometria, seu repúdio a propostas democráticas e à prática da retórica, estão intrinsecamente relacionados. O fato dele não reconhecer diferenças efetivas entre tradições díspares como a democracia representativa e a democracia direta é significativo:

> Hobbes compreendeu que a democracia é sempre uma mistura de igualdade e aristocracia, de tal modo que ela consiste tanto no igual direito de voto *como também* no igual direito de fala; e o discurso é o veículo para a distinção individual, a pluralidade e a alteração que a eleição regula (URBINATI, 2006, p. 215).

Uma análise comparativa entre os trabalhos de Hobbes mostra que sua oposição irredutível frente ao caos que decorreria da pluralidade de posições, levada a suas últimas consequências, está associada a experiências históricas concretas presentes em outros trabalhos do autor e não apenas a um experimento mental relacionado com o que seria o *estado de natureza*. Neste sentido seu trabalho como tradutor de Tucídides, particularmente o segundo livro da guerra do Peloponeso onde se descreve a *anomia* decorrente da peste que assolou Atenas em 429 a.C., traz indícios significativos. Sua primeira descrição da submissão do raciocínio e conduta de cada um a suas próprias paixões não decorre da inexistência de Estado, mas precisamente da insubordinação às coerções políticas e religiosas então vigentes:

> O que antes se fazia, mas só às escondidas, para o próprio prazer, agora era ousado mais livremente: assistia-se a mudanças súbitas, havia ricos que morriam de repente, e gente que não tinha nada de uma hora para outra se via em posse de riquezas pertencidas àqueles; por isso as pessoas se achavam no direito de se abandonar a rápidos prazeres, voltados para a satisfação dos sentidos, considerando um bem efêmero tanto o próprio corpo quanto o próprio dinheiro [...]. O medo dos deuses ou as leis humanas já não representavam um freio, de um lado porque aos olhos deles o respeito aos deuses ou a irreverência eram agora a mesma coisa, uma vez que viam todos morrerem do mesmo modo; de outro lado porque, tendo cometido faltas, ninguém esperava se manter vivo até o julgamento ou a prestação de contas (GINZBURG, 2014, p. 20).

Expressões utilizadas por Hobbes em sua tradução de Tucídides envolvendo esta *anomia* reaparecem no Leviatã como solução para os problemas do estado de natureza. Para o autor, Estado e religião teriam origens no *medo*, tornando quase natural a associação entre figuras religiosas assustadoras como o Leviatã, presentes no livro de Jó, e a estrutura do Estado monárquico centralizado.

Hobbes utiliza elementos da retórica contra a prática da retórica, visando um novo tipo de prática. O autor abandona o postulado de Cícero de que a habilidade mais importante para um estudante de retórica era conseguir argumentar *in ultramque partem* (capaz de defender e se colocar em diferentes posições dentro de uma mesma controvérsia), relacionada com o reconhecimento de que há uma incerteza inerente a questões morais e políticas, bem como sobre o que pode ser considerado justo e bom. A função da apropriação retórica hobbesiana que volta a eloquência para estudos geométricos seria minimizar a incerteza e a existência de controvérsias, levando o homem a agir como servo da ciência. O pensamento científico seria,

por definição, não controverso e, portanto, um fundamento estável e seguro para política. (GARSTEN, 2006).

Contrariando a perspectiva clássica e renascentista, a retórica deixa de ser vista como um meio de articular os melhores argumentos dos dois lados de uma controvérsia e passa a ser vista, nas obras de Hobbes, como uma ferramenta para evitar a possibilidade de controvérsias. Dentro da tradição retórica de Cícero estava a visão de que a política exigia dos cidadãos um apelo a suas capacidades de julgamento prático entendido como faculdade de, através da percepção, da paixão e da razão, determinar o que fazer em situações específicas. Por isso a importância de imagens, metáforas e analogias neste processo. Para Hobbes, dada sua falta de crença na capacidade do público em geral em fazer julgamentos sensatos, os súditos estilhaçariam o bem comum em facções ao tentarem torná-lo um lugar melhor com seus debates. Os cidadãos precisariam transferir sua capacidade de julgamento para o soberano e, por questões de prudência deste último, parte de seu julgamento poderia se afinar indiretamente com o julgamento dos súditos, através de filtros (GARSTEN, 2006).

Reconhecido o imperativo da incerteza que serve de base para o desenvolvimento da retórica, no lugar de aceitar o postulado de que as conclusões dos debates são prováveis e nunca infalíveis, o autor propõe a solução deste problema através da subordinação da esfera política ao soberano unívoco. No entanto, Hobbes não abre mão da retórica e da utilização de metáforas, e a própria imagem do Leviatã como um gigante composto pela união de vários corpos pequenos, resultado da união e não apenas do consenso, confirma isso: “He elaborated this metaphor with series of submetaphors, trough which particular organs of the state were linked to organs of faculties of the artificial man; magistrates were the joints, punishments the nerves, laws the Will, and so on”. (GARSTEN, 2006, p. 26)

Ganha relevo a defesa de Hobbes de que a *metáfora* deveria ser abolida das análises políticas, ao mesmo tempo em que ele mesmo baseia tanto seus ataques à retórica quanto as comparações entre o corpo político e o corpo humano, e mesmo a figura imponente do Leviatã, em uma lógica essencial e inequivocamente metafórica.

Seguindo o pensamento de Perelman, esta relação tanto com o pensamento absolutista quanto com o religioso implica que:

> A rejeição do absolutismo significa, acima de tudo, a rejeição do critério de evidência. Mas significa, ao mesmo tempo, a reabilitação da opinião. Se não se admite a validade absoluta do critério da evidência, já não há, entre a verdade e a opinião, diferença de natureza, e sim de grau. Todas as opiniões ficam mais ou menos plausíveis, e os juízos que fundamentam essa plausibilidade não são, por sua vez, estranhos a toda controvérsia. Já não há saber objetivo e impessoal ou, o que

> equivale ao mesmo, garantido por um espírito divino. O conhecimento se torna um fenômeno humano, do qual o erro, a imprecisão, a generalização indevida nunca estão inteiramente ausentes. O conhecimento, sempre perfectível, é sempre imperfeito (PERELMAN, 1997, p. 365).

Os questionamentos acerca da existência de uma verdade atemporal e sem limitações culturais faz com que a retórica seja afastada de boa parte do campo científico, mesmo após o enfraquecimento da monarquia. Por um lado, depois de experimentar um crescimento no centro do pensamento humanista durante o renascimento, a retórica tem seu declínio mais acentuado com o desenvolvimento do positivismo no decorrer da segunda metade do século XIX, sendo afastada dos liceus franceses em 1885 (PERELMAN, 1997, p. 308); por outro, o legado do pensamento iluminista faz com que as 'retóricas contra retórica' encontrem eco ainda no século XXI, na política e na teoria política, tomando o contato entre cidadãos e a decisão política como algo obscuro e buscando minimizar ao máximo as incertezas e riscos envolvidos com a capacidade de *julgamento* dos cidadãos frente aos artifícios persuasivos da retórica na política institucional, na mídia, etc. (GARSTEN, 2009, p. 12). Porém, de acordo com Perelman:

> Em contrapartida, sob a influência do pragmatismo e da filosofia dos valores e por causa do espaço crescente assumido pela filosofia da linguagem no pensamento contemporâneo, os estudos sobre a retórica, como técnica de argumentação, de persuasão e de apresentação ao mesmo tempo, se multiplicaram, mais particularmente depois dos últimos vinte anos. (PERELMAN, 1999, p. 308).

É importante ressaltar, como apontado por Mouffe (2000, p. 133), que a crítica à epistemologia iluminista não constitui um problema para o projeto democrático moderno, ou para novas propostas de funcionamento democrático, particularmente no tocante ao reconhecimento da pluralidade e da legitimidade do debate político.

A dimensão retórica da produção de conhecimento tem desdobramentos profundos, particularmente no tocante aos condicionamentos decorrentes das chamadas metáforas estruturais. O pensamento de Descartes, por exemplo, ao tomar por base '*o encadeamento das ideias*', não desconfia da metáfora e seu teor analógico persuasivo que fica evidente quando a contrastamos com a metáfora de Perelman sobre o raciocínio envolvendo a reconstituição do passado como mais próximo de um "*tecido cuja solidez é de longe superior à de cada fio que lhe constitui a trama*": "Basta o raciocínio ser concebido como uma cadeia ou como um tecido para que a relação entre o conjunto do discurso e cada um de seus elementos seja vista numa perspectiva totalmente diferente" (PERELMAN, 1997, p. 339).

Exemplos de metáforas deste tipo e de seus desdobramentos podem ser encontrados em diferentes entendimentos do método científico como um *caminho* a ser percorrido pelo cientista, analisados por Perelman. Em Descartes no método como um *caminho individual* dado a priori; em Leibniz como *caminho social* dado a priori; em Hegel como *caminho que se constrói a si mesmo*; em Spinoza como algo que forja *ferramentas intelectuais*, que por sua vez tornam possíveis novas obras e a produção de ferramentas mais sofisticadas, reconhecendo seu caráter *social, imperfeito e progressivo*. (PERELMAN, 1997, p. 341). Haveria, ainda de acordo com o autor, influências indiretas complexas, como a da metáfora do Sol na corrente neoplatônica e sua relação com o crescimento da aceitação das ideias de Copérnico e da hipótese heliocêntrica por pensadores europeus.

Muniz Sodré (2012) aponta que a consciência pode ser entendida como uma operação analógica que funciona a base de metáforas:

> Na linguagem comum, mas também nas ciências, nas artes, na filosofia, os conceitos e as abstrações são continuamente gerados por esses recursos analógicos e básicos do conhecimento humano, que implicam invenção, mas às vezes conservação, de modelos explicativos [...] Um 'análogo' é um modelo baseado na semelhança com a coisa que ele representa, assim como um mapa, por exemplo. A relação entre um ponto do mapa e o ponto geográfico é uma relação metafórica (SODRÉ, 2012, p. 128).

A presença de uma variedade de metáforas envolvendo o mesmo tema, apoiadas na mesma relação de significado, mostra o papel desta metáfora na maneira como determinada cultura atribuí sentidos análogos a elementos diversos. Este processo de entendimento por analogias também está associado com a chamada comunicação analógica, que será retomada nos tópicos seguintes em suas distinções em relação à comunicação digital.

Ao desvelar e desconstruir as estruturas que tornam qualquer texto persuasivo, boa parte delas não verbais, a análise retórica enfrentou um problema epistemológico e metodológico semelhante ao que séculos mais tarde assolaria disciplinas como a análise de discurso: se todo discurso é retórico e contingente, a análise dos elementos de persuasão destes discursos se dá pela construção de um novo discurso persuasivo e também seria passível de desconstrução, e assim sucessivamente. O já citado procedimento de esconder procedimentos faz com que colocar-se como fonte de realidade objetiva independente seja visto como um procedimento retórico ingênuo fora do campo da lógica formal.

De fato, o reconhecimento da relatividade do que é aceito como verdade e de sua historicidade faz com que o estudo daquilo que anteriormente era aceito como verdade e atualmente é apontado como opinião não isente a verdade científica, que se modifica tanto por

se confrontar com contradições quanto para integração de elementos até então desconhecidos. A evolução da retórica e da teoria da argumentação seguiria as oscilações do estatuto epistemológico da *opinião* em oposição ao da *verdade*. (PERELMAN, 1997, p. 308). De acordo com o entendimento da verdade como opinião mais defensável ou de que a opinião não tem mais que uma aparência de verdade, se concederá um lugar de maior ou menor importância à retórica e à argumentação no campo científico e político.

Em um indício do reconhecimento deste problema no campo científico, Clifford Geertz corrige a afirmação feita no primeiro capítulo de *A interpretação das culturas* de que as ideias teóricas evoluem de acordo com sua utilidade científica, onde as mais úteis são elaboradas e as que não são úteis são abandonadas, com a seguinte nota de rodapé:

> Admito que isso parece uma idealização. [...] Com efeito, no que concerne à antropologia, é quase sempre um problema maior conseguir idéias já exauridas na literatura do que conseguir nela idéias produtivas e, desta forma, grande parte da discussão teórica é mais crítica do que construtiva, mais do que se poderia desejar, e carreiras inteiras se têm devotado a apressar a morte de noções moribundas. À medida que o campo avança, seria de esperar que essa espécie de controle intelectual das ervas daninhas se tornasse uma parte menos proeminente de nossas atividades. Todavia, no momento, continua sendo verdade que as antigas teorias tendem menos a morrer do que ir para segundas edições. (GEERTZ, 1989, p. 37)

Os primeiros estágios do desenvolvimento da maioria das ciências têm-se caracterizado pela contínua competição entre diversas concepções distintas e, ao mesmo tempo, igualmente compatíveis com o método científico. As escolhas humanas se impõem na seleção de paradigmas, métodos, hipóteses, informação relevante, ruído até a validade científica de problemas e soluções. Quando uma destas teorias em competição se torna obsoleta, assim como o conhecimento que com base nela era considerado científico, isso não faz delas "acientíficas" em princípio, o que levanta dúvidas sobre a noção de desenvolvimento científico por acumulação progressiva unívoca e linear (KHUN, 1962) e confirma em outros campos a observação feita por Geertz sobre os estudos de antropologia.

Dada a inexistência de uma ferramenta metodológica infalível que dê conta de identificar e mensurar todas as variáveis potenciais de cada problemática, os paradigmas científicos alimentam sistemas que precisam distinguir entre os dados considerados como informação e os dados considerados como ruído. A alteração no status de diversos dados considerados como ruído desprezível que passam a ser tomados como informação crucial, em um intervalo de décadas ou anos, aponta a arbitrariedade destas opções: "A variedade existente na órbita observada de Mercúrio, por exemplo, é ruído para a mecânica newtoniana; para a relatividade einsteniana, não só é informação, mas sim informação de importância

crucial para a verificação experimental da própria teoria da relatividade" (WILDEN, 2001, p. 15).

Copérnico, Newton, Lavoisier e Einstein – cada um deles forçou a comunidade científica de sua época a rejeitar a teoria que antes era aceita como paradigma em favor de outra, incompatível com a primeira e que muitas vezes adota como fonte de informação aquilo que anteriormente era descartado como ruído desprezível ou mito. Estes episódios alteram as questões consideradas como problemas a serem investigados, métodos e soluções entendidas como relevantes e resultados que poderiam ser considerados como científicos (KHUN, 1962).

De acordo com Thomas Khun: "Se essas crenças obsoletas devem ser chamadas de mito, então os mitos podem ser produzidos pelos mesmos tipos de métodos e mantidos pelas mesmas razões que hoje conduzem ao conhecimento científico" (KHUN, 1962, p. 21).

Tanto no campo filosófico quanto no científico, a disputa histórica com maior proeminência é o embate entre objetivismo e subjetivismo. Perelman ressalta que a elaboração e formulação de hipóteses recorrem à linguagem e a estruturas conceituais, e esta mesma linguagem é utilizada para descrever a experiência que deveria controlar, em uma espécie de dialética entre teoria e experiência que não pode desconsiderar o papel retórico desta linguagem no processo científico (PERELMAN, 1997, p. 329). O autor ressalta que sua proposta não deve, em absoluto, ser considerada como apologia ao irracionalismo e que só "quando as técnicas consideradas racionais são reduzidas à sua expressão mais simples é que o campo do irracional cresce desmesuradamente" (PERELMAN, 1997, p. 356).

Neste ponto, os estudos de retórica apresentam fortes convergências com estudos recentes de neurolinguística e linguística cognitiva. Esta relação passa pela proximidade na forma como ambos abordam a importância das *metáforas estruturais* para o processamento e aquisição de informações e pela defesa de uma abordagem mais abrangente sobre o conceito de *racionalidade*.

1.3 **Para além da razão iluminista: concepções coletivas de racionalidade em comunicação e política**

Perelman questiona se a noção de racional, e do que seria uma decisão racional, poderia ser expressa ou definida em termos psicológicos, sociológicos ou filosóficos apontando a necessidade de buscar diálogo interdisciplinar entre a retórica e estes campos. O

autor ressalta a necessidade de estudos do âmbito psicológico sobre o modo como a apresentação de certos fatos os torna presentes na consciência, e por isso influi na eficácia de uma argumentação, o que possibilitaria aprofundamentos no estudo de muitas figuras tradicionais da retórica. (PERELMAN, 1997, p. 331).

Neste sentido, deixando de lado os dogmas religiosos e pretensões universais iluministas, a consideração interdisciplinar de novos entendimentos sobre a racionalidade é uma agenda importante. A análise da concepção de *racionalidade imaginativa* da linguística cognitiva e da neurolinguística, da *racionalidade de baixa informação* dos estudos voltados para persuasão política e da *racionalidade comunicativa* da Teoria do Agir Comunicativo, podem ser avanços para os estudos sobre retórica e o entendimento do papel da racionalidade na persuasão e ação política.

Seguindo a concepção de cognição ampliada, precisamos levar em consideração a dimensão física do processo cognitivo e de qualquer entendimento sobre racionalidade. Em termos gerais:

> 1) a mente é produto da longa evolução biológica e beneficia-se do 'saber mais antigo' do aparato sensório-motor; 2) a cognição é corporificada e contextualizada, isto é, depende da experiência concreta do indivíduo e utiliza habilidades sensoriais e sociais; 3) o processo cognitivo opera de forma distribuída, uma espécie de rede sociotécnica, envolvendo cérebro/corpo e suas interações com humanos e não humanos (interações sociais e objetos técnicos). (REGIS e MESSIAS, 2012, p. 45).

Além do entendimento de que a mente é algo inerentemente corporificado, o fato de que os conceitos abstratos são majoritariamente metafóricos e o pensamento é algo, em sua maior parte, não consciente, seriam os três grandes achados das ciências cognitivas seguindo a linha de George Lakoff e Mark Johnson (REGIS e MESSIAS, 2012, p. 24).

Lakoff e Johnson apontam o fato de que quando entendemos a verdade enquanto relativa a um sistema conceitual cultural específico, construído e metafórico em sua essência, o embate entre objetivismo e subjetivismo parece ultrapassado. Uma vez que a dinâmica metafórica da cognição processa "uma coisa nos termos de outra", dando apoio ao nosso sistema conceitual ordinário moldando nosso sistema sináptico, tornando o estranho familiar através de analogias com ancoragem em vivências, o resultado deste processo não pode ser totalmente objetivo e independente do sistema cultural ao qual pertence e nem totalmente subjetivo sem nenhuma relação com uma espécie de empiria social cotidiana que fundamenta as analogias (LAKOFF e JOHNSON, 2002; CASTELLS, 2011).

A contestação da definição do *estado de natureza* hobbesiano como algo plenamente subjetivo, apontando suas relações com seu trabalho como tradutor de Tucídides

anteriormente, exemplifica que o reconhecimento desta impossibilidade pode ser particularmente frutífero quando associado a trabalhos de história cultural.

Esta dinâmica metafórica deve ser entendida enquanto *racionalidade imaginativa*, apresentando uma terceira via para o embate entre objetivismo e subjetivismo, que pode dar novas dimensões à validade da retórica enquanto mecanismo de produção de conhecimento:

> Isso não significa que não há verdades; apenas que a verdade é relativa ao nosso sistema conceitual, que se constrói sobre, e é constantemente testado por, nossas experiências e pelas de outros membros de nossa cultura em nossas interações diárias com outras pessoas e com o nosso ambiente físico e cultural (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 194).

As metáforas fazem sentido porque têm, mesmo implicitamente, bases experimentais culturais ou empíricas cotidianas que tornam o entendimento de uma coisa nos termos de outra possível em nível conceitual e provável em termos neurológicos. É fundamental notar que este entendimento, e a identificação de semelhanças dele decorrente, são parciais e nunca equivalentes.

Estudos recentes encontram associações entre a dinâmica metafórica da *racionalidade imaginativa* de Lakoff e Johnson e a importância da emoção na atribuição de sentido a informações (CASTELLS, 2011). A *emoção* não seria um substituto para a *análise* no processo de tomada de decisão: ela seria um fator que atinge e influencia os níveis mais sofisticados do processo reflexivo, o que corrobora a importância atribuída à emoção em inúmeros tratados sobre retórica. Este entendimento, proveniente da associação entre linguística cognitiva e neurolinguística, pode ser útil para a pesquisa relacionada à persuasão política, suas dimensões não-verbais e emotivas, entendendo as consequências das *metáforas estruturais* e suas bases físicas no funcionamento do sistema nervoso.

Neste sentido, a relação entre a dinâmica metafórica como forma de pensamento e a função da emoção no processamento de informações presente em estudos de neurolinguística pode ser extremamente útil. A função da simplificação e da emoção mantém relação com questões contextuais ou motivacionais, mas possui raízes neurais profundas que podem ser entendidas com o auxílio das noções de *recrutamento neural* e *marcadores somáticos*. (LAKOFF e JOHNSON, 2002; CASTELLS, 2011).

Em resumo, ao ativar a mesma "rota" de neurônios para processar informações, dia após dia, as sinapses dos neurônios que participam desta "rota" ficam mais fortes e propícias à transmissão de informação, até que circuitos permanentes sejam formados. Isso é chamado de *recrutamento neural*. Este recrutamento fortalece sinapses formando rotas e caminhos pelos

quais estímulos e informações podem passar de forma mais fluida e frequente. Quanto mais os neurônios deste caminho são usados conjuntamente, mais eles se fortalecem enquanto rota, aumentando fisicamente o número de receptores químicos para neurotransmissores nas sinapses e, consequentemente, a preferência cognitiva por este caminho para processar as informações recebidas. Este circuito físico decorrente do recrutamento possibilita o processamento de diferentes estímulos em termos similares, o que pode ser entendido como uma *dimensão física da dinâmica metafórica* apontada por Lakoff (LAKOFF apud CASTELLS, 2011, p. 142) e, consequentemente, da já citada *racionalidade imaginativa*.

É importante frisar que, de acordo com estas correntes, o mundo externo seria percebido em relação e interação com nosso corpo e cérebro, que não poderiam simplesmente refleti-lo. Ao perceber eventos externos nós os processamos, em boa parte de forma inconsciente e seguindo modos de processamento particulares.

A estruturação do pensamento não seria algo definido de maneira centralizada, mas algo que ocorre a partir da interação de inúmeros elementos mais simples, tanto corporificados quanto relativos ao ambiente sociotécnico. Esta lógica faz com a interligação elementos simples possa originar a emergência sistemas bastante sofisticados, fazendo com que o todo exceda a simples soma individual da ação das partes (REGIS e MESSIAS, 2012, p. 40). Esta emergência obedece às regras relativas aos sistemas abertos.

Os diversos fatores químicos envolvidos no processamento de informação também fazem parte destes circuitos, o que inclui as emoções associadas com a liberação de dopamina e noradrenalina, relacionando padrões de processamento de informação com estados emocionais específicos. Os estímulos responsáveis pela ativação destas emoções no processamento de informações podem ser chamados de *marcadores somáticos*. Desta forma, o *recrutamento neural* teria como resultado em longo prazo a formação de redes de associação entre imagens, ideias e sentimentos que se conectariam constituindo padrões neurais que participam da estruturação da consciência, das emoções e do *enquadramento* das informações recebidas na forma de uma narrativa coerente.

As emoções que possuem uma relevância particular para o comportamento político seriam o *entusiasmo* (associado ao sistema de 'disposição' como estado de espírito, tendo a depressão como oposto) e o *medo* (associado ao sistema de vigilância, que também inclui a *ansiedade*, tendo a calma como seu oposto). Afetações positivas e negativas estão associadas a dois sistemas motivacionais básicos que resultariam da evolução humana: repulsa e aproximação. Sempre próximos e atuando de maneira complementar, o primeiro estaria ligado à *raiva* e o segundo estaria ligado à *ansiedade*. Há também a associação consequente entre

raiva e aceitação de riscos envolvidos em decisões, e ansiedade e aversão ao risco. (CASTELLS, 2011, p. 146-147). Em resumo feito pelo mesmo autor em estudo posterior:

> A ansiedade é a reação a uma ameaça externa sobre a qual a pessoa ameaçada não tem controle. Assim a ansiedade leva ao medo e tem sobre a ação um efeito paralisante. A superação da ansiedade no comportamento sociopolítico frequentemente resulta de outra emoção negativa: a raiva. Esta aumenta com a percepção de uma ação injusta e com a identificação do agente por ela responsável. A pesquisa neurológica mostra que a raiva está ligada ao comportamento de assunção de riscos. (CASTELLS, 2013, p. 22-23)

A tentativa de alcançar coesão interna através da evocação de ameaças estrangeiras, oriundas de culturas sobre as quais se tem pouca informação, é um exemplo de utilização política do estímulo tanto ao medo quanto à ansiedade. Ela explica a construção de identidade política e busca por unidade através da construção antagonismos, particularmente presente no pensamento de Carl Schmitt sobre a relação amigo/inimigo, que retomaremos nos tópicos seguintes.

O predomínio da ansiedade é associado à aversão ao risco relacionado com objetos desconhecidos e sobre os quais se têm pouca informação, o que torna propícia a aproximação com atores já conhecidos e coesão interna. A aversão relacionada ao predomínio da raiva é associada a elementos negativos bem conhecidos, e conduziria a uma posição de aceitação de riscos e possibilidade de aproximação com elementos pouco conhecidos como um "mal menor". As inúmeras justificativas para alianças bélicas entre países com posições políticas essencialmente conflitantes geralmente é associada à identificação clara de um inimigo comum, em que os demais riscos envolvidos no combate a este são aceitáveis.

Em um estudo voltado especificamente para a análise sistemática do uso de *mentiras estratégicas* na política internacional, o professor de ciência política da Universidade de Chicago e codiretor do programa em políticas de segurança internacional John Mearsheimer aponta a utilização da *difusão do medo* por diferentes governos, tanto democráticos quanto autocráticos, como importante ferramenta persuasiva que angariou, em momentos diversos das relações internacionais, apoio interno para manobras que dificilmente seriam viáveis de outra maneira. Soma-se a isso estratégias para legitimar a atuação contra as normas do direito internacional e inúmeros crimes de guerra, estratégias estas posteriormente expostas a reformulações diversas (MEARSHEIMER, 2012).

Desta perspectiva, os fundamentos do pensamento político de Hobbes ganham viés interessante: o autor teria um interesse particular pela maneira como a religião, que seria fruto da interação entre o *medo* perene, a *ansiedade* em relação ao futuro e a *imaginação*, funciona

como maneira sujeitar as pessoas e dirigir suas vontades para manutenção da paz interna. Estado e religião nasceriam do medo da morte e teriam a reverência e a paz como resultado, apoiando-se não somente na força, mas também na sujeição. Em uma autobiografia em versos que mostra a importância do medo em seu pensamento, Hobbes afirma que "o medo e eu somos gêmeos". Não por acaso, no extremo oposto da paz estaria a guerra civil, que encontra sua 'trombeta' na língua eloquente do retor que apoia um posicionamento divergente. O elemento unificador recebe, no pensamento de Hobbes, o nome que no livro de Jó remete ao gigantesco animal marítimo que não encontraria sobre a terra poder comparável ao dele – e esta afirmação está presente em algumas edições da obra – o Leviatã (GINZBURG, 2014, p. 16-25).

Embora em casos considerados importantes a ansiedade atue no sentido de fomentar mais informações e análise cuidadosa sobre elementos pouco conhecidos (no caso um candidato ou um problema político específico) este comportamento não é ativado em níveis baixos de ansiedade (como em problemas considerados menos importantes) e níveis muito altos atrapalham o aprendizado e o processamento de informações. Em problemas considerados pouco importantes, as informações relacionadas à raiva chamam mais atenção e as emoções podem atuar como detectores de relevância cruciais, voltando a percepção para um determinado assunto e fomentando a tomada de decisão (CASTELLS, 2011, p. 148). O autor relaciona, ainda, estes processos neurais e as estruturas de sentido relacionadas a metáforas estruturais com a concepção de *enquadramento* tomando como referência o conceito desenvolvido por Erving Goffman.

Soma-se a este quadro a atuação dos chamados neurônios espelho, que gerariam paralelos entre as rotas de processamento de informações de uma situação observada e os uma situação vivenciada, bem como a ativação de cadeias neurais e marcadores somáticos paralelos. Isso faz com que o apelo emotivo e a tentativa de adequar as informações políticas a narrativas familiares simplificadas, próximas a vivência do cidadão médio, tenham efeitos persuasivos notáveis por motivos que vão muito além da busca por paliativos decorrentes do baixo interesse em temas políticos ou o alto custo da informação. Seguindo a proposição de Castells, a análise racional do processo de poder começa com o reconhecimento dos limites do papel da racionalidade neste processo (CASTELLS, 2011).

Uma outra base importante para esta área de estudos pode ser encontrada nas análises sobre os efeitos específicos dos custos de seleção, aquisição, análise e avaliação de informação e da racionalidade na delegação destes para terceiros, por questões cognitivas ou

por escassez de tempo, propostos por Anthony Downs. Diferentemente dos estudos da teoria econômica tradicional, Downs busca entender:

> como é a tomada de decisão política quando existe a incerteza e a informação só pode ser obtida com um custo. Um passo básico em direção a essa meta é a análise da economia de se tornar informado, isto é, a utilização racional de recursos escassos na obtenção de dados para a tomada de decisão (DOWNS, 1999, p. 227).

O autor também se interessa pelos efeitos dos custos de informação no funcionamento da democracia, considerando os princípios de seleção de dados e o que faz com que determinada pessoa considere alguns deles relevantes e outros descartáveis em suas tomadas de decisão. Dado o alto custo da obtenção de informação política e articulação desta informação com uma decisão do voto, e a pouca probabilidade de um voto alterar o resultado de uma eleição, seria individualmente irracional deixar de investir tempo em qualquer atividade com retornos palpáveis para se informar sobre política. Os cidadãos não deixariam de se informar ou de tentar se comunicar com o governo em questões públicas por apatia, ou por não acreditar na democracia, mas pela racionalidade associada à percepção de que podem ter retornos mais palpáveis investindo seus recursos em outras atividades.

Esta questão está diretamente relacionada à indivisibilidade dos benefícios públicos:

> (1) os cidadãos racionais querem que a democracia funcione bem, de modo a obterem seus benefícios, e ela funciona melhor quando os cidadãos são bem-informados; e (2) é individualmente irracional ser bem-informado. Aqui, a individualidade racional aparentemente se choca com a racionalidade social; isto é, as metas que os homens buscam como indivíduos contradizem as que eles buscam em coalizão como membros da sociedade. Esse paradoxo existe porque os benefícios que os cidadãos tiram da organização social eficiente são indivisíveis. (DOWNS, 1999, p. 264).

Os custos de informação, no entanto, seriam transferíveis a terceiros que podem processar e simplificar estas informações por motivos diversos e assim fazer com que a tomada de decisão seja minimamente informada. Para Downs, os cidadãos se informariam sobre a política de modo muitas vezes acidental e mediado por terceiros, para os quais estes cidadãos delegariam a função de encaixar as informações e acontecimentos políticos em uma narrativa simplificada e coerente. Receberiam esta função coletores de dados profissionais e editores, grupos de interesse, partidos políticos e governo, colocando em questão os princípios de seleção e a adesão a estes para redução da discrepância entre os custos da informação política e seu baixo retorno. (DOWNS, 1999)

A racionalidade econômica proposta por Downs, no entanto, evita deliberadamente comportamentos de cidadãos que invalidam seu modelo estritamente econômico de racionalidade:

> Como ele não consegue distinguir entre os partidos com base nas políticas deles, ele poderia igualmente usar qualquer outra base que o agrade. Por exemplo, poderia votar no partido cujo líder tem a personalidade mais atraente, ou naqueles cujos heróis históricos mais o agradem, ou naquele em que seu pai votou. Desse modo, um homem racional pode empregar mecanismos politicamente irracionais para decidir em quem votar. Embora o uso desses esquemas seja individualmente racional, ele é socialmente irracional. [...] Se o número de eleitores indiferentes for grande, os partidos planejarão suas ações e declarações de modo a influenciar os mecanismos não-racionais que eles acham que esses eleitores estarão usando. [...] Obviamente, adotamos como pressuposto a seleção aleatória a fim de evitar esse resultado (DOWNS, 1999, p. 293-294)

Outro fator importante é a consideração das limitações que a metáfora econômica, como qualquer outra metáfora, impõe. Toda metáfora mercadológica ou de agregação desconsideraria o comprometimento com equidade política, a relação entre decisões políticas e debates, ou razões oferecidas a favor e contra alternativas, uma vez que estas operações não são pontos diretamente associados a analogias onde um consumidor efetiva seu ato de escolha entre produtos (GANDY e FARRALL, 2010, p. 352).

Reconhecidas suas graves limitações e os problemas do reducionismo de toda racionalidade à racionalidade econômica, sua proposição é um marco que serviu de base para estudos que autodenominavam descritivos ou agregativos, em oposição a perspectivas normativas que busquem na democracia algo mais que agregação de preferências ou um modelo operacional. Esta vertente defende que os indivíduos seriam movidos pelo interesse próprio e o compromisso entre diferentes interesses seria mais eficiente para trazer estabilidade e ordem do que noções ilusórias de consenso sobre o bem comum. Isso motivou uma série de críticas a esta vertente, contra a ideia de que a participação política deveria ser reduzida ao mínimo, a seleção esporádica de representantes. (MOUFFE, 2000, p. 82).

Superando as limitações de Downs, em uma das pesquisas mais influentes nas análises da simplificação das informações políticas pelo eleitor médio feitas na década de 1990, Samuel Popkin busca aproximar os ganhos desta perspectiva a outras duas vertentes distintas: a psicologia cognitiva de Jereme Bruner, Amos Tversky e Daniel Kahneman e a tradição de estudos eleitorais da universidade de Columbia.

Seja em decorrência de questões neurais, da lógica midiática, do baixo interesse do público médio, ou de uma combinação destes elementos, o processo de adequação dos acontecimentos políticos a narrativas e modelos familiares simplificados é um tema constante

da comunicação política e particularmente na análise de campanhas eleitorais. Igualmente influenciada pelas metáforas bélicas associadas à persuasão, a palavra "campanha" remete a entrada em um período de disputa e embates por territórios e recursos. Isso fez com que a análise de Popkin ganha-se relevo para os estudos da área.

Na atualização feita por Popkin, em resumo, também se recusa a ideia de que o cidadão médio está disposto a arcar com os custos implicados no refinamento de informações políticas e econômicas visando um voto "racional", principalmente por um sentimento de que o retorno deste "investimento" depende de uma quantidade de pessoas tão grande que a opção individual por investir o tempo em qualquer outra atividade pode não alterar em nada o resultado político em questão, ao mesmo tempo em que geraria outros retornos, mais palpáveis (POPKIN, 1994).

Haveria uma *racionalidade de baixa informação*, e isso faria com que a autoridade para processar, simplificar e dar sentido ao mundo político fosse distribuída por *atalhos informativos* – o que é diferente da ideia de delegação presente em Downs –, com os quais os cidadãos estão mais familiarizados, variando de códigos culturais e socioeconômicos até amigos e ícones considerados como informados politicamente e aptos a interpretar e dar sentido aos fatos aos quais se associa relevância política. A persuasão não poderia repousar unicamente em uma estratégia puramente racional porque as instâncias de interpretação, identificação e atribuição de sentido por parte dos cidadãos não se esgotariam neste campo.

Diferentemente da metáfora do cidadão como consumidor, Popkin propõe a metáfora do cidadão como investidor: em um contexto incerto quanto a retornos possíveis, ele investe em opções de bem público levando em conta atalhos com que têm contato para diminuir as possibilidades de erros. As propostas e políticos teriam sua veracidade avaliada levando em consideração atalhos como comportamento adequado às percepções culturais do cidadão, associação com instituições ou pessoas com quem o cidadão tem contato e em quem confia, adequação a estereótipos e identidades políticas, etc.

A *racionalidade de baixa informação* interagiria diretamente com a construção da imagem pública dos candidatos e inserção das informações disponíveis sobre estes em uma narrativa simplificada que torne o mundo político coerente. Cientes deste processo, os responsáveis pelas campanhas investem em falas autobiográficas, com características pessoais de foro privado valorizadas como indícios de competência política e até mesmo técnica. Estas inferências fariam com que a credibilidade no meio político dependa cada vez mais da sobreposição do imagético privado ao público (Popkin, 1994; JAMIESON, 1990).

Os autores relacionados a cognição utilizados por Popkin, Amos Tversky e Daniel Kahneman, haviam desenvolvido experimentos para, na esteira dos escritos de Goffman da década de 1970, estudar a influência de enquadramentos na tomada de decisão frente a situações determinadas e o modo como mudanças na formulação de uma mesma situação causam mudanças significativas na tomada de decisão dos indivíduos. (CAMPOS, 2013). Não é estranho, portanto, que Popkin dedique parte de seu trabalho à questão do enquadramento e ao caráter performático do comportamento que sabe que será utilizado como atalho de informação para validar mensagens formais.

Um dos pontos principais do raciocínio de Downs reside na suposta percepção dos cidadãos sobre sua capacidade real de decisão sobre os rumos políticos, que seria medida considerando o peso de seu voto – em uma país com 100 milhões de eleitores, este peso seria de 1/100.000.000. O estudo de atalhos de informação associados a elementos identitários feito por Popkin permite uma reavaliação deste quadro.

Se levarmos em consideração as *identidades políticas* esta mensuração varia consideravelmente. Não há 100 milhões de identidades políticas, e em divisões polêmicas como ser contra ou a favor de políticas de imigração para regularização da estadia de imigrantes ilegais, união de pessoas do mesmo sexo ou da legalização de determinadas drogas transformam esta equação em 1/2. Em diversos casos, esta relação se transforma em uma divisão *nós contra eles* forte o suficiente para pressionar a constituição de grupos políticos coesos. A percepção de que se faz parte de um bloco coeso faz com que o voto contra ou a favor de políticos xenofóbicos, por exemplo, não possa ser considerado uma avaliação meramente individual, seja em sua concepção ou em seus efeitos.

Ao estudar os efeitos das propostas de Downs e Popkin em ambientes com ampla autonomia para seleção de conteúdos mediados por tecnologias da comunicação em uma grande variedade de opções, Markus Prior desenvolve o conceito de *Conditional Political Learning*: a aquisição de informação política passaria por três áreas principais, a *oportunidade*, a *motivação* e a *habilidade* (OMA), mas o efeito da *motivação* – área mais diretamente relacionada ao problema associado ao cálculo de custo/benefício e racionalidade do investimento em informação política – nesta equação passaria, necessariamente, pela consideração do ambiente midiático onde os cidadãos em questão estão inseridos e as diferentes tecnologias envolvidas (PRIOR, 2007, p. 27-52).

Nos ambientes onde a TV aberta é mais presente, a existência de uma inércia por parte dos telespectadores e a seleção do programa “menos pior”, fariam com que pessoas interessadas em programas de notícias e outras pessoas que entram em contato com este

programa por não mudar de canal depois de assistir o programa anterior ou estar interessado no programa seguinte, sejam expostas a informações relativamente semelhantes a despeito de suas motivações. Evidentemente não se infere que ambas direcionem a mesma atenção a estes conteúdos, mas o consumo *motivado* e o *acidental* coincidem com determinada frequência nos canais que concentram a maior parte da audiência. Também não se ignora que o entretenimento possa trazer informações políticas, direta ou indiretamente, nem que há contato com informação política em outros ambientes, como o escolar (PRIOR, 2007).

A TV a cabo e a internet, no entanto, trariam um nível de polarização novo uma vez que uma parcela considerável dos telespectadores se volta para o consumo de nicho onde aqueles interessados em informação política podem se segmentar em canais *all-news* enquanto aqueles interessados em entretenimento não precisam entrar em contato com estas informações. A maior diversidade de canais de entretenimento faz com que a persistência do consumo acidental e continuado de informações políticas por parte daqueles que não têm interesse direto nestas informações reduza consideravelmente. Segundo o autor, a televisão a cabo e a internet aumentariam o *gap* de conhecimento político entre pessoas que preferem assistir notícias e pessoas com preferência por outros tipos conteúdo, em uma *segmentação voluntária* onde a autonomia para seleção de conteúdo dos meios de comunicação faz com que necessidades sociais e emocionais que motivam o consumo de mídia tenham consequências diretas sobre desigualdades no aprendizado e conhecimento político dos cidadãos (PRIOR, 2007).

Variações significativas nas respostas de telespectadores sobre o Iraque de acordo com suas fontes de notícias, considerando os canais PBS, CNN, MSNBC, ABC, CBS, NBC e Fox, confirmam a pertinência desta proposta. Se entre telespectadores da PBS, CNN e MSNBC, 83% afirmam que o Iraque provavelmente não tem armas de destruição em massa, entre os telespectadores da ABC, CBS E NBC este número cai para 48% e entre os telespectadores da Fox cai para 13%; enquanto 89% dos telespectadores dos canais PBS, CNN e MSNBC acreditam que a guerra no Iraque está separada da guerra ao terrorismo, acompanhados por 69% dos telespectadores de ABC, CBS e NBC, e 20% dos telespectadores da Fox, a afirmação oposta, de que a guerra no Iraque é parte da guerra ao terrorismo, alcança apenas 9% dos telespectadores do primeiro grupo citado, 27% do segundo e 79% dos telespectadores da Fox (CASTELLS, 2011, p. 176).

Isso confirma a pertinência de estudos sobre comunicação e política focados na relação de diferentes combinações entre hábitos de consumo de mídia (variando entre ávidos, assíduos, consumidores de escândalos, frustrados ou desinformados), percepções em relação

ao ambiente político (positiva ou negativa) e sua intensidade de interesse (forte ou fraca) por parte do cidadão médio, seja em relação ao consumo de jornais, rádio e televisão (ALDÉ, 2004) ou em relação a diferentes hábitos de consumo de informações online (ALDÉ, 2011). Estas distinções ganham relevo quando parte das pesquisas da área fazem afirmações sobre a atuação política *do* internauta, como todo e qualquer cidadão com acesso à internet tivesse o mesmo comportamento, desconsiderando as diferentes apropriações políticas e perfis de consumo de informações envolvidas na relação do cidadão médio com estas tecnologias.

A leitura econômica da aquisição de informação política reconhece, portanto, uma tensão entre o que é racional em nível individual e o que seria racional em um nível agregado, explicitamente presente nas passagens de Downs citadas anteriormente, bem como nas correntes da teoria dos jogos e do Dilema do Prisioneiro, fato reconhecido por pesquisadores da cognição distribuída como Edwin Hutchins (HUTCHINS, 2000). A despeito de diferenças no entendimento dos motivos e consequências destas dinâmicas, estudiosos da cognição distribuída apontam que boa parte do nosso comportamento inteligente resultaria da interação de nossos processos mentais com restrições e objetos do ambiente onde o comportamento humano se insere, ocorrendo cooperativamente em uma coordenação constante entre a cognição individual e o ambiente externo (REGIS e MESSIAS, 2012, p. 45). Ambos apontam fatores que fazem com que haja diferenças relevantes entre as propriedades cognitivas de um grupo e as propriedades cognitivas de membros destes grupos tomados isoladamente.

Prior supera outro problema para a proposta de Downs: se um dos principais empecilhos relacionados com o processamento de informação política era a relação entre um custo alto e um retorno baixo, a redução drástica na quantidade de obstáculos para o contato acidental ou motivado com estas informações seria seguida por uma mudança significativa nas leituras do cidadão médio sobre o mundo político no sentido de aumento de informações. As considerações de Prior sobre a possibilidade de segmentação voluntária ajudam a entender novos condicionamentos deste cenário ao mesmo tempo em que mantêm a ideia de Downs de que "as variações sistemáticas na quantidade de informação gratuita recebida e a capacidade de assimilação podem influenciar fortemente a distribuição de poder político numa democracia" (DOWNS, 1999, p. 242).

Estes condicionamentos podem ser entendidos melhor com o auxílio do conceito de *racionalidade imaginativa* dos estudos sobre cognição e a aquisição de informações por analogias cotidianas citadas anteriormente, sem abrir mão dos achados empíricos das vertentes de pesquisa associadas com a *racionalidade de baixa informação*. As relações e paralelos possíveis entre estudos envolvendo diversos *atalhos de informação* na persuasão

política e o conceito de *cognição distribuída*, apontam para uma agenda de pesquisa interessante neste sentido. Isso pode ajudar a superar as contradições envolvidas na leitura meramente econômica da aquisição de informação sem perder de vista os avanços envolvidos com o estudo dos atalhos de informação pelos pesquisadores desta vertente que se aproximam do conceito de enquadramento.

Por fim, alguns pesquisadores apontam o advento de modelos normativos deliberativos de democracia enquanto resposta ao modelo agregativo utilizado na segunda metade do século XX. (MOUFFE, 2000, p. 82). Uma terceira perspectiva que busca dar conta da questão da racionalidade pode ser enquadrada neste âmbito, diversa da *racionalidade de baixa informação* e da *racionalidade imaginativa*, é a concepção de *racionalidade comunicativa* presente na Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas.

A *racionalidade comunicativa* se associa a uma noção intrinsecamente coletiva e argumentativa de objetividade:

> O mundo só conquista objetividade ao tornar-se *válido* enquanto mundo único *para uma comunidade de sujeitos* capazes de agir e utilizar a linguagem. O conceito abstrato de mundo é a condição necessária para que os sujeitos que agem comunicativamente possam chegar a um entendimento mútuo sobre o que acontece no mundo ou sobre o que se deve fazer nele. (HABERMAS, 2012, p. 40)

É preciso notar que o autor não equipara validade e aceitação social, e disso decorre a dimensão argumentativa desta objetividade. Os argumentos seriam o meio pelo qual é possível obter o reconhecimento intersubjetivo de uma leitura de mundo proposta como válida e de fundamentá-la de modo a atingir este objetivo. Isso faz com que a teoria da argumentação ganhe um significado especial por se atribuir a ela a tarefa de gerar entendimentos entre pretensões de validade controversas e reconstruir os pressupostos de um comportamento racional. Esta proposta também pode ser entendida como uma terceira via para o embate entre objetivismo e subjetivismo.

A *racionalidade comunicativa* estaria associada à capacidade de se comportar de maneira reflexiva sobre sua própria subjetividade e padrões valorativos, fundamentando através de argumentos tanto suas asserções com pretensões de validade enquanto verdade quanto suas ações com pretensões de validade como intervenções eficazes, compreendendo as potenciais limitações irracionais a que estes estão sujeitos. A incapacidade de aprender a partir de fracassos, a partir da refutação de hipóteses e do insucesso de algumas intervenções, bem como a utilização dogmática de seus próprios meios de expressão, seriam indícios de um comportamento *irracional* neste sentido. (HABERMAS, 2012, p. 49-56)

Influenciada tanto pelo conceito de *interação mediada por símbolos* de George Mead, quanto pelo conceito de *agir guiado por normas* de Max Weber, a ideia de *agir comunicativo* considera tanto asserções quanto ações como *exteriorizações simbólicas* com pretensões que podem ser criticadas e defendidas em termos de argumentação, ou seja, podem ser fundamentadas seja em relação à veracidade ou à eficácia (HABERMAS, 2012, p. 33). Ao se aproximar do pensamento pragmatista de Mead e conferir às ações uma dimensão comunicativa, esta racionalidade se torna compatível com os estudos pragmatistas de Watzlawick e Goffman, citados anteriormente. A concepção de *racionalidade comunicativa* não abrangeria todo escopo do que pode ser considerado racional, entendendo a existência de uma *racionalidade cognitivo-instrumental* voltada para ações que visam inúmeras finalidades sem intenções comunicativas.

A *racionalidade comunicativa* representa um avanço no sentido de estender a racionalidade na comunicação para além das instâncias formais de debate e refinamento de informação política, abarcando as inúmeras interações cotidianas em diversas arenas sociais, quer envolvam asserções verbais tradicionalmente associadas ou ações com pretensão de validade:

> Portanto, a racionalidade inerente à prática comunicativa cotidiana remete à prática argumentativa como instância de apelação que possibilita dar prosseguimento ao agir comunicativo por outros meios, quando não se pode mais abrandar um dissenso por meio das rotinas do dia a dia, mas ainda se deve, não obstante, decidir sobre ele sem o emprego imediato ou estratégico de violência (HABERMAS, 2012, p. 47-48)

Estas concepções de racionalidade provenientes de diferentes disciplinas confirmam sua forte dimensão social, necessariamente vinculada à interação e próxima à prática retórica. Se a associação com Mead mostra uma aproximação com os estudos de interação, a utilização de Toulmin para problematizar a argumentação mostra um diálogo com o campo da retórica.

Em sua diversidade, tanto a concepção de Habermas quanto de Downs (reconhecendo a existência de diferentes atualizações destes pensadores, mas não levando-as em consideração em sua análise) são criticadas por Chantal Mouffe. Embora julguemos que suas propostas envolvendo agonismo pluralista e uma releitura de Carl Schmitt sejam importantes, e que ambas as questões sejam abordadas em outros tópicos deste trabalho com auxílio da autora, neste ponto específico a crítica em questão nos parece insuficiente. Nas palavras de Mouffe:

> By privileging rationality, both deliberative and the aggregative perspectives leave aside a central element which is the crucial role played by passions and affects in

> securing allegiance to democratic values […] In all cases they are abstracted from social and power relations, language, culture and the whole set of practices that make agency possible. (MOUFFE, 2000, p. 95)

No entanto, a concepção de *racionalidade de baixa informação* presente na atualização de Popkin e a ideia de *ação comunicativa* de Habermas não se enquadram nesta crítica. Como exposto anteriormente, são concepções de racionalidade iminentemente coletivas, informais e diversas da racionalidade iluminista clássica, assiduamente criticada pela autora. A concepção intersubjetiva da objetividade necessariamente coloca a realidade como algo construído coletivamente e não dado *a priori*.

Restaria a crítica à tentativa de alcançar consensos por parte dos deliberacionistas, crítica esta que se restringe a arenas formais de deliberação, o que não vai atinge o entendimento do comportamento enquanto ação comunicativa, que aponta para concepções de debate mais complexas que a deliberação entre iguais buscando consenso. Diferentes autores apontam para a deliberação tomada como processo de interpretação coletiva de longo prazo e não apenas como tomada de decisão. No longo prazo, as condições de racionalidade e reciprocidade são menos ideais do que na ocasião dialógica singular, e os procedimentos do discurso prático não são tão exigentes quanto o são no discurso singular, dialógico e único. Este entendimento permite pensar a dimensão cultural mais ampla e abrangente, envolvida na formação de preferências e convicções e não apenas na agregação de interesses para competição. Não se espera que os cidadãos estejam sempre aptos a expor formal e racionalmente suas próprias necessidades, reconhecendo que estes tem desejos mas "raramente um conjunto ordenado e coerente de preferências". (GOMES e MAIA, 2008, p. 279).

Nas palavras de Gomes e Maia:

> Na definição contemporânea de Habermas, a esfera pública, como *locus* da discussão, está associada tanto às interações simples que ocorrem nas arenas conversacionais da vida cotidiana quanto aos fóruns mais ou menos organizados da sociedade civil [...] A comunicação informal, que se desdobra livremente entre indivíduos e comunidades, fora das arenas políticas formais, deve ser vista como recurso importante para uma interpretação produtiva de preocupações políticas e formulação de demandas a serem enviadas ao corpos deliberativos e deliberativos do sistema político. (GOMES e MAIA, 2008, p. 280-281)

Não há a defesa da tão criticada busca por consenso racionalista denunciada por Mouffe, uma vez que, diferentemente do debate singular e formal, a comunicação informal não tem como objetivo uma tomada de decisão obrigatória, nem exige tempo e lugar previamente determinados. Para os autores, o discurso prático diria respeito a um processo comunicativo mais disperso e reflexivo, como já aconteceria, com maior ou menor

intensidade, na vida cotidiana, e a reavaliação de posições ocorreria com maior frequência no intervalo entre os debates e não no momento em que o debate transcorre (GOMES e MAIA, 2008, p. 290-292).

Vale notar que uma antiga incompatibilidade entre as concepções de deliberação dos estudos de retórica e dos chamados deliberacionistas, apontada por Garsten, perde relevância a partir da aproximação do pensamento deliberacionista com o discurso prático e com a racionalidade comunicativa:

> The rhetorical approach to deliberation differs to this recent theories in that it appeals to no concept of public reason, accepts that publicity and transparency are not always best, and suggest that partiality, passion, and even prejudice have a legitimate and often productive role to play in democratic deliberation (GARSTEN, 2009, p. 5).

As menções anteriores a Toulmin presentes neste trabalho confirmam que a aproximação com este autor implica a rejeição de leis éticas universais, invalidando pressuposições sobre pureza no âmbito moral, essências em termos de identidade, raça, gênero, etc., o reconhecimento de que a definição dos limites de categorias metodológicas científicas são necessariamente arbitrários, bem como a rejeição da imagem da ciência como árbitro de valores, isento e neutro (TOULMIN, 2001). A perspectiva da imanência, ou seja, a ideia de que todas as coisas partem do mesmo âmbito (não havendo âmbito transcendente fora da imanência) também está presente em Habermas. Estas também são as bases comuns ao que é apontado como axioma pós-estruturalista (WILLIAMS, 2012) e este último é exatamente o axioma que Mouffe propõe em *The Democratic Paradox* como auxílio para compreensão da democracia, em oposição ao pensamento deliberacionaista habermasiano.

Considerando a defesa de autora de que "Schmitt is an adversary from whom we can learn, because we can draw on his insights", tomando do autor diversos pontos importantes para seu raciocínio, mas negando a pertinência da conclusão de Schmitt (MOUFFE, 2000, p. 57), consideramos que entre a suposta ideia de consenso em Habermas e a ideia oposta de agonismo pluralista de Mouffe, não há uma incompatibilidade maior do que a existente entre a defesa do agonismo pluralista em Mouffe em oposição à ideia de que a democracia liberal está fadada ao fracasso em Carl Schmitt.

Mouffe tem, ainda, pontos de convergência com o pensamento pragmatista, um vez que, assim como Watzlawick, Beavin e Jackson (2007) aborda a questão da indecidibilidade com referências ao pensamento de Ludwig Wittgenstein. A defesa da existência de uma "indecidibilidade" em Wittgenstein está relacionada ao paradoxo de que o "mundo", em sua

totalidade, só poderia ser conhecido por um ator externo que o toma por objeto, mas a própria existência de um ator fora do "mundo" redefine as fronteiras do que é entendido por esta palavra. Deste modo, este ator é incluído no que se entende por "mundo" fazendo com que ele deixe de ser externo ao objeto que pretende conhecer. (WATZLAWICK et al, 2007, p. 246-249; MOUFFE, 2000, p. 60-79).

As diferentes concepções de racionalidade expostas anteriormente mostram uma aproximação de diferentes áreas de estudo voltadas para comunicação rumo a autores do pensamento pragmatista bem como com postulados dos estudos sobre retórica. Esta aproximação confirma a pertinência da adoção de preceitos do pensamento pragmatista ao mesmo tempo em que se distancia do suposto irracionalismo decorrente da contestação de verdades unívocas e universais pelos postulados da epistemologia proposta por estudiosos da retórica. Deste modo, é possível assentar avaliações sobre posicionamentos e argumentos racionais em uma base compatível com a prática retórica e seus postulados, possibilitando a análise de argumentos que circulam por redes transnacionais, perpassando diferentes culturas, hábitos de aquisição e ambientes de informação, sem desconsiderar sua dimensão emotiva.

As diferentes origens destes conceitos de racionalidade dialogam com os diversos estudos sobre internet e política utilizados na segunda parte deste trabalho: estudos sobre o impacto político de hábitos de consumo de mídia dos cidadãos na internet; utilização de atalhos de informação para construção identidades políticas através de antagonismos; interações cotidianas difusas e sua relação com debates públicos ampliados; influência de metáforas estruturais e enquadramentos no papel atribuído às tecnologias da comunicação; impacto de diferentes enquadramentos na topologia de redes de ação política; entre outros. Estas concepções de racionalidade, suas convergências e divergências, contemplam agonistas, deliberacionistas, e estudiosos dos hábitos de consumo de informação e comportamento.

Uma vez que a relação dos cidadãos com organizações transnacionais e com a esfera política não ocorre em um ambiente abstrato onde estas concepções de racionalidade se manifestam livremente, mas sim em ambientes onde a aquisição e circulação de informações ocorrem por diferentes tipos de mediação tecnológica, cultural e interpessoal, cabe analisar as contingências envolvidas na valorização cultural destas tecnologias e seus usos, bem como a estigmatização da retórica. A variação nas metáforas estruturais utilizadas para descrever a retórica e suas relações com as tecnologias da comunicação precisam ser vistas em perspectiva para que se possa avançar no entendimento das relações entre estas duas áreas.

1.4 **As palavras sem boca: tecnologia e universalismo das metáforas bélicas a redes elétricas**

A dinâmica metafórica do processamento de informação citada anteriormente possui efeitos colaterais notáveis. Embora possamos entender melhor aspectos de um conceito nos termos de outro, isso faz com que, necessariamente, deixemos de lado aspectos do primeiro conceito incompatíveis com o segundo. Este fato já era reconhecido pelos estudos sobre retórica: ao descrever uma batalha como um jogo de xadrez, por exemplo, subtrai-se dela boa parte de seu aspecto emotivo e impulsivo (PERELMAN, 1997, p. 340).

O entendimento de que a metáfora pode "transferir" (*meta pherein*) o sentido de um conceito para o outro com o objetivo persuasivo está presente desde a acepção grega da palavra (LEACH, 2002) e o reconhecimento de uma metáfora que funciona como chave de leitura e dá sentido para diversos outros conceitos dentro de uma cultura específica nos leva de volta ao conceito de *metáfora estrutural*. (LAKOFF e JOHNSON, 2002).

A valorização social da retórica e a validação de seus estudos enquanto forma de produção de conhecimento mantêm uma relação histórica com esta dinâmica. A maioria das metáforas tradicionalmente utilizadas para dar sentido à retórica associa argumentação com 'guerra por outros meios'. Nesta conceituação, os aspectos desta prática que não podem ser enquadrados em termos bélicos ou antagonistas passam para o segundo plano.

Metáforas como 'ataques certeiros', 'posicionamento estratégico', 'defesa de linhas específicas', 'minar a base do adversário', 'atacar pontos frágeis', 'ataque preventivo', 'contra ataque', 'forçar rendição em pontos estratégicos', 'vencer', 'fazer campanha', etc., predominantes em países ocidentais de língua inglesa, confirmam esta afirmação (LAKOFF e JOHNSON, 2002). Esta relação ganha dimensões ainda mais antigas quando consideramos que a palavra inglesa para 'polêmica' deriva da palavra grega para 'guerra'. (JAMIESON, 1990).

Em uma perspectiva histórica, no entanto, esta *metáfora estrutural* não é estática e se transforma de acordo com rupturas culturais e mudanças no tempo-espaço e onde o ato persuasivo transcorre. Séculos após as afirmações de Hobbes de que a "língua eloquente é uma trombeta para guerra civil" (GARSTEN, 2009) e com sentido diverso, a metáfora da argumentação e da retórica como guerra tem relação estreita com a metáfora que aponta a eloquência como "fogo". No século XIX, descrições como a do clérigo presbiteriano Lyman Beecher propõem que a "eloquência é a lógica em chamas", e Oliver Wendell Holmes afirma que a eloquência deve "incendiar a razão" (JAMIESON, 1990).

A metáfora do fogo dá destaque a aspectos da eloquência como algo valioso embora imprevisível e ao mesmo tempo temido, algo que produz benefícios quando utilizado maneira hábil, mas que é potencialmente destrutivo nas mãos de inimigos perspicazes. A metáfora também captura o elogio à disposição para atacar, inflamar/entusiasmar e vencer as audiências mais convictas e impassíveis. Uma arma que pode ser apropriada habilmente em uma batalha e que certamente não serve apenas a um dos lados da contenda. (JAMIESON, 1990).

Nesta simplificação, em termos gerais, a audiência é entendida como objeto a ser conquistado ou inimigo, o orador como guerreiro portador de poder e a persuasão como algo poderoso, não necessariamente relacionado à dimensão racional. A valorização destas características em oradores também tem relação com o espaço imediato no qual o ato persuasivo ocorria e com o discurso oral performático, ampliado apenas por variáveis acústicas.

A imposição da voz e a gesticulação agressiva se estabeleciam como artifícios para ser ouvido e prender a atenção de grandes audiências antes da possibilidade de amplificação eletrônica. É difícil pensar em uma retórica conciliadora na vocalização de berros que conduz prontamente a situações combativas (JAMIESON, 1990). Na perspectiva de Walter Ong: "A atividade corporal que acompanha a mera vocalização não é eventual ou arquitetada na comunicação oral, mas natural e até mesmo inevitável. Na verbalização oral, particularmente a pública, a imobilidade absoluta é em si um gesto que impressiona" (ONG, 1998, p. 81).

Este conjunto de características pode ser entendido como a *presença* do orador e mantém estreita relação com as mediações da retórica. Nos estudos desta área, a ideia de *presença* dos argumentos na consciência dos ouvintes é valorizada como algo de importância capital na relação entre as premissas e seus efeitos durante a recepção:

> Daí também a importância capital de tudo que pode fornecer presença aos argumentos: empenha-se para pôr no campo da consciência e para nele manter os elementos que deverão acarretar a adesão; o estilo 'enfático', destinado a suscitar as emoções, terá como função primordial fixar o pensamento (PERELMAN, 1997, p. 374).

O fato de muitos módulos orais tradicionais em ambientes teatrais ou igrejas serem pouco compatíveis com a lógica dos suportes impressos é notado por Donald McKenzie. De acordo com o autor, antes do ajuste da sociedade inglesa à difusão da imprensa seria possível perceber uma atmosfera de medo e ansiedade envolvendo a adoção da nova tecnologia. Uma importante e irreconciliável diferença entre a fala e a impressão estaria associada com a perda da já citada *presença* do orador e de suas virtudes. Embora a relação de pregadores religiosos com o texto esteja presente no momento em que este lê e escreve seu sermão, a ideia de

sermões impressos contrariava a ideia de que 'a palavra de Deus' deveria ser *ouvida* e não *lida*, bem como o fato de não se poder ouvir sem a presença de um pregador, gerando diversas posições hostis com relação à distribuição de sermões impressos a serem lidos pelos fiéis (MCKENZIE, 2002). Mesmo o fato de se tratar de uma tradição religiosa apoiada na Bíblia não atrapalha a defesa da primazia do oral sobre o impresso: como na leitura da bíblia em voz alta, "sempre se pensa em Deus 'falando' a seres humanos, não escrevendo para eles". (ONG, 1998, p. 89). São Paulo afirma que "A fé vem dos ouvidos" (10:17).

É importante notar que a resistência não se referia ao texto propriamente dito, uma vez que o texto escrito manualmente continuava tendo sua função econômica e social mesmo depois da inserção do impresso. Longe de desaparecer com o advento da prensa, a publicação de textos em cópias manuscritas continuou a ter um papel comercial ativo ao longo do século. Os manuscritos eram economicamente competitivos porque imprimir exigia um alto investimento inicial e o preço das unidades impressas só poderia ser reduzido nos casos em que eram produzidas grandes quantidades de cópias (MCKENZIE, 2002). A impressão se aproxima do discurso público, enquanto a escrita era vista como um registro mais restrito, informal, muitas vezes pessoal e efêmero. Estas diferentes relações com a escrita e com o impresso podem ser relacionadas a maior ou menor proximidade destes meios com as dimensões analógicas ou digitais da comunicação, analisada em tópicos posteriores.

É preciso reforçar a ideia de que a fala, o impresso funcionavam em uma dinâmica complementar e não excludente em relação ao manuscrito informal e ao discurso oral. Seguindo a exemplificação de MCKENZIE:

> não se para de falar quando se aprende a escrever, não se para de escrever quando se aprende a imprimir e nem de ler, escrever ou imprimir quando se entra na "era eletrônica". São textos que trabalham de forma complementar e não competitiva ou mutuamente exclusiva. (MCKENZIE, 2002, p. 238)

Como exposto anteriormente, a valorização da racionalidade pura e a aproximação com o mito do objetivismo, paralelo à crescente associação entre apelo emocional e engano, faz com oradores passem a ser apontados como demagogos, ignorando, por exemplo, o fato de que os gêneros persuasivos têm relações intrínsecas com o estudo dos discursos do processo judicial (retórica forense) e conjecturas sobre o futuro (retórica deliberacionista). (LEACH, 2002).

Se desde Cícero a oratória era considerada uma atividade honorável, a partir do séc. XIX ela passa progressivamente descrita como algo 'pomposo' em sentido pejorativo, a suscetibilidade às emoções torna-se uma suposta marca de feminilidade, e a resistência dos

“homens racionais” a apelos emotivos é valorizada como um traço distintivo. A ideia de “inflamar” a audiência se torna uma marca da demagogia e inflamar paixões passou a ser aceito como objetivo legítimo para amantes, não para líderes (JAMIESON, 1990).

Soma-se a isso o fato de nenhum dos cinco cânones tradicionais da retórica (Invenção, Disposição, Estilo, Memória e Apresentação) abrir mão da emoção enquanto ferramenta persuasiva. Dos três elementos que compõem a etapa de Invenção – *ethos*, *pathos* e *logos* – dois têm relação direta com apelos emocionais: a identificação da validade moral e autoridade do orador em um contexto específico no caso do *ethos* e os argumentos com intuito deliberadamente emotivo e inflamado no caso do *pathos* (LEACH, 2002).

Estigmatizada no campo político e científico, paulatinamente a antiga *metáfora estrutural* bélica deixa de corresponder ao que era socialmente valorizado pelas elites intelectuais em termos de retórica e persuasão. Aonde antes se esperava ser conquistado por artes de guerra, cada vez mais se espera um convencimento vinculado a uma arte “científica”, conversacional, propícia ao consenso e compatível com a “verdade”.

A ascensão do rádio nos Estados Unidos acelerou o afastamento da oratória de massa exaltada rumo à ideia de *conversação* pública. A relativa popularização deste meio faz com que os espaços públicos deixem de ser os ambientes preferenciais para o exercício de discursos públicos, que passam a alcançar uma audiência maior entre espectadores espalhados por diversos domicílios privados. A emergência de uma modalidade mais amistosa e conciliadora de comunicação em massa, ao mesmo tempo mais controlada e com uma nova forma de *presença*, ampliava ainda mais a necessidade de novas metáforas.

Esta difusão dos meios de comunicação eletrônicos paralelamente a retração dos espaços públicos teriam provocado uma importante revalorização do âmbito privado. A popularização do telefone e a possibilidade de participação ao vivo dos ouvintes tornam esta relação ainda mais complexa, com intervenções ao vivo de ouvintes em discussões públicas. Na América Latina, diferentes programas de rádio se apropriariam da ideia de *confessionário midiático,* onde locutores se colocam entre os atores entendidos como “psicólogo dos pobres” – considerando que a maioria das chamadas viria de setores populares – além de programas que contam com psicólogos profissionais (WINOCUR, 2002, p. 120).

A possibilidade de anonimato fomentaria as confissões e permite uma publicidade anônima, colocando temas privados para discussão pública sem que os estigmas associados a estas confissões sejam diretamente impostos a quem utiliza o rádio. Programas que apelam para a relação entre a possibilidade de anonimato e expressão com amplo alcance, se voltam para grupos estigmatizados, como no caso de programas voltados para homossexuais, e o que

seria motivo de exclusão no entorno social do participante se torna, no programa de rádio, condição de pertencimento (WINOCUR, 2002, p. 125). As alterações no posicionamentos destes grupos é semelhante ao que seria notado por Meyrowitz em sua análise sobre a difusão da televisão. Nas palavras de Winocur: "La narrativa radial evoluciono desde um imaginario de inclusión de la diferencia hasta um imaginario de diversificación de la experiência, donde los que son diferentes ya no reivindican ser incluidos, sino reconocidos e respetados" (WINOCUR, 2002, p. 197).

No momento em que o rádio coloca todo ouvinte aparentemente "próximo" daquilo que é dito, mantendo um tom de conversa, isso não só descarta a necessidade dos já citados berros que conduziam os discursos a grandes públicos em uma situação propensa à linguagem combativa, mas também retoma elementos da persuasão analógica face a face na comunicação de massa. As falas passam a buscar paralelos com situações familiares, realizando a propensão a uma retórica de conciliação e se apropriando de situações familiares simplificadas com finalidades persuasivas, cada vez mais substituídas por mensagens diretas, personalizadas, com emoções mais associadas à esfera privada. Essa sensação de proximidade, de estar no mesmo ambiente do interlocutor, retoma a *presença* que teria sido perdida pela frieza do texto impresso sem herdar o estigma relacionado com as falas inflamadas e emotivas do discurso oral.

Neste ponto, vale pensar que a lógica da *imediação*, segundo a qual um meio adota técnicas que aumentam as camadas de mediação tentando fazer com que os traços perceptíveis de sua mediação desapareçam, nos deixando aparentemente na presença daquilo que é apresentado nele e negando o aspecto mediado desta relação (BOLTER e GRUSIN, 2000). Este pode ser um elemento interessante frente à retomada da *presença*, tão valorizada nos modos orais, pelo rádio. A *presença* do orador frente à audiência, decorrente deste processo de negação do aspecto mediado da comunicação de massa, tem consequências interessantes exploradas por diversos oradores e também pode ser relacionada a mudanças no espaço onde o ato persuasivo transcorre.

Cada vez mais uma nova *metáfora estrutural*, a metáfora 'elétrica', captura as práticas que este meio ajuda a consolidar: bons oradores e argumentadores seriam aqueles que conseguem 'transmitir' conceitos, 'conduzir' audiências, 'eletrificar' o público, 'conectar' ouvintes em 'ondas', fazer com que fiquem 'ligados', 'canalizar' anseios, 'neutralizar' a fala de um oponente, 'gerar' (não mais 'conceber') ideias. A capacidade de 'eletrificar' uma audiência passa a ser considerada valorosa e muitas vezes indispensável por antologistas desde o início do século XX. (JAMIESON, 1990).

Como apontado anteriormente, a ascensão do rádio ao norte e ao sul do continente americano acelera o afastamento da oratória exaltada rumo à ideia de *conversação* pública. A emergência de uma modalidade mais amistosa e conciliadora de comunicação em massa, ao mesmo tempo mais controlada e com uma nova forma de *presença*, ampliava ainda mais a "exigência" por novas metáforas.

O 'entusiasmo' é aceito mesmo sendo uma emoção e entendido nestas metáforas não como arma do orador, mas como resultado do contato entre audiências e as ideias 'transmitidas' por este. Isso mantém coerência com a ideia de que há uma razão maior, posta em contato com os homens racionais por pessoas esclarecidas que já estão em contato com esta e que 'transmitem' seu conhecimento. A possibilidade de consenso passa a poder integrar debates envolvendo camadas mais amplas da população.

Seguindo a análise de Meyrowitz, a diferença entre diversas tecnologias e particularmente entre imprensa e tecnologias audiovisuais eletrônicas seria a diferença entre símbolos digitais ou discursivos e símbolos de apresentação (presentational) ou analógicos. Símbolos discursivos ou digitais (de acordo com a filiação teórica a Langer ou Watzlawick, respectivamente) seriam abstratos e arbitrários, formados pela combinação de unidades preestabelecidas, sem semelhança física com os objetos que representam, subordinada a uma estrutura sintática que não tem semelhanças com a estruturação dos objetos representados. (MEYROWITZ, 1985, p. 93-114).

Nas palavras de Watzlawick:

> Por outras palavras, a esses números são arbitrariamente atribuídos nomes de código que têm tão pouca semelhança com as grandezas reais quanto os números de telefone com os seus assinantes [...]. As palavras são sinais arbitrários que se manipulam de acordo com a sintaxe lógica da linguagem. Não existe qualquer motivo particular para que as quatro letras "g-a-t-o" denotem um determinado animal. Em última análise, trata-se apenas de uma convenção semântica da nossa linguagem e, fora dessa convenção, não existe qualquer outra correlação entre uma palavra e a coisa que ela representa, com a possível mas insignificante exceção das palavras onomatopéicas. (WATZLAWICK et al, 2007, p. 56-57).

As unidades ordenadas sintaticamente podem ser ordenadas de formas diferentes, de modo a continuar descrevendo os mesmos objetos, e a alteração de uma palavra em um texto pode alterar todo o sentido da frase. Esta categoria simbólica é propícia à representação de ideias abstratas, como a ideia de "feminilidade". (MEYROWITZ, 1985, p. 93-114; WILDEN, 2001).

Por outro lado, a comunicação analógica seria constituída pela postura, gesto, expressão facial, tonalidade e inflexões de voz, ritmo e cadência das palavras, e diversas

outras manifestações não-verbais imperativas em qualquer contexto de interação humana. (WATZLAWICK et al, 2007, p. 57). Símbolos de apresentação ou analógicos guardariam uma relação de semelhança direta com o representado, através de proporções, cores, texturas, tonalidades de som. Embora possam retratar com fidelidade mulheres específicas, dificilmente pode retratar categorias abstratas como "feminilidade" sem recorrer a uma pessoa em particular. Ao mesmo tempo, mesmo um boneco palito representando pessoas se pareceria mais com pessoas do que a palavra 'pessoa'. Esta categoria de símbolos seria marcada por sua continuidade e relativa indivisibilidade. Um rearranjo alteraria esta relação de semelhança e dificilmente possibilitaria a construção de uma mensagem equivalente (MEYROWITZ, 1985, p. 93-114).

De acordo com o autor, enquanto um texto não possibilita muitas inferências sobre a aparência, vícios de fala, aptidão para expressão pública de suas ideias sem mediações tecnológicas, etc., uma breve aparição televisiva ou uma entrevista no rádio rapidamente expõem estes elementos. Há um caráter mais impessoal e abstrato nas modalidades digitais e discursivas de comunicação a despeito da possibilidade de transmitir mensagens pessoais através delas. Se ao final de uma mensagem discursiva a reação mais frequente é questionar a veracidade ou logicidade do raciocínio desenvolvido no texto, a resposta mais comum a um discurso transmitido pela televisão seriam considerações a respeito da pessoa que discursou, se parece nervoso, sincero ou confiante, e não da logicidade intrínseca ao discurso em si. Nesta última situação, a distinção entre as emoções supostamente privadas e o comunicado público se torna turva (MEYROWITZ, 1985).

Há uma retomada, portanto, da importância do *ethos* e *pathos* em seu sentido tradicional, atuando conjuntamente com o *logos*, o que mostra a importância da dimensão analógica da comunicação para o estudo de retórica. Trata-se de uma área que sempre considerou a importância do caráter performático da expressão de argumentos e da importância de determinados comportamentos como referências de legitimação de debatedores e validação de uma dada asserção persuasiva. A tentativa de aplicação da retórica a textos isolados (predominantemente digitais, a despeito da possibilidade de utilizar metáforas, analogias, etc.), por exemplo, perde parte importante dos elementos culturais externos aos textos que participam de sua validação social e caráter persuasivo.

Um exemplo interessante para compreensão das diferenças entre modalidades digitais e analógicas de comunicação é o fato de que uma pessoa dificilmente aprende um idioma desconhecido apenas por escutar esta língua em uma transmissão de rádio, mas pode facilmente retirar informações básicas da observação da linguagem de sinais e movimentos

intencionais da respectiva cultura, mesmo que ela seja completamente diferente. (WATZLAWICK et al, 2007, p. 57). Estas duas modalidades de comunicação estão intimamente relacionadas na comunicação humana, embora a comunicação digital se preste mais fácil e completamente à digitalização e a analógica seja mais dificilmente incorporado neste processo e remeta com mais facilidade às relações humanas face a face.

O papel das linguagens digitais no desenvolvimento tecnológico e aumento da capacidade de transmissão de *conteúdo* é reconhecido sem muita dificuldade, particularmente depois que a popularização do computador digital e de tecnologias online, e tornaram-se fortemente associado à ideia de tecnologias "digitais". O caráter específico da comunicação analógica, por sua vez, reside em seu aspecto *relacional*, notado em estudos de Gregory Bateson sobre a função de gestos analógicos na definição e enquadramento de relações entre diferentes animais. Nas relações entre animais e humanos, estes primeiros são sensíveis a indicações analógicas que acompanham nossas palavras e manifestações, embora não decodifiquem sua lógica sintática digital. (WATZLAWICK et al, 2007, p. 58).

Esta distinção é importante uma vez que a dimensão relacional e analógica da comunicação, que ocupam uma função privilegiada dos estudos de análise retórica tradicional, perde espaço quando se assume que a adoção da retórica como base epistemológica impõe uma análise textual sobre elementos persuasivos que se esgotariam em textos e modalidades digitais de conteúdo.

É importante, no entanto, diferenciar a dimensão analógica ou digital do conteúdo e a dimensão analógica ou digital do suporte tecnológico que torna este conteúdo palpável. Uma tela de computador, com funcionamento binário-digital, pode expor uma imagem que é percebida em termos analógicos, ao mesmo tempo em que um caderno de papel pode ser utilizado como base para escrever mensagens utilizando códigos digitais. Esta distinção é fundamental para entender as imposições que os dispositivos digitais com acesso a internet impõem à interação mediada e que são ignorados na maior parte das análises sobre internet e política.

O rádio e a televisão trariam de volta um forte elemento analógico para comunicação mediada, o que implica uma relação potencialmente mais intuitiva e empática com as mensagens, que se tornam diretamente acessíveis para grupos com diferentes graus de escolaridade. A ascensão da televisão teria reduzido a importância de habilidades específicas para aquisição de informação política. Ao oferecer informações visuais, a televisão ofereceria uma alternativa aos modos verbais de processamento de informação como um modo para aprender sobre política. Isso faria com que o contato acidental e não planejado com

informação política ganhe uma importância crescente para compreensão do conhecimento de diferentes segmentos da sociedade em relação aos acontecimentos políticos (PRIOR, 2007, p. 48).

Além disso, a relação com estes meios se diferencia da relação com meios impressos pela distinção entre plataforma e conteúdo: se em livros há uma maior propensão a confundir suporte e conteúdo, fazendo com o acesso ao conteúdo seja mediado por diferentes atores envolvidos na aquisição do suporte livro – livreiros, bibliotecários, professores, etc. – interferindo na circulação dos conteúdos por diferentes grupos e faixas etárias autorizadas, no rádio e televisão a aquisição destes suportes por uma família permite que diferentes conteúdos possam ser acessados mais diretamente por seus membros, crianças e adultos, de acordo com escolhas privadas. (MEYROWITZ, 1985).

Outro ponto interessante é que enquanto a aquisição de um livro em geral implica algum tipo de associação e muitas vezes seja um investimento em construção de identidade, seja no momento de aquisição ou de leitura, a aquisição do suporte e exposição a conteúdos televisivos têm uma relação menos associativa com conteúdos específicos. O hábito de assistir televisão para saber "o que as outras pessoas estão vendo" mesmo mantendo críticas à programação em questão é um hábito interessante neste sentido (MEYROWITZ, 1985). O contato potencial de adultos e crianças que não comprariam livros sobre biologia e podem ter contato com este tipo de conteúdo em programas de curiosidades, por exemplo, cresce consideravelmente, seja por consumo acidental ou motivado.

A dimensão analógica retoma diferentes características tradicionalmente atribuídas a culturas predominantemente orais, em oposição a "culturas letradas". Um ponto de contato interessante com estudos de Ong neste sentido é a ideia de que na cultura oral existiriam temas e fórmulas segundo os quais todas as histórias são construídas de diferentes modos, mas compatíveis com a memorização e cultura em que se encontram. Particularmente, a defesa de que na cultura oral o presente impõe sua própria economia a lembranças passadas, permitindo que as partes inconvenientes do passado sejam esquecidas em virtude das exigências de continuidade do presente, e que a originalidade não consiste em introduzir novo material, mas em adaptar o material tradicional de modo eficaz a cada situação e/ou ao público específico (ONG, 1998). Na terminologia retórica, dir-se-ia que se trata de uma modalidade de *lócus* argumentativo extremamente enraizado nestas culturas.

Em um cenário muito diferente, esta dinâmica se assemelha com a descrita por Kathleen Jamieson ao estudar especificamente as fórmulas e funções das frases de efeito que remetem ao legado de presidentes norte-americanos na linguagem política televisiva do século

XX (JAMIESON, 1990). A apropriação parcial de frases de efeito que definem vários presidentes estadunidenses por seus sucessores, assim como a redefinição de premissas basilares do 'legado retórico' de uma cultura institucional para encampar necessidades contemporâneas, é investigada de forma exaustiva pela autora.

A reinterpretação da formulação de frases de efeito – curtas e compatíveis com e lógica de edição televisiva – de forma a ampliar seu sentido original e aproveitar sua credibilidade em outro contexto, ou delimitar os sentidos que são identificados com a frase de acordo com a conveniência, desponta como uma constante nos discursos dos presidentes analisados. Novamente, a despeito das semelhanças, trata-se de uma sociedade totalmente diferente das estudadas por Ong, em uma cultura com intenso contato com a escrita, o que mostra uma retomada de uma dimensão analógica da comunicação antes associada a interação pessoal. Evidentemente, a função social destas fórmulas é diversa nestes dois contextos dadas as diferenças citadas anteriormente.

A entrada destas frases para o repertório da memória coletiva ganha um viés diferente através da interação com os meios de comunicação de massa. O fato de que na rotina dos veículos noticiosos a definição dos vencedores de um debate, por exemplo, ocorre pela seleção de momentos mais 'noticiáveis' – como momentos exóticos de exaltação e gafes – e não pelos mais constantes e monótonos, altera a repercussão social do debate uma vez que a maioria das pessoas que tem contato com este não o presenciaram. Como exposto por Jamieson a partir de suas análises, incoerências e imprecisões pontuais muitas vezes não são percebidas ou lembradas por aqueles que assistiram o debate pessoalmente, mas atendem a critérios de noticiabilidade e sua repetição diária nos meios noticiosos faz com que muitas vezes estes momentos sejam lembrados como uma marca inegável do evento na memória coletiva (JAMIESON, 1990).

No tocante ao discurso do orador, estas simplificações valorizam a habilidade de criar sinédoques e frases de efeito curtas, noticiáveis e memoráveis, que de certa forma equivalham ao argumento inteiro. A adequação destas sinédoques à rotina de edição de conteúdo dos meios de comunicação de massa faz com que os oradores com esta habilidade possam ter mais peso na definição midiática de certos eventos. Novamente, o caráter metafórico, metonímico e não-verbal da retórica ganha importância no enquadramento e atribuição de sentido a informações, interpretação de eventos e mesmo de interação com a memória coletiva. Em eventos televisivos como a chegada do homem a lua, a presença de discursos provavelmente reduziria o significado da mensagem analógica: muitas vezes discursos diluem e restringem o poder de mensagens não verbais sobre as audiências (JAMIESON, 1990).

Embora as falas exaltadas tenham sido, em boa parte, deixadas de lado na comunicação mediada, as novas estratégias de persuasão buscam mobilizar as emoções que tornem a audiência mais receptiva a determinadas mensagens, de maneira mais sofisticada e menos explícita.

O alcance da persuasão pela emoção e recursos afins é potencializada pelos meios eletrônicos. No audiovisual e particularmente na televisão a utilização de diferentes elementos e enquadramentos para criar um clima emocional que reforce a persuasão do discurso verbal, da trilha sonora à concatenação e apelo a simbolismos, é um exemplo disso (FIGUEIREDO et al, 1997). A possibilidade de simular uma conversa pessoal ou particular torna a persuasão ainda mais conciliadora e ao mesmo tempo sujeita a um tratamento informal, sensível a representações dramatizadas da realidade e propenso a simulações emotivas.

Neste sentido é interessante notar como o estilo, o viés teatral dos rituais envolvidos na prática retórica e a utilização de ferramentas analógicas como metáfora, analogia, metonímia e sinédoque no ato persuasivo foram apropriadas com sucesso por diferentes modalidades de propaganda comercial e política nos meios de comunicação de massa. (VEESTEGARD e SCHRØDER, 2000; FIGUEIREDO et al, 1997). Estes fatores também contribuíram para uma nova estigmatização da retórica, associando-a com a propaganda comercial e ao engano, além de retomar sua importância paralelamente à retomada da *presença* como fator estratégico na comunicação analógica nas tecnologias de comunicação eletrônicas.

Uma inovação crucial, no entanto, refere-se ao fato de que formas de comunicação envolvidas com o rádio e com a televisão estariam localizadas de forma menos precisa no tempo e no espaço e teriam perdido, em sua maioria, o caráter dialógico: discussões separadas temporal e espacialmente podem exercer influências recíprocas em uma interação que conjuga diferentes modalidades de contato sincrônico e diacrônico. Nas palavras de John Thompson, "elas subtraíram a visibilidade de ações e eventos do compartilhamento de um local comum". (THOMPSON, 1999, p. 212). O contato diacrônico, já presente em outros meios, mantém uma relação complexa com o contato sincrônico, em conteúdos que flutuam entre ambos.

Haveria uma experiência espaço-temporal descontinua uma vez que, nas palavras de Thompson: "A característica distintiva da televisibilidade é que ela combina presença audiovisual com distância espaço-temporal. Daí que os produtores estão presentes aos receptores mas ausentes do contexto de recepção" (THOMPSON, 1999, p. 91).

A associação entre esta última característica e a dimensão analógica da comunicação na televisão aberta fariam com que o círculo de convívio contingente aos diversos ambientes

da sociedade, seus diferentes códigos e valores, até então restritos espacialmente, sejam pressionados para uma confluência quando em contato com mediação tecnológica. Como apontado por Meyrowitz, o relato de pessoas que não percebem o quanto são pobres em relação ao resto da sociedade até a adolescência, justificando que anteriormente todas as pessoas com as quais mantinham contato direto viviam em condições similares, é um indicativo dessa relação. Por outro lado, crianças com acesso a televisão têm contato diário com referências e padrões de comparação que incluem símbolos de consumo e bem estar muito distantes de suas condições socioeconômicas, tornando a justificativa descrita anteriormente algo cada vez mais raro em ambientes com acesso à meios de comunicação eletrônicos. (MEYROWITZ, 1986).

Durante o movimento por direitos civis para os negros e contra a segregação racial nos Estados Unidos, a difusão da televisão teve como resultado inicial uma integração audiovisual de sistemas de informação até então segregados, e, diferentemente das hipóteses otimistas, o aumento da tensão social associada à atenção ao fato de que havia uma distribuição desigual de direitos. Meyrowitz aponta como as afiliações a estes grupos, antes fortemente baseadas em sistemas de informação locais relativamente isolados e experiências grupais diferenciadas, envolvem cada vez mais o sentimento de que lhes são negados certos direitos e experiências da sociedade mais ampla e que este é um traço em comum aos integrantes deste grupo social.

A divisão de públicos e a divisão de discursos colocada em questão pelo conteúdo homogêneo de meios eletrônicos *broadcasts* não significa recepção homogênea da mesma ideia por diversos grupos, mas uma relativa homogeneização da agenda e do conteúdo que serve de matéria prima a ser interpretada e utilizada como base para argumentos por estes grupos. Isso acelera e expande consideravelmente a reunião de casos de desrespeito até então entendidos como privados ou desagregados, que são cada vez mais interpretadas como típicas de um grupo inteiro. Assim como no exemplo de Winocur citado anteriormente, este processo teria sido acompanhado pelo aumento das exigências por igualdade de tratamento e de direitos (MEYROWITZ, 1986, p. 132-133).

A ampliação da possibilidade de interação mediada para o âmbito global paralelamente ao estabelecimento de direitos humanos internacionais assegurados por associações de Estados e tribunais supranacionais, fazem com que diferentes apropriações da internet mantenham relações complexas com esta lógica. Este é o cenário de fundo da emergência de organizações transnacionais intimamente relacionadas com tecnologias da comunicação online e da idealização das redes online como solução para os problemas políticos globais.

1.5 **A ascensão da rede: a esfera técnica como falso panteão da objetividade**

Ainda no século XIX, uma inovação tecnológica importante passa a ter influência decisiva sobre o imaginário da época. O advento do telégrafo elétrico a o avanço de uma infraestrutura de fios condutores ligando diferentes cidades provocava alvoroço tanto entre jornalistas e estudiosos da cultura quanto entre observadores leigos e cientistas de áreas diversas:

> Os fios não se pareciam com nada na arquitetura e com poucas coisas na natureza. Os escritores em busca de similitudes pensaram em aranhas e suas teias. Pensaram em labirintos. E havia outra palavra que pareceu apropriada: a terra estava sendo coberta, diziam as pessoas, por uma rede de fios de ferro. "Uma rede de nervos feitos de fios de ferro, ativada pelo raio, vai se ramificar a partir do cérebro, Nova York, para os distantes membros e órgãos", decretou o New York Tribune. "Toda uma rede de fios", escreveu a Harper´s, "tremendo de um extremo ao outro com os sinais da inteligência humana". (GLEICK, 2013, p. 160).

O advento da metáfora da *rede* enquanto modelo de funcionamento das tecnologias de comunicação envolvendo eletricidade, surge paralelamente à aceitação de que o tempo e o espaço estariam sendo 'aniquilados' pela expansão desta *rede*. Diferentes escritos afirmam que o poder dos jornais em criar sensações enganadoras seria consideravelmente reduzido, até mesmo em campanhas eleitorais, "pois o infalível Telégrafo vai contradizer suas falsidades tão rapidamente quanto estes conseguem publicá-las" (GLEICK, 2013, p. 154).

Esta invenção está intimamente relacionada com o avanço da ideia de uma infraestrutura internacional de comunicação que exige associação de diferentes países. A Conferência Internacional Telegráfica realizada em Roma, em 1872, a fim de regularizar as novas redes do planeta, contou com a presença de 22 Estados. Trata-se dos países e regiões que aderiram a União Telegráfica Internacional, fundada por ocasião de um primeiro congresso em Paris, 1865: "Na realidade, essa União representava a primeira instituição internacional da era moderna, a primeira instância internacional de regularização de uma rede técnica de comunicação". (MATTELART, 1997, p. 21).

Vale notar que, antes do telégrafo elétrico, no fim do século XVIII na França, o telégrafo ótico ou aéreo inventado por Claude Chappe espalhou semáforos por 534 estações em uma extensão de aproximadamente cinco mil quilômetros mantendo 29 cidades em

correspondência direta com a capital, em uma rede em forma de estrela a partir de Paris. (MATTELART, 1997, p. 16).

Não se trata apenas de uma inovação no tocante à transmissão de informações. Os paralelos entre fios e nervos alimentam a analogia segundo a qual, seguindo a descrição feita pelo escritor estadunidense Nathaniel Hawthorne em 1851, por meio da eletricidade "o mundo da matéria teria se tornado um grande nervo vibrando por milhares de quilômetros em frações de segundo, e o globo terrestre poderia ser uma vasta cabeça, um cérebro, profundamente imbuído de inteligência" (GLEICK, 2013, p. 134). Esta concepção é exemplar do surgimento de uma nova classe de ideias, uma espécie de 'nova consciência', que marcaria as expectativas e leituras das inovações tecnológicas envolvendo a comunicação social retomada durante todo o século seguinte.

A retomada da metáfora hobbesiana da sociedade enquanto um corpo orgânico paralelamente a defesa de que a tecnologia colocaria fim à sedição e ao engano é significativa, não só por dialogar com Hobbes, mas devido ao fato de que foi a quebra da representação simbólica da sociedade como um corpo orgânico que possibilitou o reconhecimento do pluralismo legítimo interno à sociedade e legitima seu reconhecimento na esfera política (MOUFFE, 2000, p. 103). Ao naturalizar a esfera política na forma de um corpo orgânico já constituído, há apenas um caminho certo, que supostamente ajudaria esse corpo a funcionar plenamente, e os demais são associados a enganos e disfunções orgânicas, desconsiderando a dimensão política das escolhas em questão e da própria distribuição de funções entre os "órgãos" deste corpo.

A rede relacionada à religiosidade técnica carrega, portanto, uma concepção extremamente centralizada onde um ponto específico domina a difusão de informações pela rede. No campo científico, os estudos de redes sociais de convívio cotidiano trazem uma concepção mais descentralizada para o conceito de rede, mantendo, no entanto, a valorização de uma dinâmica técnica para esta rede.

No começo do século XX, Jacob Levy Moreno dá início ao conceito de sociometria e à construção de sociogramas como método: composição de redes onde os pontos representam pessoas, e as linhas que conectam estes pontos representam as relações observadas entre elas. Trata-se de gráficos que buscam identificar sistematicamente as interações de um grupo e avaliar seus impactos no funcionamento deste, um dos métodos fundadores da *Análise de Redes Sociais*. Somam-se a este esforço estudos envolvendo interdependência entre grupos e seu ambiente; e estudos topológicos e geométricos envolvendo a teoria dos conjuntos, que,

diversamente das especulações "biológicas" do século anterior, buscavam propriedades matemáticas a dinâmica destas redes. (FRAGOSO et al, 2011, p. 116-118).

Para além dos sociogramas, a vertente decorrente desta proposta, a *análise de redes sociais*, possui outras influências, como a idéia de dinâmica social de Comte e mapeamento de relações sociais de Simmel. O posterior desenvolvimento da *Teoria das Redes* dá relevo a propostas que buscam as propriedades dinâmicas e instáveis destas redes, no lugar do foco em redes estáticas oriundo dos primeiros trabalhos sociológicos e matemáticos. (FRAGOSO et al, 2011).

A dimensão cultural desta guinada, no entanto, supera a simples alteração nos meios de comunicação utilizados. Trata-se da valorização social da esfera técnica como instância impessoal para produção de um conhecimento superior aos condicionamentos culturais, particularmente após a derrocada dos dogmas iluministas. A técnica seria o novo refúgio contra a inconclusão perniciosa resultante dos postulados da retórica.

A separação entre razão e emoção, e a atribuição do engano, erro, imoralidade e barbárie ao segundo termo, são subjacentes ao iluminismo fundamentado no dogma secular do progresso moral e político. Este dogma consistia precisamente na transferência das instâncias de esclarecimento e desenvolvimento ético da humanidade para os níveis de ensino e instrução pública – o liceu, a biblioteca, o letramento nas obras clássicas – e não mais para religiosidade que marcou a sociedade européia dos séculos anteriores. (STEINER, 1992, p. 81). A crueldade seria então, seguindo a análise de George Steiner, uma expressão direta da ignorância. As guerras do século XX apontaram a gravidade deste equívoco:

> Onde a cultura florescesse, a barbárie passaria a ser, por definição, um pesadelo do passado. Sabemos que não é assim. [...] Compreendemos hoje que as manifestações extremas da histeria coletiva e da selvageria de massa podem coexistir com uma conservação e até um desenvolvimento simultâneo das instituições, organismos burocráticos e códigos profissionais da alta cultura. Por outras palavras, as bibliotecas, museus, teatros, universidades, centros de investigação, nos quais e através dos quais a transmissão das humanidades e das ciências têm fundamentalmente lugar, podem prosperar na vizinhança dos campos de concentração. (STEINER, 1992, p. 83-84).

A valorização da arquitetura clássica e do estilo dórico admirado por Adolf Hitler pelo pavilhão nazista na Exposição Internacional de 1937 é uma indicação relevante neste sentido. Os pavilhões de outros Estados totalitários "compartilhavam um idioma arquitetônico classicizante, embora essa linguagem permitisse um espectro de opções, já que cada um deles tinha implicações ideológicas diferentes". (GINZBURG, 2014, p. 106).

Neste sentido é interessante voltar à proposta de Carl Schmitt sobre variações nos centros dominantes da vida intelectual europeia nos séculos anteriores ao XX. Estes centros seriam o teológico, o metafísico, o humanitário-moral e finalmente o econômico-tecnológico. Não se infere que haja uma linha de progresso ascensional, que nestes séculos tenha existido apenas centros de opinião absolutos que se sucedem sem conviver na mesma sociedade, ou qualquer lei que vá além do caso descrito:

> O que existe é antes uma pluralista justaposição de diversas etapas já percorridas; homens da mesma época e do mesmo país, sim, da mesma família vivem lado a lado em diferentes etapas e a Berlim de hoje, por exemplo, na linha aérea cultural situa-se mais perto de Nova Iorque e de Moscou do que de Munique ou Tréveris. Os setores centrais alternantes se referem portanto apenas ao fato concreto de que nesses quatro séculos de história europeia as elites dirigentes se alternaram, que a evidência de suas convicções e argumentos se alteraram constantemente, assim como o conteúdo de seus interesses espirituais, o princípio de sua ação, o segredo de seu sucesso político e a boa vontade das grandes massas para se deixarem impressionar por determinadas regiões. (SCHMITT, 1992, p. 108).

Sem dúvida, se a ideia de progresso remetia essencialmente ao progresso moral no século XVIII, posteriormente a ideia ganha uma dimensão fortemente associada à modernização técnica e econômica. Como descrito por Schmitt, o terremoto de Lisboa que no século XVIII gera uma enchente de literatura moralizadora, no século XX gera preocupação prática e teórica quase exclusivamente na esfera econômica e técnica. Como nas regiões anteriores, fora da região central, tudo se resolveria por si em consequência e de maneira subordinada a esta primeira, seja como produto do progresso teológico, moral, econômico ou técnico.

As sempre novas e surpreendentes invenções e realizações técnicas teriam levado ao surgimento de uma espécie de "religião do progresso técnico", para a qual todos os problemas da sociedade se resolvem por si mesmos graças a existência deste progresso. Haveria, na análise de Schmitt, uma passagem de uma religiosidade mágica para uma técnica igualmente mágica. Os problemas puramente técnicos teriam algo "agradavelmente objetivo" por conhecerem soluções que parecem evidentes, justificando a busca das pessoas por "se salvar da problemática inextrincável de todas as outras áreas e esferas na tecnicidade" (SCHMITT, 1992, p. 115-116).

Isso faria com que a esfera técnica ganhe tons de ser uma esfera de paz, entendimento, reconciliação, supostamente diferente das esferas expostas a posicionamentos radicais opostos. O novo recanto da razão objetiva imune a sectarismos subjetivos e à própria retórica seria, finalmente, o conhecimento técnico.

Confirmando as ressalvas de Schmitt, isso não significa que indícios desta religiosidade técnica estivessem ausentes do campo intelectual nos séculos precedentes, mesmo antes da ascensão do positivismo, o que fica particularmente evidente no programa político de Saint-Simon e seu *Conselho de Newton* como órgão supremo que mistura culto à ciência, a invenções e à técnica como uma espécie de nova religião reverente em relação ao físico:

> Esse conselho, segundo um dos programas de Saint-Simon, seria composto de três matemáticos, três físicos, três fisiólogos, três *littérateurs*, três pintores e três músicos; seu trabalho consistiria em criar invenções e obras de arte para o melhoramento geral da humanidade, e em particular descobrir uma nova lei da gravidade que se aplicasse ao comportamento dos corpos sociais e que mantivesse as pessoas em equilíbrio umas em relação às outras. (WILSON, 2006, p. 103)

A inovação posterior se refere à transição desta concepção para os mais variados ambientes da teoria e prática cultural, política e econômica, muitas vezes de maneira implícita e naturalizada, em relação à técnica e, particularmente, à tecnologia. Este novo recanto da razão, no entanto, não seria menos arbitrário que os anteriores, uma vez que o "progresso técnico" não é guiado de maneira autônoma, não precisa ser um progresso moral ou mesmo econômico. Nenhuma invenção técnica importante permitiria calcular quais serão seus efeitos objetivos e políticos, e estas poderiam amplificar tanto a paz quanto a guerra:

> A decisão sobre liberdade e servidão não está na técnica enquanto técnica. Ela pode ser revolucionária ou reacionária, servir à liberdade e à opressão, à centralização e à descentralização. De seus princípios e pontos de vista apenas técnicos não resulta nem um questionamento político e nem uma resposta política. (SCHMITT, 1992, p. 117).

A ideia de que a esfera técnica resolveria os problemas políticos da humanidade em geral está associada à ideia de que o progresso da tecnologia é ditado pelas necessidades da sociedade em que estes avanços acontecem. Há uma complexa interação entre inovações tecnológicas em diferentes campos, que vão da *diversificação*, como no desenvolvimento da televisão a partir do radar, da *aplicação* ou *transferência*, como a utilização de microprocessadores para o controle automático de câmeras fotográficas, ou *hibridação*, mistura de diferentes inovações tecnológicas em uma terceira (MAYNARD, 1997).

Os investimentos em novos mercados para fotografia, por exemplo, tiveram um papel crucial no desenvolvimento dos computadores caseiros, sem relações com percepções prévias da "necessidade" destes computadores ou qualquer previsão sobre este avanço combinado:

> In fact, the idea of necessity is a poor way of understanding human technological initiatives generally and poorer still in the context of modern popular consumer markets. Given their market applications, photographic inventions of the kinds listed seen more often mothers of (perceived) necessities […] the reason is simple: personal computers were made possible by the emergence in the early 1970 of microprocessors, tiny solid state structures that depend, crucially, upon the process of microfabrication of computer chips, which is itself a "photolithographic" technology (MAYNARD, 1997, p. 4-6).

De certa maneira, a leitura de que a técnica resolveria todos os demais problemas de maneira objetiva está presente na repercussão de inúmeras inovações tecnológicas posteriores, algumas citadas anteriormente. A associação entre a ideia de rede e o advento de tecnologias de armazenamento audiovisual marca a proposta do *World Brain* de H. G. Wells, já em 1938. Retomando a repetida metáfora que concebe o globo como uma cabeça e dos fios tecnológicos como nervos, universidades, instituições de pesquisa e literatura internacional deveriam se unir em um cérebro mundial voltado para um governo do mundo:

> Não queremos ditadores, não queremos partidos oligárquicos nem o governo de uma classe, o que desejamos é uma inteligência global e disseminada que tenha consciência de si mesma. (WELLS apud GLEICK, 2013, p. 424).

O cérebro mundial, um cérebro para a humanidade, constituiria a memória e a percepção da realidade para toda a raça humana, seria uma espécie de nova enciclopédia que transcenderia a forma estática do livro e que, para Wells, talvez "tenha a forma de uma rede". (GLEICK, 2013, p. 425).

Na segunda metade do século XX, no célebre trabalho *Du mode d'existence des objets techniques*, Simondon acusa o fato de que:

> Ultrapassando tudo o que a experiência mostra, eles [os tecnoutopistas] supõem que por meio de um crescimento e aperfeiçoamento do automatismo se poderia chegar a reunir e interconectar todas as máquinas entre elas, de modo a construir uma máquina de todas as máquinas (SIMONDON apud FELINTO, 2005, p. 119).

Nestes ensaios e artigos começa a se tornar perceptível aquilo que marcaria boa parte do que foi definido como o *imaginário da cibercultura*. Seguindo a proposta de Erick Felinto (2005), este imaginário estaria repleto de metáforas, comparações e conceitos que aproximariam as tecnologias digitais do universo religioso, mais especificamente com a *gnóstica* ou, neste caso, a *tecnognose*. A associação entre tecnologia e o impulso religioso de transcendência, que atribui a tecnologia a capacidade final de transcendência das limitações humanas, se dá em uma linguagem que possui diversas analogias com o pensamento religioso: "Entre as utopias dos tecnófilos, destaca-se uma que pode ser encarada como

síntese máxima de todas as outras. Trata-se da idéia da máquina suprema, capaz de estar em toda parte, conjugando, automatizando processos e reunindo informações" (FELINTO, 2005, p. 119).

Em mais um exemplo, vale apontar o pensamento do teólogo e filósofo Teilhard de Chardin, em análise de Muniz Sodré:

> a rede promove uma nova integração espaço temporal de grupos de indivíduos, gerando a sensação de pertencimento a um *todo*, o império tecnológico, considerado tanto em suas dimensões político-econômicas quanto semiótico-psicológicas [...] Este todo assemelha-se ao que Teilhard de Chardin descrevia como o "ultra-humano – não um 'Super-homem', mas a unificação da humanidade pensante, uma espécie de organismo humano planetário, gerador de uma consciência superior, única e supraindividual, cuja rede nervosa seria constituída pelos meios de comunicação", entendidos ainda como meios radiofônicos e televisivos (SODRÉ, 2012, p. 135).

Neste contexto, é compreensível que a internet tenha potencializado este discurso em diferentes esferas acadêmicas e que diversos autores apontem para o viés "estranhamente religioso" da perplexidade de autores otimistas com tecnologias online, onde o fosso entre os dados binários brutos e sua aparição animada em telas interativas é compatível com a noção religiosa de que um "universo desordenado recupera a ordem pelo poder da metáfora". (JOHNSON, 2001, p. 173).

Embora não desenvolvam relações teóricas com o pensamento de Hobbes, é interessante que diferentes estudos de referência sobre internet e política recuperem a metáfora do Leviatã, como em *Internet Leviathan*, segundo capítulo de *Cyberpolitics : citizen activism in the age of the Internet*, de Kevin A Hill e John E Hughes (HILL E HUGHES, 1998), e *Images of Leviathan*, sétimo capítulo de *The Good Citizen: How A Younger Generation Is Reshaping American Politics* de Russell Dalton (DALTON, 2008). Na política internacional, percebendo uma clara alusão à filosofia de Hobbes no termo *Shock and Awe* (bombardeio estadunidense em Bagdá em março de 2003), Richard Drayton observa, em artigo publicado no Guardian em 29 de dezembro de 2005, que figuras importantes da política externa norte americana como Paul Wolfowitz e Richard Perle, inspirados pelo filósofo político classicista Leo Strauss, haviam se proposto a adaptar Hobbes ao século XXI difundindo o terror tecnológico para criar submissão. (GINZBURG, 2014, p. 31). O medo ou reverência em relação à onipotência tecnológica ocupa o lugar do antigo terror pela onipotência terrestre do Leviatã.

Diversos precedentes e expectativas relacionados à inovação tecnológica e composição de redes tornam compreensível o entusiasmo de pesquisadores otimistas com o advento da

rede mundial de computadores (*international networking* ou *InterNet*) e da constituição da *World Wide Web* permitindo a navegação por inúmeras páginas hospedadas nesta rede. Na década de 1990, a ascensão desta que seria a "rede de todas as redes" fomentou inúmeros trabalhos sobre a topologia da interconectividade em sistemas grandes (GLEICK, 2013, p. 432). Neste cenário, um embate entre correntes otimistas e pessimistas envolvendo as apropriações políticas da internet marca uma vasta literatura sobre o tema.

Em brevíssimo resumo, a literatura otimista aponta: a superação dos limites de tempo e espaço para mobilização e participação política; a extensão e qualidade dos estoques de informação e transparência online; a comodidade, conforto, conveniência e baixo custo relacionadas à apropriação destas tecnologias para se informar sobre política; facilidade e extensão de acesso; suposta ausência de filtros e controles; maior interatividade; e oportunidades para vozes minoritárias e excluídas (GOMES e MAIA, 2008, p. 307-313).

Por outro lado, a literatura crítica questiona: a qualidade da informação disponível na internet, no tocante a seleção, confiabilidade e relevância; a desigualdade de acesso; a cultura e interesse político dos cidadãos, pouco afeitos a informação e participação; a continuação do predomínio dos meios de massa; o fato de que o sistema político continuaria fechado e mudanças nos meios de comunicação não bastariam para mudar um sistema político; a valorização da liberdade e dificuldade de controle na internet ignorando a apropriação destas tecnologias por grupos racistas e xenófobos que disseminam o discurso do ódio; o "panóptipo online", sistemas de espionagem high-tech que monitoram rastros digitais de grandes contingentes com mais facilidade, potencializando o controle de governos e empresas sobre os cidadãos. (GOMES e MAIA, 2008, p. 313-323).

Novamente, como apontado anteriormente através do pensamento de Schmitt (1992), não se pode esperar da tecnologia uma atitude política e a questão importante não seria tanto o que a internet fará pela democracia, mas como incentivar os cidadãos a se engajar politicamente e, neste sentido, se apropriar do potencial destas tecnologias para fins democráticos. (GOMES e MAIA, 2008, p. 325-326).

Neste cenário, a segmentação progressiva de agrupamentos políticos na rede convive com a criação de grupos transnacionais de ação e regulamentação política, a homogeneização de produtos culturais e diversas outras padronizações internacionais associadas à globalização econômica convivem com a reafirmação de especificidades locais e apropriações ativistas. A tensão entre a pretensão de validade universal e a relatividade dos sistemas culturais dos auditórios envolvidos não só permanece, mas é potencializada em um nível transnacional.

Uma vez que a relação dos cidadãos com organizações transnacionais não ocorre em um ambiente abstrato, que em geral é modulada pela aquisição, programação e apropriação de diferentes tecnologias online, e que estas tecnologias não oferecem por si mesmas respostas para problemas políticos, é preciso entender melhor o funcionamento prático destas tecnologias online para evitar as idealizações relacionadas à suas redes.

1.6 **Internet como arena de debates: contingências técnicas da interação mediada**

Como exposto anteriormente, diferentes épocas lidam com as tecnologias mais recentes recorrendo a representações de coisas mais antigas e mais familiares. No caso de aplicativos e ferramentas do computador digital, boa parte dessas representações são feitas através de metáforas: lixeiras, pastas, janelas, ferramentas, páginas, etc. Estas metáforas são propostas através de softwares de interface, que atuam como tradutores das possíveis relações entre usuário e computador. É a interface que torna o "mundo prolífico dos zeros e uns" compreensível e visível de outras maneiras, diferentes de seus numerais binários. (JOHNSON, 2001, p. 19).

O contato de todos os cidadãos não especializados com ferramentas online passa, portanto, pela mediação de softwares que transformam seus cliques e postagens em códigos binários compatíveis com pulsos elétricos que transitam pela infraestrutura de interconexão:

> Aqueles pulsos de eletricidade sãos símbolos que representam zeros e uns, que por sua vez representam simples conjuntos de instrução matemática, que por sua vez representam palavras ou imagens, planilhas ou mensagens de e-mail. O enorme poder do computador digital contemporâneo depende dessa capacidade de auto-representação. O mais das vezes, essa representação assume a forma de uma metáfora. Uma sequência de zeros e uns – ela própria um tipo de linguagem embora ininteligível para a maior parte dos seres humanos – é substituída pela metáfora de uma pasta virtual que reside num desktop virtual. Essas metáforas são o idioma essencial da interface contemporânea. (JOHNSON, 2001, p. 17).

Seguindo a análise de Steven Johnson, uma inovação crucial desta tecnologia consiste na ideia de mapeamento de bits, associada com a proposta de manipulação direta e não mais por comandos digitados diretamente no sistema do computador. Isso institui mais uma camada entre o usuário e a informação, embora a resposta imediata aos comandos dê a impressão de que a informação está mais próxima e não escondida sob mais camadas. O mapeamento de bits seria uma ruptura com o pensamento da tecnologia em termos protéticos, como

suplemento acoplado ao corpo ou extensão, passando a imaginar a máquina como um *ambiente*. A maior parte do vocabulário *high tech* derivaria desta relação, como, por exemplo, ciberespaço, navegar, janelas, surfar, etc (JOHNSON, 2001, p. 21-24).

Como apontado anteriormente, estas relações tem contingências implícitas que afetam campos tão distintos como política, epistemologia e, neste caso em particular, o direito. No tocante a internet, a utilização de metáforas e analogias espaciais na construção discursiva do regime de direitos e responsabilidades no chamado ciberespaço, em julgamentos da Suprema Corte norte-americana, exerce uma influência considerável na economia política da propriedade nesta esfera:

> That metaphors may, in fact, play a critical role in legal discourse where clear logical thinking is Paramount, should no longer come as a surprise given recent work in the philosophy of language. […] To say that the internet is a library or a town square are metaphorical constructions that involve key entailments of a source domain (library, town square) that the receiver of the message can then map on to the target domain (the internet) (GANDY e FARRALL, 2010, p. 351).

Seguindo a metáfora espacial da internet como um ambiente, se a interferência eletrônica em um servidor pode ser equiparada a invasão de propriedade, os dispositivos jurídicos associados a esta segunda transgressão passam a ser aplicáveis à primeira. A dimensão intangível da propriedade online e a dificuldade em calcular ou demonstrar as perdas que ela sofre ao circular em diferentes espaços faz com que a utilização de metáforas que traçam paralelos entre os crimes contra propriedade material e o crime contra propriedade online sejam constantemente utilizadas para defender o direito à propriedade no ciberespaço. (GANDY e FARRALL, 2010, p. 352-354)

Em uma contenda na Suprema Corte norte-americana, a American Civil Liberties Union (ACLUT) descreve a internet como uma vasta *livraria* onde os links servem tanto como um catálogo quanto como textos de *notas de rodapé digitais*, e que também mantém toda a rede junta em um só corpo de conhecimento interconectado ao redor do mundo. Em contrapartida, intervindo em defesa do copyright, o governo dos Estados Unidos descartou a caracterização de códigos de hiperlinks como textos, caracterizando-os como *pontes* que conectam diferentes sites, constituindo uma associação entre estes sites e discutindo a aplicação dos princípios da Primeira Emenda relacionados à *associação* e não à liberdade de expressão, evocando também a metáfora do *transporte* que caracteriza os hiperlinks como um modo de transportar usuários de uma página para outra quase instantaneamente, o que deixa em segundo plano dimensões envolvidas com a liberdade de expressão. (GANDY e FARRALL, 2010, p. 356-357).

Além de precedentes jurídicos, a aceitação de determinadas metáforas estruturais tem graves consequências para a economia política da informação na internet, como exemplificado pelo caso US v. ALA. O pedido do Congresso dos Estados Unidos para que Children's Internet Protection Act 2000 (CIPA) justificasse filtros em bibliotecas para bloquear o acesso a sites que não poderiam ser acessados por crianças, na percepção da Associação Americana de Livrarias (ALA), constituía um limite inconstitucional aos direitos dos usuários adultos destas bibliotecas. Os softwares de filtro foram entendidos como análogos a decisões sobre a *coleção* disponibilizada pela biblioteca e não uma restrição ao direito privado à expressão. (GANDY e FARRALL, 2010, p. 358). A crítica a esta interpretação é esclarecedora sobre as ambiquidades e problemas envolvidos nestas metáforas:

> CIPA takes such decisions away from libraries and delegates them to software filtering companies whose proprietary criteria for blocking material are completely hidden from public scrutiny. This is in no way analogous to a decision by libraries to acquire a book on Mark Twain rather than one on rap music, for example. It is, instead, analogous to the scissoring by a government contractor of important articles from a magazine to which the library subscribes and to which the library patrons expect full access. (American Publisher Association apud GANDY e FARRALL, 2010, p. 258).

Haveria duas perspectivas essencialmente diferentes, a perspectiva externa, que leva em conta a dimensão física dos computadores e sua infraestrutura de rede, muitas vezes trazido a público por profissionais técnicos da área, e a perspectiva interna, da realidade virtual experienciada pelo usuário comum. As decisões das cortes transitariam entre estas duas perspectivas através de analogias e metáforas, muitas vezes consideradas inapropriadas pelos profissionais da área. (GANDY e FARRALL, 2010, p. 355)

Isso retoma a necessidade de distinção, no tocante a tecnologias em geral, entre *instrumentos*, *máquinas* e *aparelhos*, importante para entendermos as peculiaridades associadas a tecnologias digitais de comunicação e a necessidade de uma abordagem diferente da utilizada para entender outras tecnologias.

De acordo com *Flusser*, *instrumentos* seriam objetos culturais utilizados para produzir bens de consumo, muitas vezes arrancando-os da natureza em uma mistura de produção e informação – como na utilização da enxada, do martelo, etc. Com o aumento no investimento na melhoria técnica dos instrumentos utilizados para esta finalidade, particularmente na revolução industrial, os instrumentos tornam-se maiores, mais poderosos e mais caros, virando *máquinas*. O tamanho e o preço das máquinas no período industrial fazem com que

apenas poucos homens as possuam e a maioria funciona em função delas, originando teorias sobre a distinção entre capitalistas e proletariado:

> Quando os instrumentos viraram máquinas, sua relação com o homem se inverteu. Antes da revolução industrial, os instrumentos cercavam os homens; depois as máquinas eram por eles cercadas. Antes, o homem era a constante da relação, e o instrumento era a variável; depois, a máquina passou a ser relativamente constante. Antes os instrumentos funcionavam em função do homem; depois grande parte da humanidade passou a funcionar em função das máquinas (FLUSSER, 2002, p. 14).

Aparelhos, no entanto, funcionam produzindo, manipulando, armazenando e permutando símbolos, e o resultado de suas atividades são mensagens, servindo para informação e não para consumo no sentido tradicional. Esta produção simbólica é *programada*, ou seja, têm suas dinâmicas – embora contendo um grande número de potencialidades, limitadas – inscritas previamente pelos *programadores* que a produziram. A realização de todas as potencialidades dos aparelhos e seus programas estaria sempre aquém das pessoas que se apropriam dele. "Um sistema assim tão complexo é jamais penetrado em sua totalmente e pode chamar-se *caixa preta*" (FLUSSER, 2002, p. 15).

De acordo com Watzlawick, Beavin e Jackson (2007) o conceito em questão se aplicava originalmente a equipamentos eletrônicos capturados de um inimigo, que não podiam ser abertos devido à possibilidade de que contivessem cargas explosivas. Posteriormente, o conceito foi derivado para outras áreas como a telecomunicação: "geralmente aplicado ao fato de o equipamento eletrônico (hardware) ser hoje tão complexo que, por vezes, é mais conveniente esquecer a estrutura interna de um aparelho e concentrar o estudo nas relações específicas de *admissão* e *saída* (*input-output*)" (WATZLAWICK et al, 2007, p. 39). O conceito é utilizado no pensamento pragmatista, que toma a dimensão intangível do intrapsíquico como caixa preta e defende o estudo da comunicação humana como fonte de conhecimento para pesquisa sobre psicologia e psiquiatria.

A ascensão da importância dos aparelhos para o cerne da economia, paralelamente a sua distribuição entre a população, marcaria a superação do período industrial e a entrada no período pós-industrial, muito diferente da lógica anterior:

> Perdeu-se o sentido da pergunta: quem é o proprietário dos aparelhos. O decisivo em relação aos aparelhos não é quem os possui, mas quem esgota seu programa. [...] O *poder* passou do proprietário para o programador de sistemas. Quem possui o aparelho não exerce o poder, mas quem o programa e quem realiza o programa. O jogo de símbolos passa a ser o jogo do poder. Trata-se, porém, de jogo hierárquicamente estruturado. O fotógrafo exerce poder sobre quem vê suas fotografias, programando os receptores. O aparelho fotográfico exerce poder sobre o fotógrafo. A indústria fotográfica exerce poder sobre o aparelho. E assim *ad*

> *infinitum*. No jogo simbólico do poder, este se dilui e se desumaniza. Eis o que sejam 'sociedade informática' e 'imperialismo pós-industrial'. (FLUSSER, 2002, p. 17)

No caso da fotografia e da máquina fotográfica, exemplo tomado por Flusser, o fotógrafo dominaria o *input* e o *output* do aparelho, sabendo como obter suas fotografias através dele, porém o faria sem o domínio do se passa no interior da caixa preta: "Pelo domínio do input e do output, o fotógrafo domina o aparelho, mas pela ignorância dos processos no interior da caixa, é por ele dominado" (FLUSSER, 2002, p. 15). O mesmo pode ser pensado na apropriação que se faz de softwares de busca, aplicativos, e ferramentas online em geral pelo público leigo. As pesquisas da área muitas vezes fazem afirmações sobre as tecnologias digitais de comunicação sem desconfiar do fato de tratarem estes instrumentos como caixas pretas.

Assim como em algumas decisões jurídicas em âmbito nacional, as contingências dos códigos e protocolos que possibilitam o funcionamento da internet são ignoradas em boa parte das pesquisas sobre as tecnologias online. Considerando a diversidade de organizações internacionais governamentais e não governamentais que buscam influir na regulação da internet, fica claro que se trata de uma tecnologia da comunicação com implicações diversas. Em sua dimensão técnica, a disputa pela regulação dos protocolos de controle da rede não diz respeito apenas a uma prescrição sobre o que *deve* acontecer, mas a uma série de procedimentos e circuitos pelos quais a interação mediada pela internet é efetivamente *modulada*. Seguindo a proposta de Alexander Galloway, a definição destes protocolos não diz respeito à aceitação de sentenças, mas sim de circuitos operacionais, e os códigos envolvidos nestes possuem como equivalentes uma série de ações por parte dos computadores envolvidos (GALLOWAY, 2006).

De acordo com Julian Assange, a dimensão material da internet mostra que sua fundação ainda se confunde com os protocolos de controle que possibilitam seu funcionamento (ASSANGE, 2013). Estes protocolos não funcionam em "nuvens" e a dimensão material da internet seria ignorada por boa parte das análises políticas sobre o tema:

> A natureza platônica da internet, das ideias e dos fluxos de informações, é degradada por suas origens físicas. Ela se fundamenta em cabos de fibra ótica que cruzam oceanos, satélites girando sobre nossas cabeças, servidores abrigados em edifícios, de Nova Yorque à Nairóbi. Da mesma forma como o soldado que assassinou Arquimedes com uma simples espada, uma milícia armada também poderia assumir o controle do auge do desenvolvimento da civilização ocidental, nosso reino platônico (ASSANGE, 2013, p. 27).

A luta pela definição de protocolos e desenvolvimento de criptografias seria uma luta pela possibilidade de espaços fechados àqueles que controlam a "realidade física" da internet, uma contrapartida ao controle governamental e privado sobre sua base material: "É mais fácil criptografar informações do que descriptografá-las. [...] Uma criptografia robusta é capaz de resistir a uma aplicação ilimitada de violência. Nenhuma força repressora poderá resolver uma equação matemática". (ASSANGE, 2013, p. 27-28).

Um exemplo da importância destes protocolos para o funcionamento da internet é o protocolo *robot.txt* desenvolvido para filtrar ou excluir conteúdos impedindo que estes sejam indexados por ferramentas de busca e assim excluindo-os da visualização pública através destas ferramentas. O software foi utilizado em 2003 para impedir que arquivos relacionados com a guerra no Iraque fossem indexados por mecanismos de busca como Google. Ao tirar documentos públicos dos resultados de busca destas ferramentas, estes protocolos de exclusão colocam em questão a confiabilidade da utilização destes documentos como registros públicos plenamente acessíveis para qualquer pessoa com acesso à internet ao mesmo tempo que não os exclui dos sites onde estão ou do acesso de pessoas que circulem nestes sites (ELMER, 2010, p. 380). Se apropriado por usuários, este mesmo protocolo poderia ser usado para impedir a espionagem automatizada de softwares, outra questão importante para a área.

Em dezembro de 2011, o Conselho da União Europeia proibiu a exportação de equipamentos e softwares de vigilância de internet e comunicações telefônicas, endurecendo a resolução aprovada em outubro pelo Parlamento Europeu. Durante a década anterior, companhias de DPI (Deep Packet Inspection) – especializadas na inspeção, leitura, edição e encaminhamento de mensagens eletrônicas – boa parte oriunda da França e dos Estados Unidos, venderam seus produtos para que os governos da Líbia, Síria, Egito e Birmânia pudessem monitorar os insurgentes de seus países. Além de monitorar correspondências eletrônicas de dissidentes, empresas especializadas em vigilância ofereciam e oferecem equipamentos para limitar e gerir o acesso à internet, traçar perfis e rastrear acessos, em um mercado em expansão. (CHAMPAGNE, 2012). A evolução deste mercado e a sofisticação da censura permitem que ela se expanda ainda sobre serviços de SMS e mensagens instantâneas (DEIBERT, 2010, p. 328).

Projetos como o Open Net Initiative (ONI) – uma associação entre Citizen Lab da universidade de Toronto, o Berkman Centre for Internet and Society na Harvard Law School, o Cambridge Security Programme, o Oxford Internet Institute e organizações não governamentais – investem na documentação empírica da censura e da vigilância na rede e apontam para um aumento considerável na escala, no escopo e na sofisticação das táticas de

censura na internet. Antes de uma rede de redes interconectadas, a internet se caracterizaria por uma rede de filtros e nós descentralizados que podem ser apropriados como dispositivos de censura governamentais com relativa facilidade. Estes dispositivos podem ser classificados como filtros que bloqueiam o acesso a uma determinada lista de sites, ou que só permitem acesso a sites listados, e que censuram conteúdos específicos (DEIBERT, 2010, p. 324-325).

Em 2006, testes feitos com 40 países apontam para a utilização da *língua* como um dos critérios para limitação de acesso e censura velada, ou seja, envio de falsas mensagens de erro técnico após bloqueios em roteadores e negação de acesso. Os assuntos locais são prioridade na censura, o que fica evidente pelo fato de, em vários destes países, a língua nativa apresentar um índice de "erros" consideravelmente maior do que o índice dos mesmos sites para acessos em inglês, camuflando a censura aos olhos de organizações e usuários de outros países. No Paquistão, estes bloqueios foram utilizados contra sites 'ofensivos' ao islã, além da censura a sites com domínio israelense em diversos países do oriente médio e da censura a sites religiosos extremistas hindus e muçulmanos na Índia. A companhia de Segurança *Websense*, utilizada no Iêmen, por exemplo, oferece o bloqueio a sites que defendam mudanças ou reformas em políticas públicas ou apoio a grupos militares e extremistas. (DEIBERT, 2010, p. 327-332).

Outro exemplo interessante é o caso do Google Earth em Darfur/Sudão. O serviço de mapas é bloqueado de acordo com a localização geográfica do IP do computador que solicita acesso à página, obedecendo a restrições estadunidenses contra venda e exportação de informações para este país (GEENS apud DEIBERT, 2010, p. 323).

A discussão sobre internet e democracia não pode, portanto, considerar a internet meramente como um ambiente ou espaço onde informações são estocadas e, uma vez presentes, acessíveis ao debate público. Que tipo de espaço aberto torna parte do seu ambiente invisível para pessoas que falam uma língua específica, torna informações e pessoas invisíveis para outras pessoas de acordo com seu histórico de acessos anteriores e origem, ou permitiria que pessoas obtenham resultados completamente diferentes ao pedir, simultaneamente, a mesma informação para o mesmo atendente? Para avançar na compreensão das relações entre internet e política, é preciso atentar para questões que ficam em segundo plano quando se aceita sem ressalvas a defesa da internet como um espaço público. Não se pode pressupor que as interações atravessem suportes tecnológicos incólumes e a utilização de tecnologias online não pode ser vista como simples extensão de modalidades de interação face a face.

Mesmo a troca de mensagens textuais não pode ser considerada sem levar em consideração inovações relacionadas a sua dimensão técnica, notadamente, a possibilidade de

monitoramento dos e-mails enviados recebendo estatísticas sobre abertura (quantos abrem o e-mail que recebem), de cliques (quantos clicam nos links presentes nos e-mails), de ação (quantos após acessar os links, transitam nos sites indicados) e de remoções (quantos pedem para ser removidos de uma lista de e-mails após receber determinada mensagem).Isso possibilita a organizações fazer testes enviando e-mails para subconjuntos de membros – selecionados por critérios específicos para garantir representatividade dentro de amostras feitas com base em nacionalidade, temas de interesse, idade, etc. – utilizando suas estatísticas em um processo dialético de produção de textos persuasivos testados diferentes medições para atingir e obter retorno de um nicho específico. Inferir a intencionalidade inicial de organizações com base em seus textos finais em e-mails torna-se, portanto, extremamente problemático.

Mesmo outras tecnologias com conteúdos analógicos como a televisão, por exemplo, focalizam a atenção dos receptores para certas características em detrimento de outras e são capazes de utilizar um conjunto de técnicas (flashbacks, mixagens, o uso de matéria arquivada, etc.) que não estão disponíveis na interação face a face. A variedade de deixas simbólicas disponíveis aos espectadores é diferente da disponível aos participantes de interação não mediada tecnologicamente (THOMPSON, 1999, p. 85; GOFFMAN, 2012). De acordo com Thompson (1999) além de recursos técnicos para produção de conteúdo, a reorganização dos padrões de interação humana decorrente da possibilidade de interação mediada teria criado uma nova gama de ações à distância.

No tocante a tecnologias online, a própria compatibilidade de certas apropriações destas tecnologias com o conceito de *interação* precisaria ser problematizada, e não se pode tomar a interatividade como uma característica da tecnologia que faz a mediação independentemente das apropriações feitas por aqueles que utilizam estas tecnologias (PRIMO, 2007). Na internet, evitando o foco tecnicista que considera a interatividade como característica do meio técnico, é preciso atentar ao processo no qual os interagentes tomam parte e ainda ao impacto contextual, considerando a globalidade do processo interativo e suas trocas com inúmeros elementos externos ao meio. Não se trata do foco nos interagentes em detrimento das contingências envolvidas na mediação, mas na consideração da interação entre todas estas partes em um todo complexo, considerando ainda a recursividade dos processos relacionais, como proposto pela perspectiva sistêmica (PRIMO, 2007, p. 108).

Arenas de interação conectadas com auxílio da internet possuem procedimentos que marcam a interação e a troca de argumentos. A presença de computadores programados para responder a ações específicas entre as variáveis em contato com diversos interagentes faz com

que, de acordo com Alex Primo, seja necessário distinguir entre pelo menos duas formas de interação, a *interação mútua* e a *interação reativa*. Nas palavras do autor:

> [...] interação mútua é aquela caracterizada por relações interdependentes e processos de negociação, em que cada interagente participa da construção inventiva e cooperada do relacionamento, afetando-se mutuamente; já a interação reativa é limitada por relações determinísticas de estímulo resposta (PRIMO, 2007, p. 57).

Podemos tomar como exemplo do primeiro tipo as discussões em redes sociais, fóruns de discussão e e-mails, e como exemplo do segundo o ato de clicar em links e jogar videogames, ações em que uma mesma ação repetida por qualquer pessoa tem exatamente o mesmo efeito calculável. Em resumo, a *interação mútua* se daria através da coordenação recíproca, e se diferenciaria da *interação reativa*, onde uma ação 'a' causa necessariamente uma reação 'r', como na inserção de uma nova variável em uma equação matemática (PRIMO, 2007, p. 107).

Na retórica, esta relação mantém semelhanças com a diferenciação entre a *lógica formal*, na qual a demonstração de uma fórmula matemática pura é a mesma em qualquer tempo e para qualquer auditório, e a *lógica informal*, vinculada diretamente a uma argumentação contingente. Para Perelman, enquanto a demonstração se propõe a formar uma série de estruturas e formas cujo desenvolvimento não poderia ser recusado, caso encontrasse sua forma mais perfeita, a argumentação tem "uma natureza não coerciva: deixa ao ouvinte a hesitação, a dúvida, a liberdade de escolha; mesmo quando propõe soluções racionais, não há vencedora infalível" (PERELMAN, 1999, p. 369).

A programação, assim como a lógica formal, pode buscar relacionar elementos de forma a suprimir a influência do símbolo sobre o simbolizado, por mais que a pessoa que interage com a máquina não note isso. Embora uma pessoa que disputa uma corrida contra um console de videogames busque criar resoluções diversas com base no movimento dos carros:

> O console, por sua vez, não percebe carros, pista, nem mesmo quem é o jogador (o outro com quem o console interage). Para esse subsistema eletrônico o que está sendo trabalhado é um conjunto binário de impulsos de energia – ou sua ausência no intervalo (cujas notações matemáticas correspondem a 0 ou 1) – que devem ser processados quantitativamente (PRIMO, 2007, p. 152).

Na interação com softwares, mesmo em casos de busca personalizada, o mesmo tratamento matemático é dado aos dados enviados por diferentes internautas, e apenas as variáveis inseridas se alterariam (PRIMO, 2007, p. 155). No entanto, esta dimensão matemática não pode ser confundida com um tipo de universalidade superior apenas por ser

relativamente independente do tempo de recepção. Há sistemas de lógica contraditórios que podem ser reproduzidos mecânica e invariavelmente. Enquanto a argumentação pode comportar estes casos contraditórios particulares, o inverso não é verdadeiro (PERELMAN, 1999, p. 320-321). No caso do Google, há testes com avaliadores humanos com classificação de resultados apresentados de 0 a 10 em relevância e utilidade para complementar as diferentes distorções associadas à análise meramente matemática (SILVER, 2013, p. 298).

Há ainda os chamados *agentes*, softwares que atuam como pequenos robôs que continuam rodando em outros discos rígidos quando se desliga o próprio computador e trazem informações quando este computador se conecta novamente à internet. Com o pretexto de buscar informação sob medida, diferentes agentes são encarregados de *antecipar* demandas, ao invés de *obedecer* pedidos. (JOHNSON, 2001, p. 136-139). Isso que levanta diversos questionamentos sobre para quem, efetivamente, estes agentes trabalham: "O problema começa quando nossos agentes começam a se intrometer em nossas avaliações subjetivas do mundo, quando começam a nos dizer do que gostamos e do que não gostamos, como um astrólogo ou um grupo de sondagem de opinião" (JOHNSON, 2001, p. 140).

A delegação de responsabilidades para agentes de software e seu preço, bem como a autoridade do CPU para tomar decisões por nós. Isso contrasta com os efeitos e metáforas da interface gráfica expostos anteriormente, que residem, ao contrário, na facilitação da tomada de decisão pelo próprio usuário que desconhece códigos de comando através de uma interface amigável (JOHNSON, 2001, p. 131-132).

Diversos problemas de âmbito estatístico estão relacionados com procedimentos de previsão, notadamente a extrapolação (utilização de casos não representativos como base para previões), previsões sobre casos fora da amostra utilizada (base de dados incompatível com o caso que se busca prever) e previsões autorrealizáveis (como quando, ao receber constantemente um determinado site como fonte de notícias, uma pessoa se habitua a consultá-lo diretamente ativamente em detrimento de outros, ou quando a suposta posição de um candidato à frente das pesquisas de opinião faz com que ele seja mais lembrado que seus concorrentes e ocupe efetivamente esta posição). (SILVER, 2013).

Assim como nas considerações de Watzlawick et al. sobre sistemas abertos, Silver (2013) aponta duas características de sistemas que dificilmente comportariam previsões estatísticas confiáveis: os sistemas não lineares, que são fiéis a comportamentos *exponenciais* e não aditivos, o que faz com que elevar o número cinco à quinta potência e não à sexta, um erro de uma unidade, faça a previsão errar seu alvo por 500% a mais ou a menos; e sistemas dinâmicos, onde o comportamento de um sistema em dado momento influencia seu

comportamento no futuro. Sistemas com estas características obedeceriam aos pressupostos da teoria do caos, onde uma pequena mudança nas condições iniciais pode promover uma mudança grande, inesperada e dificilmente previsível nos resultados. (SILVER, 2013, p. 129-130).

Embora o exemplo preferencial de sistema com estas característica seja o clima terrestre e a imperativa imprecisão nas tentativas de prevê-lo, estas considerações são importantes quando entendemos a interação humana como um sistema dinâmico e, em diferentes aspectos, não linear.

Ainda segundo Silver, embora a internet e o chamado Big Data façam com que a quantidade de padrões disponíveis para análise cresça exponencialmente, a construção de previsões não apenas diz respeito a encontrar padrões – principalmente porque é fácil encontrá-los no ambiente com dados em excesso – mas também a determinar se esses padrões constituem sinais ou ruídos para precisão das previsões em questão:

> É por essa razão que nossas previsões podem apresentar uma tendência *maior* a fracassar na era dos Big Data. Junto com um aumento exponencial na quantidade de informação disponível, cresce, da mesma forma, o número de hipóteses a investigar. O governo americano, por exemplo, publica, hoje em dia, dados a respeito de cerca de 45 mil estatísticas econômicas. Se quisermos examinar as possíveis relações entre todos os pares possíveis – existe uma relação causal entre a taxa de juro de empréstimo bancário nominal e o índice de desemprego em Alabama? –, teremos um bilhão de hipóteses a testar. Porém, o número de relações *significativas* presentes nos dados – aquelas que nos falam de causalidade, em vez de correlações, e nos revelam como o mundo realmente funciona – é menor em algumas ordens de grandeza. Também não é possível que aumente numa velocidade sequer próxima daquela em que cresce a quantidade de informação; não existem mais verdades no mundo do que antes da internet e do advento da imprensa. A maior parte dos dados representa apenas mais ruído, da mesma forma que a maior parte do universo está cheia de espaço vazio. (SILVER, 2013, p. 257)

Um exemplo dos problemas em não fazer diferenças entre correlação e causalidade está na variação conjunta dos incêndios florestais e da taxa de vendas de sorvetes. As duas taxas variam conjuntamente ao longo dos anos, uma vez que ocorrem com mais frequência no verão, mas isso não implica nenhum tipo de causalidade (SILVER, 2013, p. 196). A não diferenciação entre ambos faria com que o fato de que a inibição da venda de sorvetes não diminui a taxa de incêndios florestais e o fato de que o controle de incêndios não diminui a venda de sorvetes fossem completamente ignorados, uma vez que se toma como referência apenas a variação estatística conjunta. Se neste caso a correlação sem causalidade é evidente, o mesmo não é verdade para a miríade de padrões de correlação presentes no Big Data. Isso fica evidente no fato de que variáveis econômicas que servem como indicadores em sua

relação espontânea com o restante do sistema deixem de o ser quando passam a ser tensionadas artificialmente.

Outro mecanismo utilizado por filtros com resultados personalizados está relacionado à ideia de transferibilidade de gostos: agentes programados para inferir que pessoas com determinados gostos em comum também compartilhariam outros interesses. Associados a chamada filtragem colaborativa, estes agentes registram quais interesses geralmente são acessados por pessoas com perfis semelhantes e infere que há algum tipo de compatibilidade entre os interesses destas. (JOHNSON, 2001, p. 142-143). Novamente, há o problema da retroalimentação no feedback dos dados de pesquisa: assim como uma pesquisa de opinião eleitoral influencia as declarações de pesquisas de opinião posteriores e podem inflar artificialmente alguns candidatos em uma dinâmica de retroalimentação, os resultados apontados conjunta e frequentemente nas buscas provavelmente receberão o maior número de acessos, mesmo que não sejam necessariamente os resultados mais adequados. (JOHNSON, 2001).

Uma vez que os sites de busca que norteiam a maior parte dos acessos na rede têm a quantidade de links e acessos entre seus critérios de hierarquização de sites nos resultados listados para o usuário, isso faz com que esta concentração se renove em um ciclo vicioso onde quem consegue ampla visibilidade (muitas vezes por certificações não diretamente relacionadas à internet, como em portais de conglomerados de mídia) concentra cada vez mais links e, por tabela, mais visibilidade. Como exposto por Matthew Hindman através do mapeamento do fluxo e distribuição de acessos entre sites, tomando como base usuários dos Estados Unidos, a suposta redução dos intermediários para a produção e divulgação de informação política em larga escala esbarra na transferência da exclusividade de produção para exclusividade na filtragem. A estrutura de links característica da internet promove canalizações fortes e assimétricas no fluxo de acessos, gerando uma alta concentração destes links em relativamente poucos sites, que recebem um número cada vez maior de links em decorrência desta dinâmica (HINDMAN, 2009).

Paralelamente, o crescimento exponencial na oferta de informações faz com que haja uma crescente procura pelos filtros citados anteriormente, que fazem triagem e hierarquização de conteúdos, seja por questões de comodidade, credibilidade ou interesse em conteúdo personalizado. Estes novos referenciais, em sua maioria automáticos e subordinados a critérios da estrutura de links citada anteriormente, estabelecem valores diferentes para inúmeros sites e os ordenam de modo a gerar diversas assimetrias em termos de visibilidade e exposição (HINDMAN, 2009). As consequências políticas decorrentes definitivamente disso

não são horizontais. Como exposto por Hindman, embora seja muito fácil publicar uma informação na rede, é extremamente raro alcançar um público tão grande quanto o dos portais online beneficiados pela visibilidade de conglomerados da mídia comercial.

Um fator importante se contrapõe à lógica de concentração apontada por Hindman: alguns sites que concentram enormes quantidades de acessos, os sites de redes sociais, funcionam como roteadores de links para outros sites ao permitir o compartilhamento de links, possibilitando uma redistribuição de parte dos acessos concentrados neles. Evidentemente, isso não anula a importância dos conglomerados de mídia na produção de boa parte do conteúdo que é compartilhado na rede, seja ele voltado para notícias, para o entretenimento ou ainda para uma mistura de ambos.

Há uma diferença significativa entre a seleção de canais nos meios de comunicação eletrônica como a televisão aberta e a seleção de links online. Enquanto mudar de canal com frequência é entendido como sinal de que o telespectador está entediado, uma pessoa clica em diferentes links porque está interessado em assuntos de fontes diversas e esta seria uma ação de escolha necessária para exploração do chamado ciberespaço. O link pode então ser entendido como recurso sintético, que pode forjar relações semânticas. Sua variedade faria com que, diferentemente da televisão, a internet seja o "planeta nativo dos filtros de informação". (JOHNSON, 2001, p. 84).

Com indicações garantidas em boa parte destes filtros, grandes conglomerados de mídia se tornam fonte de informações e matéria prima da maior parte do conteúdo que circula na rede, seja através de compartilhamentos ou de apropriações. A atuação dos meios de comunicação e suas produções textuais e audiovisuais na transição de argumentos entre diversos grupos de discussão continua sendo importante nas interações mediadas pela internet. De acordo com Thompson, ainda no final do século XX, a simbiose entre os meios de comunicação constituía um aspecto central da luta por visibilidade na vida sociopolítica e interação mediada:

> Umas poucas frases que aparecem inicialmente na última página de um jornal local podem ser transferidas para a imprensa nacional e divulgadas como uma grande história: uma imagem filmada por um fotógrafo amador pode ser comprada pelas redes de televisão e transmitida ao mundo todo; e as conseqüências destes e de outros procedimentos semelhantes não se podem determinar com antecedência (THOMPSON, 1999, p. 214).

O autor aponta processos de *mediação estendida*, quando as mensagens da mídia são recebidas por outras organizações e incorporadas a novas mensagens, e o processo social de *elaboração discursiva*, ou seja, quando os "receptores" iniciais de uma mensagem a passam

adiante gerando “recepções secundárias” (THOMPSON, 1999, p. 100). Em ambos os casos, o contexto espaço-temporal da recepção não se sobrepõe ao da produção, e a pluralidade de fontes e canais de comunicação faria com que indivíduos pudessem ser ao mesmo tempo produtores e receptores.

A possibilidade de circulação de links de diversas fontes em sites e aplicativos de redes sociais potencializa o alcance e a intensidade destes processos. Ao mesmo tempo, por se tratar de ferramentas que possibilitam tanto comunicação digital quanto analógica, em diferentes níveis de combinação de acordo com a escolha do usuário, há uma diferença considerável entre a internet e as tecnologias anteriores no tocante a sua relação com a ação política.

Isso pode ser exemplificado pelo fato de estudos mostrarem que a discussão política por e-mail pode ser um preditor de participação política enquanto a discussão por meio de chats pode ser um preditor negativo. (BRUNDIDGE e RICE, 2010, p. 149). Ambas as ferramentas online se utilizam da internet, mas as diferentes entre os tipos de laços mantidos em cada uma delas, mais pessoais no caso dos e-mails e informais ou mesmo anônimas no caso dos chats, fazem com que elas não possam ser tomadas como equivalentes na tentativa de encontrar preditores para ação política.

Considerando redes sociais onde os usuários podem postar textos, links e vídeos através de perfis pessoais ou fakes, em comunicações que oscilam entre digitais e analógicas de acordo com postagens pessoais, é muito difícil exigir uma relação unívoca entre redes sociais online e ação política. Redes sociais permitem postagens que mediam a interação com um número indefinido de receptores potenciais ao mesmo tempo em que tornam possíveis interações reativas como 'curtidas' complementando interações mútuas através de comentários.

No momento em que é possível a qualquer usuário postar conteúdos na rede, a distinção entre comunicação analógica e digital deixa de se referir apenas a experiências de aquisição de informação política. É interessante notar que modalidades de ação política como envio de milhares de e-mails para pressionar parlamentares em relação a um tema específico ganharam, em oposição ao reconhecimento da legitimidade das antigas organizações com estrutura *grassroots*, o apelido de *astroturf* (marca de grama sintética). Parlamentares apontam que milhares de e-mails padronizados não teriam o mesmo peso que um número menor de milhares de cartas enviadas para pressionar seu voto em assuntos específicos (CHADWICK, 2006, p. 121).

A padronização retiraria dos e-mails a *presença* analógica envolvida na produção e envio de uma carta escrita a próprio punho ou um e-mail pessoal. Fotos, vídeos e inúmeros outros recursos envolvendo certa dramaturgia são utilizados para tornar estas ações online persuasivas ou efetivas politicamente, atualizando as estratégias retóricas para dar *presença* a determinados argumentos e modos de argumentação.

A pouca disposição da maioria das pessoas na rede para debater temas em profundidade ou buscar conteúdos por conta própria, no entanto, mostram que a entrada nestas arenas não é sinônimo de disposição para interação irrestrita ou interesse em política. A internet não põe fim à luta assimétrica pela conquista de visibilidade e tentativa de agendamento midiático buscando enquadramento positivo, mas integra esta disputa de modo complementar e dependente de outras formas de apropriação por parte dos cidadãos na rede.

As diferentes condicionantes da estrutura de links da internet, de resultados diferentes de acordo com históricos de busca, dos mecanismos de visibilidade em redes sociais, de tentativas de predição de interesses por agentes online, além da mescla entre modalidades analógicas e digitais de conteúdo, são fatores que se impõem ao contato mediado de diferentes usuários a organizações transnacionais e suas campanhas mobilizadas com o auxílio da internet.

Estas organizações investem em anúncios pagos ligados a busca por determinados assuntos em sites de busca e redes sociais online, em programas de monitoração e análise de e-mails enviados que possibilitam aprimoramento na seleção de alvos e construção do texto, misturam modalidades de interação mediada mútua e reativa em seus sites oficiais e páginas em redes sociais online, oferecem diferentes campanhas para usuários de diferentes países e línguas. Evidentemente, nem todas as organizações transnacionais lançam mão de todas estas ferramentas. Este é um dos motivos pelos quais a seleção da Avaaz é importante. Sua dinâmica de ação, portanto, não pode ser plenamente analisada sem levar em consideração a dinâmica das próprias tecnologias com acesso à internet utilizadas pelos seus membros.

2 ‘EM NOME DA HUMANIDADE’: DIREITOS HUMANOS E ASSOCIAÇÕES DE AÇÃO COLETIVA TRANSNACIONAL

A atuação de organizações que envolvem diferentes sociedades civis e suas apropriações da internet pressionando governos nacionais e organizações internacionais torna palpável a tensão entre a escala transnacional deste tipo de iniciativas de pressão política e as limitações políticas das instituições e mecanismos de governo dos estados nacionais. Partimos do pressuposto de que os estados nacionais não podem ser considerados como entidades isoladas e que as redes internacionais nas quais sua dinâmica política está imersa, em termos econômicos, coercivos e políticos, se estendem muito além de suas fronteiras (THOMPSON, 1999).

Há um esforço por parte de organismos internacionais no sentido de definir em que ponto o desrespeito a direitos humanos universais pode ser entendido como não cumprimento do estado de direito, e as diferentes tensões entre esta questão e a soberania nacional. Uma vez definidos estes direitos, a ascensão de associações que se atribuem o papel de vigilantes de violações em diferentes Estados, apelando a organizações internacionais, é consideravelmente impulsionada pela popularização do acesso à internet. Soma-se a isso a intensificação dos fluxos migratórios e circulação de elementos identitários que superam o escopo dos estados nacionais tomados isoladamente.

Neste sentido, buscamos contribuições dos estudos sobre interação mediada para a compreensão da dinâmica das articulações que ocorrem no cenário internacional com o auxílio de tecnologias da comunicação. Estas modalidades de ação coletiva podem ser entendidas como indício da expansão do escopo de ação política de diversas sociedades civis através da constituição de redes transnacionais com baixos custos de manutenção, aumentando as possibilidades de intervenção política dos cidadãos e sua inserção na tomada de decisão política em diferentes países.

O engajamento da sociedade civil passa, no entanto, por condicionantes não apenas técnicos, mas também associados ao interesse, disponibilidade, hábitos de consumo de mídia e de exposição ao desacordo político por parte dos cidadãos, muitas vezes perpassando a dimensão narcisista que marca boa parte da interação mediada por redes sociais online.

2.1 Estado, governo, nação: entre a estrutura institucional do Estado nacional e a dimensão transnacional da interação em rede

A história dos estados nacionais mostra que estes não podem ser considerados como entidades isoladas, uma vez que constroem sua história como parte de sistemas interligados, conjunturas dinâmicas e processos interdependentes de acumulação de capital que não podem ser entendidos tendo em mente apenas o território nacional (THOMPSON, 1999). Seguindo as análises de Eric Hobsbawm, o conceito de *nação* como corpo de cidadãos cuja soberania coletiva e expressão política se materializam na forma do Estado tem ligação direta com a associação entre os conceitos de *nação* e *governo* a partir do final do século XIX. Antes disso a palavra nação designava grupos identitários fechados, como no caso das "nações de mercadores estrangeiros", sem vinculações territoriais rígidas correspondentes. (HOBSBAWM, 2008, p. 28-31).

Uma série de jurisdições entrecruzadas e sobrepostas de nobres, autoridades religiosas, reis e imperadores se somava ao código feudal, essencialmente pessoal, o que fazia com que fosse difícil identificar uma única autoridade organizando um território rigidamente delimitado dentro desta rede de poder relativamente descentralizada. Neste sentido, é a vinculação entre o conceito de *nação* e a ideia de Estado soberano que faz com que se atribua dimensões territoriais às nações, delimitadas pelo alcance do Estado correspondente. O entendimento de que o território é um domínio jurisdicional regulado e vinculado unicamente ao Estado, com monopólio da moeda, políticas fiscais e finanças públicas, voltado para garantia da segurança de propriedade e contratos dentro de suas fronteiras, se afirmou como um dos princípios de organização política mais fortes do final do século XIX e de todo século XX. (MORRIS, 2005, p. 59).

Neste processo de adaptação cultural, a lealdade e identidade que eram associadas a esferas étnicas, tribais, religiosas, regionais, foram gradualmente transferidas para ideia unificada de cultura *nacional*, colocando estas diversas diferenças sob o "teto político" do estado-nação moderno, tornando o repertório cultural e a esfera política congruentes. Desta forma, as culturas nacionais não seriam compostas apenas por instituições culturais, mas também por símbolos e representações que fazem da nação uma comunidade simbólica capaz de gerar sentimentos de identidade e lealdade: "pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da *ideia* de nação tal como representada em sua cultura nacional" (HALL, 2011, p. 49-51).

É interessante notar que simplificações linguísticas do conceito de nacionalidade como as de Richard Böckh, segundo o qual a língua seria o único indicador adequado de nacionalidade, não foram bem aceitas pelos alemães antissemitas, uma vez que estes teriam de reconhecer os judeus *askenazim*, que falavam dialetos germânicos, como alemães (HOBSBAWM, 2008, p. 34). Trata-se da disputa por uma definição com inúmeras consequências políticas. Há diversas concepções conflitantes sobre nacionalidade e sobre o que constitui o Estado e o governo, bem como as diferenças entre estes dois últimos (MORRIS, 2005, p. 44).

Parte importante da transformação da correspondência entre nação, Estado e território é a identificação coletiva e emotiva com hinos nacionais. Escolhas sobre seu idioma e versos não deixam de ser problemáticas em países com maior pluralidade interna, como idiomas basco, catalão e espanhol na Espanha: "A história dos hinos nacionais é uma história de constrangimentos. Eles mostram, como um raio X, todas as fraquezas e linhas de fratura de um corpo político. Como regra geral, quando uma nação não canta seu hino, isso é um sinal certo de problema" (ASH, 2011, p. 147). A recusa de jogadores de futebol argelinos naturalizados franceses em cantar La Marseillaise antes de jogos devido a antiga relação colonial é outro exemplo interessante.

Em sua posterior atualização do debate acerca das nações e nacionalismos do século XIX para o XXI, Hobsbawm aponta que a revolução tecnológica no custo e velocidade dos transportes e comunicações teria feito com que, ao contrário do século XIX, os emigrantes de longo prazo do século XXI já não estejam separados de suas comunidades de origem, sem a necessidade de recorrer a organizações emigrantes voltadas para nacionalismo de longa distância. A emigração não implicaria mais uma escolha duradoura entre países:

> na Europa, a pátria original do nacionalismo, as transformações da economia mundial estão desfazendo o que as guerras do século XX, com seus genocídios e transferências em massa de populações, pareciam produzir, ou seja, um mosaico de Estados nacionais etnicamente homogêneos. [...] Qual é a profundidade com que a nacionalidade plural, real ou potencial – por exemplo, a origem americana de políticos de antigos países comunistas, a identificação de judeus dos Estados Unidos com os governos israelenses – tem afetado ou pode vir a afetar a lealdade de um cidadão a um Estado nacional? Qual é o significado dos direitos e obrigações de "cidadania" nos Estados em que uma proporção substancial dos seus habitantes, em qualquer momento que se escolha, está ausente do território nacional ou em que uma proporção substancial dos residentes permanentes tem direitos inferiores aos dos cidadãos nacionais? (HOBSBAWM, 2007, p. 90)

Isso nos leva ao conceito de representação, que varia ao longo da história, paralelamente, em parte, a mudanças nas instituições do Estado onde esta é praticada e toma

forma. Não por acaso, das três teorias da representação analisadas por Nadia Urbinati em *O que torna a democracia representativa*, duas retiram seu foco de análise deste princípio: a teoria jurídica e a institucional da representação. Esta perspectiva centrada no Estado, sugerida particularmente pela teoria jurídica, prefiguraria dois cenários possíveis: a representação como delegação do uso da força da comunidade para uma de suas partes e a edificação das instituições na condição de que seja dada aos súditos apenas a tarefa de selecionar legisladores. A restrição da soberania à vontade eleitoral faria com que a nação soberana se expresse apenas através da voz dos eleitos, em uma justificação funcionalista da representação e dos direitos políticos (URBINATI, 2006, p. 200).

Tanto a teoria jurídica quanto a institucional sugerem que as pessoas devem encobrir suas identidades sociais e concretas para tornar os mandatários agentes imparciais de decisão. Há a ideia de que seria possível separar o "homem" do "cidadão", e que a esfera política deveria ser independente da esfera social (particularmente dos interesses econômicos e crenças religiosas) para que fosse obtida igualdade legal e organização impessoal do Estado (URBINATI, 2006, p. 201). Para a autora, isso conduziria a um sistema de organização, mas dificilmente a um sistema capaz de conferir representatividade efetiva à população.

Ignorando a teia de relações internacionais que perpassam as relações de formação de identidade e tomadas de decisão políticas, as restrições da arquitetura política ancorada na estrutura institucional do estado nacional muitas vezes limitam o escopo da pesquisa sobre formulação das demandas políticas e inserção destas demandas em processos formais de tomada de decisão ao estudo do território nacional. É necessário, antes de tudo, ampliar o entendimento da prática política e retórica para além dos fóruns formais e seus procedimentos. Neste ponto, a perspectiva pragmatista e sua proposta sistêmica podem contribuir para compreender a complexidade da atuação política dos cidadãos, bem como a relação entre interação mediada e política.

Nos estudos da vertente pragmatista, as contingências que influenciam a definição das regras implícitas de cada comportamento e performance constituem as *situações* onde esta interação ocorre. Os fatores de exposição física dos locais, presença e tamanho de janelas, grossura das paredes, possibilidade de trancar as portas, o tamanho, o lugar, a disposição das cadeiras em uma sala, todos estes fatores estimulam ou minam diferentes definições potenciais de quais comportamentos são adequados e aceitáveis para situação onde a interação se desdobra. Seguindo a proposta de Goffman, mais do que os lugares propriamente ditos, estes fatores têm relação direta com a gestão de *barreiras de percepção* de uma situação e suas *regiões*:

> Uma região pode ser definida como qualquer lugar que seja limitado de algum modo por barreiras de percepção. As regiões variam, evidentemente, no grau em que são limitadas e de acordo com os meios de comunicação em que se realizam as barreiras à percepção. Assim as placas de vidro espesso, que se encontram nas salas de controle das estações de rádio, podem isolar uma região auditivamente mas não visualmente, enquanto um escritório cercado por tabiques de fibra de madeira está fechado de maneira inversa. (GOFFMAN, 1985, p. 101).

A arquitetura e a geografia só estariam em posição privilegiada para influenciar situações quando seus elementos impactam os fluxos de informação no ambiente, como na construção ou remoção de uma parede e na disposição da mobília forçando os presentes a manter contato visual, por exemplo. Quando ligamos uma filmadora ou um microfone, no entanto, a possibilidade de trancar ou não uma porta e a finura de sua parede deixam de ser fatores determinantes na definição do que é um padrão de interação "aceitável" nesta situação. Trata-se da ampliação do auditório apto a observar aquela interação e que, ao fazer isso, está envolvido na situação em que ela ocorre. Logo, não é a configuração do ambiente físico em si que determina a natureza da interação, mas os fluxos de informação que ele enseja, e, portanto, o estudo das situações de interação ganha ao trocar o foco na presença física pelo foco nos sistemas de acesso a informação que tomam forma no ambiente da interação em questão. (MEYROWITZ, 1986, p. 41).

Elementos de segregação espacial só estão em uma posição privilegiada para definir situações quando alcançam uma posição igualmente privilegiada na segregação de fluxos de informação. Para Meyrowitz, haveria uma relação direta entre os comportamentos e interações aceitáveis e o nível de segregação seletiva das situações entre si, e quando as fronteiras entre estas situações se movem, ocorreriam mudanças de comportamento em alguma instância. Neste sentido, quando a segregação de situações vivenciadas deixa de seguir majoritariamente a segregação espacial relacionada a variáveis raciais e socioeconômicas (no estudo de Meyrowitz sobre o movimento por direitos civis) ou a fronteiras nacionais, observa-se um comportamento diferente assim que a distância espacial não implica necessariamente isolamento audiovisual.

Antes de aprofundar o papel das tecnologias da comunicação neste cenário é preciso ressaltar que quando se trata do comportamento social nenhuma variável exerce impacto isoladamente, uma vez que a vida real não oferece variáveis que façam sentido isoladamente ou possam garantir uma relação causal em acordo com a norma "se todas as outras variáveis se mantiverem constantes". Trata-se, como proposto por Meyrowitz, de um espectro de influência. Enquanto os *scripts* sociais destas identidades têm fontes diversas, são necessários *palcos* apropriados para que a performance ocorra. Nesta perspectiva, os media não apenas

nos mostram mais rapidamente que situações e comportamentos ocorrem, eles influenciam e fomentam novas situações e novos eventos ao fornecerem novos sistemas de informação, exposição pública e formação de identidades (MEYROWITZ, 1986).

Os meios de comunicação eletrônicos teriam grande impacto na identidade grupal por minarem a relação entre localização espacial e acesso à informação. A coesão identitária de muitos grupos e associações antes fomentadas pelo fato de seus membros estarem "isolados juntos" em espaços e situações similares, é tensionada pela exposição pública que pressiona a transformação de comportamentos da esfera privada/local em comportamentos que misturam elementos supostamente espontâneos e pessoais em performances expostas socialmente através de mediações tecnológicas. Isso potencializaria identidades grupais que não tem muita relação com a localização física, ao mesmo tempo em que, por sua exposição pública, forçaria outras pessoas com acesso a estas informações a tomarem posição publicamente em relação a temas que até então eram mantidos na esfera privada. (MEYROWITZ, 1986, p. 143-144). Como apontado na primeira parte deste trabalho, este processo pode acelerar a exigência por igualdade de direitos ao fazer com que casos até então tidos como privados e isolados passem a ser considerados como experiências de desrespeito típicas de um grupo social específico, ao qual é negado reconhecimento jurídico ou social.

O contato cotidiano entre diferentes arenas de discussão formais e informais, e sua influência recíproca, torna a relação entre retórica, formulação de preferências dos cidadãos e a inserção destas formulações no curso dos processos decisórios do governo algo extremamente denso e complexo. O papel dos meios de comunicação na transição de argumentos entre diversas arenas varia em acordo com inúmeros fatores, permeando discussões de rua, agenda dos meios de comunicação, trocas de acusações entre partidos políticos e grupos de interesse, etc.

Embora o ideal de cidadãos autônomos governando a si mesmos com base no intercâmbio de argumentos tenha inspirado boa parte da arquitetura política das assembleias e ambientes institucionais voltados para o debate político formal nas democracias ocidentais, a restrição a estes fóruns é problemática. Este ideal carrega um modelo deliberativo que pressupõe o debate público como ação baseada na copresença e interação face a face, supostamente originário das assembleias e praças públicas da Grécia clássica, e se definiria majoritariamente em termos dialógicos e espaciais (THOMPSON, 1999, p. 212).

Isso não conduz apenas à restrição da política aos ambientes institucionais, mas também tem o efeito inverso: a valorização da proximidade física dos cidadãos muitas vezes aponta o desenvolvimento de mecanismos de representação e interação como simples

alternativa "*second best*" frente à democracia direta (URBINATI, 2006). Esta ressalva, no entanto, deve ser feita com muita cautela para não ignorar os reais déficits, assimetrias e vícios dos mecanismos de representação, bem como a sobreposição problemática entre os conceitos de *representação*, *democracia* e *legitimidade* em algumas teorias da representação (MIGUEL, 2012), questões que serão abordadas em breve juntamente com a chamada representação não eleita.

Para Urbinati, a perspectiva da teoria da representação política superaria a ideia de que a representação seria uma alternativa inferior, ao conceber a representação como algo dinâmico e não estático. A representação não serviria para uma entidade preexistente (Estado ou povo), mas seria uma forma de existência política criada pelos próprios atores envolvidos: "A representação não pertence apenas aos agentes ou instituições governamentais, mas designa uma forma de processo político que é estruturada nos termos da circularidade entre as instituições e a sociedade, e não é confinada à deliberação e decisão na assembleia" (URBINATI, 2006, p. 201).

Não se pode desconsiderar a influência dos diversos debates que permeiam a sociedade fora dos espaços institucionais de discussão política, amplificados por diferentes apropriações das tecnologias da comunicação. Longe de ser uma inovação relacionada às tecnologias online, a relação entre representantes e representados se dá em interação com diferentes tecnologias da comunicação, digitais e analógicas, e seu poder de agenda.

Considerando a dinâmica da troca argumentativa como parte de um processo social envolvendo diversos grupos, que, por sua vez, mobilizam diferentes meios de comunicação, é preciso avançar no sentido de reconhecer estes meios não apenas como alavancas mediadoras de visibilidade e pressão política, mas também como arenas de discussão imersas em um processo mais amplo. (MAIA, 2010). Reconhecê-los não apenas meios para divulgação instrumental de informações, mas também mediadores que põem diferentes arenas formais e informais de discussão em contato, estabelecendo um ambiente propício para um *debate público ampliado* (MAIA, MARQUES e MENDONÇA, 2008).

Deste modo os chamados meios de comunicação de massa ganham importância como ambiente estratégico para circular os argumentos de associações e atores coletivos da sociedade civil em diferentes âmbitos de interação. Estas associações e atores, portanto, buscariam acesso a estes meios para processar suas interações também mediaticamente e coletivizar determinadas interpretações de mundo "extraindo situações problemáticas da cotidianidade e apresentando-as publicamente" (MAIA, MARQUES e MENDONÇA, 2008, p. 104).

O debate e a deliberação precisariam ser tomados como processos de interpretação coletiva de longo prazo e não apenas como tomada de decisão. Este entendimento permite pensar a dimensão cultural mais ampla e abrangente, envolvida na formação de preferências e convicções e não apenas na agregação de interesses para competição. Não se espera que os cidadãos estejam inteiramente prontos para expor formal e racionalmente suas próprias necessidades, reconhecendo que a interações cotidianas difusas comportam condições de racionalidade diferentes do debate singular. Desta forma, o modo pelo qual as redes cívicas associadas à internet podem se relacionar com impulsos democráticos se torna um tema ainda mais vasto. (GOMES e MAIA, 2008, p. 289). Como apontado anteriormente, seguindo o pressuposto de Thompson, a mediação possibilita, ainda, que discussões separadas em termos temporais e espaciais possam exercer influências recíprocas e muitas vezes não possam ser entendidas isoladamente.

Porém, para a melhoria da democracia, são necessárias mais do que estruturas de comunicação eficientes ou instituições abertas. É preciso motivação, interesse e disponibilidade por parte dos próprios cidadãos para que estes se engajem no processo. Para além das conexões tecnológicas disponíveis, há elementos educativos e cognitivos a serem levados em consideração (GOMES e MAIA, 2008, p. 278-285); bem como a disposição para se posicionar em um debate, associada ao senso de eficiência pessoal, habilidade retórica, interesse e exposição ao desacordo, entre outros, o que faz com que a opção pela discussão não ocorra de modo equânime entre os cidadãos (BRUNDIDGE e RICE, 2010, p. 147). Há ainda autores que, considerando a internet como um novo espaço público, ressaltam que este novo espaço não pode ser tido como sinônimo de uma nova esfera pública uma vez que o espaço virtual fomentaria discussões, enquanto uma esfera virtual deveria fomentar a democracia (PAPACHARISSI, 2010b, p. 236).

Ganham relevo, portanto, as motivações e iniciativas dos cidadãos em contato com estas tecnologias. As pesquisas sobre debates na internet, e a necessária exposição ao desacordo político implicada nestes, têm mostrado um caráter aparentemente paradoxal: se por um lado a busca por informações está associada à chamada *exposição seletiva* que contribui para uma redução no acesso a informações contrárias a posições políticas dos usuários que buscam informações na rede, por outro o enfraquecimento de *fronteiras sociais* aumenta a oportunidade para exposição ao desacordo político (BRUNDIDGE e RICE, 2010).

Se por um lado a necessidade de seleção e busca ativa por links e a dinâmica de ferramentas de busca incentivam padrões de exposição seletiva a discussões, potencializando a restrição a informações que pareçam pessoalmente relevantes e reforçando agrupamentos e

posicionamentos prévios, por outro lado ela aumenta as chances de exposição acidental a informações divergentes ao enfraquecer fronteiras políticas, econômicas e sociais que tradicionalmente garantiram a formação de ilhas estanques que conjugam interação, informação e identidade política. (BRUNDIDGE e RICE, 2010, p. 145-150).

É importante ressaltar que as redes sociais online fazem com que pessoas que concordam apenas com relação a âmbitos de convívio não diretamente ligados à política – trabalho, esporte, etc. – tenham mais chances de descobrir, inesperada e acidentalmente, que defendem posturas políticas antagônicas. Considerando a atuação de diferentes perfis de redes sociais como roteadores de links, esta exposição não se refere apenas ao posicionamento político discordante, mas a fontes de informação diversas e potencialmente opostas ao posicionamento político de qualquer usuário. Portanto, a internet não apenas reduz o custo de acesso à informação, mas também potencializa tanto a exposição acidental a pessoas com opiniões opostas e conflitantes quanto a progressiva segmentação e personalização das fontes de informação política.

Entre aqueles que conferem à política uma dimensão central de sua vida e identidade, há uma tendência mais forte ao contato mais restrito a indivíduos com pensamentos políticos relativamente similares. A proposta anterior pode explicar porque a exposição ao desacordo político ocorreria frequentemente em chats que não são explicitamente políticos, de modo acidental, enquanto pessoas discutem tópicos inicialmente não relacionados ao tema. (BRUNDIDGE e RICE, 2010, p. 149-152)

A ideia de cisões nas possibilidades de acesso a determinadas informações deixa de se referir apenas a custos proibitivos, e o enfraquecimento de uma barreira pode fortalecer outra, processo que teria início na ampliação de escolhas a disposição do telespectador com o advento da TV a cabo. Como colocado por Markus Prior, as divisões de diferentes grupos e inequidades de conhecimento entre os cidadãos (*gaps*), relacionadas ao contato com informações políticas, adquiririam uma dimensão cada vez mais próxima a uma segmentação *voluntária*:

> Yet, at least as far as accessing and successfully navigating major news sources online is concerned, the resource-based digital divide appears to be narrowing. Strong and growing preference-based inequality, however, is likely to persist even when (or if) resources are distributed more equally. (PRIOR, 2007, p. 255-288)

Diferenciando os cidadãos que buscavam assistir programas de notícias na TV aberta daqueles que os assistiam por “inércia”, mas, diante da oportunidade, mudam do canal que está passando notícias para um canal entretenimento, Prior mostra que o aumento na

variedade de canais disponíveis com o advento da TV a cabo faz com que este segundo grupo reduza seu acesso à informação, aprendizado e conhecimento sobre política. Isso aumenta os chamados *gaps* de conhecimento entre cidadãos com diferentes hábitos de consumo de mídia (PRIOR, 2007). A diversidade de entretenimento disponível através da internet, bem como a variedade de informação política, potencializa consideravelmente esta dinâmica, mas traz a contrapartida do contato com postagens de pessoas que possuem outros hábitos de consumo de mídia através de redes sociais online.

Soma-se a isso o fato de blogs e sites geralmente constituirem cadeias de links onde blogs indicam outros blogs que possuem posicionamento político similar, construindo um círculo relativamente homogêneo, e, em casos como os comentários sobre a guerra no Iraque, estas cadeias de blogs muitas vezes recebiam oposição de outra cadeia de blogs com posicionamento divergente. (BRUNDIDGE e RICE, 2010, p.150). Isso possibilitaria um isolamento relativo no tocante a fontes de informação mesmo que o usuário tenha o hábito de acessar links externos presentes nos blogs e sites que acessa para se informar.

Para Brundidge e Rice, as diferentes combinações entre exposição seletiva a informações políticas e contato com pessoas que têm posicionamentos políticos divergentes resultaria em quatro cenários possíveis: *democracia deliberativa* seria o ambiente em que o *gap* de conhecimento entre os cidadãos cai enquanto a exposição ao desacordo político aumenta; *enclaves polarizados* (*polarized enclaves*) seriam os ambientes onde o *gap* de conhecimento cai, mas a exposição ao desacordo político também cai; a *dominação ideológica* (*ideological domination*) ocorreria quando o aumento do *gap* de conhecimento está associado à queda de exposição ao desacordo, onde minorias e grupos com menos acesso a educação não tomam conhecimento de alternativas a suas posições; *demagogia de elite* (*elite demagoguery*) emerge quando o *gap* de conhecimento aumenta e a exposição ao desacordo também aumenta. (BRUNDIDGE e RICE, 2010, p. 154)

A importância das opções pessoais de acesso à informação e interação online leva a ideia de que a *personalização*, entendida como habilidade para organizar informação baseada em uma ordem de importância subjetiva determinada pelo *self*, seria uma característica operativa da apropriação da internet pelos cidadãos (PAPACHARISSI, 2010b, p. 236-237). Os comportamentos cívicos contemporâneos seriam caracterizados por uma variedade de ações atomizadas, em diversos espaços, numa esfera política fundada na tensão entre o público e o privado. (PAPACHARISSI, 2010a, p. 131).

Papacharissi afirma que a natureza autocentrada das postagens e da expressão online em geral leva um elemento de motivação *narcisista* – sem cunho pejorativo, entendido como

autorreferência e *self-absorption* – para a deliberação política online, o que seria distinto dos objetivos da esfera pública. Por outro lado, utilizando o pragmatismo de Goffman como base, a autora afirma que a performance narcisística que transita entre o público e o privado, em blogs e outros fóruns online, é cuidadosamente orquestrada tendo em vista o 'outro', buscando corrigir as possíveis falhas de coerência desta performance, e esta dimensão particular do narcisismo teria efeitos democráticos. (PAPACHARISSI, 2010b, p. 231-238).

É importante ressaltar, no entanto, que a associação entre utilização de tecnologias da comunicação e *modos narcisistas de inserção no espaço público* já havia sido explicitamente apontada por estudos sobre a participação de ouvintes em programas de rádio na América Latina. Outros pontos encontrados por Papacharissi em apropriações da internet também são notados no estudo de Rosalía Winocur sobre participação popular em programas de rádio, como a fragmentação paralela a emergência de identidades coletivas flexíveis, com contornos pouco definidos, que compartilham apenas certos gostos musicais. (WINOCUR, 2002, p. 130). Porém, se Papacharissi utiliza seus apontamentos como justificativa para dar um novo sentido à dimensão política do âmbito *privado*, Winocur busca redefinir o conceito de *público*: "una nueva definición de lo público como espacio fragmentado donde los assuntos que competen a todos se particularizan en reivindicaciones y demandas concretas –a veces antagônicas– de grupos e individuos de diversa condición sociocultural" (WINOCUR, 2002, p. 198).

Para Papacharissi, seria preciso reexaminar a espacialidade da cidadania, uma vez que atualmente na esfera privada o indivíduo ainda estaria sozinho, mas não solitário ou isolado. Esta esfera teria passado por diferentes definições na terminologia política. No antigo período Greco-romano, a preocupação com a esfera privada serviria para anular o homem em sua, suposta, verdadeira natureza, que existiria na esfera pública. No período moderno a esfera privada foi associada com direitos individuais e o direito de ser deixado em paz, bem como a esfera onde interesses marginalizados na esfera pública podem emergir. Por fim, a esfera privada seria entendida como uma esfera longe do mercado, que teria colonizado a esfera pública. (PAPACHARISSI, 2010a, p. 132)

Vale ressaltar que a própria exigência de privacidade enquanto direito de não ser exposto publicamente mantém relações com tecnologias da comunicação: o *direito à privacidade* passa a ser um termo amplamente utilizado a partir de 1890, quando o artigo *The Right to Privacy*, dos advogados norte-americanos Samuel Warren e Louis Brandeis, afirmam que a fotografia estaria sendo utilizada por uma imprensa "fora de controle", que excederia "em todas as direções os limites óbvios do decoro e da decência" e invadiria "os arredores

sagrados da vida privada e doméstica" (WARREN e BRANDEIS apud PLAISANCE, 2011, p. 221).

Para Winocur, no campo epistemológico, a dicotomia entre público e privado seguiria quatro orientações distintas: (a) o interesse público em oposição ao que seriam interesses privados dos cidadãos, onde público se aproximaria de um sinônimo para político; (b) aquilo que é disponibilizado ao escrutínio público e aquilo que permanece oculto e relegado à esfera privada (entre estas duas primeiras definições encontraria-se a definição habermasiana de debate e participação, e do público como algo acessível a todos, visível e relacionado ao bem comum); (c) o público como espaço real e simbólico ao qual todos podem ter acesso, como praças e ruas, lugares de sociabilidade. Esta terceira distinção se relaciona a divisão entre a vida exposta a visibilidade pública e a vida na esfera privada, associando-se ao conceito de regiões em Goffman e preocupando-se mais com atuação de papéis públicos do que com a participação política formal; (d) por fim o questionamento feminista que coloca em dúvida a validade desta distinção, apontando o fato de que por público se entendem funções tradicionalmente associadas à figura masculina e por privado as funções socialmente relegadas às mulheres, em uma distinção tiraria o espaço doméstico da esfera de proteção legal e deixaria suas relações fora da discussão política (WINOCUR, 2002, p. 116-117).

A autora defende que os meios de comunicação eletrônica levariam a uma revalorização da esfera privada de modo que a dicotomia entre privacidade e publicidade precisaria ser repensada.

Para fundamentar sua proposta contra a pertinência dos estudos de esfera pública para compreensão da interação na internet e pela noção de *esfera privada*, Papacharissi utiliza como base a já citada proposta de Chantal Mouffe em *The Democratic Paradox*, envolvendo a crítica ao suposto racionalismo de Habermas e a aceitação de um agonísmo pluralista. Porém, ao utilizar o pensamento pragmatista de Goffman, o falso dilema da autora neste ponto é ainda mais evidente que o de Mouffe, uma vez que se ignora completamente a aproximação de Habermas com o pensamento pragmatista de George Mead como uma das bases para o desenvolvimento do conceito de *agir comunicativo*.

Novamente, a despeito da utilidade do conceito de *agonismo pluralista* para nosso trabalho, entendemos que não há uma incompatibilidade irreconciliável entre a proposta de *debate público ampliado,* outras apropriações do conceito de esfera pública voltadas para o discurso prático informal em interações cotidianas, e as propostas dos autores filiados ao conceito de *agonismo pluralista.* Isso fica evidente tanto na apropriação de Goffman por Papacharissi quanto na compatibilidade entre seu trabalho e o de Winocur, que já havia

chamado atenção para a dimensão narcisista da utilização de tecnologias da comunicação para inserção em esferas informais de expressão política, a valorização da esfera privada e sua relação com a dicotomia público-privado, aproximando-se de concepções informais e ampliadas de esfera pública. Embora as tecnologias estudadas pelas autoras sejam diferentes, a similaridade de diversos de seus achados aponta para o fato de que estes achados não estão relacionados exclusivamente a nenhuma destas tecnologias.

Reconhecendo o papel das escolhas individuais dos cidadãos e suas interações na composição de uma concepção ampliada de debate público, cabe pensar como estes elementos se articulam e influenciam outras esferas. No tocante à mobilização da sociedade civil por meio de associações, a maior facilidade de associação e formação de grupos de interesse em escala transnacional divulgando conteúdo próprio, buscando acesso aos meios de comunicação e outras arenas privilegiadas, marcam a complexidade deste quadro político e nem sempre o tornam mais democrático. Ao mesmo tempo em que atores coletivos podem superar a exclusão de suas perspectivas e argumentos ao se inserirem em fóruns formais de discussão e processos de tomada de decisão, é preciso reconhecer que a sociedade é um complexo heterogêneo, sem generalizações abrangentes possíveis, que muitas associações voluntárias são assumidamente antidemocráticas, e que nem todas as formas de engajamento fomentam a democracia (MAIA, MARQUES e MENDONÇA, 2008, p. 102).

Não só associações políticas não necessariamente têm finalidades democráticas, mas também, e o que é mais importante, vários grupos tem como meta a manutenção de uma discriminação ou diferença no acesso a espaços e serviços. Seria preciso conferir se a associação em questão leva em conta procedimentos democráticos de deliberação como participação inclusiva de todos os afetados, respeito a igualdade dos participantes, escuta respeitosa e justificação recíproca, não tirania e revisibilidade de opiniões. (GOMES e MAIA, 2008, p. 328-329). Ainda de acordo com os autores, haveria quatro diferentes tipos de redes de associação política: redes para produção de conhecimento técnico-competente; redes de memória ativa; redes para produção de recursos comunicativos; e redes de vigilância e solidariedade à distância. (GOMES e MAIA, 2008, p. 332-337)

Organizações cívicas seriam mais eficazes do que os indivíduos isolados em sua capacidade de reunir fontes de informação variadas, construir conhecimento próprio e organizar ações políticas envolvendo pessoas que compartilham interesses. Se adquirir conhecimento e habilidade política para negociar com atores políticos institucionais tem um custo alto na perspectiva individual, como ressaltado pelos defensores da racionalidade econômica, o mesmo não ocorreria para os coletivos cívicos, que frequentemente

desenvolvem conhecimentos nas áreas de gestão, orçamento e funcionamento do Estado nas áreas que lhes interessam. Estas associações se apropriariam da internet seguindo principalmente os quatro modos: interpretação de interesses e construção de identidade coletiva; constituição de esfera pública; ativismo político, embates institucionais e partilha de poder; e supervisão e processos de prestação de contas. Considerando que modalidades de associações cívicas tendem a se especializar em funções específicas, estas nem sempre são capazes de exercer outras funções (GOMES e MAIA, 2008, p. 348).

O potencial democrático do associativismo não poderia ser pensado sem uma atenção ao tipo de associação em questão e ao contexto em que ela se inscreve. As associações mais propícias a gerar efeitos democráticos seriam aquelas incluídas em processos deliberativos ampliados, fomentando a circulação de argumentações diversas em diferentes âmbitos interacionais, aberta, portanto, a diferentes esferas discursivas (MAIA, MARQUES e MENDONÇA, 2008).

Mesmo considerando o fato de que grupos com foco em questões políticas tendem a desenvolver grupos de interesse relativamente homogêneos, a entrada destas associações em ambientes de contestação para defender suas próprias posições e torná-las presentes em fóruns de discussão pode ser considerado como implementação de uma esfera pública. (GOMES e MAIA, 2008, p.340-343).

Alguns modelos propõem o entendimento dos sistemas deliberativos como dinâmica que articula estas diversas esferas discursivas representadas por círculos concêntricos que englobariam deliberações formais e institucionais ao centro, a conversação midiática envolvendo governo, grupos de interesse e partido como segundo círculo, e as conversações cotidianas como círculo periférico. Entendemos, no entanto, que outras formas de pensar as interceptações contingentes entre diversas arenas discursivas possam ser mais compatíveis com a lógica de uma sociedade com acesso à internet.

A variedade de regimes culturais e políticos pelos quais os argumentos circulam gera uma situação semelhante à que impulsionou a sistematização e profissionalização das técnicas de retórica: os problemas da Sicília, onde o formalismo jurídico não se aplicava mais devido a mudanças sucessivas de regime, criando um campo propício ao crescimento profissional dos sofistas e da conquista de importância social por parte dos bons argumentadores. (PERELMAN, 1999, p. 320). Por outro lado, esta mesma variedade é um obstáculo quando se procura parâmetros na busca por valores que transcendam os limites das inúmeras culturas envolvidas nos debates.

Como localizar a pressão transnacional de grupos de interesse presentes em diferentes países sobre um país que viola direitos humanos, ou a pressão da mídia internacional em políticas públicas de um regime autoritário, mesmo sem respaldo na mídia local? O modelo concêntrico pressupõe conversas cotidianas e midiáticas com um centro institucional comum, o que não dá conta da dimensão transnacional e assimétrica de diversos debates públicos ampliados ocorridos no início do século XXI.

A crescente concentração de recursos em conglomerados midiáticos em grande escala e o papel destes conglomerados na distribuição global de bens simbólicos faz com que uma reflexão sobre as condições da liberdade de expressão não possa se restringir à estrutura territorial do estado nacional. Paralelamente, os graus de visibilidade de questões problematizadas levantam questões de justiça e injustiça que são de interesse não apenas dos residentes da comunidade local, mas algo que se torna uma questão de preocupação nacional ou, em alguns casos, internacional. (THOMPSON, 1999, p. 209-216)

O desenvolvimento da mídia teria ajudado a criar um mundo em que os campos de interação poderiam se tornar globais, tanto em escala quanto em alcance, e a velocidade da transformação social poderia ser acelerada pela velocidade dos fluxos de informação:

> Dado o fato de que há múltiplos canais transnacionais de comunicação que os governos particulares podem dificilmente controlar, e dado o fato de que a recepção das mensagens da mídia é um processo relativamente independente que os produtores não podem monitorar completamente, o campo de interação mediada está minado de relações de poder que mudam rapidamente, dramaticamente e de maneiras imprevisíveis (THOMPSON, 1999, p. 107).

A escala transnacional dos grupos de interesse e dos media envolvidos nos debates levanta questões não apenas sobre a expansão do debate público ampliado para além das fronteiras nacionais, mas também sobre as limitações da concepção de democracia circunscrita às arenas institucionais locais de participação política. Como citado anteriormente, os Estados nacionais não podem ser considerados como entidades isoladas, sem relações com a conjuntura política, militar e comercial dos países que o cercam, bem como processos interdependentes de acumulação de capital que superam o escopo do território nacional (THOMPSON, 1999, p. 209).

Neste sentido, a busca pela consolidação de um mercado global não é um fenômeno recente. De acordo com Stuart Hall, iniciativas comerciais envolvidas em processos de acumulação e concentração de capital dificilmente têm suas aspirações determinadas por fronteiras nacionais, sendo, desde o início, um elemento da economia mundial antes de uma característica dos estados-nação. Tanto a busca por autonomia nacional quanto a tendência à

globalização estão profundamente enraizadas já na modernidade (HALL, 2011, p. 68). No caso do Brasil e de boa parte dos os países latino americanos, a despeito de diversas diferenças regionais, a possibilidade de constituir e formar nações no sentido moderno do termo passa pelo estabelecimento de mercados nacionais que alcançam viabilidade em virtude de seu ajuste às necessidades e exigências do mercado internacional. (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 217).

O aumento da complexidade da sociedade mundial na segunda metade do século XX limitaria ainda mais o espaço de ação dos Estados criando a necessidade de expandir o escopo de ação política para além das fronteiras nacionais. As associações entre Estados para formação de organizações internacionais buscariam compensar a perda de capacidades de solucionar problemas. Mesmo sem considerar as assimetrias de poder entre Estados na composição da maioria destas organizações, estes participantes pagam "o preço de um governo fundado na intergovernamentabilidade com níveis decrescentes de legitimação" (HABERMAS, 2012, p. 53).

A possibilidade de consolidar uma infraestrutura para transações através de computadores conectados internacionalmente fez com que várias associações entre Estados buscassem explorar o potencial político e econômico deste novo cenário ainda pouco regulado. Porém, estas possibilidades de integração e interação, seja com finalidades comerciais ou de partilha de conhecimento e ajuda humanitária, rapidamente se confrontam com sanções de associações que disputam a regulação dos fluxos de informação e tomada de decisão política neste novo âmbito.

A chamada governança na internet pode ser vista como esforço para transformar a política da internet, internacionalizando e diversificando as estruturas de controle político e accountability que governam os rumos desta tecnologia. O World Summit on the Information Society (WSIS) seria um exemplo significativo desta compreensão, uma vez que foi o primeiro evento das Nações Unidas a adotar o modelo multi-stakeholder como princípio básico de determinação de seus objetivos, organização, procedimentos e resultados (DUTTON e PELTU, 2010, p. 385)

Entre os programas de associações governamentais regionais e globais que buscam impor regras neste novo cenário, algumas destas últimas com mais de uma centena e meia de estados-membros, destacam-se as seções *International Telecommunication Union* (ITU), *World Intellectual Property Organization* (WIPO) e *UNICT*, das Nações Unidas; *Information Society Directorate General* na União Europeia; *General Agreement on Trade in Services,* além de acordos em defesa da propriedade intelectual no comércio eletrônico internacional, na

Organização Mundial do Comércio (WTO); *Information for Development Program* no World Bank Group (WGB); *G8 DOT Force* no G8; e *Telecommunication and Information Working Group* e o *E-ASEAN,* no Asia-Pacific Economic Co-operation (APEC) e no Association for South East Asian Nations (ASEAN) respectivamente (CHADWICK, 2006, p. 212-217).

Fora da alçada dos governos, entre associações ativistas e comerciais que buscam intervir nestas regulações, destacaram-se *Internet Engineering Task Force* do The Internet Society (ISOC), Association for Progressive Communications (APC); Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN); os programas *Global Competitiveness, Global Digital Divide* e o *Global Governance* do World Economic Forum (WEF); Global Business Dialogue on E-commerce (GBDE) e o Global Information Infrastructure Commission (GIIC). Uma das marcas desta disputa pela definição das regras e agenda de um *regime* para a circulação global de informações foi a formação do *World Summit on the Information Society* (WSIS), envolvendo todas as organizações citadas anteriormente. Desencantados com a natureza corporativa e comercial que norteava as discussões durante a preparação da agenda para o WSIS, grupos da sociedade civil escreveram sua própria declaração e ativistas lançaram o "contraevento" paralelo *World Forum on Communication Rights* (CHADWICK, 2006, p. 217-220).

O WISIS foi organizado pela UNESCO em parceria com a International Communication Union (ITU). Desde sua fundação, foi aberto à participação através de organizações não governamentais, entidades da sociedade civil, setor privado, organizações intergovernamentais, instituições internacionais e regionais, gerando críticas por parte dos setores que afirmavam se tratar de decisões puramente técnicas. Os objetivos da organização foram definidos em dois eventos, a reunião de Genebra em 2003 (que contou com a participação de 176 estados, 100 organizações internacionais, 481 organizações não governamentais e da sociedade civil e 98 empresas privadas) e da Tunísia em 2005 (que contou com 174 estados, 192 organizações internacionais, 606 organizações não governamentais e da sociedade civil e 226 empresas privadas). (DUTTON e PELTU, 2010, p. 388)

Segundo a proposta do WISIS, o potencial das novas tecnologias deveria ser utilizado para promover o desenvolvimento internacional e alcançar as Metas do Milênio das Nações Unidas, utilizando as tecnologias de comunicação e informação (ICT) para o desenvolvimento social e combate a clivagens digitais (ICT4D). Mas não há acordo sobre se haverá de fato uma regulamentação da rede e, em caso afirmativo, quais seriam os órgãos internacionais envolvidos, com exceção de um consenso geral sobre a evolução do Internet Corporation for

Assigned Names and Numbers (ICANN) envolvendo maior prestação de contas e responsividade em nível internacional. (DUTTON e PELTU, 2010, p. 386-387).

A questão da participação da sociedade civil no âmbito internacional, no entanto, levanta diversas questões. Faltaria clareza na definição de quais são os atores da sociedade civil, com governantes eleitos pedindo para representar a população de seu país nesta esfera, grupos que se colocam como representantes da sociedade civil sem muitos critérios e possibilidades de confirmação desta relação, etc. Além de diferentes grupos que se colocavam como representantes da sociedade civil com interesses conflitantes, alguns deles com propostas políticas com fundo moralista e religioso, que não deixam de fazer parte da sociedade civil e muitas vezes se aproximam de propostas defendidas por Estados conservadores propícios a algumas formas de censura. (DUTTON e PELTU, 2010, p. 398).

Muitos participantes acharam difícil participar do debate em suas dimensões técnicas. Sobre a insatisfação de alguns atores envolvidos, apesar do espaço aberto pelo WISIS, Dutton e Peltu afirmam que:

> On the other hand, unrealistic expectations raised by the imprecise promise implied by the notion of participation seemed to be at root of more pessimistic views of the outcome. Both the formal WISIS rules and the practices of those actors with real-world power substantially limited the scope of what participation could be achieve in affecting the decisions made by those with access to government policy-makers (DUTTON e PELTU, 2010, p. 389).

A importância dos problemas relacionados à governança da internet pode ser ilustrada pelo debate em torno da neutralidade da rede. O debate se volta para a possibilidade de provedores de acesso à internet diferenciarem a velocidade do acesso de acordo com canais e conteúdos buscados, contrariando a ideia de que o acesso é concedido sem que o conteúdo em questão seja inspecionado ou alterado. A quebra da neutralidade permitiria que alguns sites comerciais obtivessem uma velocidade maior em suas trocas com usuários à custa da distribuição equânime das vias para troca de dados entre usuários com outros interesses e preferências. Além de problemas centrados nos usuários (neutralidade da rede, privacidade e proteção de dados); também entram em questão problemas centrados na internet (registro de nomes e números, jurisdição transnacional e governança) e não centrados na internet mas diretamente afetados (liberdade de expressão, copyright e manutenção de direitos digitais). (DUTTON e PELTU, 2010, p. 393-396).

A internet não poderia ser considerada como *uma* tecnologia, mas como um conjunto de diversas tecnologias operando em níveis diferentes. Isso faz com que a governança da internet tenha um caráter fragmentado, com múltiplas camadas, complexo e altamente

disperso, que não pode ser considerado com *um* processo, e que envolve diferentes modelos de governo, associações civis, atores institucionais e não institucionais. (DUTTON e PELTU, 2010, p. 392)

Esta teia de influências, compromissos legais e pressões sobrepostas entre atores estatais e não estatais, perpassando diversos países, fez com que as diferenças entre os conceitos de *governo* e *governança* voltassem a ocupar um papel importante no estudo das relações internacionais. Enquanto *governo* envolve uma autoridade formal constituída institucionalmente, com amparo legal para o cumprimento de uma agenda política, a *governança* engloba estas instituições sem descartar os mecanismos informais e não governamentais com os quais pessoas e organizações que interagem com estas instituições se norteiam e buscam seus objetivos políticos, e ambos manteriam uma relação de *interdependência complexa* (CHADWICK, 2006, p. 208).

O cenário internacional descrito anteriormente seria marcado por relações de *governança* sem um *governo* formal para dar veredictos finais unívocos. Esta abertura gera um ambiente propício a investidas de organizações não institucionais voltadas pressão política e constituição de fóruns internacionais de debate, ao mesmo tempo em que dificulta a inserção destes debates em processos formais de tomada de decisão. A solidariedade transnacional é evocada como elemento de construção para uma nova identidade que vai além do território nacional e suas fronteiras.

Diferentes pesquisadores apontam o embate entre duas agendas correntes, uma voltada para defesa da propriedade intelectual no comércio eletrônico, ampliação neoliberal das transações internacionais e combate a obstáculos ao comércio eletrônico; e outra voltada para cooperação na universalização do acesso às tecnologias de comunicação eletrônica, partilha de conhecimento científico em áreas médicas, incentivo á produção de conteúdo de mídia local e iniciativas envolvendo transparência e governo eletrônico. Isso não impede que algumas associações se coloquem como defensoras tópicos de ambas as correntes simultaneamente, apenas aponta uma tendência à polarização (CHADWICK, 2006).

Não raro, por motivos diversos, a posição institucional de diversos Estados difere radicalmente da posição das redes compostas por suas respectivas sociedades civis. Há uma tensão evidente entre a capacidade transnacional de interação e ação das associações civis conectadas em rede, a busca pela superação das limitações burocráticas e territoriais em questões globais e a ação de diferentes Estados que buscam regulamentar estes fluxos, que cruzam inúmeras fronteiras.

2.2 **“Em nome da humanidade”: direitos humanos e as limitações do Estado nacional**

Mesmo atentando para a presença e pressão de associações civis no cenário político internacional, a inserção em processos formais de deliberação marcados pela diversidade de códigos morais e normativos sem autoridades centrais é problemática. Por seu suposto caráter universal consagrado por boa parte das associações entre estados sem fins exclusivamente comerciais, a defesa da dignidade e dos direitos humanos é muitas vezes utilizada como álibi para solucionar este problema (HABERMAS, 2012).

É interessante notar que se a função de hinos nacionais está diretamente relacionada a esta definição de fronteiras políticas de um “nós” contra “eles”, a dificuldade em consagrar hinos internacionais associados a uniões de Estados em torno de interesses comuns ganha relevo:

> Os hinos nacionais não são apenas símbolos do Estado; na melhor das hipóteses, fazem parte do sistema nervoso de uma comunidade política viva. Sob este aspecto, é incrível como existem poucos hinos internacionais de sucesso. [...] A canção “We shall overcome” goza de certa vigência internacional, mas o hino internacional mais bem sucedido da história moderna (deixando de lado os religiosos) foi provavelmente a “Internacional” do comunismo. Mesmo aqueles que odiavam a realidade comunista podiam às vezes gostar de cantá-lo. Havia versões estimulantes em muitos idiomas. E por que ela chegou tão perto de competir com os hinos nacionais? Porque é marcial, sedenta de sangue e apresenta um “eu” heroico que alardeia desafio a um “eles” maligno. A conclusão é clara. Se o mundo quiser o hino que merece, precisamos de um grande e gordo inimigo comum. Desconfio que desafios inanimados como mudança climática, aids ou meteoros não funcionarão. Precisamos é de algum agressor realmente asqueroso para ser repelido. Quando os marcianos invadirem a Terra, o mundo terá sua “Marselhesa” (ASH, 2011, p. 149).

O sucesso de alguns hinos internacionais confirma a pertinência da lógica de distinção entre amigo e inimigo como fator importante na construção de identidades políticas. A oposição do internacionalismo socialista às guerras mundiais questionava as distinções nacionais como referencial de distinção entre “amigos” e “inimigos”, apontando que os trabalhadores de diferentes países que se enfrentavam em campos de batalha tinham mais vivências e interesses em comum do que poderiam ter com as elites de seus próprios países, envolvidas na declaração de guerra. Ao conclamar os trabalhadores do mundo a se unirem, constrói-se um novo “nós” supranacional, mantendo-se aberta a possibilidade de um “eles” também supranacional.

A ausência de instâncias de decisão centrais unívocas no cenário internacional associada a pertinência da lógica amigo/inimigo faz com que seja interessante retomar a análise de Carl Schmitt (1992) sobre o uso do ideal humanitário em disputas políticas. O cenário político internacional não contaria com um *universo* político, mas com um *pluriverso*, onde a construção da unidade e significação política de cada grupo teria como pressuposto a possibilidade real de um inimigo político, ou seja, outra unidade política coexistente e antagônica.

Historicamente, o "conceito humanitário de humanidade" surgido no século XVIII seria a negação polêmica da ordem aristocrática-feudal ou estamental existente e de seus privilégios. A ideia de uma *Liga das Nações* só faria sentido politicamente enquanto esta liga podia ser confrontada, como conceito polêmico, com a *Coligação dos Príncipes*. Esta significação política deixaria de existir juntamente com a significação política da monarquia. *Humanidade* não seria mais um conceito político, uma vez que a ele não corresponde nenhuma unidade existencialmente antagônica. (SCHMITT, 1992, p. 82).

Depois disso, a Liga das Nações não trataria mais de uma liga ou união, mas, antes, de simples aliança entre nações. Qualquer liga de nações que atuasse como organização universal da humanidade teria que retirar efetivamente de todos os agrupamentos humanos restantes o *jus belli* – juízo sobre a declaração de guerra a um inimigo específico – e não assumir nenhum. Não sendo universal, esta aliança não acaba com o *jus belli*, mas apenas o transfere, no todo ou em parte, para uma suposta "Liga". (SCHMITT, 1992, p. 84). Portanto, nenhuma guerra poderia ser uma guerra da *humanidade* travada por uma *Liga das Nações*, uma vez que:

> Quando um Estado luta contra seu inimigo em nome da humanidade, não se trata de uma guerra da humanidade e sim de uma guerra para a qual um determinado Estado procura ocupar o conceito universal frente ao inimigo, para (às custas do adversário) identificar-se com tal conceito, assim como se pode abusar de paz, justiça, progresso e civilização, para reivindicá-los para si e negar que existiam no lado do inimigo. "Humanidade" é um instrumento ideológico, especialmente útil, das expansões imperialistas, e em sua forma ético-humanitária um veículo específico do imperialismo econômico (SCHMITT, 1992, p. 81).

Porém, os acordos internacionais voltados para institucionalização dos direitos humanos na segunda metade do século XX fazem com que o ideal humanitário possa ser utilizado não apenas como justificativa para ação de associações entre Estados, mas também como base para direitos exigíveis por qualquer cidadão de países sujeitos a acordos sobre o tema.

Não por acaso, é a conjuntura política complexa do final do século XX que fomenta os discursos sobre direito à memória, relacionadas ao fim das ditaduras na América Latina, o fim do *apartheid* na África do Sul, os massacres na Bósnia e em Ruanda, a queda do Muro de Berlim e ao colapso da União Soviética. A ideia de uma política da memória transnacional relacionada a atrocidades contra a humanidade cresce paralelamente à reivindicação de direitos humanos internacionais, em um movimento "firmemente orientado para a meta futura de criar um regime internacional, ou talvez até global, de direitos" (HUYSSEN, 2014, p. 195-197).

Seguindo Jean Cohen, os direitos humanos teriam três fases distintas: uma logo após a segunda guerra mundial, que resultou na Convenção sobre o Genocídio e na Declaração Universal de 1948; uma segunda fase nos projetos anticolonialistas de libertação a partir do fim da década de 1940; uma terceira fase, posterior ao fim da guerra fria, diferiria drasticamente das anteriores, e as violações de direitos humanos passariam a ser seletivamente invocadas como justificativas de sanções e intervenções militares por parte de Estados ou organizações multilaterais que afirmam intervenção humanitária e aplicação da legislação internacional dos direitos humanos, como na Bósnia, Afeganistão e Iraque. (COHEN apud HUYSSEN, 2014, p. 198). Isso explica porque, durante a primeira década do século XXI, a legitimidade da intervenção política de organizações de estados nacionais, e mesmo das Nações Unidas, é vista com desconfiança e sofre duras contestações enquanto busca escorar-se em alguma interpretação humanitária universalista ou na suposta defesa do Estado de direitos em países que passam por conflitos internos.

Com a aprovação da resolução *O Estado de Direito nos planos nacional e internacional* (resolução 61/39) na Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro de 2006, estabeleceu-se de modo menos ambíguo uma vertente internacional Estado de direito. O Estado de direito se referiria a um princípio de governo segundo o qual as pessoas, instituições e entidades, públicas e privadas, estariam submetidas a leis promulgadas publicamente e aplicadas com independência, compatíveis com as normas e princípios internacionais dos direitos humanos. A adequação ao Estado de direito implicaria a necessidade de separação de poderes, igualdade ante a lei e primazia desta última, transparência processual e legal, além de não arbitrariedade por parte do Estado (VILLEGAS DELGADO, 2013, p. 270-271).

De acordo com Villegas Delgado, trata-se mais de uma internacionalização de práticas do que da constituição de um modelo de Estado de direito internacional propriamente dito. A proteção aos direitos humanos seria, neste sentido, hierarquicamente superior, e estes direitos

precisariam ser respeitados nas leis e ações dos Estados particulares. Os elementos estruturais do Estado de direito, que seriam suas condições de existência, seriam: (a) a existência de um ordenamento jurídico ao qual todos os sujeitos de direitos, incluindo o Estado e seus agentes, estejam submetidos; (b) igualdade de todos os sujeitos de direito frente ao cumprimento da lei; (c) aplicação independente e efetiva do dito ordenamento jurídico; e (d) a compatibilidade deste ordenamento jurídico com as normas e princípios relativos à proteção internacional dos direitos humanos. (VILLEGAS DELGADO, 2013)

A extrapolação deste Estado de direito para o âmbito internacional teria como base os seguintes pressupostos: (a) uma ordem internacional baseada no direito; (b) a aplicação uniforme do direito internacional a todos os sujeitos em um plano de igualdade (c); a prevenção do exercício arbitrário do poder do Estado; (d) a aplicação independente e efetiva das normas jurídicas internacionais; e (e) a compatibilidade das normas internacionais e a dignidade intrínseca ao ser humano (VILLEGAS DELGADO, 2013). Somam-se a isso os esforços da Comissão de Direito Internacional para responsabilização e sanções contra Estados por atos internacionalmente ilícitos.

A resolução 61/39 pode ser vista, portanto, como um esforço contra um tipo específico de utilização arbitrária de defesa de direitos humanos no cenário internacional posterior ao fim da guerra fria, visto que se preocupa principalmente com a instituição do Estado de direito em países que passaram por conflitos internos.

Para além de exércitos próprios declarando guerras, esta nova configuração faz com que diversas organizações civis busquem forçar Estados a utilizar suas próprias forças repressivas contra violações em seu território e em defesa de direitos instituídos internacionalmente. Confirmando a ascensão de redes de vigilância e solidariedade a distância como objetivo de diferentes associações civis, diversas organizações não governamentais nacionais e transnacionais passam a buscar a posição de monitores que denunciam a violação de direitos humanos e exigem a tomada de medidas a respeito.

Isso retoma a tensão entre a dimensão internacional dos direitos humanos e a estrutura institucional do Estado nacional. De acordo com Habermas:

> Por um lado os direitos humanos só podem assumir validade positiva de direitos fundamentais em uma comunidade particular – primeiro, no interior do Estado nacional. Por outro lado, sua pretensão de validade universalista, que aponta para além das fronteiras nacionais, só pode ser resgatada em uma comunidade cosmopolita inclusiva (HABERMAS, 2012, p. 29-30).

Embora negue a viabilidade de um governo global, o autor propõe que essa contradição só poderia ser resolvida através do avanço rumo a uma sociedade mundial

constituída democraticamente, que não precisa assumir qualidades estatais, mas precisa reconhecer a necessidade política de ampliar os procedimentos democráticos para além das fronteiras nacionais (HABERMAS, 2012, p. 53).

Isso responde à crítica feita por autores como Thompson sobre a dificuldade de conciliar o caráter espacial e dialógico da concepção de esfera pública de Habermas que, reconhecidos os avanços de sua reelaboração na *Teoria do Agir Comunicativo* e sua validade como medida crítica e ideal normativo, continuaria exigente demais ao impor normas de legitimação incompatíveis com um cenário internacional que envolve milhões de pessoas dispersas no espaço e também no tempo (THOMPSON, 1999, p. 225).

Mais do que normas de deliberação em contatos dialógicos – crítica que ignora as consequências da aproximação com o pensamento de Mead para a proposta habermasiana – os estudos de Habermas sobre a legitimidade da participação e do direito supranacional e seus desafios, notadamente em *Sobre a Constituição da Europa* (2012), repousam no debate sobre as diferenças entre a soberania popular e a soberania de Estado, além da passagem do conceito de dignidade humana para institucionalização dos direitos humanos:

> O ceticismo mais persistente em relação a uma juridificação *democrática* da dominação política, que aponta para além das fronteiras nacionais, nutre-se, contudo, de uma incompreensão coletiva ao confundir soberania popular e soberania de Estado. [...] Enquanto a soberania do Estado é pensada segundo o modelo da liberdade de arbítrio, a soberania do povo se expressa de acordo com o modelo de uma legislação democraticamente universalizadora, garantindo liberdades iguais a todos os cidadãos. A "liberdade de arbítrio", de um ponto de vista conceitual, é essencialmente diferente da "liberdade legal" (HABERMAS, 2012, p. 54-56).

A institucionalização dos direitos humanos em um nível internacional, portanto, retira o respeito à dignidade humana de uma esfera meramente moral e o transporta para o âmbito de direitos exigíveis por aqueles que têm a dignidade violada. Tratando-se da dignidade humana, civis dos mais diversos países seriam sujeitos de direitos humanos iguais e reivindicáveis. Para mostrar respeito a estes direitos, associações supranacionais entre estados pressionam países-membros para que estes utilizem seu aparato estatal contra violações, sem que estas associações precisem ter forças de repressão próprias. Como citado anteriormente, este cenário abre caminho para que a função de dar visibilidade mundial para violações seja assumida por associações civis transnacionais e cria constrangimentos internacionais para países que as ignoram. Vale notar, como esforços neste sentido, a criação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, do Tribunal Europeu de Direitos Humanos, a Corte

Penal Internacional, além de associações regionais e internacionais com finalidades similares. (HUYSSEN, 2014, p. 203)

No tocante a associações da sociedade civil, uma questão importante a ser levada em consideração é o fato de que ao se colocar como defensora dos direitos humanos uma organização chama para si a defesa de interesses de grupos que nem sempre estão alinhados entre si ou se reconhecem mutuamente. Nas palavras de Stuart Hall:

> Assim, colocado de maneira direta, certas formas pelas quais os homens negros continuam a viver suas contraidentidades enquanto masculinidades negras e representam fantasias de masculinidades negras nos teatros da cultura popular são, quando vistas a partir de outros eixos de diferença, as mesmas identidades masculinas que são opressivas para as mulheres e que reivindicam visibilidade para sua dureza às custas da vulnerabilidade das mulheres negras e da feminização dos homossexuais negros. O modo como políticas transgressoras são, em um domínio, constantemente suturadas e estabilizadas pelas políticas reacionárias ou não examinadas em outro domínio só pode ser explicado por este contínuo deslocamento cruzado de uma identidade por outra, de uma cultura por outra (HALL, 2013, p. 385).

Thompson também coloca em questão a exclusividade do estado nacional como ambiente que esgota as possibilidades de ação política e contém em sua extensão territorial todas as problemáticas envolvendo a soberania de seus cidadãos. Os primeiros pensadores liberais não colocariam em questão o fato de que a estrutura natural de soberania e de responsabilidade na sociedade democrática fosse o estado nacional vinculado territorialmente, o que é compreensível considerando a variedade de estados nacionais e a vastidão das populações circunscritas por eles. A democracia representativa liberal teria sido concebida principalmente como uma maneira de organizar o poder político dentro da estrutura emergente do estado nacional, e não um mecanismo pensado para garantir o máximo grau de autogestão por parte dos cidadãos (THOMPSON, 1999, p. 208-216).

Para Thompson, o desenvolvimento da democracia representativa teria acarretado quatro problemas notáveis: (1) Os crescentes níveis de cinismo e desencantamento em relação às instituições políticas, paralelamente à burocratização dos partidos e restrições a participação no processo político; (2) a coexistência do direito formal ao voto para todos os cidadãos com uma série de desigualdades de acesso a recursos e condições de vida, decorrentes de processos relativamente autônomos de operações de mercado; (3) confinação das práticas democráticas em esferas institucionalizadas, negligenciando e não respondendo com a urgência necessária a uma série de questões importantes; (4) e, por fim, o descompasso entre a institucionalização da democracia representativa em nível de estado nacional como

estrutura mais apropriada para a operação do jogo democrático e as tendências globalizantes da vida social:

> Estados nacionais particulares estão cada vez mais imersos em redes de poder (econômico, político, coercivo e simbólico) que se prolongam muito além de suas fronteiras e que limitam, numa medida que varia de um país para outro, o espaço de manobra dos governos nacionais democraticamente eleitos (THOMPSON, 1999, p. 217-219).

A unidade territorial seria, cada vez mais, testada pela pluralidade de clivagens sociais e culturais que não obedecem à lógica delimitada pelas fronteiras nacionais. Ao mesmo tempo, a expansão transnacional das interações sociais deixa claro que as consequências das decisões de Estado e a ação de seus membros têm efeitos que vão muito além de suas fronteiras territoriais. Reflexões sobre a possibilidade de complementar as instituições nacionais com modalidades não eleitorais de representação tornam isso evidente e, nestas propostas, a representação perde boa parte de sua base territorial restritiva ao mesmo tempo em que a ideia de que a representação política é indissociável de eleições institucionais é questionada (FABRINO, 2008).

Uma perspectiva crítica tanto a limitações no modelo de democracia liberal – entendendo que este deve ser aprimorado e não descartado – quanto ao que seria um resquício racionalista da posição habermasiana – questão discutida na primeira parte deste trabalho – pode ser encontrada em Chantal Mouffe.

Para a autora, ao falar em democracia moderna ou liberal estamos lidando com uma forma de sociedade cuja especificidade está na articulação de duas tradições diferentes: a tradição liberal caracterizada pelo império da lei, defesa de direitos humanos universais e liberdades individuais; e a tradição democrática que se apoia nas ideias de soberania popular, equidade entre os cidadãos e participação dos governados no controle aos governantes. (MOUFFE, 2000). A lógica da tradição democrática exigiria sempre uma fronteira entre aqueles que pertencem ao *demos* e exercem soberania através do voto e da participação, e aqueles que estão fora dele, como estrangeiros. Esta distinção seria necessária para tornar a dinâmica democrática viável. Já a tradição liberal, coloca todos os indivíduos como iguais enquanto humanos ao mesmo tempo em que se preocupa com o respeito à esfera privada e individual, sem atentar para questões de soberania, participação ou governo coletivo.

O fato da tradição democrática diferenciar pessoas e grupos tendo em vista o *demos* estaria em acordo com a ideia de construção de identidades políticas a partir do antagonismo, ao passo que ideias liberais como a de “pluralismo razoável” colocam que todos são iguais e o

pluralismo seria simples fruto do exercício individual da razão, assumindo, portanto, que se poderia ganhar o apoio de todos os cidadãos razoáveis a despeito de suas discordâncias (MOUFFE, 2000, p. 24). Ainda de acordo com Mouffe, este suposto pluralismo define como irracional aquilo que é incompatível com os princípios liberais, em uma distinção essencialmente política que confunde exercício da razão com adesão ao ideial liberal e condena o restante a esfera privada.

Ao juntar estes dois modelos e seus pontos contraditórios, a democracia moderna seria palco da crítica, presente em diferentes vertentes da teoria política, da tensão entre soberania nacional e direitos humanos universais. Há, no entanto, ressalvas importantes feitas pela autora. Por um lado, não se pode considerar a tensão entre estes modelos como uma tensão entre dois princípios totalmente externos um ao outro que estabelecem entre si apenas relações de negociação, por outro, esta tensão só poderia ser estabilizada temporariamente, estabelecendo uma relação de hegemonia. No lugar de uma negociação, esta relação é melhor entendida em termo de *contaminação*, ou seja, a articulação entre ambos faz com que cada um deles altere a identidade do outro. Na democracia moderna ou liberal, a democracia teria sido liberalizada e o liberalismo teria sido democratizado. (MOUFFE, 2000, p. 5-10).

Identidades coletivas formadas no modelo 'amigo/inimigo' proposto por Schmitt (1992), internas ou externas ao estado nacional, tem o potencial de se tornar relações de confronto entre inimigos. Haveria, na atualização de Mouffe, uma alternativa democrática ao confronto antagonista, proposta através do conceito de *agonismo pluralista*:

> A first step in my argumentation is to assert that the friend/enemy opposition is not the only form that antagonism can take and that it can manifest itself in another way. This is why I propose to distinguish between two forms of antagonism, antagonism proper – which takes place between enemies, that is, persons who have no common symbolic space – and what I call 'agonism', which is a different mode of manifestation of antagonism because it involves a relation not between enemies but between 'adversaries', adversaries being defined in a paradoxical way as 'friendly enemies', that is, persons who are friends because they share a common symbolic space bet also enemies because they want to organize this common symbolic space in a different way (MOUFFE, 2000, p. 13).

Conflito e divisão seriam inerentes ao funcionamento da democracia indicando seu respeito à pluralidade e não distúrbios que precisariam ser eliminados. A função deste regime político seria impedir que as relações de *agonismo* destes conflitos e divisões se transformassem em relações de *antagonismo*. Não se trata da abolição de toda e qualquer dominação, poder ou violência, mas do estabelecimento de instituições que permitam que

estes sejam contestados e limitados em disputas entre adversários e não entre inimigos. (MOUFFE, 2000).

Para a autora, a ideia de que haveria um simples "consenso racional" entre todos é incapaz de entender esta dinâmica tensa e paradoxal e tentaria eliminar o elemento de incerteza presente nas relações humanas. A presença de paixões no reino da política é ignorada, tentando reduzir a política a um campo neutro para interesses em competição, perdendo a dimensão que o poder, o antagonismo e as relações de forças têm na constituição do campo político. (MOUFFE, 2000, p. 31-34). A perspectiva liberal reducionista de que as pessoas devem concordar apenas com procedimentos democráticos, reduz a cidadania à esfera legal, sem considerar identidades comuns dos cidadãos na democracia. Reduzido a sua função instrumental, o Estado não poderia ser alvo de lealdade, perderia seu papel ético e capacidade de representar a unidade política de um povo e esta unidade passaria a ser mera aglomeração de alianças cambiantes entre diferentes grupos. (MOUFFE, 2000, p. 51-53)

Quando se aceita que as relações de poder são constitutivas do social, a principal questão para a política democrática deixa de ser como eliminá-las e passa a ser como constituir formas de poder mais compatíveis com valores democráticos. A política visaria à criação de unidade em contextos de conflito e diversidade, ou seja, a criação de um 'nós' contra um 'eles'. Esta distinção pode ser feita de modo compatível com a democracia pluralista, entendendo o 'eles' não como um inimigo a ser destruído, mas como um adversário, combatendo suas ideias ao mesmo tempo em que não coloca em questão o direito dele em defendê-las. A base comum entre estes adversários seria a adesão aos princípios de liberdade e igualdade, sem tentar eliminar as paixões da esfera pública em nome de um consenso puramente racional, mas mobilizando estas paixões de modo compatível com a democracia (MOUFFE, 2000, p. 100-103).

O reconhecimento do pluralismo não descarta as relações de poder envolvidas na construção de identidades e atribuição de direitos, não sendo possível, portanto, que o pluralismo descarte a dimensão antagônica destas relações plurais. Não se trata apenas de múltiplos grupos de interesse negociando rumo ao consenso razoável, mas de discordâncias muitas vezes inconciliáveis entre identidades – construídas dentro de relações de poder – que mantêm como ponto comum o acordo sobre o direito de seus agonistas de disputar tomadas de decisão dentro da democracia. (MOUFFE, 2000, p. 20-21).

A atual ênfase exagerada no consenso e a recusa ao confronto levariam a apatia e desafeto pela participação política, transferindo as instâncias de confronto para outras esferas, não necessariamente comprometidas com uma relação *agonista*, o que faria da ideia de que o

poder poderia ser dissolvido por um debate puramente racional uma ilusão perigosa para democracia. Uma das consequências do declínio da esfera política decorrente desta apatia seria a judicialização das relações sociais, entendendo a esfera jurídica como responsável pela organização da coexistência humana, regulando relações, reconhecendo conflitos e decidindo sobre sua legitimidade como se não se tratasse de questões e decisões políticas (MOUFFE, 2000, p. 104-115).

No cenário internacional, a relação entre democracia e *demos* citada anteriormente também tem consequências para a ideia de uma cidadania cosmopolita:

> We should indeed be aware that without a demos to which they belong, those cosmopolitan citizen pilgrims would in fact have lost the possibility of exercising their democratic rights of law-making. They would be left, at best, with their liberal rights of appealing to transnational courts to defend their individual rights when this have been violated. (MOUFFE, 2000, p. 42).

A crítica de Mouffe segue a linha de raciocínio de Carl Schmitt, mas discorda das conclusões do autor. Schmitt afirma, sobre a democracia parlamentar, que haveria diferenças entre as concepções liberal e democrática de equidade. Na liberal toda pessoa é, como pessoa, automaticamente igual a qualquer outra pessoa, e na democrática seria preciso diferenciar entre quem pertence e quem não pertence a demos e quem está excluído deste, quem é ou não um cidadão, quem detém os direitos políticos do Estado e quem está fora dele. A democracia não envolveria apenas tratar os iguais de modo igual, mas também que os diferentes não devem ser tratados igualmente, o que indicaria primeiro a necessidade de homogeneidade e depois a erradicação da diferença. Para Schmitt, a combinação entre estes dois princípios e sua aplicação simultânea, associada à essência do político como relação de antagonismo, levariam a democracia parlamentar à autodestruição. Como visto anteriormente, Mouffe segue esta linha de raciocínio, mas tira dela conclusões diferentes, propondo avanços dentro da democracia (SCHMITT, 1992; MOUFFE, 2000, p. 38).

A proposta de Mouffe é compatível com o raciocínio da primeira parte deste trabalho e com a análise da estigmatização da retórica enquanto ferramenta epistemológica e política por sua aceitação da incerteza inerente a qualquer tomada de decisão e da presença das emoções no julgamento e na tomada de decisão política. Neste sentido o *agonismo pluralista* constitui uma proposta interessante. Seus pressupostos epistemológicos, no entanto – entendimento de identidades como construções e não essências, reconhecimento da presença de paixões no posicionamento político, crítica ao racionalismo universalista, crítica ao entendimento de que a ciência pode ser um árbitro neutro e que suas categorias não são arbitrárias – são

compatíveis não apenas com os estudos sobre retórica e o pensamento pragmatista, mas também com estudos que se apoiam no pensamento pragmatista sobre interações para pensar a deliberação como processo amplo difuso em interações cotidianas, sem pretensões de consenso ou validade universal.

Outra crítica importante pode ser encontrada em Nadia Urbinati, com ressalvas tanto à vertente minimalista quanto à habermasiana. Seria preciso retificar a primeira vertente uma vez que o foco na votação como resolução temporária do conflito, embora aponte uma vontade autorizada a legislar, não oferece um retrato completo do jogo democrático que coloca esta vontade em movimento e forma; e seria preciso retificar a última uma vez que o foco na força integradora da comunicação não joga luz suficiente sobre a refrega política que a perspectiva representativa traria a tona, sempre aberta à revisão e reavaliação. A política representacional proposta pela autora concebe a sociedade como uma *malha intrincada*, que pode ter uma vontade, e não como uma simples "multidão numérica de unidades singulares". A democracia seria única porque poderia extrair das diferenças a força para a união, e não por poder suprimi-las. (URBINATI, 2006, p. 209-210)

A tão criticada engenharia institucional voltada para a representação desenvolvida no século XVIII pecaria exatamente por buscar proteger o arranjo deliberativo, tanto das paixões tirânicas quanto dos interesses particulares das inúmeras facções, através de uma separação entre o *homem* e sua identidade social particular e o *cidadão* eleitor e sua identidade política. Para a autora, o erro consistiria no fato da generalidade da lei e os critérios de imparcialidade relacionados com a cidadania não precisariam se dar às custas da identidade social. A centralidade de um eleitor abstrato em detrimento do reconhecimento das identidades sociais faz com que o *ato* de autorização tenha uma relevância maior do que o próprio *processo* que legitima a autorização. (URBINATI, 2006).

A problematização da divisão entre identidade social e identidade política implica a problematização de um dos primeiros conceitos que ignora a divisão em questão: o de *identidade nacional*. Seguindo a análise de Stuart Hall a respeito das culturas nacionais, a *identidade nacional* seria o denominador comum que permite que diferenças de classes sociais, grupos étnicos e gênero subsistam em interação com a tentativa unificadora da cultura nacional, que oferece pontos alternativos de identificação comum e agregação. Historicamente, no entanto, a maioria das culturas nacionais consiste em culturas diversificadas que só foram "unificadas" após um longo processo de conquistas violentas e supressão forçada da diferença cultural: assim como na maior parte das culturas europeias, o

‘povo britânico’, por exemplo, seria constituído após as conquistas céltica, romana, saxônica, viking e normanda. (HALL, 2011, p. 60).

Na chamada modernidade tardia da América Latina, o processo de constituição das nações e instituição de suas culturas nacionais passa pela apropriação de meios de massa, como no caso colombiano:

> Com as ressalvas do caso, a radiodifusão permitiu vivenciar-se na Colômbia uma unidade nacional invisível, uma identidade ‘cultural’ compartilhada simultaneamente pelos *costeños*, os *paisas*, os *pastusos*, os *santandereanos* e os *cachaços* [...] a transmutação da *idéia* política de nação em *vivência*, em sentimento e cotidianidade (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 234).

No Brasil, o populismo de Getúlio – entendendo populismo como pacto político em que um governante carismático interpela as massas populares diretamente, atropelando intermediários do processo político formal e concentrando poder através deste processo – também teve no rádio um aliado importante. Sem desconsiderar o esforço de indigenistas e escritores do período colonial, o investimento maciço na constituição de uma identidade nacional por parte do Estado acompanha o processo de industrialização dos anos 1930 e a utilização do rádio. Em parte, a constituição de uma *cultura nacional* permitiu o ajuste entre as particularidades regionais e a generalidade política em um contingente urbano híbrido e crescente, decorrente da associação entre êxodo rural, crescimento demográfico e valorização da indústria em detrimento dos antigos polos rurais do recente período oligárquico (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 227-228).

Embora seja tentador buscar superar este problema unificando as identidades internas presentes em uma nação na forma de uma cultura étnica nacional, que se refere a *um único povo*, as nações modernas seriam, todas, compostas por híbridos culturais contingentes. Em larga medida, a proposição de que haveria culturas étnicas unívocas atualiza a discussão sobre as *diferenças inatas* entre os povos. Há a substituição da antiga noção de raça atribuída a diferenças biológicas por uma noção atribuída à cultura, mantendo a raça como critério de distinção na discussão sobre identidade nacional: uma perspectiva de diferenças inatas entre *raças* que não é reconhecida como tal porque é capaz de alinhar *raça* com *nacionalidade*, *patriotismo* e *nacionalismo* (HALL, 2011, p. 64).

A diferenciação de um grupo de outro através de poucos fenótipos específicos e arbitrários, que variam entre culturas diferentes, é um dispositivo *cultural* e não *genético*. Em geral eles não impõem ao restante do código genético uma composição invariável: a seleção da cor como critério de distinção, por exemplo, conjuga em um mesmo grupo uma infinidade

de composições genéticas discrepantes que mantém em comum apenas dois pares de genes. Portanto, de acordo com Hall, a ideia de raça é uma categoria *discursiva* e não *biológica*, e encontraria sua raiz e sentido em questões culturais, tratando-se de distinções arbitrárias com base em categorias de fenótipos como a textura do cabelo, características corporais, etc., sem validade científica. Estas características estão dispersas no interior de diversas variações genéticas que não se alteram conjuntamente, e que podemos ou não denominar como raças de acordo com o repertório cultural de nossa sociedade.

A aceleração das transações globais de bens e informações impõe diversas problemáticas novas neste campo, entre elas, como as identidades nacionais estariam sendo afetadas e *deslocadas* neste processo, bem como a suposta homogeneização das inúmeras identidades nacionais em contato com conglomerados de mídia e entre si. *Deslocadas*, neste sentido, se refere a concepção de Ernesto Laclau adotada por Hall: uma estrutura que tem seu centro abalado e não o substitui por outro, mas por uma pluralidade de pontos de poder:

> As identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas. Assim, quando vamos discutir se as identidades nacionais estão sendo deslocadas, devemos ter em mente a forma pela qual as culturas nacionais contribuem para 'costurar' as diferenças numa única identidade. (HALL, 2011, p. 66).

Há uma complexa combinação de identidades dentro dos territórios nacionais, que inviabiliza interpretações que buscam definir a representação política como algo atrelado a *uma* identidade nacional homogênea, ao mesmo tempo em que é ainda mais problemático retornar a divisão binária entre identidade *social* e identidade *política* como solução do problema da representação. Há um reforço de laços e lealdades culturais tanto acima quanto abaixo do nível do estado-nação e um afrouxamento na exclusividade das fortes identificações com a cultura nacional. A tensão entre identificações nacionais e identificações mais universalistas e abrangentes, como a *humanidade*, é intensificada e apropriada de formas diversas (HALL, 2011, p. 75-76).

Soma-se a isso algumas iniciativas como atribuição de direitos políticos que não se restringe a esfera do estado-nacional, como dupla cidadania, concessão de direitos regionais de voto a não cidadãos, passaportes da União Europeia, aceitação de documentos de identidade nacionais para transito entre os países do Mercosul, etc em uma espécie de "desnacionalização da cidadania". (HUYSSEN, 2014, p. 203). Ainda de acordo com a autora, isso não implica, de modo algum, que os Estados deixem de ser importantes legisladores e

garantidores de direitos. Elementos identitários que não se restringem ao território nacional são perfeitamente compreensíveis neste sentido.

Os chamados direitos culturais também atentam para o reconhecimento de diversidade legítima em termos culturais. No entanto, eles tornam-se problemáticos quando deixam de ser utilizados em defesa de grupos marginalizados, como indígenas na Amazônia, e passam a ser utilizados por Estados, como tentativas de oposição à influência estrangeira, seja contra influência ocidental em sociedades islâmicas ou contra influência islâmica em sociedades ocidentais. Estes casos utilizam o reconhecimento da diversidade cultural para se opor à diversidade com base em uma concepção "unitária obsoleta da cultura". (HUYSSEN, 2014, p. 208). Tentativas de separação entre direitos humanos e direitos culturais, tomando os primeiros como individuais e os últimos como grupais, reforçaria o atrito entre teorias políticas liberais e republicanas. De acordo com Huyssen, "assim como os direitos humanos incluem o direito de sair de uma nação ou um Estado, os direitos culturais devem preservar a prerrogativa de que o indivíduo nascido numa dada cultura possa deixá-la e escolher outra". (HUYSSEN, 2014, p. 209).

A popularização da internet paralelamente a intensificação dos fluxos migratórios no final do século XX, em decorrência de conflitos armados e problemas econômicos, traz novas questões neste cenário. O fim do duopólio das superpotências na guerra fria tem impacto na manutenção da integridade das fronteiras nacionais contra ameaças internas e externas em diversos países. A disputa pela conjuntura internacional espalhou pelo mundo um suprimento de armas pequenas e potentes que passa a acentuar a instabilidade internacional após o fim da guerra fria, impossibilitando o estabelecimento de um monopólio da força armada e controle sobre grupos violentos em escala internacional. O resultado desse desenvolvimento seria a recaída global em uma epidemia de genocídios e limpeza étnica durante a década de 1990, dos quais as 800 mil pessoas mortas em Ruanda em 1994 seriam a maior de uma séria de expulsões e assassinatos em massa durante todo período. (HOBSBAWM, 2007, p. 88).

Estimativas do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e do Statistics of Uprooted People em 2005 variam, respectivamente, entre 20,8 e 33 milhões de pessoas. De 1999 a 2001, um total de cerca de 4,5 milhões de pessoas entrou nos quinze países da União Europeia. O número de estrangeiros que vivem legalmente na Espanha, por exemplo, mais do que triplicou entre 1996 e 2003, passando de meio milhão para 1,6 milhão, sendo que dois terços destes provêm principalmente da África e da América do Sul. Em termos econômicos, o valor das remessas regulares enviadas para países de origem por imigrantes teria duplicado entre 2001 e 2006 e hoje proporcionaria algo em torno de 10% do

PIB do norte da África e das Filipinas, 10 a 16% da América Central e Caribe, e ainda mais em relação às economias de países como Jordânia, Líbano e Haiti. (HOBSBAWM, 2007, p. 89-90).

A formação de enclaves étnicos minoritários no interior dos estados-nação do Ocidente, que incluem a migração dos árabes do Maghreb (Marrocos, Argélia e Tunísia) para Europa, bem como os fluxos de refugiados da Somália, Etiópia, Sudão e Sri Lanka para inúmeros países, teria levado a uma relativização da importância da "nacionalidade nata" para a formação da identidade e mesmo a problematização deste conceito. Isso abre espaço para o processo contraditório de produção de novas identidades paralelamente ao fortalecimento da identidade local como instância de resistência e polarização. (HALL, 2011, p. 83-87)

Há também o aumento no número de países atuando internacionalmente. A composição das Nações Unidas aumentou em 33 países, um aumento de cerca de um quinto, desde 1988. A década de 1990 teria sido palco de uma notável formação de enclaves em grandes regiões do Velho Mundo, sobretudo por meio da desintegração da União Soviética e dos regimes dos Balcãs, o que teria provocado a maior ampliação no número de Estados soberanos reconhecidos internacionalmente desde a descolonização dos impérios europeus entre 1945 e 1980. O número de países que permitem dupla nacionalidade teria dobrado entre 1995 e 2004, chegando a 93 Estados (HOBSBAWM, 2007, p. 87-90).

Como parte do mesmo processo, paralelamente a esta multiplicação de estados após 1989 e particularmente no Leste Europeu, no mesmo sentido do fortalecimento das tentativas de resistência das identidades locais, ocorre o que Stuart Hall chama de "*revival* do nacionalismo étnico":

> Esses novos aspirantes ao *status* de "nação" tentam construir estados que sejam unificados tanto em termos étnicos quanto religiosos, e criar entidades políticas em torno de identidades culturais homogêneas. O problema é que elas contêm, dentro de suas "fronteiras", minorias que se identificam com culturas diferentes. Assim, por exemplo, há minorias russas "étnicas" nas repúblicas bálticas e na Ucrânia, poloneses étnicos na Lituânia, um enclave armênio (Nagorno-Karabakh) no Azerbajão, minorias turco-cristãs entre as maiorias russas da Moldávia, e grande número de muçulmanos nas repúblicas sulistas da antiga União Soviética, que partilham mais coisas, em termos culturais e religiosos, com seus vizinhos islâmicos do Oriente Médio do que com muitos de seus "conterrâneos". (HALL, 2011, p. 94).

O melhor exemplo do *revival* do nacionalismo, particularista e absolutista em termos étnicos e religiosos, seria o fortalecimento do fundamentalismo no final do século XX e início do XXI, principalmente no Oriente Médio. No entanto, a intensificação da xenofobia nos Estados Unidos e Europa, entendida como reforço à longa tradição de hostilidade econômica a imigrações em massa e resistência ao que se vê como ameaça à identidade cultural coletiva,

também é um indicador importante neste sentido. O rápido clamor das reações à proposta de transformação de capelas protestantes abandonadas em mesquitas para religiões imigrantes, mesmo em países tolerantes como a Noruega, não deve ser ignorado. (HOBSBAWM, 2007, p. 92).

O futebol europeu pode ser tomado como um exemplo interessante de tensão entre a identificação local associada aos clubes e suas campanhas bem sucedidas, e uma resistência de grupos de torcedores à atuação de jogadores negros em alguns clubes tradicionais. Enquanto negócio, o futebol assume uma face nitidamente transnacional e financeirizada, e a identificação com clubes transpassa fronteiras nacionais ao mesmo tempo em que suas supostas raízes locais são intensificadas pela atuação de grupos com traços xenofóbicos nas torcidas. (HOBSBAWM, 2007, p. 92-95)

A retomada do racismo em movimentos extremistas por toda a Europa Oriental pode ser considerado um exemplo deste *revival*. Outros movimentos, como a identificação tanto de comunidades afro-caribenhas quanto de asiáticas com o movimento Black da década de 1970 na Inglaterra, mostram que identificações podem ocorrer mesmo que estes grupos não sejam "a mesma coisa" em termos culturais, étnicos, linguísticos ou físicos, mas pelo fato de serem tratadas como "a mesma coisa" pela cultura dominante no país. (HALL, 2011).

Seguindo a análise de Hall, o movimento Black é, neste sentido, um exemplo do caráter político das novas identidades, de sua dimensão conjuntural de tomada de posição, bem como do modo como identidade e diferença estão intimamente articulados e entrelaçados, sem se anularem completamente (HALL, 2011). Entendemos que a proliferação e fortalecimento de organizações não governamentais que se autointitulam representantes de diversas minorias em âmbito global, ou mesmo defensoras dos direitos humanos, faz mais sentido levando estes fatos em consideração. Hobsbawm também reconhece uma espécie de dissolução de grandes identidades como a do Estado nacional homogêneo, e sua conversão em identidades grupais auto-referentes e mesmo identidades não-nacionais. (HOBSBAWM, 2007, p. 95)

Os fluxos culturais entre nações e o consumismo global criariam a possibilidade de identificações partilhadas em nível transnacional, permeando inúmeras identidades locais e agregando-as como consumidores, clientes e públicos dos mesmos bens, serviços, mensagens e imagens – mas não como cidadãos dos mesmos direitos. A intensificação dos deslocamentos humanos entre países tanto em escala quanto em velocidade, assim como os sistemas de informação globalmente interligados, nos confrontam com uma gama de diferentes

identidades entre as quais parece ser possível fazer uma escolha, e a difusão do consumismo contribui para este efeito de "supermercado cultural". (HALL, 2011, p. 74-75).

Um tipo de situação interessante para pensar a associação entre a mistura de elementos identitários e culturais de diferentes nacionalidade e apropriações da internet é a apropriação da internet por imigrantes com finalidades políticas. Estudos desta área destacam a ressalva de que não se pode assumir que todos os imigrantes de um país terão a mesma experiência, uma vez que há diferenças individuais e grupais que estes imigrantes carregam consigo para o país que os hospedam e que alteram consideravelmente suas experiências nestes países. Além disso, pensar a associação das tecnologias online com estas experiências requer levar em consideração os diferentes modos de apropriação da internet por estes imigrantes (KIM e BALL-ROKEACH, 2010, p. 276).

Diferentes tipos de utilização da internet mantêm relações tanto com fatores de nível *individual*, como nível econômico, educação, gênero, razões para se tornar imigrante e expectativa ou intenção de retorno para país de origem, habilidade com línguas, religião, acesso e habilidade com relação à internet, extensão da residência e geração de imigrante; quanto em nível *contextual*, como o ambiente político da sociedade do país em que o imigrante se insere, as políticas de imigração, diferenças socioeconômicas entre os imigrantes e os membros de seu novo país, políticas do país de origem em relação aos que deixam o país e ambientes de comunicação onde os imigrantes estão inseridos (KIM e BALL-ROKEACH, 2010, p. 282-286). O peso destes fatores varia de acordo com mudanças nas políticas de imigração, mudanças em relações diplomáticas, etc. que podem fazer com que imigrantes flutuem entre um tipo de utilização da internet com finalidades políticas e outro.

Em seus padrões dinâmicos de utilização da internet, Kim e Ball-Rokeach propõem quatro tipos ideais de acordo com a finalidade da utilização por imigrantes em sua vida política: (a) para conectar-se com o país em que vive atualmente e se ligar com o novo ambiente, encontrar zonas de segurança discursiva onde possam falar abertamente sobre sua experiência no novo país, muitas vezes com pessoas em condições semelhantes que oferecem conselhos e sociabilidade para os imigrantes, além de participar de atividades políticas em seu novo país e tentar corrigir distorções e estigmas associados a sua terra natal na percepção das pessoas do local em que vive; (b) para conectar-se com sua terra natal, criar imaginários sobre ela e manter contato com pessoas que tenham tradições similares às de sua terra natal; (c) fazer conexões que não seguem a lógica local nem do país onde vive nem de sua terra natal, como em identidades coletivas envolvendo religião e exilados de diásporas, por exemplo; e (d) conectar-se ao mesmo tempo com sua terra natal e o local onde vive, envolvendo

competências que transversais a diferentes culturas envolvidas. (KIM e BALL-ROKEACH, 2010, p. 278-282).

Esta gama de possibilidades mostra que mesmo pessoas que dividem o mesmo local geográfico podem vivenciar comunidades especializadas muito diferentes construídas em torno de interesses, identidade e história, e que esta vivência é potencializada em sua intensidade e variedade por diferentes formas de utilização da internet. O peso da cultura da terra natal é condicionado por diversos outros fatores, e a possibilidade de apropriação de tecnologias online para se distanciar tanto de produtos culturais do país de origem quanto do país em que os imigrantes passam a viver, bem como a possibilidade de utilizá-la para misturar elementos e laços sociais de ambos, mostra a complexidade das relações possíveis entre nacionalidade e apropriações tecnológicas. Não há correlações necessárias entre interesses de ação política e nacionalidade nos diversos estudos sobre o tema, e outros fatores, como os citados anteriormente, afetam sensivelmente as correlações possíveis.

Em outro estudo interessante para pensar a relação entre tecnologia, cultura e política, considerando a importância dos cafés de internet e lan houses no acesso à internet no Egito e na Jordânia, cerca de 250 entrevistas feitas ao longo de cinco meses em 2004 registraram as percepções da população destes países sobre mudanças promovidas pela internet e foram analisadas por Deborah Wheeler (WHEELER, 2010, p. 316). Para entender o impacto destas tecnologias é preciso levar em conta que em diversas regiões destes países diálogos públicos entre homens e mulheres são repreendidos, assim como a contestação de princípios políticos ou religiosos. Boa parte dos frequentadores destes cafés não tem computador em casa e relatam terem sido incentivados e também incentivado outras pessoas a buscar acesso à rede e utilizar a internet.

As mudanças percebidas podem ser divididas em três grupos: as relativas ao desenvolvimento de consciência política; à construção de redes sociais e capital intelectual; e à superação de barreiras de gênero, classe e nação. Outras pesquisas apontam como formas de comunicação abertas e acessíveis têm papel significativo na fragmentação e contestação da autoridade política e religiosa (EICKELMAN e ANDERSON apud WHEELER, 2010, p. 310). Os entrevistados mostraram entusiasmo pela possibilidade de conhecer pessoas novas e se comunicar com elas sem estar submetido às segregações de gênero e sanções sociais, discutindo temas como religião e política. Mesmo antes da onda de protestos no mundo árabe, um dos efeitos esperados deste novo ambiente para discussão, formação de identidade e debates era a experimentações de cultura cívica em lugares inesperados (WHEELER, 2010, p. 317-318).

Isso mostra os equívocos relacionados à ideia de que as culturas nacionais seriam solapadas por uma homogeneização cultural global devido a popularização das tecnologias da comunicação. As formas como diferentes indivíduos dentro de uma mesma cultura se apropriam destas tecnologias são muitas vezes ignoradas nestas discussões, bem como o fato de que as pessoas não buscam os mesmos conteúdos através destas tecnologias. Desta forma, esta perspectiva atribui um poder irresistível a determinados produtos culturais em detrimento de outros, sem considerar as diversas segmentações e mediações, sociais e culturais, que atravessam o contato com estes meios (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 259).

Segundo Stuart Hall, esta proposta corresponde a uma visão unilateral e em larga medida ingênua sobre a relação entre diferentes culturas nacionais, a despeito do predomínio e forte influência de países ocidentais e seus produtos culturais sobre outros países. Em parte, esta ideia tem relação com uma fantasia ocidental em relação às culturas nacionais, particularmente dos países em desenvolvimento, como lugares fechados e com uma espécie de essência étnica supostamente não influenciada por outras nações e intocadas até então. Seria, nas palavras de Hall, uma fantasia ocidental sobre a alteridade: "uma 'fantasia colonial' *sobre* a periferia, mantida *pelo* Ocidente, que tende a gostar de seus nativos apenas como nativos, apenas como 'puros', e de seus lugares exóticos apenas como 'intocados'" (HALL, 2011, p. 80).

Entre as tendências envolvidas neste cenário, Hall destaca três: primeiro, a globalização de fato é desigualmente distribuída ao redor do globo, tanto entre diferentes continentes e países, quanto internamente aos países e suas subdivisões, tornando a direção do fluxo da globalização desequilibrada, feita por relações desiguais de poder cultural entre os países desenvolvidos do ocidente e o restante do mundo; no entanto, haveria novas articulações entre o global e o local, e não uma simples destruição de culturas nacionais, o que torna mais plausível a produção simultânea tanto de novas identificações locais quanto de novas identificações globais; por fim, ao lado da tendência à homogeneização global haveria uma fascinação com a diferença potencializada pela "mercantilização da etnia" – mesmo considerando seus vícios comerciais – e da valorização da alteridade em novas formas de interesse pela especificidade local (HALL, 2011, p. 76-79).

Ressaltadas as críticas ao medo de uma suposta homogeneização de culturas até então imaculadas, é preciso levar em consideração que esta busca pelos "efeitos" da tecnologia na cultura não considera a configuração cultural da apropriação e produção das próprias tecnologias que servem de suporte para estes conteúdos, deixando em segundo plano diversos

problemas analisados na primeira parte deste trabalho. A afirmação de Martín-Barbero parece pertinente:

> pensar as tecnologias a partir da diferença cultural não tem nada a ver com qualquer tipo de nostalgia ou inquietação diante da complexidade tecnológica ou da abstração da mediação de massa, nem com a segurança voluntarista sobre o triunfo final do bem. As tecnologias não são meras ferramentas transparentes; elas não se deixam usar de qualquer modo: são em última análise a materialização da racionalidade de *uma* certa cultura (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 259).

Considerando as apropriações de diferentes usuários que utilizam estas tecnologias para interagir socialmente, a relação entre possibilidade de interação perpassando diferentes culturas e nacionalidades faz com que os laços sociais envolvidos em algumas formas de motivação para ação política também se amplie consideravelmente. Retomando as análises de Thompson e Habermas, ambas se aproximam na conclusão de que uma forma de ética ou responsabilidade transnacional entre cidadãos de diferentes países estaria em desenvolvimento e de que os estados nacionais isoladamente têm sua margem de manobra cada vez menor em questões políticas e econômicas correspondentes.

No caso de Habermas, a partir da crescente confiança recíproca entre os povos europeus, "entre os cidadãos da União se desenvolveria uma forma transnacionalmente ampliada, mesmo que atenuada, de solidariedade civil" (HABERMAS, 2012, p. 66). Na perspectiva de Thompson, a crescente interconexão do mundo moderno, e a participação dos meios de comunicação nesta, fariam com que a proximidade espacial e temporal tenha perdido relevância como medida de importância ética em uma *democratização da responsabilidade*, "no sentido de que a preocupação por outros distantes se torna cada vez entranhada na vida quotidiana de mais e mais indivíduos" (THOMPSON, 1999, p. 227).

Porém, as ressalvas a estas propostas também se aproximam ao reconhecer o abismo entre o sentido de responsabilidade e a capacidade e disponibilidade efetivas para agir. Thompson afirma que seria ingênuo supor que este sentido incipiente e fugaz de responsabilidade seja suficiente (THOMPSON, 1999), e Habermas atenta para o fato de que a atenção da esfera pública mundial, mesmo considerando o impulso das organizações não governamentais agindo globalmente, "se inflame sempre de forma pontual neste ou naquele acontecimento, sem que tal atenção se perenize estruturalmente" (HABERMAS, 2012, p. 98).

Novamente, a presença de associações civis buscando preencher esta lacuna em âmbito global, muitas vezes com uma postura crítica e oposta à das empresas de comunicação que têm um papel preponderante na difusão de informação entre inúmeros países, é um ponto importante. Neste sentido, tanto na discussão sobre a defesa de direitos humanos e

organizações que garantam uma visibilidade para violação destes, quanto os problemas envolvendo o desempenho dos conglomerados de comunicação nesta função, trazem a tona a necessidade retomar a distinção essencial entre liberdade de expressão e liberdade de imprensa.

Atualmente, a origem do cerceamento à liberdade de expressão não pode mais ser atribuída unicamente ao Estado. A ausência de barreiras à pressão da esfera empresarial sobre os jornalistas e a importância da receita publicitária na viabilidade comercial dos meios constituem fatores extremamente propícios à censura não estatal e consideráveis incentivos para a autocensura. Tanto a liberdade de expressão quanto a liberdade de imprensa se referiam essencialmente à ausência de restrições impostas despoticamente pelo Estado absolutista. Há, no entanto, uma diferença histórica evidente entre a intervenção de autoridades eclesiais sem fontes de legitimidade compatíveis com a normatividade moral universal, e a autoridade instituída através de mecanismos eleitorais com ampla participação social, revisada periodicamente e sujeita a leis constitucionais (GOMES, 2002).

O termo liberdade de imprensa não se refere majoritariamente, como no pensamento do século XVIII, à liberdade individual para tipografar e imprimir que levou à sua associação com a liberdade de expressão individual e livre circulação de ideias. Atualmente por liberdade de imprensa se entende a liberdade de conglomerados empresariais cujos principais objetivos são estritamente comerciais, de viabilizar sua própria permanência no mercado e a defesa de seus interesses privados. Ao ignorar isso, "equaciona-se, sem mais, a liberdade de imprensa de grandes grupos de mídia com a liberdade individual de expressão" (LIMA, 2010, p. 210).

A crescente concentração de recursos em conglomerados midiáticos em grande escala, e o processo de globalização, diferenciam ainda mais a relação entre liberdade de imprensa e liberdade de expressão na sociedade do século XVIII e do final do século XX. A história da indústria jornalística ofereceria exemplos de que a dinâmica de concentração comercial dos conglomerados de mídia diminui consideravelmente a diversidade e o pluralismo das opiniões transmitidas regularmente em larga escala (THOMPSON, 1999, p. 209).

O papel central dos conglomerados de comunicação global na distribuição de bens simbólicos faz com que uma reflexão sobre as condições da liberdade de expressão também não possa se restringir ao território do estado nacional, e a existência de associações que buscam dar voz a grupos marginalizados no chamado *mainstream* é uma inovação importante.

Por outro lado, tomar a liberdade de expressão como valor superior e absoluto também é problemático. Como citado anteriormente, as associações entre civis nem sempre têm objetivos democráticos e a liberdade de grupos que incitam a perseguição e o ódio contra

modos de vida das minorias desrespeita direitos fundamentais e reduziria a multiplicidade de modos de vida. Uma defesa que não faça diferença de valor entre a opinião formulada para a disputa argumentativa na área pública e o texto ofensivo e desrespeitoso para com a dignidade de grupos humanos, entra em contradição com a defesa de que a liberdade de expressão é necessária para garantir a pluralidade de pontos de vista (GOMES, 2002).

Há uma incompatibilidade entre juízos que apontam como moralmente inadequadas a incitação ao ódio, perseguição, ofensa e a humilhação se fundamentado na percepção de que a dignidade humana é um valor em si e anterior à liberdade de expressão, e juízos que defendem que a liberdade de expressão é um valor absoluto, indicando discordâncias entre valorações diferentes dadas aos princípios de liberdade de expressão e dignidade humana. Ao mesmo tempo, a definição de valores diferentes para as opiniões é sempre uma opção passível a arbitrariedade, o que faz deste campo um ambiente de debates permanentes onde os grupos que se colocam como vigilantes em defesa dos direitos humanos e afirmam dar voz a diferentes grupos também encontram terreno fértil.

2.3 **"Precisamos agir, agora": urgência e as associações de ação política transnacional.**

Retomando a crítica de Nadia Urbinati às vertentes minimalistas e habermasianas, é preciso dar conta não apenas das continuidades, mas também das rupturas e do *poder negativo* para deter, refrear, investigar, julgar e influenciar os representantes eleitos. Este poder negativo dos cidadãos seria o termômetro da representatividade na democracia e a sua garantia não repousa unicamente na esfera institucional (URBINATI, 2006). Precisamente por se tratar, na maioria das vezes, da urgência em mudar o curso de ação ou exigir que decisões sejam tomadas, mecanismos institucionais não dão conta deste *poder negativo* sozinhos:

> ele pode ser expresso tanto por canais diretos de participação autorizada (eleições antecipadas, referendo, e ainda o *recall*, se sensatamente regulado, de modo que não seja imediato e, acima de tudo, rejeite o mandato imperativo ou instruções) quanto por meio dos tipos indiretos ou informais de participação influente (fórum e movimentos sociais, associações civis, mídia, manifestações). (URBINATI, 2006, p. 209).

É interessante atentar para o apelo à *urgência* no cenário internacional e o fato deste ser, por um lado, um dos fatores que sustenta a necessidade de debate independentemente das amarras burocráticas institucionais nacionais, e, por outro, o que impede que os debates prossigam e faz com que ações sejam tomadas sem pretensões de consenso. A urgência é um

fator retórico determinante na argumentação, que exige do auditório uma postura mesmo que este não se identifique plenamente com nenhum dos argumentos apresentados e não tenha sido feito um exame exaustivo da pauta em questão. Como exposto por Perelman, há uma oportunidade a aproveitar ou perder, uma conjuntura que não se repetirá mais, de modo que a "prensa do tempo" transforma as próprias condições do raciocínio (PERELMAN, 1999, p. 375).

Uma questão importante a ser colocada é quais são os atores ou organizações aptos a desempenhar este papel. Como apresentado no tópico anterior, as empresas de comunicação nem sempre são uma opção confiável para dar destaque e tornar abusos públicos na defesa dos direitos humanos, principalmente quando estes últimos não são interessantes para os critérios de noticiabilidade, público alvo e financiamento dos anunciantes em questão.

Quando buscamos associações aptas para esta tarefa fora do âmbito institucional e em ações políticas transnacionais que falam em nome da população de diferentes países, nos deparamos com diferentes questões. Se reconhecemos estas associações e atores enquanto representantes, o que faz deles representativos se não há mecanismos formais de autorização? A quem eles deveriam prestar contas se muitas vezes falam em nome da humanidade? E como eles podem se legitimar na aparente ausência de mecanismos claros de autorização e *accountability*? (FABRINO, 2008).

Diversos autores têm procurado mecanismos que possam, aplicados a cada caso específico, responder estas perguntas (GRANT e KEOHANE, 2005; URBINATI, 2006; DRYZEK e NIEMEYER, 2008; URBINATI e WARREN, 2008; SAWARD, 2009) bem como as limitações e vícios destas propostas (MIGUEL, 2012), e esta discussão será tratada em detalhe nos tópicos seguintes. A representação não eleita é entendida nesta abordagem não como uma posse operacionalmente transferida pelos representados a um agente, mas como uma reivindicação daquele que se diz representante, sujeita a diversos mecanismos de legitimação e contestação externos à esfera institucional.

Eventos como a chamada Batalha de Seattle – protesto contra as imposições da Organização Mundial do Comércio (OMC) paralelamente à reunião da organização em Seattle/EUA em 1999 – e os ataques hackers da Tempestade Digital (Digital Storm) contra o governo do México – ato em solidariedade à comunidade zapatista no país, que sofria repressões por se opor às consequências do NAFTA para a região dos Chiapas, apoiada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) – são exemplos retomados com frequência na literatura sobre internet e política para tratar de mobilizações transnacionais (MEIKLE, 2002; CHADWICK, 2006; CASTELLS, 2011). Nosso interesse, no entanto, recai sobre

organizações que se propõe uma atividade política transnacional, mais do que a retomada de exemplos pontuais de grandes mobilizações transnacionais.

A relação entre as tecnologias voltadas para interconexão global e a ascensão de novas organizações transnacionais é notável. De acordo com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, quase um quinto das 37 mil organizações não governamentais registradas foram fundadas na década de 1990. O número de organizações sociais transnacionais triplicou entre 1983 e 2003 (BIMBER, FLANAGIN e STOHL, 2012). A utilização de estratégias de pressão articuladas por civis que buscam influir no processo de tomada de decisões políticas em diferentes países, ou reagir às arbitrariedades deste, coloca novas variáveis e atores em jogo.

No tocante ao crescimento das ONGs transnacionais, o tamanho e complexidade destas organizações potencialmente retoma os problemas clássicos da tendência oligárquica de organizações centralizadas, apontados por Robert Michels: a complexidade crescente exigiria especialização administrativa e burocratização, ou seja, diferenciação e profissionalização de uma elite burocrática com funções definidas hierarquicamente. Este processo teria como consequência o desenvolvimento de modelos burocráticos que esta pequena elite controla, bem como restrições na construção da identidade e a definição dos atores com permissão para influir nas ações do grupo. No entanto, a simplificação de obstáculos para interação e articulação de ações coletivas independentes de organizações, decorrente de modos de apropriação diversos, adiciona novas variáveis a este quadro e torna esta relação mais complexa.

Para compreendê-lo, tomaremos como referência a obra *Collective Action in Organizations: Interaction and Engagement in an Era of Technological Change*, de Bruce Bimber, Andrew Flanagin e Cynthia Stohl. A difusão das novas tecnologias de informação e a relativização de antigas limitações geográficas, institucionais e temporais faz com que membros de sociedades civis de diferentes países possam se organizar mais rapidamente em torno de interesses comuns e novas modalidades de ação coletiva. Séries de estudos apontam o fato de que os principais obstáculos para a realização de objetivos coletivos – como o agrupamento de uma massa crítica com objetivos compartilhados, a coordenação de ações em larga escala e viabilização de formas de colaboração difusas – têm sido consideravelmente simplificados através da difusão de suportes para redes sociais virtuais e suas modalidades de integração independentes de organizações centralizadas (BIMBER, FLANAGIN e STOHL, 2012; SANGLARD e SANTOS, 2013).

As possibilidades e capacitações decorrentes do desenvolvimento de mídias e redes sociais online trazem duas inovações importantes para a compreensão da ação coletiva na contemporaneidade: a maneira como a apropriação destas tecnologias promove, mesmo que nem todos os membros envolvidos nas ações em questão tenham acesso a essas tecnologias, uma espécie de *ubiquidade da infraestrutura sociotécnica*; e a *estrutura tecnológica* que facilita o envolvimento entre as pessoas em âmbito social, político e intelectual (BIMBER, FLANAGIN e STOHL, 2012).

A ideia de *ubiquidade da infraestrutura sociotécnica* pode ser exemplificada por meio de dois exemplos interessantes. Primeiro, a importância do automóvel na sociedade norte-americana faz com que boa parte da configuração espacial e arquitetônica da cidade busque explorar as potencialidades econômicas e sociais do uso desta nova tecnologia, o que faz com que o impacto da *cultura do automóvel* no planejamento urbano e na prática social seja palpável mesmo se a maioria das pessoas presentes naquele ambiente não tiver um carro. A interação cada vez mais intensa entre redes sociais e a mobilização política para ação coletiva compõe um cenário aonde mesmo aqueles que não participam deste tipo de apropriação tecnológica das redes sociais se deparam, direta ou indiretamente, com seus efeitos em diversos âmbitos de interação social (BIMBER, FLANAGIN e STOHL, 2012).

O segundo exemplo nos auxilia ao tornar clara uma ressalva importante. Em cada etapa da popularização do telefone fixo, mais pessoas foram incluídas como usuários, novos usos e conexões sociais foram explorados, novas expectativas e possibilidades sociais envolvidas. O telefone se tornou tecnologia básica para o funcionamento social, portanto uma *infraestrutura ubíqua*, alterando a forma como as pessoas pensam em organizar os esforços coletivos e a percepção dos custos envolvidos na mobilização política. No entanto, não se espera que haja correlação direta entre utilização do telefone e aumento do engajamento cívico, ou maior atuação política por parte dos cidadãos que o utilizam mais intensamente. O reconhecimento da possibilidade de apropriações políticas inovadoras não determina a ocorrência desta apropriação (BIMBER, FLANAGIN e STOHL, 2012).

A inovação referente à *estrutura tecnológica* diz respeito principalmente ao desenvolvimento de tecnologias desenhadas para o processamento e compartilhamento de informações de maneira distribuída e descentralizada. Isto permitiria formas de interação mais horizontais entre as pessoas nas "pontas" destas estruturas em forma de rede, reduzindo a necessidade e a importância da hierarquia para a coordenação de ação e articulação entre os indivíduos, o que desloca a importância das organizações para outras esferas. No entanto, como exposto em tópicos anteriores, ao contrário do que pode ser inferido de boa parte das

pesquisas otimistas sobre política na internet a competição entre os discursos na rede certamente não ocorre em um cenário horizontal. (BIMBER, FLANAGIN e STOHL, 2012).

Depois de associar tópicos como a teoria da ação coletiva, estudos de grupos de interesse e estudos organizacionais, os autores analisam como membros de três organizações com perfis diferentes – a American Legion, a American Association of Retired Persons e o MoveOn – transitam em um *espaço de ação coletiva* representado por um diagrama de padrões de interação (do pessoal ao impessoal) e engajamento (do institucional ao empreendedor). As diferentes localizações possíveis nos quatro quadrantes deste diagrama resultam das seguintes combinações ideais: interação pessoal e engajamento institucional, que define o quadrante tradicionalista; interação pessoal e engajamento empreendedor, que define o quadrante entusiasta; interação impessoal e engajamento institucional, que define o quadrante minimalista; e, por fim, o quadrante individualista, que combina interação impessoal com engajamento empreendedor (BIMBER, FLANAGIN e STOHL, 2012).

O comportamento de membros em quadrantes diferentes é afetado de maneiras diferentes por variáveis como confiança na organização e identificação. Embora o contato com tecnologias online não seja suficiente para definir nenhum comportamento dentro das organizações e haja uma diversidade de perfis em todas as organizações em questão, os autores constatam empiricamente que há uma tendência a combinar preferencialmente estes quadrantes de acordo com o tipo de organização em questão, com interações mais pessoais em associações que se fundamentam em capital social, mais impessoais em grupos de interesse, etc. (BIMBER, FLANAGIN e STOHL, 2012).

Os membros do MoveOn, associação que possui diversas semelhanças com a Avaaz – fato reconhecido pelos próprios autores em questão – tendem a associar preferencialmente a interação impessoal ao engajamento empreendedor, e dificilmente obedecem a tentativas de predição matemáticas. A intensificação desta lógica na relação entre a internet e mobilização política vai contra boa parte da literatura que defende uma relação direta entre proximidade territorial, identidade coletiva e ação coletiva, inicialmente cética com relação ao potencial da ação coletiva envolvendo indivíduos "isolados" com o auxílio da internet (CHADWICK, 2006, p. 139).

Um ponto fundamental a ser levado em consideração é o fato de que que as tecnologias, por conta própria, não organizam os laços que compõem as redes sociais online separadamente das histórias que as pessoas compartilham através destas tecnologias (BENNETT e Toft, 2010, p. 247). Este é um ponto importantíssimo para compreensão de

estratégias que revitalizam ferramentas como petições públicas, frequentemente apropriadas por organizações civis transnacionais em defesa de direitos humanos e do meio ambiente.

Trabalhos anteriores sobre estratégias de campanhas de petições públicas contrárias ou favoráveis ao PL122, projeto de lei que criminaliza a homofobia, podem nos ajudar a entender este ponto (ALDÉ e SANTOS, 2012). No site Petição Pública Brasil, foram analisadas 34 petições, que acompanhamos durante 30 dias, monitorando sua dinâmica de crescimento e contagem de assinaturas três vezes, nos dias 6 e 20 de junho e 5 de julho de 2011. Diferentes argumentações e justificativas para as petições foram divididas entre argumentos, tanto contra quanto a favor, nas seguintes categorias: jurídicos, religiosos, discordância em nível pessoal, defesa da família, entre outros.

Chama a atenção o fato de que duas petições homônimas – Contra PL122 – com textos concisos, a mesma finalidade e com argumentos em categorias similares obtiveram números de assinaturas discrepantes: uma conseguiu apenas 122 assinaturas e a outra foi a única a superar a marca das 100.000 assinaturas. Esta concentração é significativa dentro do quadro geral das petições hospedadas no site Petição Pública Brasil: das 34 petições monitoradas, 21 não conseguiram superar a marca de 199 assinaturas e, sem considerar a que superou a marca de 100.000 assinaturas, apenas mais uma petição superou a marca de 30.000 assinaturas (ALDÉ e SANTOS, 2012).

A pesquisa aponta que o texto de justificativa tem um papel secundário na busca por apoio para petição em comparação com o prestígio dos atores que compartilham estas petições em redes online e ampliam exponencialmente seu raio de alcance a cada compartilhamento – no caso de apoiadores evangélicos como Silas Malafaia isso representava, no twitter, a exposição da petição a 163.000 seguidores a cada compartilhamento, alguns deles perfis de núcleos evangélicos que também superavam a marca de 100.000 seguidores próprios – aumentando também as chances de um novo compartilhamento por outros atores, entrada da petição em outras redes sociais online e a manutenção de uma dinâmica de crescimento mais veloz, ao mesmo tempo em que retarda a estagnação do crescimento comum a todas as petições analisadas. Ao possibilitar a circulação das petições por diferentes redes dentro de uma rede social online, bem como por diferentes redes sociais online, compartilhamentos pessoais têm um papel fundamental na composição de uma rede de suporte a petições (ALDÉ e SANTOS, 2012).

É um erro, portanto, considerar os textos de petições em diferentes sites e e-mails padrão como argumentos que contêm e esgotam em si mesmos os elementos de convencimento envolvidos no sucesso das campanhas, sem considerar a dimensão relacional

envolvida no suporte a uma campanha enviada por e-mail ou compartilhada por redes interpessoais ou organizações com que se mantém algum tipo de laço. Confirmando a pertinência das propostas do pensamento pragmatista, a dimensão relacional da comunicação condiciona a importância das mensagens formais e as superam em complexidade. Soma-se a isso o condicionamento e segmentação da visibilidade destes textos através de diferentes filtros abordados em outros tópicos deste trabalho, que operacionalizam a utilização da internet pelos usuários.

Como exposto anteriormente, as decisões pessoais envolvidas na circulação de informações e compartilhamento de links trazem um elemento narcisista à intervenção política na rede através de perfis de redes sociais online, considerando que cada nó da rede é constituído por pessoas que, com motivações diversas, escolheram fazer parte dela. (PAPACHARISSI, 2010). Como exposto por Lance Bennett e Amoshaun Toft, a composição de diferentes redes de ação política, seja em protestos, campanhas ou fóruns sociais, é fruto de relações entre associação entre diferentes atores, muitas vezes motivados por narrativas diferentes. As relações com as organizações de origem destas campanhas se relaciona com identidades flexíveis, e a rede de suporte das campanhas muitas vezes é constituída por um emaranhado de redes pessoais dispersas, transferindo parte do trabalho de estabelecimento de pontes entre grupos sociais (*bridging*) e fortalecimento de relações já existentes entre apoiadores (*bonding*) para o nível individual representado por cada nó da rede. (BENNETT e TOFT, 2010, p. 247-252).

De acordo com BENNETT e TOFT:

> The junctures and disjunctions in the composition of networks can be thought of as choices at different levels (e.g. individual, organization, and network-wide) about what to identify with and how strongly.[...] For example, if we focus on the organizational level in protest networks, identifying the uses of narrative quickly takes us to the nexus between individuals and organizations: what organizational stories enable which individuals to identify with them, leading them to form what kinds of relationships (e.g., from formal membership to loose affinity) with wich organizations? The ways in wich stories join or separate individuals and organizations may affect how network ties are established and how easy they are to sustain (BENNETT e TOFT, 2010, p. 247)

Os autores diferenciam *narrativas* pessoais e específicas dos *enquadramentos* (*frames*) amplos que dão sentido à campanha. Como exemplo, podemos citar o enquadramento de campanha *No War In Iraq*, que passou por protestos em diferentes países sendo apropriado em várias *narrativas* que chamavam atenção para diversas dimensões e justificativas relacionadas ao esforço de campanha. Nesta linha de raciocínio, propõem entender *narrativas* como uma

condicionante da rede, que participa na construção de laços sociais e provê contextos interpretativos para os *enquadramentos* das campanhas, fazendo com que diferentes redes pessoais possam ser associadas a uma rede mais ampla de suporte. Muitos *enquadramentos* inspirariam a ação coletiva e os links das redes podem ser compreendidos como indicações de uma percepção, por parte das organizações ou dos indivíduos, sobre quais são os outros atores que compartilham determinadas preocupações ou problemas. (BENNETT e TOFT, 2010, p. 249-251).

A dimensão transnacional das campanhas exige que se leve em consideração o fato de que diferentes culturas e países podem diferir consideravelmente em suas relações com mesmo frame, como é o exemplo de campanhas envolvendo a relação entre justiça e consumo perpassando o Reino Unido e os Estados Unidos, uma das analisadas por Bennett e Toft (2010). No Reino Unido há um foco maior em narrativas sobre justiça social e desigualdade, e não apenas comércio justo, diferentemente do foco maior na livre escolha individual e mecanismos de mercado nos Estados Unidos. As diferenças entre as narrativas se reflete em diferentes topologias de rede, mais dispersas e divididas entre redes com narrativas mais associadas ao mercado e redes de justiça social, que se mantém ligadas por poucas organizações centrais, no caso dos Estados Unidos, e, no caso do Reino Unido, uma rede mais coesa e com mais espaço para participação individual na construção de narrativas. (BENNETT e TOFT, 2010, p. 256).

Isso fica claro nas certificações de marcas de produtos pela Fairtrade Foundation no Reino Unido, que provê uma base comum para as narrativas sobre comércio justo, enquanto a diversidade de organizações não governamentais e certificações diferentes competindo para cumprir este papel nos Estados Unidos leva a uma proliferação dispersa que muitas vezes confunde os consumidores e quebra a rede em diferentes facções (BENNETT e TOFT, 2010, p. 259).

Outros trabalhos indicam que estas diferenças também estão presentes em movimentos mais personalizados que recusam organizações tradicionais, como os indignados da Espanha, e é preciso evitar a ideia de que frames facilmente personalizáveis se espalham automaticamente sem influência de diversos outros fatores sociais, culturais e políticos:

> We want to stress that not all personal action frames travel equally well or equally far. The fact that these messages traveled more easily in Spain and Greece than in France or Italy is an interesting example pointing to the need to study failures as well as successes. Just being easy to personalize (e.g. I am personally indignant about x, y, and z, and so I join with los indignados) does not ensure successful diffusion. Both political opportunities and conditions for social adoption may differ

> from situation to situation. For example, the limits in the Italian case may reflect an already established popular antigovernment network centered on comedian/activist Bepe Grillo. (BENNETT e SEGERBERG, 2012, p. 746).

O termo *meme* é usado nesta citação em sua acepção original, proposta por Richard Dawkins como ideias que transitam facilmente entre diversos grupos e tempos por serem facilmente imitáveis e assimiláveis, compondo unidades de informação social que cumpririam na esfera cultural uma função similar ao do gene na biologia (BENNETT e SEGERBERG, 2012). Na proposta de Dawkins, memes estariam mais próximos de maneiras de se comunicar do que de informações propriamente ditas (GLEICK, 2013), como modos interpretativos esquematizados aplicáveis a diferentes contextos, e neste sentido é possível encontrar proximidades entre o conceito original de meme e o de enquadramento (frame). Como exposto por Bennett e Segerberg ao referirem ao slogan/meme *Eat the Rich* entoado em manifestações em Londres contra as políticas do G20:

> Collective action frames that place greater demands on individuals to share common identifications or political claims can also be regarded as memes, in the sense that slogans such as 'eat the rich' have rich histories of social transmission. This particular iconic phrase may possibly date to Rousseau's quip: 'When the people shall have nothing more to eat, they will eat the rich.' The crazy course of that meme's passage down through the ages includes its appearance on T-shirts in the 1960s and in rock songs of that title by Aerosmith and Motorhead, just to scratch the surface of its history of travel through time and space, reflecting the sequence of appropriation, personal expression, and sharing. One distinction between personal action and collective action memes seems to be that the latter require somewhat more elaborate packaging and ritualized action to reintroduce them into new contexts. (BENNETT e SEGERBERG, 2012, p. 746).

A natureza das redes de relações e a tecnologia interagiriam em dois níveis distintos: no nível *organizacional* haveria uma tensão entre a busca por identificação homogênea na *identificação coletiva*, desincentivando a utilização de tecnologias para participação na produção de narrativas e, por outro lado, a *inclusividade* e *diversificação*, mais propícias a incentivar iniciativas de base; já no nível da *rede* a pressão para identificação coletiva geralmente resulta na preferência por condições de *laços fortes* e coesos, enquanto a preferência por organizações mais inclusivas abastecidas pela coprodução de narrativas via tecnologias de rede favoreceria *redes de laços fracos*. Esses laços fracos dariam poder aos indivíduos para que estes mobilizassem suas próprias e diversas redes políticas. (BENNETT e TOFT, 2010, p. 252). A combinação de laços fracos e fortes construiria uma ponte entre as relações pessoais de longo alcance e as mobilizações por afinidade no curto prazo. (BENNETT e TOFT, 2010, p. 258).

Deste modo, as tecnologias de informação online ajudam diversas populações a encontrar causas comuns em redes que nem sempre são compatíveis com estruturas das organizações convencionais. As redes de ação política transnacionais possibilitam coalizões esparsas englobando diversos grupos especializados e o desenvolvimento de estruturas de informação paralelas, e relativamente independentes das organizações convencionais envolvidas, facilitaria o desenvolvimento de diversos laços fracos entre indivíduos. Muitos movimentos antes voltados para uma causa só se diversificam na organização de ações, como na aproximação do movimento ambientalista com movimento por comércio justo e com diversas outras causas. Neste processo, as requisições para se tornar membro e compartilhar da identidade coletiva são afrouxadas e as narrativas pessoais são mais facilmente publicizadas (BENNETT e TOFT, 2010, p. 253-254).

Entre os dois trabalhos citados anteriormente, que têm Lance Bennett como autor em comum, há no entanto uma diferença em relação a percepção sobre ação coletiva. De acordo com o trabalho conjunto com Segerberg publicado em 2012, haveria uma diferença entre a ação coletiva e a ação conectiva, que não está claramente presente no trabalho com Toft publicado em 2010.

Em resumo, primeiro é preciso diferenciar a perspectiva da ação coletiva fundamentada na escolha racional da ação coletiva fundamentada na negociação de enquadramentos e identidades. Esta última leva em consideração as relações e laços afetivos envolvidos na tomada de decisão e ação política. O interesse por redes de ação política envolvidas em ações coletivas levam a estudos sobre o trabalho de associação entre organizações com identidades, compromissos e recursos diferentes, bem como a relação destas redes com inovação tecnológica. Movimentos ao longo do século XXI, no entanto, trariam grupos que dificilmente compartilhariam algum tipo de identidade coletiva em ações políticas conjuntas, fragmentadas e individualizadas. Indivíduos afeitos a este tipo de mobilização intimamente relacionada às tecnologias da comunicação online dificilmente se uniriam em organizações tradicionais de ação coletiva por estarem dentro de outra lógica de ação, a lógica da ação conectiva. Diferentemente da ação coletiva e suas vertentes, a ação conectiva constituiria uma *digitally networked action* (DNA) marcada por altos níveis de personalização na apropriação de frames e sua circulação na rede.

Esta personalização seria marcada pela utilização de enquadramentos facilmente associados a expressões pessoais, incluindo em sua estrutura espaço para diferentes razões individuais, e sua circulação com o auxílio de tecnologias da comunicação que possibilitem compartilhamentos online. Este tipo de ação exigiria um cálculo diferente em termos de custo

de ação, sem exigir controle organizacional ou a construção de um "nós" unido, embora possa se assemelhar à ação coletiva em seus efeitos e em alguns temas de ação. Diferentemente das organizações tradicionais, a ação conectiva aceitaria as tecnologias digitais como agentes organizadores.

Este último ponto, sublinhado pelo autores como fundamental para a ação conectiva, faz com que uma breve digressão seja necessária. Esta consideração está presente em estudos do campo das tecnologias da comunicação muito antes do advento da internet, como fica evidente na valorização da dimensão *relacional* de qualquer ato comunicativo pelo pensamento pragmatista. Ao envolver necessariamente mais de uma pessoa e influir diretamente na relação entre a interação destas pessoas com o tempo e o espaço, qualquer tecnologia da comunicação exerce influência como agente organizador, afetando escalas de interação e a economia política da circulação de informações de modos não intencionais que influenciam a ação política.

Esta questão se torna mais evidente nos estudos clássicos de Harold Innis (2011, p. 70-101) sobre o modo como inovações em materiais e tecnologias da comunicação forçam realinhamentos em antigos monopólios e oligopólios de conhecimento laico e religioso desde a adoção do alfabeto jônico em Atenas mais de quatro séculos antes de Cristo, com consequências sobre a estruturação social, sua cultura e instituições políticas. Seguindo o pensamento de Innis, mesmo inovações referentes apenas à organização destes materiais, como a encadernação do pergaminho na forma de códex, têm efeitos sociais e comportamentais consideráveis na relação entre homem e tecnologia. A herança dos estudos do autor está presente em outros clássicos da área, como nos estudos de Marshall McLuhan, nos quais não nos aprofundaremos neste trabalho, e do já citado Joshua Meyrowitz.

Em outra vertente os estudos de comunicação, Vicenzo Susca faz uma síntese apropriada da questão (grifos nossos): "Cada meio exprime diretamente uma relação social e, portanto, uma relação *política*, o modo de viver a *pólis* e a relação entre o eu e o outro" (SUSCA, 2007, p. 99).

A personalização em questão também é apontada por diferentes autores, como nos estudo de Winocur sobre a participação em rádios na América Latina citado anteriormente, bem como a o declínio do papel central de organizações para a ação política, analisada por Bimber, Flanagin e Stohl (2012) mantendo a ideia de ação coletiva. Em seus estudo sobre o comportamento dos membros de diferentes organizações frente ao advento das tecnologias online, os autores diferenciam o ato de organizar (*organizing*) das organizações enquanto grupos (*organizations*) e apontam o papel das tecnologias digitais em diminuir a importância

das organizações para ação política organizada e tornar diferentes fronteiras entre membros e não membros turvas, ao mesmo tempo em que estas organizações e seus membros não deixam de existir.

Portanto, embora os apontamentos dos dois trabalhos de Bennett sobre a relação entre enquadramento e topologias de redes de ação política sejam extremamente úteis para nossa análise, o mesmo não ocorre para a diferenciação entre ação coletiva e ação conectiva, da qual podemos abrir mão sem grandes prejuízos uma vez que utilizamos propostas de outros autores.

Retomando a questão das redes mobilizadas com finalidade de ação política, diferentemente das redes sociais de convívio cotidiano, podem se estruturar com um intenso grau de centralização hierárquica, o que faz a distinção entre redes com dinâmicas centralizadas, descentralizadas e policêntricas, assim como as diferentes topologias da rede relacionada com seus *enquadramentos*, relevantes do ponto de vista analítico. Neste sentido, a proposta de análise envolvendo *redes policêntricas* (GERLACH, 2001) é pertinente para explicar a dinâmica transnacional não institucional.

Cabe um breve resumo sobre esta perspectiva. A diversidade de ativistas envolvidos com as causas do 'meio ambiente' na década de 1960 fez com que Luther Gerlach pesquisasse a estrutura deste movimento encontrando não um grupo coerente e homogêneo seguindo uma liderança centralizada e específica, mas grupos diversos ao redor de vários centros de liderança, heterárquicos e sem cadeia de comando ou representações centrais. Cadeias de telefones, jornais alternativos e a circulação de pessoas por diferentes grupos de afinidade, cumpriam a função de integrar estas diversas células. Ou seja, grupos policêntricos que compõem redes de segmentos integrados.

Os segmentos não teriam fronteiras estáveis nítidas, participando de fissões e fusões, sujeitos a criação de novos segmentos e redefinição das funções assumidas por cada um destes até então. Entre os diversos fatores que influenciam esta instabilidade e segmentação está a segmentação por discordâncias com relação a métodos violentos, bem como clivagens pré-existentes, competição interna, o poder pessoal e divergências ideológicas. Isso faz com que inúmeros atores dissonantes com interesses em comum possam encontrar respaldo e possibilidade de participação em segmentos distintos (GERLACH, 2001). Como vimos anteriormente, esta segmentação também pode se relacionar com diferentes relações com tecnologias da comunicação, hábitos de consumo de mídia e redes de afinidade. A interação entre vários grupos pequenos, ou células, que compõem estes segmentos, faz com que alguém

que ocupa uma posição de liderança em uma célula se comporte como 'seguidor' em outra. Isso permite a existência de lideranças situacionais fluidas, muitas vezes em competição.

A internet só é adicionada ao repertório de tecnologias utilizadas nesta dinâmica em meados da década de 1980. Esta teia de relações pessoais, potencializada pelos suportes para redes sociais digitais, transforma pessoas em "nós" (*hubs*) que conectam diferentes grupos e mantêm laços de interação dentro e fora das células às quais pertencem. A existência destes *hubs* integra os grupos em redes que se expandem ou contraem de acordo com estas interações, fazendo com que estes grupos ou células não fiquem isolados.

O processo de integração entre vários grupos ocorreria através da criação de um 'nós' contra 'eles', através da criação de ideias e símbolos que permitam coalizões rápidas para insurgências conjuntas contra opositores em comum (GERLACH, 2001). Ou seja, coalizões urgentes com componentes identitários de agregação política por antagonismo, compatível com a lógica *agonista* citada em tópicos anteriores. Estas coalizões dependem da criação e circulação de símbolos que funcionem como "guarda-chuvas" flexíveis e adaptáveis a diversas situações e a coalizão rápida entre grupos dispersos com poucos laços comuns. Os processos de identificação compartilhados, slogans e aforismos, atuariam neste sentido, colocando a união a despeito de diferenças como ponto importante para o crescimento. Por outro lado, esta rede de células também pode ser entendida como uma rede de arenas discursivas, em um modelo que dá conta do debate público ampliado no cenário internacional sem buscar eixos formais comuns para as inúmeras arenas envolvidas.

Entre as inovações desta estrutura de organização destacam-se as funções adaptativas ou comportamento de *hídra*: impossibilidade de repressão centralizada, uma vez que a independência e autonomia entre os grupos fazem com que a destruição de uma destes não interrompa a ação coordenada da rede e que para cada grupo neutralizado surja um novo com funções semelhantes; a possibilidade de reorganização e compensação, uma vez que a falha de uma parte não necessariamente implica falha das demais, o que permite um aprendizado coletivo por tentativa e erro sem que todo o grupo precise incorrer em erro; e o alcance a diversos núcleos sociais devido a diferenças entre os perfis sociais, culturais, táticos e às funções de cada grupo (GERLACH, 2001).

Sem dúvida esta integração é potencializada por atores e *enquadramentos* capazes de conectar as diversas arenas de debate difusas representadas pelos diversos grupos em questão. Ou seja, por mediadores com capacidade de difusão em larga escala para vários públicos diferentes, que consiga permear e conectar as diversas redes de nichos específicos que circulam informações dentro da lógica de segmentação voluntária presente na rede. Este

modelo é compatível com a maior parte dos debates transnacionais onde associações que conjugam membros de dezenas ou centenas de países diferentes, que dão base a discussões e posições de grupos diversos, interagem com associações outros países ao se comprometerem com uma pauta específica e buscarem legitimidade para interferir em processos de tomada de decisão.

Isso levanta uma questão interessante, relacionada à possibilidade da organização representar simultaneamente as duas formas de associação democrática apontadas por Alexis de Tocqueville e retomadas por Nadia Urbinati, de acordo com as apropriações de cada membro: de associações civis que reúnem e dividem os cidadãos de acordo com seus interesses específicos, fragmentados; e organizações que reúnem e dividem os cidadãos ao longo de linhas avaliativas de problemas gerais que potencialmente afetam todas as partes do país ou, neste caso, do mundo. Tradicionalmente o primeiro tipo promoveria uma fragmentação contínua e o segundo a interromperia, não pela ocultação da diferença e imposição de homogeneidade, mas pela criação de novas formas de diferença (menos locais) entre os cidadãos (URBINATI, 2006, p. 220).

Finalmente, cabe uma análise empírica de como estas redes se compõem, sua topologia, como as diferentes nacionalidades e grupos de interesse se articulam, que estratégias retóricas são recorrentes em sua dinâmica e como este tipo de ator busca legitimidade enquanto ator político. Escolhemos como objeto de análise empírica uma organização civil transnacional com mais de 40 milhões de membros cadastrados em 194 países: a Avaaz.

3 "AVAAZ.ORG – O MUNDO EM AÇÃO"

A pertinência de nossas propostas sobre organizações transnacionais tomando como referência a Avaaz será analisada com base em: entrevista com o diretor de campanhas da organização no Brasil; imersão de um mês como voluntário da Avaaz na organização da Caminhada pelo Clima, braço brasileiro da *People Climate March*; nas últimas prestações de contas feitas por esta, enquanto organização sem fins lucrativos nos termos do Código Tributário Federal dos Estados Unidos; na pesquisa anual 2014, feita para definir as prioridades da organização nas campanhas seguintes; nas descrições que organização faz de si mesma em seu site; e na distribuição de usuários de diferentes nacionalidades em postagens da página oficial da organização na rede social online *facebook*, que compõe diferentes redes com topologias específicas. A questão da legitimidade de seu posicionamento como representante será analisada tomando como base Grant e Keohane (2005), Urbinati (2006), Dryzek e Niemeyer (2008), Urbinati e Warren (2008), Fabrino (2008), Saward (2009) e Miguel (2012).

A dimensão relacional e analógica da comunicação, que ocupa uma função privilegiada dos estudos da área desde sua fundação, perde espaço quando se assume que a adoção da retórica como base epistemológica impõe uma análise textual sobre elementos persuasivos que se esgotam em textos e modalidades digitais de conteúdo. A relação entre estruturação de sentidos seguindo dinâmicas metafóricas da retórica e o conceito pragmatista de enquadramento permite recuperar esta dimensão relacional ao mesmo tempo em que são compatíveis com estudos que relacionam enquadramento e topologias de redes de ação política, seguindo a proposta de Bennett e Toft (2010).

Em nossa proposta, é problemático presumir a rede de indivíduos envolvidos em uma ação política a partir de elementos textuais de campanhas isoladamente, uma vez que redes possuem *topologias* submetidas à complexidade das redes interpessoais que se ligam a cada campanha, não sendo determinadas por elementos textuais externos ao comportamento dos membros ou pela intenção da organização. Considerar as petições no site ou e-mails padrão da organização como textos que contêm e esgotam em si mesmos os elementos de convencimento que definem a dinâmica e o sucesso das campanhas pode conduzir a diferentes erros, de erros de amostragem – equiparar e-mails recebidos por um grupo específico de membros com os e-mails recebidos em todos os outros países – a erros na composição da rede – presumir uma topologia homogênea para rede de membros que recebe determinado e-mail.

A topologia da rede transnacional composta pela circulação das postagens da organização em redes interpessoais de usuários de diferentes nacionalidades, conectadas com auxílio de tecnologias da comunicação, será analisada através da composição de sociogramas ou *grafos* – imagens onde *nós* (ou *vértices*) representam os usuários e postagens, conectando os usuários às diferentes postagens nas quais ele participa através de *arestas* – feitos com o programa *Gephi 0.8.2-beta*, com base no cruzamento dos dados extraídos mensalmente da página oficial da organização no *facebook* através do aplicativo *Netvizz v1.03* entre fevereiro de 2014 e janeiro de 2015. Para diferenciar as nacionalidades dos milhares de membros de cada rede, eles serão representados por *nós* com cores diferentes de acordo com o seu país de origem. O tamanho dos nós que representam postagens é proporcional à quantidade de curtidas e comentários que elas recebem. Por circulação, entende-se não apenas compartilhamento, mas outras atividades que dão visibilidade às postagens, como curtidas e comentários.

O fluxo de acessos ao site oficial da organização e a parcela que cada nacionalidade ocupa no total de acessos ao site oficial e nas participações da página da organização no facebook, em cada um dos meses pesquisados, foram mensuradas, respectivamente, com auxílio do site de medição de tráfego Alexa e dados extraídos dos posts da organização no facebook através do aplicativo *Netvizz v1.03*.

Os resultados parciais da pesquisa foram discutidos no grupo de pesquisa Tecnologias da Comunicação e Política, do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Antes de iniciar a análise empírica propriamente dita, a proposta de extrair rastros de usuários online para visualizá-los como rede e entender as associações destes com diferentes postagens, analisando a composição destas redes em interações feitas através da utilização de tecnologias online sem definir categorias *a priori*, levanta um breve problema teórico: por que a Teoria Ator-Rede (ANT) não foi utilizada.

Esta compatibilidade entre propostas está relacionada com diferentes pontos comuns entre o referencial escolhido e a proposta de Bruno Latour (2012). O foco específico nas situações cotidianas de interação, bem como na negociação, cooperação e conflito implícitos nestas situações – e não nas grandes estruturas sociais, relações estáveis ou identidades prévias – e a aplicação do conceito de interação a agentes não humanos – a fundação do conceito de *enquadramento* por Gregory Bateson tem como uma das bases o estudo da interação entre lontras (WINKIN, 1998, p. 45) e a aproximação com a cibernética de Norbert Wiener relaciona o conceito de interação com a apropriação de diferentes tecnologias

(WINKIN, 1998, p. 24-25; PRIMO, 2007) – fazem com que os estudos compatíveis com a pragmática de Watzlawick, Beavin e Jackson (2007) sejam em larga medida com compatíveis com as propostas da Teoria Ator-Rede de Latour (2012). Os nomes de Watzlawick, Bateson e Wiener, no entanto, não constam na obra de referência *Reagregando o Social: uma introdução a Teoria Ator-Rede* (LATOUR, 2012).

Latour reconhece a proximidade de Harold Garfinkel e Gabriel Tarde (importantes precursores da ANT), afirmando que eles estariam entre os poucos que acreditavam na possibilidade da "sociologia tornar-se uma ciência apta a explicar como a sociedade é mantida, em lugar de usar a sociedade para justificar outra coisa ou ajudar a resolver problemas políticos da época" (LATOUR, 2012, p. 34).

Embora cite Erving Goffman (a menção ocorre com a escrita "Irwin", mas o nome correto consta nas referências, confirmando que se trata do autor) para apontar diferentes incertezas presentes nas "atuações" cotidianas, utilizando-o como suporte para a definição de "ator" na Teoria Ator-Rede (LATOUR, 2012, p. 75), Latour não aprofunda a influência do pensamento de Harold Garfinkel para a proposta de Goffman (WINKIN, 1998, p. 101). O autor conclui que para Goffman os objetos são apenas definidores de regiões de fundo para atuação e tira disso que esta perspectiva "interacionista" é apenas um modo primitivo de dar conta do papel dos objetos em coletivos (LATOUR, 2012, p. 126) tomando como única referência o livro *A Representação do Eu na Vida Cotidiana* (GOFFMAN, 1985), que definitivamente não tem a pretensão de tratar de não humanos.

No presente trabalho, a despeito da valorização do funcionamento das tecnologias digitais em contato com os usuários e do modo como o funcionamento destas tecnologias faz com que suas redes não possam ser definidas *a priori*, tratamos de usuários, participantes, membros, e postagens de profissionais da organização referindo-nos apenas aos agentes humanos, o que, segundo o próprio Latour, não entra no corpus da inovação proposta pela ANT (LATOUR, 2012, p. 30). Uma aproximação entre estes diferentes referenciais, bem como uma aproximação entre o conceito pragmatista de *sistema* e o conceito de *coletivo* em Latour, são objetos de pesquisa interessantes aos quais não nos propomos neste trabalho.

3.1 **"O maior movimento global online da história"**

Autointitulada "o maior movimento global online da história", tomando como referência seus 40,7 milhões de membros cadastrados, em 194 países (atualização feita no dia

16 de janeiro de 2015), a Avaaz é responsável por campanhas de pressão política simultâneas em 17 línguas diferentes. Ao centralizar e canalizar a pressão de diferentes grupos de interesse ao redor do globo a organização combina a superação de barreiras econômicas e logísticas associada à internet ao investimento na superação de barreiras idiomáticas e ao incentivo à ideia de solidariedade civil transnacional.

Em medições mensais de tráfego feitas com o auxílio da companhia de informações sobre internet *Alexa* ao longo dos 12 meses analisados empiricamente (fevereiro de 2014 a janeiro de 2015), os brasileiros têm a maior média no total de acessos ao site – 11,9% dos acessos ao site oficial da organização no período são de usuários brasileiros – e o Brasil é o único país que se mantém entre os dois com maior participação no total de acessos ao site em nove dos doze meses analisados: 9% como segunda maior nacionalidade dos acessos em fevereiro de 2014; 11,3% como segunda maior em março; 10%, como a maior em abril; 8,8% como a maior em junho; 8,9% como a segunda maior em agosto; 8,1% como a segunda maior em outubro; 32,1% como a maior fonte em novembro; 15,8% como maior fonte em dezembro; e 13,6% como maior fonte em janeiro de 2015.

Considerando a volatilidade da dinâmica de acessos a sites de petições online em diferentes países, esta frequência relativamente estável no número alto de acessos é um indício da relevância das campanhas da organização no país. O Brasil foi palco de diversas campanhas que obtiveram repercussão nacional, entre elas as campanhas de apoio ao projeto de lei Ficha Limpa, campanhas contra a PEC 37, pelo voto aberto, contra a presença de Renan Calheiros na presidência do Senado, pela revisão da legislação sobre drogas considerando a dependência como uma questão de saúde pública, pelo Marco Civil da Internet, entre outras.

A campanha contra a presidência de Renan Calheiros na Câmara superou a marca de 1,5 milhão de assinaturas registradas – superando 1% do eleitorado nacional – necessária para o envio da petição ao Congresso; o projeto de iniciativa popular da lei da Ficha Limpa – que evidentemente envolvia diversos outros atores importantes – foi aprovado; a oposição à PEC 37 obteve ampla repercussão e a campanha pela revisão da legislação sobre drogas foi entregue ao presidente da Câmara dos deputados Marco Maia, levando a debates sobre um anteprojeto de lei no portal *e-democracia*, da própria Câmara. No caso da campanha pela saída de Renan Calheiros, contratou-se uma pesquisa do Ibope para confirmar que a representatividade dos resultados da campanha, que encontrou apoio de 74% da sociedade brasileira segundo a pesquisa do instituto[1]. Chama atenção a relação entre iniciativas da organização e matérias jornalísticas, tanto em links indicados pela organização para

[1] http://bit.ly/175I12x

fundamentar a pertinência de campanhas, quanto nas indicações de matérias sobre a própria Avaaz feitas por empresas de comunicação do país, em seus e-mails, posts em redes sociais e no site oficial, o que aponta para o agendamento midiático como ramo de resultados positivos palpáveis para as campanhas que buscam atenção.

Um registro detalhado dos e-mails de três campanhas da Avaaz no Brasil – campanha pela aceitação da constitucionalidade do Ficha Limpa pelo Supremo Tribunal Federal, campanha contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e campanha contra mudanças no Código Florestal Brasileiro – entre 2010 e 2012 pode ser encontrado em Castañeda (2013, p. 75-81). Na campanha pela constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa, entre 16 de setembro de 2010 e 16 de fevereiro de 2012, a organização enviou um total de sete e-mails sobre o tema para seus membros brasileiros, quatro deles para petições endereçadas aos ministros do Supremo Tribunal Federal (16/09/2010, 8/11/2011, 14/02/2012 e 16/02/2012), duas para presidente Dilma Rousseff (7/09/2011 e 29/09/2011) e uma solicitando envio de mensagens para o ministro Luiz Fux (25/03/2011), resultando no envio de mais de 65 mil mensagens ao ministro (CASTAÑEDA, 2014, p. 72).

Em descrição sucinta na abertura da aba *Quem somos*[2] no site da organização, afirma-se que "A Avaaz é uma comunidade de mobilização online que leva a voz da sociedade civil para a política global". Logo abaixo de uma foto de jovens segurando cartazes em uma passeata, com uma faixa da organização ao fundo, encontra-se a citação atribuída ao *Suddeutsche Zeitung*: "Uma comunidade transnacional que é mais democrática e poderia ser mais eficaz que as Nações Unidas". A organização teria sido lançada em 2007 com a 'missão democrática' de mobilizar todos os países para "construir uma ponte entre o mundo em que vivemos e o mundo que a maioria das pessoas querem". Seu modelo de mobilização permitiria a combinação de milhares de ações individuais, apesar de pequenas, em uma poderosa força coletiva. No tópico *O que fazemos* presente nesta aba, lê-se:

> a comunidade Avaaz se mobiliza assinando petições, financiando campanhas de anúncios, enviando emails e telefonando para governos, organizando protestos e eventos nas ruas, tudo isso para garantir que os valores e visões da sociedade civil global informem as decisões governamentais que afetam todos nós.

O crescimento anual no número de membros da Avaaz entre 2010 e 2014 ocorre em uma lógica de crescente aceleração. Em dezembro de 2010, a organização conta com 5,6 milhões membros cadastrados, passando para 10,5 milhões em dezembro de 2011, 17,3 milhões em dezembro de 2012 e 31 milhões em dezembro de 2013 (CASTAÑEDA, 2014, p.

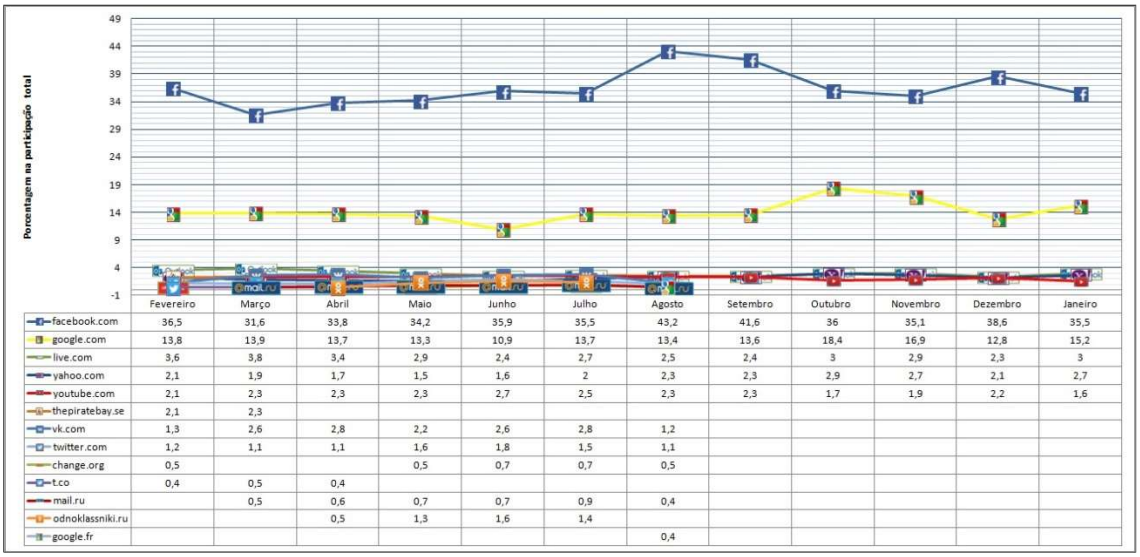
[2] http://www.avaaz.org/po/about.php

55). Nos dados de nossa análise, em 10 de dezembro de 2014 a organização contava com 40,6 milhões de membros cadastrados, com oscilações consideráveis na diferença de crescimento entre os meses, como exemplificado pela variação de crescimento entre 10 de setembro e 10 de dezembro de 2014: um crescimento de 133 mil membros entre setembro e outubro, 1,2 milhão entre outubro e novembro e 546 mil entre novembro e dezembro.

3.2 **Caminhos do tráfego online até a Avaaz**

O modo de funcionamento da Avaaz, sem sede física e com campanhas majoritariamente online, associado aos condicionamentos e contingências da interação e visibilidade online analisados no tópico 1.5, levanta a questão de como as pessoas chegam até as campanhas e até a organização na velocidade exigida por diversos problemas transnacionais envolvendo meio ambiente e direitos humanos. Saber quais roteadores de links canalizam o fluxo de acessos de usuários de diferentes países para o site que centraliza as campanhas da organização é um ponto importante neste sentido.

Gráfico 1 - Sites acessados imediatamente antes da visita a Avaaz.



	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro
facebook.com	36,5	31,6	33,8	34,2	35,9	35,5	43,2	41,6	36	35,1	38,6	35,5
google.com	13,8	13,9	13,7	13,3	10,9	13,7	13,4	13,6	18,4	16,9	12,8	15,2
live.com	3,6	3,8	3,4	2,9	2,4	2,7	2,5	2,4	3	2,9	2,3	3
yahoo.com	2,1	1,9	1,7	1,5	1,6	2	2,3	2,3	2,9	2,7	2,1	2,7
youtube.com	2,1	2,3	2,3	2,3	2,7	2,5	2,3	2,3	1,7	1,9	2,2	1,6
thepiratebay.se	2,1	2,3										
vk.com	1,3	2,6	2,8	2,2	2,6	2,8	1,2					
twitter.com	1,2	1,1	1,1	1,6	1,8	1,5	1,1					
change.org	0,5			0,5	0,7	0,7	0,5					
t.co	0,4	0,5	0,4									
mail.ru		0,5	0,6	0,7	0,7	0,9	0,4					
odnoklassniki.ru			0,5	1,3	1,6	1,4						
google.fr							0,4					

Fonte: o autor, 2015.

Entre os sites visitados imediatamente antes do site da Avaaz, monitorados com o auxílio do site de medição de tráfego Alexa, a rede social facebook se mantém na liderança ao longo dos doze meses analisados, como site anterior de, em média, 36,4% dos acessos ao site durante o período. Paralelos entre as variações na presença de diferentes nacionalidades na

página da organização do facebook, paralelamente ao crescimento de acesso destas nacionalidades no site da organização, indicam a relevância da rede social como canalizador dos acessos de alguns países. Esta relação será abordada no tópico 3.3. O segundo colocado neste quesito é o Google, com uma média de 14,1%. A medição de tráfego nos meses analisados mostra que os acessos oriundos de sites de busca apresentam oscilações mais bruscas e descontínuas do que o total de acessos ao site, indicando que estes acessos seguem ondas de interesse provavelmente relacionadas a busca por campanhas específicas.

O terceiro lugar na média dos 12 meses fica com o domínio live.com, dos serviços de e-mail Outlook e Hotmail, e é o 12° domínio mais acessado em todo mundo. O serviço se mantém em terceiro lugar em 10 dos 12 meses analisados, superado pelos sites Youtube e VKontakte (vk.com) no mês de junho, e novamente pelo VKontakte em julho. O serviço de e-mails e notícias Yahoo oscila entre o quarto e sétimo lugar, ficando em quinto com a média 2,15%. Com uma diferença de apenas 0,03% com relação ao Yahoo, o Youtube ocupa o quarto lugar com a média de 2,18%.

Considerando que, uma vez cadastrados no site da Avaaz, os membros recebem os convites para assinar petições e chamados diversos através dos e-mails cadastrados, a correlação entre acesso ao serviço de e-mail e posterior acesso ao site é esperada. O fato de grupos como Outlook, Hotmail e Yahoo estarem entre a terceira e a quinta colocação, sem superar a terceira colocação em nenhum dos meses analisados mesmo quando somados, e perderem esta colocação em dois meses para a rede social russa VKontakte, é significativo. Se os e-mails constituem um importante meio de comunicação com membros já cadastrados, a ampliação do suporte das campanhas para atores estranhos à organização na velocidade necessária se beneficia da possibilidade de viralização e visibilidade em redes sociais online – considerando ainda que sites de redes sociais online oferecem mais possibilidades de apropriação instantânea personalizada.

A organização possui uma página no Youtube, onde posta vídeos relacionados a campanhas como a Marcha pelo Clima, ajuda ao Haiti, contra confrontos no Oriente Médio, etc. na seção *Avaaz Clips*; apelos de pessoas de diferentes países como Síria, Birmânia, Congo, Serra Leoa, Tibet, bem como um vídeo de Tico Santa Cruz, vocalista da banda Detonautas Roque Clube pedindo apoio para a campanha da Avaaz em favor do Ficha Limpa, além de apelos de Ricken Patel, fundador da organização, e outros vídeos na seção *Messages to Avaaz*; depoimentos de diversos profissionais que trabalham na organização, incluindo diretor executivo, diretores de campanha, global campaigners e a consultora de mídia brasileira Nana Queiroz – jornalista que lançou a campanha #NãoMereçoSerEstuprada,

campanha com repercussão internacional sem associação com a organização estudada que obteve amplo apoio e hostilizações em redes sociais online – na seção *Avaaz Staff*; e diferentes vídeos na seção *Uploads* incluindo a sabatina sobre educação envolvendo pautas dos dois candidatos à presidência em 2014 – promovida pela Avaaz em parceria com o Mapa do Buraco – com o ministro da educação José Henrique Paim e a Secretária de Educação do Estado de São Paulo entre 2007 e 2009, Maria Helena Guimarães de Castro.

O sexto lugar fica com o já citado VKontakte (VK), site de redes sociais majoritariamente russo, de onde a rede social online tira 64,9% de seus acessos, e também popular na Ucrânia, de onde provém 12,4% dos acessos (esta porcentagem , assim como todas as porcentagens sobre sites mencionados no gráfico em questão, foi atualizada no dia 16/01/2015 com o auxílio do site de medição de tráfego Alexa). VK é o segundo mais acessado na internet em ambos os países, perdendo apenas, na Rússia, para o yandex.ru – site de busca ainda mais concentrado no país, de onde vêm 87% de seus acessos – e, na Ucrânia, para o google.com.ua – página ucraniana do Google. Embora haja uma página da Avaaz no VK, o site não é indicado entre as opções em "Conecte com a Avaaz" no site oficial organização, e não foram encontradas grandes mobilizações centralizadas na página desta rede social online. A entrada de sites russos na lista dos sites visitados antes do acesso ao site da Avaaz será analisada no tópico 3.3.

Entre os sites que ficaram entre os dez mais visitados imediatamente antes do site da Avaaz em algum dos meses analisados, mas que o fazem em menos de 2% dos acessos na média geral, estão o Odnoklassniki, o Mail.RU Group, o Change.org, twitter, t.co e o Pirate Bay, não necessariamente nesta ordem.

Odnoklassniki também é uma rede social marcadamente russa, país de onde tira cerca de 65,5% de seus acessos, e a segunda maior quantidade de acessos novamente vêm da Ucrânia (7%). Ele é vinculado ao grupo Mail.Ru Group (mail.ru), serviço de e-mails majoritariamente russo (66,3% dos acessos vêm da Rússia e 7,9% da Ucrânia) e também extremamente popular, 4° site mais acessado na Rússia, separado do VK no ranking de sites mais acessados apenas pela página russa do Google (google.ru).

Change.org é um site aberto que hospeda petições de usuários e organizações e afirma ter 75 milhões de usuários no mundo, colocando-se em sua página inicial como uma “plataforma de mudanças sociais”. O fato de ser um site que centraliza petições leva a crer que se trata de campanhas amplas com focos específicos divididos entre os sites ou campanhas com petições simultâneas em mais de um site.

O domínio t.co é utilizado pelo site de redes sociais twitter para encurtar links que circulam pela rede. A relação com este domínio aponta para links diretamente para o site da Avaaz na rede social e confirma a relevância destes sites como roteadores de links e canalizadores do fluxo de acesso. A Avaaz possui um perfil no twitter, o @Avaaz, com 731 mil seguidores (atualizado 17 de janeiro de 2015), que posta em diferentes línguas em apoio a diversas campanhas da organização.

Diferentes campanhas feitas por membros e hospedadas na plataforma Petições da Comunidade (ferramenta que permite a qualquer membro fazer suas próprias petições sem que estas necessáriamente sejam endossadas ou apoiadas pela organização) pedem libertação ou melhoria nas condições da prisão de Gottfrid Svatholm, co-fundador do Pirate Bay (uma delas, iniciada em dezembro de 2013 e endereçada a Helle Thorning Schmidt, então primeira ministra dinamarquesa, supera a marca de 107 mil assinaturas e ainda crescia na última atualização desta pesquisa em 16 de janeiro de 2015), outras fazem os mesmos apelos se referindo a outro fundador do Pirate Bay, Peter Sand's, e uma delas, lançada em julho de 2012 e endereçada a então Ministra da Justiça Sueca Beatrice Ask, também supera a marca de 107 mil assinaturas e apresenta crescimento até o dia 15 de janeiro de 2015. No dia 9 de janeiro de 2014, uma matéria no International Business Times com o título *Pirate Bay Co-Founder In Prison: Petition To Give Gottfrid Svartholm Access To Books Passes 75,000 Signatures*[3] dava destaque à petição sobre Svatholm citada anteriormente e disponibilizava um link para a petição hospedada pela Avaaz. A aparição do site Pirate Bay na amostra nos meses de fevereiro e março faz sentido neste contexto.

3.3 **Oscilação de países que acessam Avaaz.org e participam no facebook**

É interessante analisar o caso dos sites de origem russa na lista dos dez sites que figuram com mais frequência entre os visitados imediatamente antes do site oficial da organização. Há uma entrada conjunta da rede social VKontakte como site visitado em mais de 2,6% dos acessos (quarta maior porcentagem), a entrada do serviço de e-mails Mail.ru na lista em questão e a entrada da Rússia nos cinco sites com maior participação no total de acessos ao site da Avaaz, todos na medição do dia 10 de março. No dia 10 do mês seguinte, a rede social russa Odnoklassniki também entra na lista. Os sites de origem russa apresentam,

[3] Disponível em <http://bit.ly/1DeAgSD>

em conjunto, uma participação crescente na porcentagem total de março a julho, – de 3,1% em março para 5,1% em julho – último mês em que o VK consta entre os cinco primeiros da lista, até uma queda abrupta, também em conjunto – para 1,6 – em agosto. Na página oficial da organização no facebook, entre os meses de junho e julho, uma em cada cem participações (comentários e curtidas) na página eram de usuários identificados como russos nos dados extraídos através do Netvizz.

Como exposto anteriormente, estes sites também são muito utilizados na Ucrânia, que também entra na lista dos cinco países com maior participação no total de acessos ao site da Avaaz em março, mantendo-se nela no mês seguinte.

Gráfico 2 - Variação na porcentagem dos 5 países com maior participação no total de acessos ao site Avaaz.org.

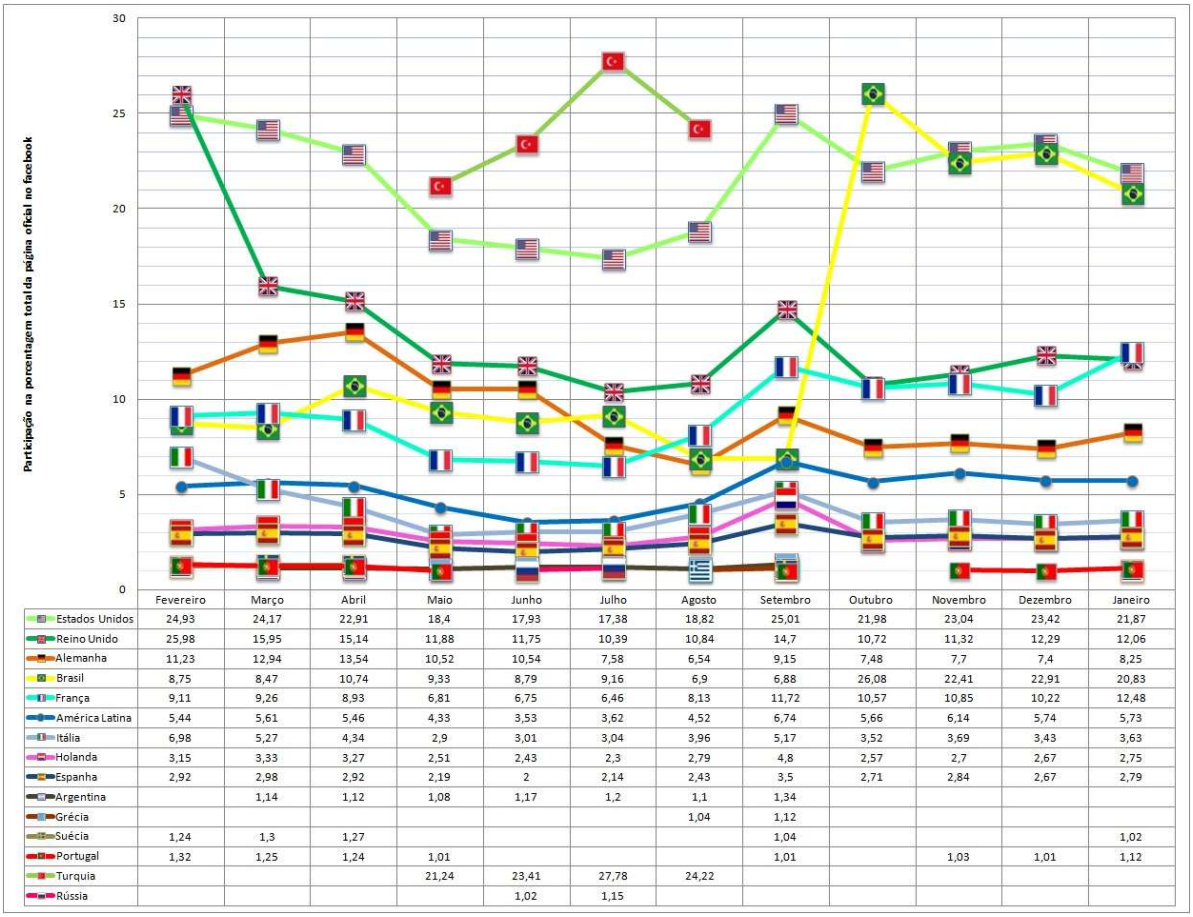
Fonte: o autor, 2015.

Como pode ser visto no gráfico 2, embora se mantenha como país com maior participação na Avaaz entre os meses de março, maio, junho e agosto, a porcentagem de acessos oriundos da Rússia no total de acessos ao site Avaaz.org oscila sem apresentar lógicas crescentes, até sair do grupo de cinco países com maior participação nos acessos do site no mês de outubro, depois de cair do primeiro lugar em agosto para o último em setembro. Isso se deve, em parte, a variações no total de acessos ao site da Avaaz e a consequente alteração na porcentagem que os acessos de cada país representam separadamente na porcentagem total.

A entrada da Rússia e da Ucrânia na lista de cinco maiores fontes de acessos ao site ocorre paralelamente ao acirramento da crise envolvendo a região da Criméia. Em brevíssimo resumo, a crise teve como pivô a oposição de grupos pró-Rússia da Criméia, região da

Ucrânia onde a maioria da população é de origem russa, à deposição do presidente ucraniano Viktor Yanukovych e a ações do grupo que tomou o poder, bem como a ascensão de grupos separatistas na região. Em março de 2014 o Conselho da Criméia votou e aprovou oficialmente a proposta de separação e união com a Rússia, validada em referendo em 16 de março, enquanto grupos que tomaram o poder no país não reconheciam a validade da decisão. No mesmo mês o parlamento russo autorizou o presidente Vladimir Putin a utilizar força militar no país vizinho, acirrando ainda mais a tensão entre grupos favoráveis aos protestos pró-União Europeia que culminaram na deposição do presidente da Ucrânia e os grupos separatistas pró-Rússia concentrados na região da Criméia.

Gráfico 3 - Variação dos países com mais de 1% de participação na página da Avaaz no facebook.



	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro
Estados Unidos	24,93	24,17	22,91	18,4	17,93	17,38	18,82	25,01	21,98	23,04	23,42	21,87
Reino Unido	25,98	15,95	15,14	11,88	11,75	10,39	10,84	14,7	10,72	11,32	12,29	12,06
Alemanha	11,23	12,94	13,54	10,52	10,54	7,58	6,54	9,15	7,48	7,7	7,4	8,25
Brasil	8,75	8,47	10,74	9,33	8,79	9,16	6,9	6,88	26,08	22,41	22,91	20,83
França	9,11	9,26	8,93	6,81	6,75	6,46	8,13	11,72	10,57	10,85	10,22	12,48
América Latina	5,44	5,61	5,46	4,33	3,53	3,62	4,52	6,74	5,66	6,14	5,74	5,73
Itália	6,98	5,27	4,34	2,9	3,01	3,04	3,96	5,17	3,52	3,69	3,43	3,63
Holanda	3,15	3,33	3,27	2,51	2,43	2,3	2,79	4,8	2,57	2,7	2,67	2,75
Espanha	2,92	2,98	2,92	2,19	2	2,14	2,43	3,5	2,71	2,84	2,67	2,79
Argentina		1,14	1,12	1,08	1,17	1,2	1,1	1,34				
Grécia							1,04	1,12				
Suécia	1,24	1,3	1,27					1,04				1,02
Portugal	1,32	1,25	1,24	1,01				1,01		1,03	1,01	1,12
Turquia				21,24	23,41	27,78	24,22					
Rússia					1,02	1,15						

Fonte: autor, 2015.

As variações na participação dos demais países na página oficial da organização no facebook podem ser vistas no gráfico3. Os dois últimos meses em que os sites de origem russa apresentam sua maior participação conjunta entre os sites acessados imediatamente antes do site oficial da Avaaz também são os únicos meses em que a Rússia supera a marca de 1% nas participações na página oficial da organização no facebook.

No mês de março, a Avaaz lançou a campanha The People's Plan for Peace, onde defendia uma resolução respeitando os direitos das minorias, a volta das tropas russas para suas bases e eleições monitoradas internacionalmente para decidir os rumos da Ucrânia. Na página da organização no facebook um post em apoio a campanha afirma que, embora haja uma atenção massiva na Ucrânia, pouca atenção é dada ao que os ucranianos pensam sobre o ocorrido. Uma imagem com uma foto de ucranianos segurando cartazes acima de números indica que 84% dos ucranianos e 57% da população da Criméia apoiariam o plano de paz citado anteriormente e que 52% dos ucranianos e 46% da população da Criméia preferem se manter igualmente alinhados com a Rússia e com o ocidente (e não se tornar um campo de batalha entre grupos apoiados pelos dois blocos). Esta postagem concentra a maior parte das curtidas, comentários e compartilhamentos de usuários identificados como russos nos dados extraídos da página da organização na rede social no mês de junho.

Este é um caso emblemático que traz diferentes questões envolvendo a dimensão transnacional da organização. Nas discussões associadas ao post, há casos de perfis com nomes escritos com letras do alfabeto cirílico fizeram postagens em inglês, outros com nomes escritos com alfabeto latino fazem postagens em alfabeto cirílico, e há ainda os que se identificam, como no seguinte post ucraniano feito no dia 7 de maio: "Moreover, in my region all people, I swear, 99%, feel humiliated with the current situation. […] People they call separatists, terrorist etc, are our brothers, husbands […]". Outros acusam Putin de ser um novo Hitler e afirmam que as pessoas do "oriente" sofreram uma lavagem cerebral, afirmando ainda "I live hear!and I am afraid of what may happen if we don't stop Putin!". Este último obteve a resposta direta, vinculada ao comentário em questão: "Relax and speak Ukranian, but let to Russians speak Russian. I am Ukranian but can not say anything bad about Russians. They are your friends. Yanukivich (SIC) is not Russian and is never been. It is good you are free from him, but it is bad to have the friends like Pravity sector (SIC) or Svoboda".[4]

O Svoboda é um partido nacionalista posicionado à direita/extrema-direita no espectro político ucraniano, que nega ser fascista ou antissemita e que ocupou cargos no governo Ucraniano instalado após a deposição de Yanukivych. O Pravyy Sektor é uma organização política nacionalista de extrema direita no espectro político Ucraniano, que conta com braço paramilitar, muitas vezes apontado como fascista ou neo-nazi, e que conseguiu se formalizar como partido político em 22 de março de 2014 na Ucrânia. Embora o mote de parte dos protestos na Ucrânia que culminaram na deposição tenha sido o alinhamento com países da União Europeia, em entrevista ao veículo alemão SpiegelOnline, Dmytro Yarosh, uma das

[4] Disponível em: <http://on.fb.me/1wtmTsi>

lideranças do do Pravyy Sektor, criticou os poderes “anti-cristãos” da União e classificou a “imposição de comportamentos” representada pelo casamento gay como uma variedade de totalitarismo[5].

Durante a discussão, ao mesmo tempo em que o fato de ser ucraniano é utilizado como argumento de autoridade nos comentários sobre a crise, muitas vezes tem-se o cuidado de, mesmo nas respostas de ucranianos para ucranianos como a apontada anteriormente, escrever em inglês. Isso aponta um esforço para superação da língua como barreira para participação no debate ou compreensão do tema, não só por parte da Avaaz, mas também por alguns dos participantes em sua página oficial no facebook. No entanto, há comentários apontando que a questão seria tão complexa que o cidadão médio, seja da Ucrânia ou do Canadá, não pode compreende-la completamente, afirmando ainda que: “it’s one of the problems with our modern connected society. We see a 30 sec vídeo on Yuotube (SIC) and a Picture reportedly showing how this or that group think and we belive we now have the right to decide what should happen”.

Isso nos leva a questão da legitimidade das campanhas transnacionais. Antes de fazer qualquer consideração sobre legitimidade, no entanto, é preciso levar em consideração a complexidade do processo de elaboração das campanhas.

3.4 **Pesquisas, campanhas, legitimidade e reconhecimento político.**

O processo de elaboração das campanhas pode ser dividido em pelo menos quatro etapas: uma pesquisa anual na qual todos os membros são chamados a responder questionários sobre as percepções e tipos de campanha que devem ser priorizadas, incluindo espaço para sugestão textual; a submissão semanal das ideias transformadas em campanha a pesquisas e testes com amostras aleatórias de membros, onde só aquelas que obtêm forte reação positiva são implementadas em grande escala; após o lançamento efetivo da campanha, centenas de milhares e mesmo milhões de assinaturas em apoio são recolhidas abertamente através do site da organização e sua equipe profissional atua na esfera política correspondente; por fim, como no caso da campanha ucraniana, no processo de divulgação destas campanhas, muitas são postadas na página oficial da organização em redes sociais como o facebook e abertas a apropriações diversas, tanto positiva quanto negativamente.

[5] Disponível em <http://bit.ly/1CLrNFX>

Em entrevista, o diretor de campanhas da organização no Brasil, Michael Freitas Mohallem , afirma que a Avaaz é uma *member based organization*, imersa em uma lógica representativa. A organização faz grandes pesquisas para definir quais são os principais temas de interesse de seus membros ao redor do mundo, nas quais os membros brasileiros definiriam o combate à corrupção e defesa do meio ambiente como temas de interesse recorrente. Uma vez definidos os temas, são traçadas estratégias estabelecendo resultados esperados, atores-chave envolvidos com o possível sucesso ou fracasso da campanha, oportunidades e momentos decisivos em que a organização poderia exercer maior pressão política, etc.

Na pesquisa anual de 2014, os valores apontados como principais valores que uniriam os membros da organização seriam: igualdade, ou seja, todo ser humano é igual merecendo direitos iguais, a despeito de etnia, credo, gênero, nacionalidade ou orientação sexual (85,40%); ecologia, no sentido de que os seres humanos seriam parte de uma "rede de interdependência do mundo natural" e deveríamos cuidar dele (84,50%); responsabilidade pessoal, entendendo que deveríamos buscar "ser a mudança que queremos ver no mundo" (78,37%); coragem, compaixão, integridade e honestidade seriam valores que deveríamos buscar mesmo sendo pessoas imperfeitas (77,7%). As dez principais profissões/ocupações indicadas na pesquisa anual da organização em 2014 são: ensino em escola ou universidade (11,25%), estudante (8,9%), tecnologia computação (6,46%), área médica (medicina, enfermagem, etc., 6,35%), ONGs e setores sem fins lucrativos (4,99%), clérigo (4,7%), cientista (4,5%), vendas/negócios (4,01%), escritor (3,82%), engenharia (3,72%)[6].

Entre os desafios prioritários identificados na pesquisa destacam-se como prioridade de mais de 30% dos respondentes: luta contra a corrupção na política, incluindo a influência por parte de grandes empresas privadas sobre "nossos" governos (49,51%); uma política econômica que beneficie o bem comum em detrimento de uma pequena elite (38,83%); prevenção de mudanças climáticas catastróficas (38,35%); combate à escravidão e ao tráfico de pessoas (34,77%). As principais ideias de campanha seriam: educação para todos, no sentido de obter da comunidade internacional as verbas necessárias para que todas as crianças possam ir à escola (39.24%); desafiar a Monsanto criando um banco de sementes e oferecendo produtos livres de organismos geneticamente modificados (transgênicos) como alternativa (32.99%); fim do Tráfico de Mulheres, oferecendo recompensas por informações que levem à condenação de autoridades públicas corruptas e coniventes com o tráfico de mulheres (32.37%); 100% Energia Limpa, pressionando a Cúpula sobre Mudanças Climáticas da ONU a se comprometer com a meta de 100% de energias limpas (32.23%).

[6] Disponível em < http://bit.ly/1yWeKCD>

As estratégias da organização reconhecem que pessoas que possivelmente não se engajariam em atividades políticas de outras maneiras, por diversas questões, como tempo, aptidão e mesmo vontade, podem se posicionar sobre temas políticos apoiando campanhas da Avaaz. A internet, portanto, possibilitaria um acréscimo democrático, incluindo pessoas que estavam relativamente fora da esfera política para o engajamento online. As assinaturas destas pessoas, no entanto, constituem apenas parte das campanhas, que contam com equipe profissional em diferentes momentos e muitas vezes diálogo direto com parlamentares específicos que de alguma forma podem potencializar ou inviabilizar a campanha.

Um exemplo desta atuação sobre parlamentares pode ser encontrado na campanha pela aprovação do Marco Civil da Internet, onde o relator da proposta Alessandro Molon (PT-RJ) faz um agradecimento à organização e afirmou que as assinaturas recolhidas foram decisivas. Nesta campanha, Gilberto Gil começou uma petição em prol neutralidade da rede, privacidade e demais direitos dos usuários da internet, utilizando a plataforma da Avaaz, e a campanha foi encampada pela organização. Parte das diferentes ações da organização neste caso consta em um e-mail de comemoração enviado aos membros no dia 27 de março de 2014, assinado por Michael Mohallem e pela equipe da Avaaz:

> [...] Nossa equipe voou até Brasília, se uniu a dezenas de outros movimentos, coletivos e organizações que estavam lutando por anos pelo Marco Civil e identificou deputados em cima do muro e aqueles que poderiam convencer outros colegas a votarem favoravelmente.
> Em seguida contamos com milhares de ligações, tuítes e mensagens no Facebook de membros da nossa comunidade para convencer os deputados do seguinte: os brasileiros não querem que destruam a internet como a conhecemos! Gabriel Chalita (PMDB-SP) foi um dos que responderam à pressão, contrariando colegas de seu próprio partido, seguido por Anthony Garotinho (PR-RJ) e Fernando Francischini (SDD-PR).
> Mas nós continuamos a pressionar. Fizemos uma pesquisa com membros da Avaaz e mostramos aos deputados que a grande maioria mudaria seu voto nas eleições caso seu deputado votasse contra o Marco Civil. E fomos mais longe: nós contratamos anúncios no Facebook desafiando alguns desses deputados-chave a decidir de que lado da história queriam ficar: heróis ou vilões da internet? Os anúncios alcançaram mais de 3 milhões de usuários de Facebook, de todas as partes do Brasil! A Câmara dos Deputados não podia mais ignorar nossa pressão. Finalmente, nesta semana, oito deputados defensores da internet livre, de diferentes partidos e Estados, caminharam conosco até o Salão Verde da Câmara – na entrada do plenário – e entregaram as centenas de milhares de vozes a todos os deputados e ao presidente da Câmara.
> Horas mais tarde, a votação aconteceu. E nós ganhamos!
> O relator da proposta, Alessandro Molon (PT-RJ), agradeceu à Avaaz em seu discurso logo após a votação:"Faço um agradecimento especial à Avaaz, que recolheu 350 mil assinaturas trazidas hoje à Casa, lideradas pelo ex-Ministro Gilberto Gil. Essas assinaturas foram decisivas para a aprovação do projeto." O deputado disse ainda que "a aprovação do Marco Civil representa uma vitória histórica para internautas do Brasil e do mundo. Que este nosso passo inspire outras nações a também lutarem para defender seus cidadãos na Internet."
> Nós ajudamos a construir os direitos dos usuários da internet no Brasil. Mas essa bela história ainda não terminou e a próxima batalha será no Senado. Juntos nós

> podemos mover montanhas. Então aguarde nossos e-mails, porque precisamos nos unir mais uma vez, mover mais montanhas e comemorar a vitória final para o nosso país [...].

Na pesquisa citada no e-mail, dentro de uma amostra de 2.126 respondentes, 86% consideram o marco civil importante ou muito importante e 68% pensariam seriamente em mudar ou certamente mudariam seu voto caso seu candidato votasse contra o Marco Civil[7]. Anúncios pagos no facebook sobre a importância da decisão para o legado de alguns parlamentares chegaram a alcançar mais de um milhão de visualizações em menos de 12 horas.

A organização incentivava seus membros a exercerem pressão direta sobre os senadores, disponibilizando o telefone, e-mail e facebook dos senadores Aloysio Nunes (PSDB/SP), Vital do Rego (PMDB/PB), Rodrigo Rollemberg (PSB/DF), Eunício Oliveria (PMDB/CE), Zezé Perrella (PDT/MG) e o telefone do senador Luiz Henrique (PMDB/SC) horas antes da votação. Além de dicas sobre o que falar, como afirmações de que o voto contra o Marco Civil mancharia a trajetória do senador colocando-o do lado de quem derruba direitos ao invés de protegê-los e pedidos para que ele defenda os interesses dos cidadãos e não apenas das empresas de telecomunicações, lê-se acima dos nomes e telefones indicados "Lembre-se de ser educado e se o telefone estiver ocupado, insista, pois é sinal que nossa campanha está funcionando!".

Um dos pontos que fazem com que o Brasil seja um país importante para Avaaz, além da quantidade de membros e número de acessos, seria o reconhecimento da organização como ator político por vários parlamentares. As menções de reconhecimento à organização nos discursos sobre a aprovação do Marco Civil, a cooperação com senadores na campanha que pedia saída de Renan Calheiros e a presença de políticos eleitos na entrega de assinaturas de diferentes petições a instituições do país confirmam este reconhecimento.

Este tipo de atuação faz com que seja preciso conhecer as instituições políticas do país onde se pretende exercer pressão. O mapeamento das campanhas de sucesso aponta a existência de pessoas que conseguem fazer uma leitura fina da realidade política e identificar os elos mais pressionáveis para definir e focar as campanhas, o que impõe certa expertise política ou experiência prévia na área ao diretor de campanhas da organização em cada país. Isso é reconhecido pelos membros da Avaaz: na pesquisa anual de 2014, na definição das principais ideias para fortalecer o movimento constam "aumentar nossa equipe de pressão de 'alto nível' (lobby) para impulsionar nossas campanhas populares" foi escolhido por 62.51%

[7] Disponível em: <http://bit.ly/15uSkwk>

dos respondentes, e, com menor adesão, tornar-se "político" e trabalhar de perto com partidos políticos e/ou com foco em eleições foi escolhido por 37.67% (era possível escolher mais de uma opção).

No caso do Brasil, o Diretor de campanhas Michael Freitas Mohallem, pesquisador do projeto Oxford Reports on International Law in Domestic Courts (ILDC, Oxford University Press) e professor de Direitos Humanos na FGV Direito Rio, concluiu seu mestrado e iniciou o doutorado em Direito Público e Direitos Humanos pela University College London (UCL) em 2009. Michael Mohallem tem especialização em ciência política pela Universidade de Brasília (2006/2007), foi assessor parlamentar da Liderança do Governo no Senado Federal (2006/2008) e assessor jurídico no Ministério da Justiça (2010/2011)[8]. Isso indica uma experiência prévia no funcionamento da política institucional brasileira quando iniciou suas pesquisas na área de direitos humanos na Inglaterra.

A relação com parlamentares na campanha pela saída de Renan Calheiros da presidência da Câmara é indicada pelo ex-diretor de campanhas da organização e ex-secretário Nacional de Justiça do Governo Federal, Pedro Abramovay, em entrevista concedida a Bruno Lipion e publicada pelo Estado de S. Paulo no dia 11 de março de 2013:

> [...] no caso do Renan, a receptividade foi grande. Fomos recebidos por senadores de cinco partidos, o diálogo com esses senadores continua, a gente tem falado com eles constantemente, para pensar a estratégia de como atender esse pedido das pessoas para que o Renan saia. O que a gente percebe é o respeito que as pessoas têm, quando nós ligamos para os parlamentares. E claro, porque a gente está combinando esse instrumento de petição online com uma equipe que tem acesso a parlamentares, que sabe fazer isso. É uma organização bem equipada para chegar no Congresso. Quando a gente liga para os parlamentares, sempre há resposta, sempre conseguimos entregar essa petições para parlamentares, para ministros. No Código Florestal, a Dilma designou três ministros para receber a Avaaz, naquela petição de dois milhões (de assinaturas). E conseguimos um veto parcial que eu tenho certeza que foi em função da pressão popular. A receptividade no sistema político brasileiro hoje é muito grande. O que não significa que a gente vai impor as vontades em todos os casos. Mas sempre a gente tem respostas e quase sempre a atuação nossa faz diferença no resultado final[9].

Retomando o processo de produção das campanhas, após traçar uma estratégia, profissionais escrevem um e-mail modelo, enviado em fase de teste para membros da organização antes de serem lançadas. De acordo com Michael Mohallem, nestes testes o e-mail é enviado para uma amostragem de 10 a 50 mil pessoas dependendo da campanha. Há uma definição da fatia de membros receberá este e-mail, mas sem filtros temáticos, em uma seleção aleatória por região (bloco, país ou estado). Os e-mails da organização têm diferentes

[8] http://bit.ly/1F0iOCA
[9] Disponível em: <http://bit.ly/1JuajCj>

taxas de retorno. Eles seriam abertos por algo em torno de 17% e 20% das pessoas que o recebem e, dentro deste número, 15% dos membros se envolvem em algum tipo de ação relacionada à campanha. Estas proporções são levadas em consideração ao longo do processo, e caso se deseje testar quantos de uma amostra de três mil membros são mobilizados após abrir um e-mail de campanha teste, por exemplo, este teste é enviado para cerca de 12 mil membros.

Os e-mails de campanha tentariam, em geral, fazer com que o membro consiga identificar e responder afirmativamente a três perguntas: por que *eu*, por que *agora*, por que *isso*. Esta preocupação passa pelo reconhecimento de que as pessoas recebem centenas de e-mails por dia, na maioria das vezes estão ocupadas, e precisam ter o sentimento de que a ação delas é importante naquele momento em que abriram o e-mail e não um mês depois. Muitas vezes os profissionais da organização se prepararíam para atuar em determinado tema, mas esperariam um *momento crucial* para "entrar na briga", como no caso da votação do marco civil da internet. O teste seria um indicador do sucesso de uma campanha em atender a estes três pontos de convencimento.

Embora seja importante despertar um sentimento de urgência para motivar a ação política dos membros, o diretor de campanhas afirma que, quando um e-mail tem um viés alarmista que não se reflete na leitura das campanhas após acessar o link, as estatísticas da organização indicam que há uma desproporção grande entre o número de pessoas que abre o e-mail e o número de pessoas que assina (alcançando um número ainda menor de pessoas do que as que habitualmente apoiam a campanha depois de abrir o e-mail). Isso frustraria os membros, podendo prejudicar as campanhas, e uma linha tênue separaria o sentimento de urgência de um tipo de sensacionalismo prejudicial.

Se a amostragem que abre o e-mail não atingir o grau de adesão correspondente à nota de corte para que a campanha seja lançada, ela volta para a equipe. Os profissionais retrabalhariam o texto, título, a estratégia, podendo passar por 5, 6 ou até 10 propostas e estratégias diferentes até que se alcance uma proposta razoável ou que pelo menos seja aceita por uma parcela aceitável de membros. Estes testes são eliminatórios, condicionando o lançamento das campanhas, e teriam sido impostos a todas as campanhas da organização. O procedimento é apontado na entrevista como uma das modalidades de consulta aos membros da Avaaz que vincularia consulta e ação, gerando accountability não apenas *a posteriori*, mas também enquanto condicionante da ação. A aprovação neste teste/consulta concederia à Avaaz um "mandato" para atuar em nome dos membros naquela campanha específica.

Há ainda as campanhas hospedadas na plataforma Petições da Comunidade, espaço onde qualquer membro pode fazer campanhas por conta própria sem que elas sejam endossadas ou aprovadas pela organização. Em diferentes casos, no entanto, a organização escolhe petições entre as Petições da Comunidade para submeter a testes similares aos que faz com suas campanhas e, caso elas obtenham sucesso, transforma a petição em questão em uma campanha da organização. Em petições polêmicas que contrariem o posicionamento da organização e de seus membros em outras campanhas, os membros são consultados e a maioria pode optar por tirar a petição da plataforma da organização. De acordo com os Termos de Uso do site da organização, os signatários de petições da comunidade não endossadas pela organização têm a opção de dizer se desejam permanecer ou não como membros.

Este foi o caso da petição para que Silas Malafaia não perdesse seu registro profissional de psicólogo, que alcançou cerca de 65 mil assinaturas antes que sua retirada da plataforma obtivesse o apoio de 77% dos membros da organização em consulta. A plataforma também hospedava uma petição defendendo a cassação, com cerca de 60 mil assinaturas na época em que a petição em defesa do pastor saiu do ar, posteriormente superando a marca de 94 mil assinaturas[10]. Esta opção é coerente com as diversas campanhas da Avaaz contra a homofobia e em prol de mecanismos de defesa legal aos homossexuais de diferentes países, pontos em que o pastor é mais crítico ao que ele classifica como busca de privilégios pelos homossexuais, afirmando que a questão homossexual é apenas uma questão de comportamento, defendendo que opor-se a um comportamento não pode ser considerado discriminação ou perseguição, e que os grupos homossexuais seriam intolerantes com relação ao pastor e suas opiniões.

O senador Magno Malta (PR/ES), indicando erradamente a Avaaz como um "site de pesquisas" ao longo de todo o discurso, afirma no dia 12 de março de 2013 em sessão plenária no Senado Federal transmitida pela TV Senado que na "pesquisa" sobre a cassação do registro de Malafaia a organização grita "crucifique-o", seguido por uma multidão que não saberia o que pede, e que a organização só leva adiante "pesquisas" que o então diretor de campanhas Pedro Abramovay quer. O senador dedica a maior parte da fala ao ex-diretor, afirmando que ele é o "dono do site, esse é o dirigente, é presidente, esse é o comandante que pode acabar com a honra alheia, ele pode te sujar e ele pode te limpar". Durante a fala de Malta, o senador Roberto Requião PMDB/PR, intervém afirmando que as pessoas em geral entram na Avaaz votando contra Renan Calheiros baseados no sentimento de hostilidade aos políticos em geral,

[10] Disponível em: <http://bit.ly/18lbmHx>

sem espaço ao contraditório ou provas, o que poderia vitimar outros senadores[11]. Isso indica que as campanhas da organização, mesmo erradamente interpretadas como "pesquisas", são levadas em consideração no âmbito político – mesmo quando não envolvem diretamente os parlamentares eleitos – por parlamentares que não apoiam a Avaaz.

As pesquisas da Avaaz, no entanto, teriam pretensão de representatividade apenas dentro do universo de membros da Avaaz, e não como uma pesquisa de opinião pública – o que não impede a organização de encomendar pesquisas de institutos da área de opinião pública em casos como a campanha pela saída de Renan Calheiros. O interesse de seus membros não necessariamente se restringe às fronteiras de seu país. Isso faz com que a visão globalista seja um dos diferenciais da Avaaz, e a organização entende que as pessoas se importam com assuntos que não são, em tese, vinculados a sua realidade, além de interesses difusos como a defesa do meio ambiente e de direitos humanos. O mesmo sentimento que faz com que uma pessoa seja solidária a diferentes problemas no Brasil pode levar brasileiros a serem solidários com problemas de outras localidades do mundo. Neste sentido, a variedade de idiomas teria ajudado a expansão da organização em realidades diferentes, mas mantendo uma visão global.

De acordo com o diretor de campanhas, em geral as campanhas são responsivas aos membros da organização e têm impactos amplos, não muito restritos localmente, mais próximos, portanto, do modelo de delegação do que do modelo de autorização. Embora reconheça a importância de organizações que atuem localmente, o que a Avaaz se propõe a fazer é atuar com muita rapidez e em momentos decisivos, levar as vozes das pessoas ao poder público, chamando atenção para temas e influenciando o processo de tomada de decisão. A tarefa local ficaria a cargo de organizações parceiras com funcionamento semelhante, mas com escopo de atuação diferente neste sentido, que fazem trabalhos mais próximos aos modelos de autorização. Este seria o caso da organização Meu Rio, parceira da Avaaz na Caminhada pelo Clima.

Além do processo de produção, há uma diferença fundamental entre as campanhas da organização e as campanhas em sua plataforma, uma vez que a Avaaz responde, jurídica e politicamente, apenas pelas campanhas que ela lança ou endossa enquanto organização.

Um dos casos que exemplificam esta dinâmica é a campanha pela concessão de asilo político para Edward Snowden – analista de sistemas e ex-contratado da National Security Agency (NSA) que denunciou o sistema de vigilância eletrônica e aquisição de dados privados de chefes de Estados e populações de diferentes países por agências de informação

[11] Disponível em <http://bit.ly/1yW0xWq>

do governo dos Estados Unidos. Alguns senadores envolvidos na CPI da casa que investiga os crimes de espionagem contra cidadãos brasileiros, entre eles a presidente da CPI, Vanessa Grazziotin (PCdoB), teriam começado a discutir a concessão de asilo a Snowden em troca de auxílio nas investigações da CPI depois da campanha lançada pela organização e da manifestação de interesse no asilo por parte de Snowden[12].

O asilo a Snowden e a garantia de que ele não será preso pelo governo dos Estados Unidos seria um interesse que vai além das fronteiras dos Estados Unidos e, caso o asilo fosse concedido, do Brasil, uma vez que a denúncia envolvia diversos países e o direito dos usuários de tecnologias online à privacidade. De acordo com Mohallem, ao entregar a petição sobre o caso Snowden, quando havia solicitação de parlamentares, a organização era transparente sobre quantas assinaturas eram de brasileiros e quantas eram de estrangeiros.

Para além da responsividade aos seus próprios membros, a pretensão de uma organização transnacional em representar interesses coletivos em arenas políticas nacionais nos leva a atualização de algumas problemáticas relacionadas à representação política potencializadas pelas tecnologias da comunicação online. Notadamente, a possibilidade de uma organização não-eleita se outorgar a função de representante de interesses específicos contra governos ou atores políticos que muitas vezes passaram por processos formais de delegação. Por outro lado, a existência de lideranças não-eleitas soluciona alguns problemas relacionados à lógica eleitoral. Entre eles a possibilidade de se dedicar a problemas e demandas incompatíveis com as contingências da lógica eleitoral, como a necessidade de evitar polêmicas, submeter-se a prazos e regras institucionais, alianças comerciais, resultados de curto prazo, etc, além de ter mais facilidade para denunciar violação de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

De acordo com Luis Felipe Miguel, a exigência democrática por igualdade faz com que a representação autoinstituída sem interlocução com os representados, em uma espécie de substituição, deva ser vista com muita cautela. Um problema recorrente na bibliografia sobre o tema seria o fato de que a indiferenciação entre *democracia*, *representação* e *legitimidade* faz com que, identificada uma característica, as outras sejam prontamente assumidas sem discussão classificando atores como democráticos, representativos e legítimos quando em muitos casos eles se enquadram em apenas uma destas categorias. O autor aponta quatro situações que exemplificam o problema desta expansão indevida da ideia de representação e seus desdobramentos:

[12] Disponível em: <http://bit.ly/1E5PJIe>

(a) O fato de um testemunho ser representativo de uma situação recorrente não faz do enunciador desta situação um *representante* daqueles que passaram por ela. A reivindicação de um ator como representante precisa ser feita para que o caso narrado ou sua situação supere a mera *representatividade* em relação a situações mais gerais

(b) o voluntarismo altruísta de pessoas bem posicionadas (atores, cantores, atletas, etc.) e reconhecidas no cenário político por despertarem atenção, não faz destes representantes das populações atingidas pelas causas em nome das quais falam. Não se pode falar em representação sem que haja interlocução, e, assim como um grupo ambientalista não é o 'representante' da fauna e flora simplesmente por defendê-la, não haveria representação na simples defesa voluntária. O fato dos grupos que se busca defender não terem acesso a modos de expressão internacional própria não é suficiente para justificar esta reivindicação

(c) no caso de organizações voluntárias, que passam pelo duplo processo de profissionalização – a saber, de captação de recursos e reconhecimento pelos agentes governamentais e meios de comunicação – esta expertise engajada não necessariamente as credencia como representantes das pessoas pelas quais está falando. A expertise engajada de alguns atores traz a possibilidade de interlocução com a base, mas caso não haja esse movimento, eles não podem ser simultaneamente representativas e democráticas. Nas palavras do autor:

> Se nós as vemos como representativas (na medida em que esses discursos incorporam as demandas potenciais de setores que não estão diretamente presentes), isso nos leva a apreciar seus déficits democráticos (a falta de interlocução entre representantes e representados). Mas se as vemos como democráticas (na medida em que a democracia exige o livre acesso ao debate público), não é por sua representatividade (pois esses discursos não se credenciam por uma troca efetiva com uma base) (MIGUEL, 2012, p. 17).

(d) No caso da mobilização militante a questão da interlocução se destaca de modo semelhante. A vanguarda das mobilizações militantes, que se colocam como a ponta, maior ou menor, do iceberg de reivindicações sufocadas, não necessariamente está sintonizada com os interesses das pessoas comuns ou tende a se afastar deles.

Para avaliar a pertinência das diferentes atribuições do status de representante seria necessário levar em consideração se há transferência formal de poder decisório; a participação no debate público e na formação de agenda, mais em termos de efeito do que de direito formal; a existência de processos de autorização e accountability a margem do processo

eleitoral que garantam responsividade dos representantes às preferências dos representados; se estes atores fomentam diálogos com os grupos que dizem representar; se estes se baseiam em uma auto-autorização e auto-avaliação por critérios estranhos às bases, muitas vezes escorados na suposta incapacidade dos representados em se manifestar e ignorando o fato de que a capacitação não é algo 'dado' mas algo que se constrói (MIGUEL, 2012, p. 11).

Embora Michael Saward (2009) seja criticado por Miguel, a sistematização deste autor nos concede ferramentas úteis para avaliação criteriosa da legitimidade em casos de representações não eleita. Entre os ramos descritos por Saward, a organização se encaixa claramente no ramo 'interesses maiores e novas vozes' (no original *wider interests and new voices*) e o próprio nome *Avaaz* significaria *Voz* em várias línguas européias, asiáticas e do oriente médio. Assim como na descrição de Saward, ela afirma representar causas importantes que, por motivos diversos, carecem de representações institucionais adequadas, e busca legitimar estas reivindicações através da exposição de apoio popular tangível e massivo (mensurado em marchas ou petições com ampla visibilidade) (SAWARD, 2009).

A avaliação de legitimidade proposta por Saward (2009) se divide em três tipos de critérios: de *conexão*, de *confirmação* e de *integridade*. O primeiro deles (*'connecting' criteria*) busca analisar se o ator em questão se coloca em uma posição adequada na cadeia de delegação democrática de poder e se ele opera em um sistema democrático mais amplo. O segundo critério busca analisar se o "eleitorado" (*constituency*) ao qual o agente não eleito se refere é capaz de confirmar a legitimidade/razoabilidade da representação proposta e se a reivindicação é validada de alguma forma por aqueles que este quer representar, se possível com oportunidade para consideração e deliberação pública legitimando esta confirmação. O último critério (*untaintedeness criteria*) avalia se a reivindicação é aceitável precisamente por não estar contaminada pelos vícios e condicionamentos do sistema político-eleitoral.

A disposição da Avaaz de promover pressões sobre instituições políticas por meios formais e informais interage com todos os critérios de Saward, não sem contradições. Se por um lado a pressão direta a parlamentares específicos faz com que seja preciso conhecer as instituições políticas do país onde se pretende exercer pressão inserindo-se na cadeia de tomada de decisão, por outro, acusações feitas por alguns usuários de que a organização seria "petista" por contar com Pedro Abramovay – que já havia sido secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e secretário Nacional de Justiça – como ex-diretor de campanhas, é um exemplo de sinalização por parte de alguns usuários (o posicionamento destes usuários é mais complexo do que isso e será tratado em detalhe no tópico 3.5) de que é

preciso colocar em questão uma possível violação do critério associado à independência em relação aos vícios do sistema político.

Ao mesmo tempo em que o condicionamento das campanhas à aprovação em testes com amostras aleatórias de membros e os expressivos números de signatários nas petições da Avaaz buscam validar e mostrar a legitimidade de suas demandas, um ponto a ser levantado é o fato de que as pessoas de diversos países que endossam a campanha não necessariamente são as pessoas influenciadas diretamente pela política à qual a esta se refere. No tocante especificamente aos seus membros, no entanto, a orientação geral da Avaaz está submetida à opinião de uma comunidade maior do que os apoiadores de campanhas específicas, e as pesquisas de opinião realizadas anualmente com milhões de membros definem as prioridades da organização apontam processos de autorização e confirmação de sua base. Isso implica a possibilidade de responsabilização e a necessidade de responsividade desta frente ao grupo que lhe confere poder, ou seja, a existência de *accountability*.

Note-se que estas pesquisas de opinião, como qualquer *survey*, têm alternativas fechadas, definidas pela liderança política – no caso, uma equipe profissional. É possível notar certa coerência política nas campanhas propostas, configurando o que podemos definir como a plataforma da Avaaz. Desta forma, a Avaaz age como porta-voz ou representante de causas específicas que, atuando a partir de valores próprios referendados por sua *constituency*, aprova determinado tipo de ações ou governos e reprova outros em campanhas condicionadas à aprovação de uma amostra de membros. Em nome destes objetivos, a possibilidade de discordâncias públicas no site oficial da organização é minimizada nesta etapa, embora possa ocorrer na divulgação da campanha na página oficial da organização no facebook.

Segundo Urbinati, para conquistar maioria numérica, as divisões sociais adotam linguagem política, adquirindo identidade na esfera pública de opiniões, inclusivas e representativas de um espectro mais largo de interesses. Seria próprio do processo político de representação *filtrar*, "dar conta da parcialidade irredutível das identidades sociais e culturais, tornando-as matérias de alianças e programas políticos", o que seria o oposto da representação corporativista ou participação de grupo (URBINATI, 2006, p. 219). Para a autora, neste processo as propostas de representação promovem a formação de *identidades políticas*, e não se trataria apenas uma tentativa de traduzir o social em político, de modo que a representação política transforma e expande a própria política neste processo.

Uma importante consideração contra a valorização dos argumentos com maior número de apoiadores, presente também no pensamento de John Stuart Mill, é que, se no lugar de um sistema onde todos os pontos de vista críticos ou favoráveis aos temas políticos sejam

respeitados e encontrem representação, estes pontos de vista sejam representados proporcionalmente ao número de pessoas que apoia cada um deles, o sistema fomentará vícios, como o *groupthink*, e pode silenciar vozes marginalizadas (DRYZEK e NIEMEYER, 2008, p. 7).

A compreensão de que há múltiplas associações civis desempenhando funções diferentes nos permite entender que este vício deve ser contrabalanceado sem a pretensão de que todas as associações sejam neutras. Como citado no tópico 2.1, feita a ressalva de que nem toda associação é democrática e neste sentido a observação quanto ao *groupthink* é muito importante, associações civis têm potencial para sofisticar e pluralizar as pautas em discussão mesmo que defendam posições próprias e especializadas, contribuindo para o debate público ao se inserir em fóruns de discussão e expor-se ao contraditório. Se por um lado a proximidade das pautas da organização com questões relacionadas aos direitos humanos faz com que vozes marginalizadas de minorias – não em sentido estatístico, mas no sentido de grupos com pouco acesso a esfera política e aos direitos fundamentais – seja objeto de diferentes campanhas, o que é entendido como voz minoritária legítima pode ser colocado em discussão, uma vez que nem todo grupo minoritário marginalizado tem intenções democráticas.

Quando se trata de argumentos, a proporcionalidade na representação é potencialmente perigosa e pode, em suas apropriações políticas, equalizar numericamente posicionamentos com motivações e perspectivas diversas devido a inúmeros problemas nos métodos de aferição. Isso transforma grupos disformes com motivações e fundamentações extremamente diversas em um bloco indiscriminado, construindo grupos equivalentes circunscrevendo opiniões díspares.

Em medições sobre opinião pública o uso indiscriminado do método de questionário sem medidas complementares é um exemplo deste tipo de problema:

> ao forçar, por conveniência ou convicção, o encaixe de múltiplas opiniões de uma amostra significativa de respondentes em duas ou três possibilidades de resposta, os números obtidos podem sugerir conclusões enganosas, que desconsideram todas as nuances opinativas do universo consultado, reunindo num só grupo pontos de vista pouco assemelhados. [...] Seus tamanhos, avaliados relacionalmente em porcentagem, definem uma opinião numérica facilmente compreensível. Graças a este entendimento imediato, à redução algarítmica de complexos mecanismos de definição e manifestação de opiniões, este tipo de sondagem legitimou-se (BARROS FILHO e THORNTON, 2002, p. 253).

Os modelos de consulta para definir aprovação exigirem métodos cautelosos muitas vezes ignorados. Os métodos de consulta política podem ser, de acordo com James Fishkin,

divididos em oito modalidades de consulta, que variam de acordo com o cruzamento entre quatro modos de seleção de amostra (1– *self-selection*; 2– *nonrandom sample*; 3– *random sample*; 4– "*everyone*") e dois tipos de opinião pública, em geral associadas a busca ou não por informação e participação em debates sobre o tema (A– *raw public opinion* e B– *refined public opinion*). As modalidades resultantes seriam: 1A – *self-selected listener opinion poll* (SLOPS); 1B – grupos de discussão; 2A – pesquisas de opinião com amostragem não aleatória; 2B – júris populares; 3A – pesquisas de opinião com amostragem aleatória; 3B – sondagem deliberativa; 4A – referendo; 4B – projeto *Deliberation Day*. (FISHKIN, 2011, p. 21).

Os problemas envolvidos com SLOPS (*self-selected listener opinion poll*) são um tipo de falha potencializada pela internet e cabe ressaltar alguns dos exemplos emblemáticos apresentados por Fishkin (2011). Um deles é a realização de uma consulta da revista Time onde se poderia votar em várias categorias para 'personalidade do século', através da internet. O turco Ataturk venceu com vantagem em todas as categorias: os votos "espontâneos", diluídos por inúmeras personalidades, foram esmagados pelo voto coordenado de turcos em diversos meios diferentes, unidos por questões de orgulho nacional. Em exemplo semelhante, o radialista Stephen Colbert pediu votos para deliberação online que o governo da Hungria estava promovendo para nomear uma ponte, recebendo uma quantidade de votos superior à própria população da Hungria. Os organizadores da deliberação impuseram novas regras que impediam que o radialista fosse indicado, o que só ocorreu quando se estabeleceu que o nome indicado deveria ser de alguém já falecido (FISHKIN, 2011, p. 21-22).

Estes exemplos apontam para a possibilidade do que o autor chama de *distorções participativas*, particularmente em pesquisas na internet: ao tornar a participação voluntária, aberta e sem maiores custos, as medições feitas desta maneira podem supervalorizar a posição de grupos de interesse bem organizados ao redor do tema em questão, sem considerar graves desproporções entre a posição deste grupo e os demais, que não coordenam sua participação ou simplesmente não participam. O peso dos números pode ser relativizado na ausência de mecanismos que nos certifiquem de que não se trata de um segmento específico e não representativo da sociedade.

Além disso, como colocado por Urbinati, a relação entre representação e tomada de decisão com base em quantificações de opiniões é problemática: "Na política representativa, diferentemente da democracia direta, os eleitores não são meras quantificações. Eles espelham a complexidade de opiniões e de influência política, nenhuma das quais é uma entidade computável aritmeticamente" (URBINATI, 2006, p. 211).

Retomando a questão das limitações de representantes eleitos, os representantes não-eleitos superam algumas limitações da *constituency* tradicional, representando uma clientela funcional, permanente ou temporária, com ou sem limites territoriais, muitas vezes constituída de forma voluntária, que dificilmente teria voz no cenário político internacional de outra forma. Mudanças no que se entende como *constituency* geram alterações na prestação de contas exigida dos agentes relacionados com ela. Da mesma forma, diferentes visões sobre a fonte de legitimidade de um governo levam a diferentes estratégias e mecanismos de *accountability*.

Neste sentido, Grant e Keohane (2005) expõem a tensão entre o modelo participacionista e o modelo delegacionista de pressão política, e as diferentes noções de *accountability* associadas a estes modelos: no modelo participacionista a legitimidade dos atores políticos está relacionada à aprovação das pessoas atingidas por suas decisões políticas, enquanto no modelo delegacionista esta legitimidade provém da aprovação daqueles que o concedem poder enquanto ator no cenário político.

As pesquisas da Avaaz buscam identificar o posicionamento de seus membros, e, para esta finalidade específica, a organização adota mecanismos de seleção aleatória, amostragem e testes para determinar a representatividade das campanhas, ao mesmo tempo em que fornece links externos para notícias e explicações relacionadas, ficando entre pesquisas de opinião com amostragem aleatória e sondagens deliberativas na proposta de Fishkin (2011). Este processo pode ser considerado como uma pesquisa legítima sobre o posicionamento dos membros da organização, e confere legitimidade às campanhas se seguirmos o modelo de *accountability* relacionado à delegação. Ao colocar sua legitimidade como proveniente de sua *constituency* – seus membros, as pessoas de boa vontade, o povo – que tornaria seu apoio tangível através de pesquisas, petições e campanhas, a organização confirma esta proximidade.

A presença de plataformas para Petições da Comunidade levanta outras questões. Se por um lado as petições da comunidade com temas específicos podem ajudar a organização a crescer rapidamente alcançando grupos alheios a suas campanhas, por terem interesses mais específicos ou por desconhecerem a organização; por outro a coesão dos membros por temas de interesse convergentes identificada em pesquisas anuais e testes, como diferentes campanhas de combate à homofobia, não está implicada nos indivíduos que chegam à organização através de Petições da Comunidade como a iniciada por defensores de Silas Malafaia e de sua atuação contra os "privilégios" dos homossexuais.

Uma vez incluídos no cadastro de membros, estes indivíduos passam a constar entre os candidatos de amostragens aleatórias que podem barrar o lançamento de uma campanha ou escolher se uma petição da comunidade sai ou permanece. Neste cenário, vale lembrar a lógica viciosa dos SLOPS: se em petições no site petição pública, onde os evangélicos, na rede constituída por diferentes igrejas, rádios, cantores gospel, pastores e seus fiéis e fãs se unem rapidamente ao identificar "ameaças" comuns como o que identificam como "homossexualismo", desde que em contato com *conectores* ativos como é o caso de Malafaia (ALDÉ e SANTOS, 2012), o mesmo pode ocorrer com estes "novos membros" facilmente mobilizáveis por consultas que envolvam temas "ameaçadores".

Isso provavelmente explica o rápido crescimento da petição hospedada na plataforma da Avaaz pela não cassação do registro profissional de Malafaia. Diferentemente da eventual resposta "espontânea" de membros diluídos por inúmeras nacionalidades e interesses – que correspondem à média de 20% de abertura de e-mails e 15% de mobilização nos testes – estes temas são extremamente sensíveis a estes grupos coesos e facilmente articuláveis. Uma única petição da comunidade como a petição contra a cassação do registro profissional de Malafaia pode despejar mais de 60 mil potencialmente consultados, extremamente sensíveis a temas caros a organização e com uma postura diametralmente oposta a defendida por ela, em sua lista de membros. Em outras petições da comunidade este número pode superar a marca de um milhão.

A defesa do modelo de delegação, incluindo pessoas que se tornam membros ao assinar Petições da Comunidade, pode ter efeitos colaterais desastrosos e criar situações constrangedoras para reputação de organizações caso não se esteja atento a distorções causadas por grupos de interesse que podem se colocar como *constituency* e, depois de não obter apoio da organização, denunciar a "traição". No caso de Silas Malafaia, a afirmação de que o pastor entraria na justiça contra a organização foi noticiada em diferentes veículos de comunicação e utilizada para desacreditar a Avaaz em blogs e colunas religiosas e/ou conservadores, assunto retomado no tópico 3.5.

Isso tende a se tornar um problema ainda maior no longo prazo e as soluções possíveis levantam outras questões. A organização poderia, por exemplo, separar as pessoas que chegam até a organização por petições da comunidade de modo que elas não integrem o cadastro utilizado na seleção aleatória de membros consultados para validação de campanhas lançadas ou petições da comunidade, a não ser que venham a assinar petições endossadas pela organização. Esta solução, no entanto, coloca em questão a legitimidade da Avaaz para falar destas pessoas como membros, uma vez que eles não estariam entre os consultados nos testes

que condicionam a atuação da organização como representante, apontados como parte importante da construção de sua legitimidade.

O fato da maior parte dos problemas tratados alcançarem escala global – seja por se relacionar com a defesa de direitos humanos universais, do meio ambiente, ou da liberdade e privacidade dos usuários da internet – permite a organização se associar, em parte, a legitimidade conferida pelas pessoas atingidas pelas decisões políticas, também se associando assim também ao modelo participacionista. A proposição de pressão de eleitores sobre parlamentares eleitos antes de votações importantes, como no caso da campanha pelo marco civil da internet, mistura os modelos de participação e delegação, uma vez que entre os membros da organização interessados estão brasileiros diretamente afetados pelos resultados das votações, e os parlamentares que apoiam ou se opõem às campanhas o fazem com um mandato obtido através de eleições. De acordo com Michael Mohallem, a organização reconhece a importância de associações que trabalham localmente focadas no modelo de consultas locais aos atingidos por políticas específicas, com as quais a Avaaz faria parcerias, mas esta não seria a tarefa que a organização se propõe.

Mesmo autores que ressaltam novas formas de aplicar os conceitos de *constituency* e autorização apontam alguns problemas enfrentados por organizações que se "auto-autorizam" como representantes de causas no cenário internacional (URBINATI e WARREN, 2008). A autorização de representantes similares e suas campanhas em nome de terceiros é, muitas vezes, retrospectiva e implícita, em uma relação onde o representante se outorga este status e cabe aos representados dizer 'sim' ou 'não'. No caso da Avaaz, o fato do lançamento das campanhas estar condicionado pela aprovação destas campanhas em testes com amostras aleatórias e representativas de membros, cria um mecanismo de autorização prévia, afastando, em parte, este problema.

Em explicações sobre sua *Ética de liderança servidora*, presente na aba *Quem somos* do site da organização, há a explicação de que a Avaaz não definiria um programa de ação sozinha para depois tentar convencer os membros a segui-la, mas justamente o contrário: a equipe ouviria os membros e sugeriria ações. Muitas campanhas bem sucedidas seriam sugestões dos próprios membros da Avaaz. Em um passo a passo:

> A equipe trabalha com parceiros e especialistas para desenvolver estratégias de campanha que sejam eficazes e definidas pelos membros; sumariza essas estratégias através de alertas de linguagem clara e impactante; e, se o quadro de membros da Avaaz desejar prosseguir com a ideia, assegura que a campanha seja executada, entregando abaixo-assinados e mensagens de membros, organizando campanhas

> publicitárias financiadas pelos membros ou tomando qualquer outra medida necessária.

É preciso ressaltar, novamente, que a avaliação de legitimidade não pode se prender apenas às campanhas. Elas representam a etapa final de um processo mais complexo. Uma vez que a organização se propõe a atuar em casos urgentes, após os testes e o lançamento da campanha, as opções do 'representado' no site oficial da organização são, efetivamente, escolher entre dizer 'sim', propor uma petição paralela ou simplesmente não participar. A justificativa implícita para esta dinâmica, presente no tópico *Tecnologia, agilidade e flexibilidade* da aba *Quem somos* do site oficial da organização, seria a urgência dos problemas abordados:

> A equipe da Avaaz escreve alertas de e-mail à comunidade de membros da mesma forma que um assessor de presidente ou de primeiro-ministro prepara breves relatórios informativos para o chefe: temos pouco tempo para transmitir as informações vitais de que o leitor precisa para decidir se deseja envolver-se na campanha, e essa decisão é de crucial importância para a campanha.

Neste sentido, retomamos a função da "prensa do tempo" em Perelman: há uma oportunidade a aproveitar ou perder, uma conjuntura que não se repetirá mais, exige-se uma postura mesmo que os membros não se identifiquem plenamente com nenhuma dos argumentos apresentados e transforma-se as próprias condições do pensamento. Não há tempo para deliberação institucional, é preciso agir urgentemente e agrupar aqueles que estão dispostos a fazer isso em um momento crucial.

De acordo com o tópico *Em vez de nos fragmentar nós crescemos – unidos por valores* presente na definição *Quem somos* no site da organização, o fato da adesão às campanhas ser voluntária evitaria desgastes e fragmentações inerentes a qualquer grupo político:

> Movimentos, alianças e organizações muitas vezes, com o tempo, se fragmentam em muitos grupos menores – ou então gastam cada vez mais seu tempo tentando manter unidas os grupos rivais. Na Avaaz, reconhecemos que as pessoas de boa vontade muitas vezes discordam em temas específicos; em vez de pressionar por um consenso, cada um de nós simplesmente decide se quer ou não participar de determinada campanha.
> Porém, as campanhas de base da Avaaz são um conjunto de valores; a convicção de que somos todos, primordialmente, seres humanos, privilegiados com responsabilidades para com os demais membros, para com as gerações futuras e para com o planeta de um modo geral. As questões com as quais trabalhamos são expressões específicas desses compromissos

A teoria da democracia representativa marcaria justamente o fim da política do 'sim' ou 'não' e o início de uma política como arena de opiniões contestáveis e sujeitas à revisão a qualquer tempo, em que não se propõe uma delegação de soberania, mas sim um processo que conecte sociedade e instituições (URBINATI, 2006, p. 193). A liberdade negativa relacionada à representação em um sistema democrático, a possibilidade de recusar determinada iniciativa do representante e buscar meios alternativos de representação não institucional para isso, seria um termômetro da *representatividade* deste sistema.

Neste sentido a Avaaz pode ser entendida, ao mesmo tempo, como organização com potencial para contornar problemas da democracia representativa conectando sociedade civil e instituições políticas e uma organização que, embora representativa de seus membros, está sujeita ela mesma a problemas de representatividade quando saímos da alçada transnacional dos direitos humanos e da defesa do meio ambiente. Mesmo a quantidade de signatários como autorização pode ser questionável em alguns casos, em *distorções participativas* como as citadas anteriormente, envolvendo problemas locais nos quais a *constituency* que busca influir nestes problemas, muitas vezes contra atores políticos que passaram por processos formais de delegação, pode estar diluída em diversos países, etc.

É preciso levar em consideração, no entanto, o fato de que organizações como a Avaaz procuram se manter *accountable* mesmo com uma *constituency* difusa – através da prestação de contas a seus financiadores voluntários e da construção de visibilidade e reputação política, buscando manter a legitimidade tanto de suas reivindicações quanto do papel que a ONG se confere no cenário político. Sua reputação é essencial, principalmente pela falta de poder de coerção física e pelo fato de sua exposição, e a própria participação da *constituency,* serem intermitentes e descontínuas.

A organização conta com uma aba especificamente para erratas, chamada "Avaaz e nosso comprometimento com a precisão", onde, após explicar que sua equipe executa diversas tarefas em um curto intervalo de tempo, afirma-se que "é impossível acertar tudo sempre, e quando erramos, nos comprometemos a publicar na página principal do nosso website". Entre as correções de 2014 estão erros no tempo estimado para solidificação de um "paredão de gelo" durante o resfriamento ou mini era do gelo conhecido como Younger Dryas, citado em uma campanha, e a publicação de uma informação errada repassada por uma organização parceira em uma campanha envolvendo a troca de sementes não transgênicas[13].

Na seção *Quem somos: nossa comunidade* presente no site oficial há um mapa mundial onde os países ganham coloração mais ou menos azul de acordo com a quantidade de

[13] Disponível em < http://bit.ly/1zlU60G>

membros da organização residente nele, variando em cinco tonalidades de azul dividem visualmente os países quando eles superam as marcas de 1.000, 100.000, 200.000, 500.000 membros, ficando mais escuro de acordo com o aumento na quantidade de membros no país em questão. O número exato de membros só se torna visível quando se passa a seta do mouse em cima de cada país. No dia 9 de janeiro de 2015, o número de membros por país de acordo com mapa em questão era Brasil 8.280.016, França 4.057.866, Estados Unidos 2.201.987, Alemanha 2.216.855, Espanha 1.720.198, México 1.377.006, Canadá 1.187.162.

Abaixo do mapa, o título "Os membros da Avaaz estão em todos os lugares do mundo e representam todos os estilos de vida" é colocado acima de estatísticas dinâmicas que apontam o total de membros ao redor do mundo, a quantidade de ações desde janeiro de 2007 o total de países que possuem membros da Avaaz. Mais abaixo, fotos de membros aparecem ao lado de miniaturas do mapa indicando nome e localização antes de um testemunho do respectivo membro. Isso pode ser entendido como tentativa de criar uma geografia imaginária que localizam diferentes identidades no espaço e no tempo (HALL, 2011,p. 72).

Assim como o rádio teve um papel fundamental na transformação da ideia de nação em países latino americanos em uma experiência de nação, a interação mediada pela internet pode contribuir para transição da ideia política de cidadão global para percepção de algum tipo de vivência neste sentido, proporcionando contato com experiências partilhadas que convergem em sua identificação com as causas da organização ao mesmo tempo que são localizáveis no "mapa" da Avaaz.

No tópico *Tecnologia, agilidade e flexibilidade*, há a explicação de que antigas restrições aos grupos de cidadãos e movimentos sociais que atuavam em nível internacional não se aplicariam mais "graças à tecnologia e à ética cada vez maior de interdependência global". Esta afirmação é perfeitamente compatível com a discussão envolvendo Habermas e Thompson, presente no tópico 2.2.

As repostas sobre as principais ideias para fortalecer a Avaaz nos resultados da pesquisa anual de 2014 apontam um reconhecimento da importância de fatores como imagem midiática, solidariedade global, aperfeiçoamento da democracia através de mecanismos de pressão democrática, que perpassam o debate destes autores: construir uma operação de mídia mais forte e tornar a Avaaz mais bem conhecida (78,26%); expandir o tamanho da nossa comunidade global (64.15%); aumentar nossa equipe de pressão de "alto nível" (lobby) para impulsionar nossas campanhas populares (62.51%); fortalecer nosso site "Petições da Comunidade Avaaz" para ajudar mais membros a iniciar e vencer campanhas (52.90%); fazer

mais ações “offline” como passeatas, protestos e encontros (48.27%); e tornar-se “político” e trabalhar de perto com partidos políticos e/ou com foco em eleições (37.67%)[14].

No Brasil, segundo Castañeda, direitos humanos e meio ambiente/biodiversidade ficam empatados com 28,6% dos alertas de e-mail recebidos, figurando como tema de 57,2% das campanhas enviadas por alertas de e-mail entre 2011 e 2013. Neste mesmo período, os alvos com mais menções nas campanhas da organização estariam na categoria Presidentes, Primeiro-Ministros, Governos, Ministros e Chefes de Estado (43,1%), seguido por parlamentares nacionais (21,2%) e organismos transnacionais (10,95). (CASTAÑEDA, 2014, p. 61-64).

Trata-se de uma estrutura especializada de atuação política, sujeita a custos operacionais altos em várias etapas deste processo, fato associado à pretensão de interferir politicamente em nível global e repasses para outras organizações que estejam “melhor posicionadas” em questões específicas. A profissionalização das campanhas é evidente, assim como a existência de um aporte financeiro sólido apoiando estes trabalhos.

Enquanto pessoa jurídica registrada como organização sem fins lucrativos nos termos do Código Tributário Federal dos Estados Unidos, a Avaaz declara e presta contas sobre todas as suas despesas no que se refere a levantamento de recursos, gastos com campanhas e em questões administrativas e gerais. Os gastos com campanhas variam de 75% a 85% dos gastos da organização entre 2006 e 2013, aumentando de 822,4 mil dólares em 2006, o que representava 75% do orçamento do ano, para 8,8 milhões de dólares em 2013, 76% do orçamento do ano em questão. O notável crescimento no montante gasto com campanhas acompanha, como indicado pela relativa estabilidade da porcentagem das campanhas no orçamento geral, um contínuo aumento na arrecadação anual, variando de 744 mil dólares a 1,8 milhão de dólares adicionais por ano entre 2008 e 2013. Soma-se a isso os gastos com administração (variam de 9% a 21% no mesmo período) e, por último, os gastos com levantamento de recursos (de 6% a 3%)[15].

A doação para Avaaz, submetida a auditorias a cada doze meses e sem doações de Estados ou empresas, seria um “investimento com alto retorno em transformação social” de acordo com a descrição da organização no tópico *Por que doar para a Avaaz* do site oficial. Ao entrar na aba Doações no site oficial, os usuários podem escolher entre doações semanais de 8, 20 ou 26 reais ou doações únicas de 40, 95 ou 130 reais, feitas através de cartão de crédito ou PayPal (sistema de transferência de dinheiro online). Os documentos em PDF da

[14] Disponível em <http://bit.ly/1yWeKCD>
[15] Disponível em <http://www.avaaz.org/en/avaaz_expenses_and_financial_information/>, acessado em 16/01/2015.

auditoria independente nas contas da organização desde 2009 estão disponíveis para download no site oficial. Atualmente a Avaaz não aceita doações de pessoas jurídicas, empresas ou governos nem abatimento de impostos, e seu orçamento se aproxima de nove milhões de dólares.

O primeiro e menor orçamento da organização, entre junho de 2006 e maio de 2007, superava a casa de um milhão de dólares, recebeu, segundo entrevista concedida por Pedro Abramovay a Bruno Lipion e publicada pelo Estado de S. Paulo no dia 11 de março de 2013, um aporte na ordem de 100 mil dólares da Open Society Foudation. Com base nesta doação, alguns sites que afirmam se opor a imposição da "nova ordem mundial" acusam a organização de ser comandada indiretamente ou mesmo pertencer ao bilionário George Soros. Há ainda acusações, em geral associadas a esta primeira, de que a Avaaz seria uma espécie de organização fantasma e as campanhas não existiriam de fato, tendo como única finalidade a arrecadação de dinheiro e doações para um único beneficiário. Estas acusações são incompatíveis com as entrevistas feitas com os profissionais contratados pela organização, o reconhecimento das ações da organização por parlamentares brasileiros e as campanhas bem sucedidas no país, bem como com a proporção entre a doação em questão e o orçamento da organização.

Atualmente todo orçamento seria proveniente de pequenas doações feitas pela internet e sem dedução no imposto de renda, o que garantiria que "nossa voz seja determinada exclusivamente pelos valores compartilhados por membros" e que o único programa de ação a seguir seja "aquele determinado pelo povo". Um dos motivos para que as pessoas façam doações seria o fato da organização não ter burocracia e ter corpo fixo reduzido:

> A Avaaz é uma gigantesca rede de cidadãos, mas nossa organização é minúscula: temos apenas 54 organizadores de campanhas trabalhando em tempo integral, prestando apoio operacional e tecnológico. A maioria das grandes ONGs de atuação mundial tem equipes com centenas ou mesmo milhares de membros. Nosso pequeno porte significa que não temos tempo para burocracia, administração em vários escalões, nem para nos concentrar em outra coisa além de resultados.

O papel dos membros na definição das prioridades das campanhas da organização também atua no sentido de possibilitar uma prestação de contas sobre a utilização das doações. Independentemente do esforço empregado no desenvolvimento de uma campanha, sua execução estaria irrevogavelmente subordinada à obtenção de aprovação pelos membros. O dinheiro também pode ser repassado para outras organizações em apoio a causas e projetos específicos:

> A Avaaz doou quase US$4 milhões a outras organizações, porque vimos que essas organizações estavam melhor posicionadas que nós para gerar impacto em determinada problemática. Por exemplo, demos US$ 1,6 milhões aos monges e grupos humanitários de Mianmar (clique aqui para ver o relatório) e US$ 1,3 milhões a organizações humanitárias do Haiti – veja este vídeo feito pelos grupos que receberam doações nossas. Nosso modo de apoiar outras organizações também é importante para nós. A maioria das fundações tem processos e barreiras infindáveis que as tornam lentas, burocráticas e conservadoras quanto aos riscos de apoiar uma causa de ativismo.

Um ponto muito interessante é o fato dela se colocar como uma organização *política*, diferente de organizações que oferecem dedução de imposto de renda para suas doações e passam a depender de regulamentos dos Estados. Ao oferecer deduções, a maioria destas outras organizações seriam "financiadas parcialmente pelo contribuinte" e o Estado usaria isso para controlar o que estas entidades podem ou não fazer. Esta opção faria com que a Avaaz fosse livre e muito mais eficiente por não se esquivar da necessidade de se expressar em público sobre política.

A organização atuaria em áreas de grandes necessidades e oportunidades urgentes, no lugar de uma pauta única:

> A maioria das organizações se concentra em uma única problemática durante um longo período. Isso é muito importante, mas pode também significar que quando surgem necessidades urgentes ou oportunidades incríveis de transformação social, elas são ignoradas porque todos estão trabalhando com suas próprias problemáticas. As campanhas da Avaaz têm por alvo as necessidades e oportunidades mais urgentes, que surgem justamente quando se mais precisa de uma poderosa explosão de atenção por parte do povo do planeta.

O décimo primeiro motivo da lista que mostra por que se deve fazer doações para a Avaaz seria o fato de "não há outra organização como a nossa":

> A Avaaz é a primeira e única organização de ativistas genuinamente internacional com participação em massa, uso de alta tecnologia, alimentada pelo povo e dedicada a problemáticas múltiplas. Em um mundo no qual os problemas que enfrentamos têm caráter uniformemente planetário e as soluções para esses problemas cada vez mais exigem uma ação democrática planetária, a Avaaz tem uma posição única para gerar transformações. Nenhuma outra organização é capaz de mobilizar rapidamente e em grande escala uma pressão democrática em mais de 150 países em menos de 24 horas. Um novo modelo de política baseada na internet e alimentado pelo povo tem mudado a política em diversos países, e a Avaaz está levando esse modelo de sucesso comprovado ao nível global. O resultado disso é um movimento virtual global que já é o maior da história – e nós estamos apenas começando...

Entre as metáforas utilizadas para descrever a atuação da organização neste tópico estão a do *megafone* que chama atenção para novas questões, a do *catalisador* que canaliza em campanhas específicas preocupações públicas dispersas, do *carro de bombeiros* que corre

para oferecer "uma rápida reação a uma emergência súbita e urgente", e a da *célula-tronco de ativismo*, que cresceria na forma mais adequada para preencher alguma necessidade urgente:

> Enquanto outros grupos da sociedade civil mundial são formados por redes com nichos de causas específicas e escritórios nacionais, cada um com sua própria equipe, orçamento e estrutura de tomada de decisão, a Avaaz tem uma única equipe de atuação mundial, com a missão de trabalhar com qualquer questão de interesse público. Isso permite a organização de campanhas com uma agilidade, flexibilidade, foco e escala extraordinários.

Embora a variedade de informações e a transparência sejam essenciais para todas as formas de accountabiliy, aquelas que se apoiam essencialmente na reputação e na imagem são ainda mais dependentes, e a disponibilização destas informações é um fator importante na construção da imagem da Avaaz. Além da reputação, a falta de mecanismos formais de coerção e a necessidade de aglutinação de apoio voluntário para as campanhas tornam a persuasão e legitimação através da comunicação ainda mais importante.

Por fim, é preciso levar em consideração a distribuição das redes pelas quais estas campanhas transitam, suas topologias, além das contingencias envolvidas na tentativa de exercer pressão política em diferentes países – nem todos democráticos.

3.5 **Avaaz: uma rede transnacional de redes de ação política**

Redes de ação política online possuem *topologias* submetidas à complexidade das redes interpessoais e apropriações pessoais que se ligam a cada campanha, diretamente relacionadas ao comportamento dos membros e dificilmente determinada pela intenção inicial da organização. As apropriações e compartilhamentos, bem como a dimensão relacional envolvida na comunicação e a possibilidade de motivações narcisísticas, condicionam a importância do texto formal das campanhas e os superam em complexidade.

Como afirmado anteriormente, a dimensão relacional da comunicação perde espaço quando se assume que a adoção da retórica como base epistemológica impõe uma análise textual sobre elementos persuasivos que se esgotam em textos e modalidades digitais de conteúdo. A relação entre estruturação de sentidos seguindo dinâmicas metafóricas da retórica e o conceito pragmatista de enquadramento permite recuperar esta dimensão relacional ao mesmo tempo em que é compatível com estudos que relacionam enquadramento e topologias de redes de ação política, seguindo a proposta de Bennett e Toft (2010).

A articulação de membros de diversas nacionalidades na página oficial da organização no facebook, a circulação da campanha por perfis e suas redes interpessoais, a divulgação destas mesmas campanhas em redes online onde a organização não está presente, além das listas de e-mail pessoal de seus membros e do contato através de sites de busca, são dinâmicas condicionadas por milhares de opções pessoais de interação online que definem a topologia desta rede de indivíduos. Estas opções, uma vez que se apropriam da internet, deixam rastros detectáveis a analisáveis que nos possibilitam estudar a articulação entre estes indivíduos, as postagens e as diferentes redes que eles compõem.

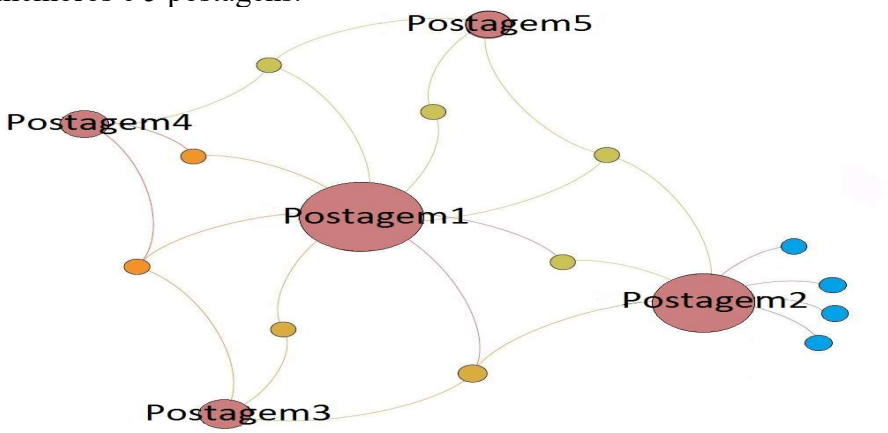
A rede transnacional de suporte às campanhas muitas vezes é constituída por um emaranhado de redes pessoais dispersas, onde o estabelecimento de pontes entre indivíduos (*bridging*) e o fortalecimento de relações já existentes entre apoiadores (*bonding*) são, em parte, transferidos para os membros em nível individual, que compartilham postagens e campanhas, tornando as ações destas organizações visíveis em seus próprios perfis em redes sociais online (BENNETT e TOFT, 2010, p. 247-252). Isso faz com que as redes sociais online utilizadas pelos membros possam ter um papel importante na conquista de novos apoiadores ao passo que a mobilização de apoiadores já cadastrados pode se dar por outras ferramentas, como e-mail.

A grande rede de apoio transnacional composta pela circulação das campanhas em diferentes redes interpessoais conectadas com auxílio de tecnologias da comunicação, articulando diferentes nacionalidades e interesses, será analisada através da composição de *grafos* – imagens onde *nós* (ou *vértices*) representam os usuários e postagens, conectando os usuários às diferentes postagens nas quais ele participa através de *arestas* – feitos no programa *Gephi 0.8.2-beta*, com base no cruzamento dos dados extraídos mensalmente da página oficial da organização no facebook através do aplicativo *Netvizz v1.03* entre fevereiro de 2014 e janeiro de 2015.

A diferenciação das nacionalidades dos milhares de membros de cada rede será feita através da atribuição de cores diferentes aos *nós* que representam estes usuários nos grafos, de acordo com o seu país de origem. As postagens atraem os usuários que participam delas com uma espécie de força "gravitacional" ativada nas configurações do *Gephi 0.8.2-beta*, fazendo com que usuários que participam em uma só postagem sejam atraídos para perto dela e separados dos usuários que participam de diversas postagens, que são atraídos para um ponto médio entre as diversas postagens nas quais eles participam. Conta como participação compartilhar, curtir ou comentar postagens. O tamanho dos nós que representam postagens é proporcional à quantidade de participação que elas recebem. Isso nos permite relacionar

nacionalidade, participação diversificada e participação segmentada em cada uma das redes interpessoais em torno das postagens. Por questões de espaço, não apresentaremos os 12 grafos completos, mas apenas o de fevereiro e o de outubro, representativos das diferentes topologias registradas nos outros meses, tendo como única exceção uma rede turca que ganha destaque em maio e que será exposta separadamente.

Figura 1 - Esquema simplificado mostrando possível rede com 12 membros e 5 postagens.



Encontramos – através da vizualização dos metadados, sem definir estas categorias *a priori* – duas formas não excludentes de categorizar a participação e discussão nas campanhas transnacionais da Avaaz: como campanhas transnacionais ou nacionais e como campanhas segmentadas ou integradas.

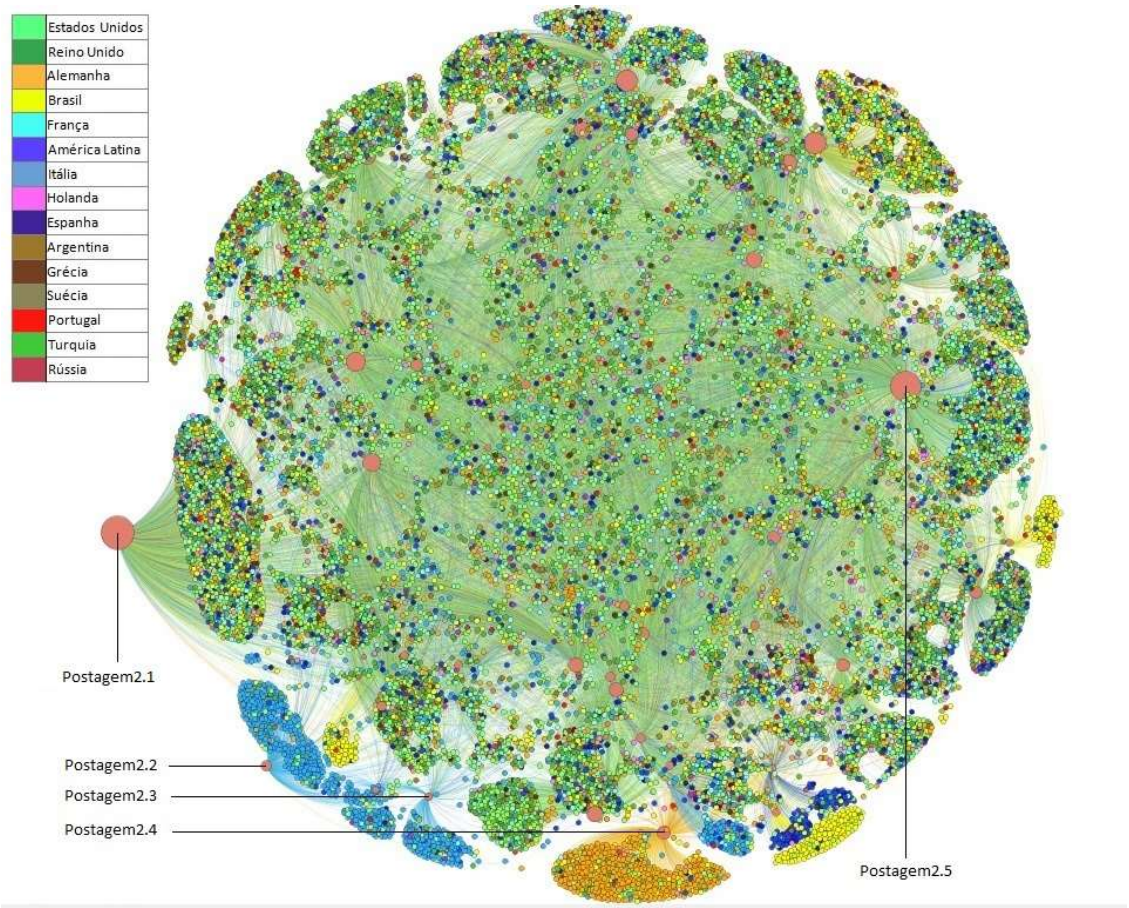
A estruturação do grafo segue o modelo exemplificado na figura 1. A *postagem1* é um exemplo de postagem que mobiliza membros com diferentes interesses, ponto comum entre membros que apoiam, compartilham, curtem e comentam diferentes campanhas da página da organização no facebook. Ela se mantém integrada a rede de postagens da Avaaz ao se conectar a diversos membros com interesse em outras postagens.

A *postagem2* é um exemplo de postagem que mobiliza um público segmentado, representado pelos membros da cor azul, ou seja, sem outras relações com os demais membros da Avaaz em sua relação com as postagens e campanhas. As postagens *3*, *4* e *5* são exemplos de postagens que mobilizam pessoas com interesse mais específico, mas que se mantêm conectadas a outras postagens e campanhas da Avaaz na rede social online.

Em todos os meses analisados, a topologia das redes e a distribuição dos indivíduos aponta para coexistência entre segmentação – nem sempre relacionada a nacionalidade mas muitas vezes seguindo nitidamente contornos nacionais – representada pelas redes na periferia do grafo onde participantes mantém vínculos apenas com uma campanha, e membros plenamente integrados, muitas vezes de diferentes nacionalidades conectados simultaneamente com diversas campanhas da organização, representados pelos pontos atraídos para o centro do grafo por sua participação em diversas postagens envolvendo campanhas.

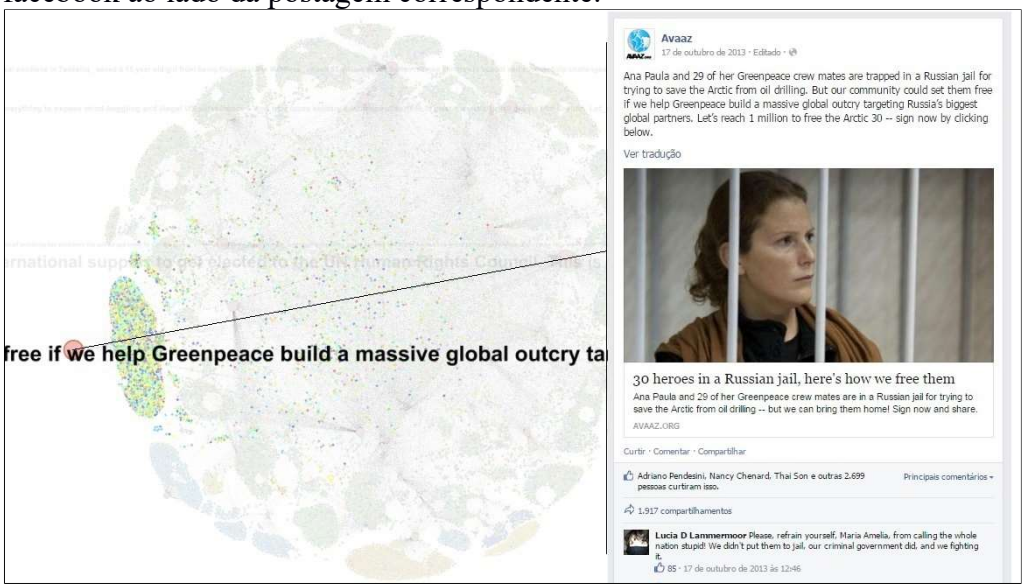
Em geral a segmentação está associada à língua utilizada na postagem, ocorrendo com mais frequência em línguas como turco, russo, alemão, mas muitas vezes ocorre em postagens em inglês e perpassando várias nacionalidades, o que indica que também há uma forte segmentação de acordo com interesses específicos. Ao mesmo tempo, a presença de membros no centro do grafo mostra que há um grande número de usuários que participam ativamente em diferentes postagens da organização. A figura 2 mostra o grafo feito no mês de fevereiro, e algumas de suas postagens serão visualizadas em figuras separadas para exemplificar a diferença entre redes nacionais ou transnacionais e redes segmentadas ou integradas. Uma vez que a extração não toma o mês como limite retroativo para os dados, há, evidentemente, presença de campanhas dos meses anteriores. Neste momento, não se entrará nos detalhes das campanhas em questão, tomando-as apenas a título de ilustração.

Figura 2 - Grafo do mês de fevereiro feito com Gephi 0.8.2-beta e dados extraídos da Avaaz (facebook)



A *postagem 2.1* indica uma rede transnacional propensa a segmentação, o que fica claro na visualização onde os usuários não envolvidos na campanha tornam-se transparentes:

Figura 3 - Rede de postagem pela libertação dos 30 ativistas presos na Rússia em grafo feito com Gephi 0.8.2-beta usando dados da página da Avaaz no facebook ao lado da postagem correspondente.

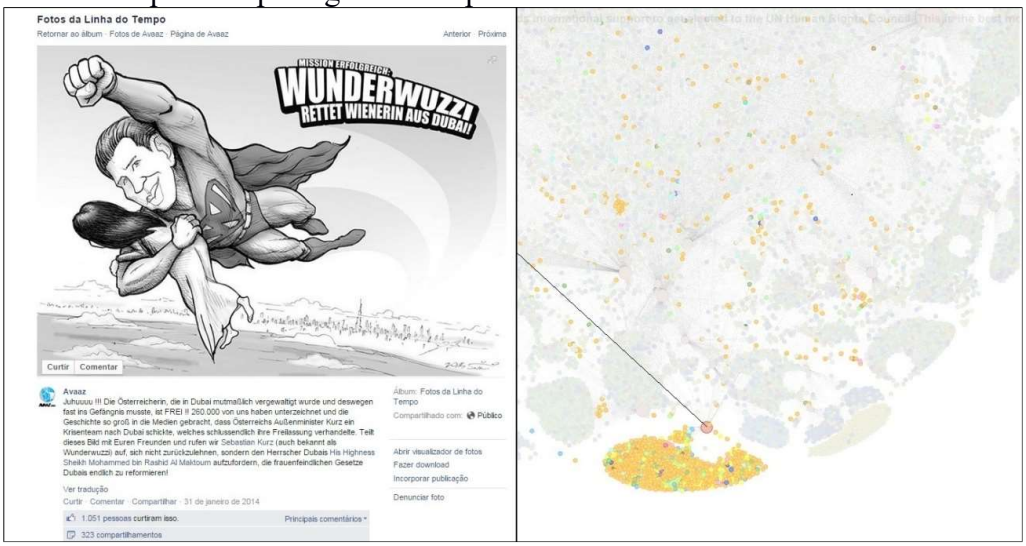


As *postagens 2.2, 2.3* e *2.4* no quadrante inferior do mesmo grafo indicam postagens com redes nacionais segmentadas:

Figura 4 - Redes segmentadas de diferentes postagens em grafo feito com Gephi 0.8.2-beta utilizando dados extraídos da página da Avaaz (facebook) e prints das postagens correspondentes.

A presença de apoiadores que "prendem" estas campanhas segmentadas ao grafo pode ser visto na rede da *postagem 2.4* com os demais usuários transparentes:

Figura 5 - Rede de postagem em alemão sobre resgate de australiano em Dubai em grafo feito com Gephi 0.8.2-beta utilizando dados extraídos da página da Avaaz no facebook e print da postagem correspondente



O exemplo mais forte de segmentação pode ser encontrado na rede formada em torno da postagem que fez a Turquia entrar subitamente no grupo dos países com mais de 1% no total de participações no facebook da organização no mês de maio, superando os Estados Unidos durante os quatro meses em que se manteve nesta condição e chegando a atingir

27,78% das participações no mês de julho, e, também subitamente, deixando de participar do grupo no mês de setembro. O debate se dá basicamente em turco, e as intervenções em outras línguas muitas vezes se dirigem a organização sem menções ao que foi dito anteriormente[16].

Figura 6 - Rede segmentada turca contra condenação de 538 pessoas a morte em grafo feito com Gephi 0.8.2-beta utilizando dados extraídos da página da Avaaz (facebook) e print da postagem correspondente.

Considerando que a participação na discussão no facebook não necessariamente implica adesão à campanha no site oficial da organização, bem como a presença da campanha em diferentes línguas no site oficial, ela pode ter despertado no site oficial uma mobilização menos segmentada do que a postagem em turco, diluindo os signatários do país entre signatários de várias outras nacionalidades e fazendo com que sua participação não fosse alta o suficiente para entrar entre os cinco países com mais acessos ao site oficial da organização. A comparação das variações de países entre os gráficos 4 e 5 aponta a relação entre participação no facebook e entrada no site oficial da organização para diversos países, entre eles o Brasil.

A campanha apelava ao "mais importante" líder religioso egípcio, Mufti Shawki Ibrahim Abdel-Karim Allam, para que ele rejeitasse a condenação de 528 pessoas a morte pelo regime militar egípcio. A campanha a organização afirma que se trata de uma condenação política para intimidar a oposição. Ao alcançar um milhão de assinaturas a campanha seria entregue a líderes religiosos no Egito e repassada diretamente para Mufti. A postagem na página do facebook da organização comemora, em turco, a "tremenda resposta" representada pelo pedido de suspensão das execuções no Egito pela Assembleia Nacional da República da Turquia.

[16] Disponível em <http://on.fb.me/1CB95Dk>

Em geral a participação em núcleos segmentados em torno de uma única postagem indica uma participação pontual, muitas vezes associada à participação pontual em campanhas específicas no site da organização, sem um interesse maior por outras iniciativas ou pela plataforma política representada pelas prioridades da Avaaz. Quando esta segmentação envolve campanhas que conjugam diversas nacionalidades, ela pode colocar em pé de igualdade na campanha pessoas que vivenciam ambientes de mídia extremamente diferentes, ao passo que, quando esta segmentação se restringe a países específicos, como no caso turco, pode-se presumir que as variações se encontram dentro de certos ambientes de mídia inerentes ao país.

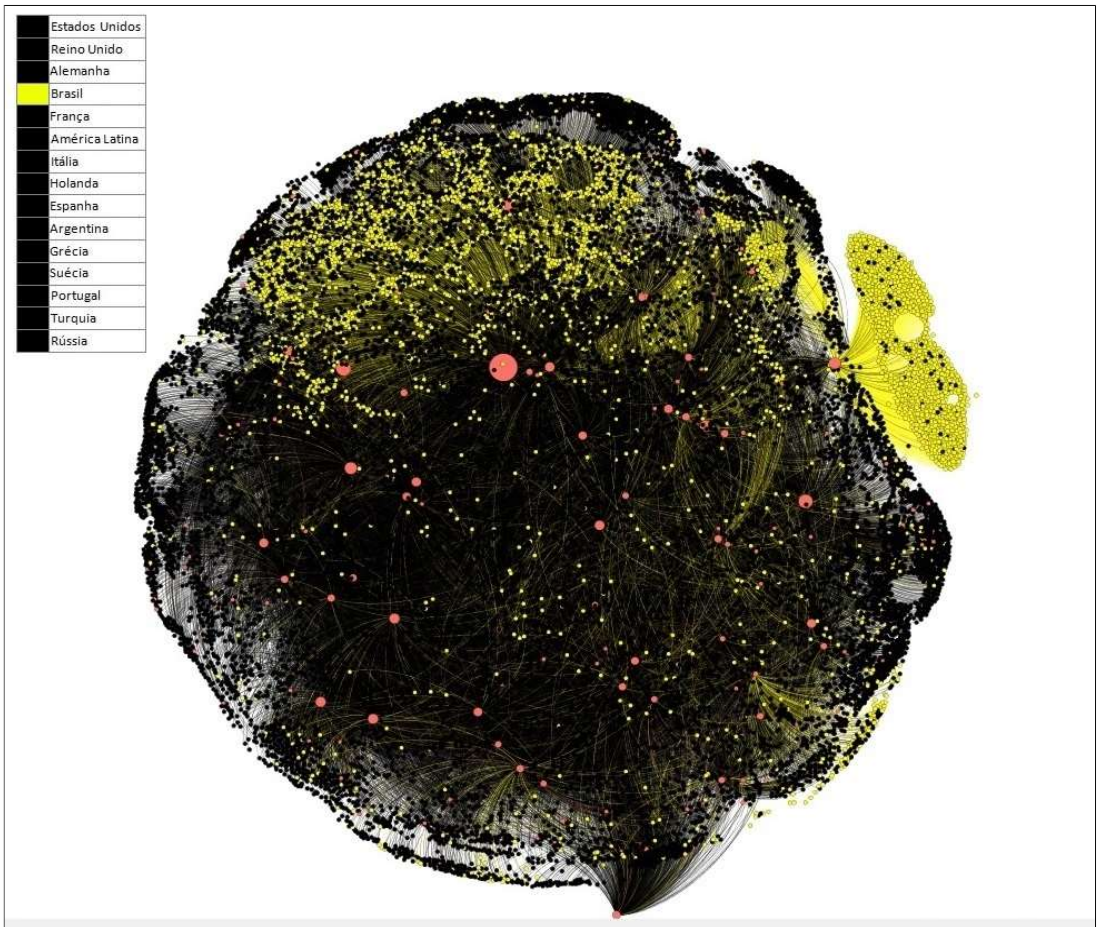
No entanto, não se pode inferir que a segmentação entre os grupos dentro da página oficial no facebook tenha relações com o ambiente de mídia dos diferentes países, sendo mais provável que este fator tenha relações com a segmentação entre diferentes redes sociais online – como no caso russo exposto anteriormente – ou entre aqueles que acessam e que não acessam as páginas da organização. A circulação das campanhas em redes interpessoais, no entanto, tem grande potencial para aumentar a exposição daqueles que não concordam com a campanha ao assunto em pauta, embora sua participação nas discussões e aquisição de informação sobre o assunto dependam de escolhas pessoais.

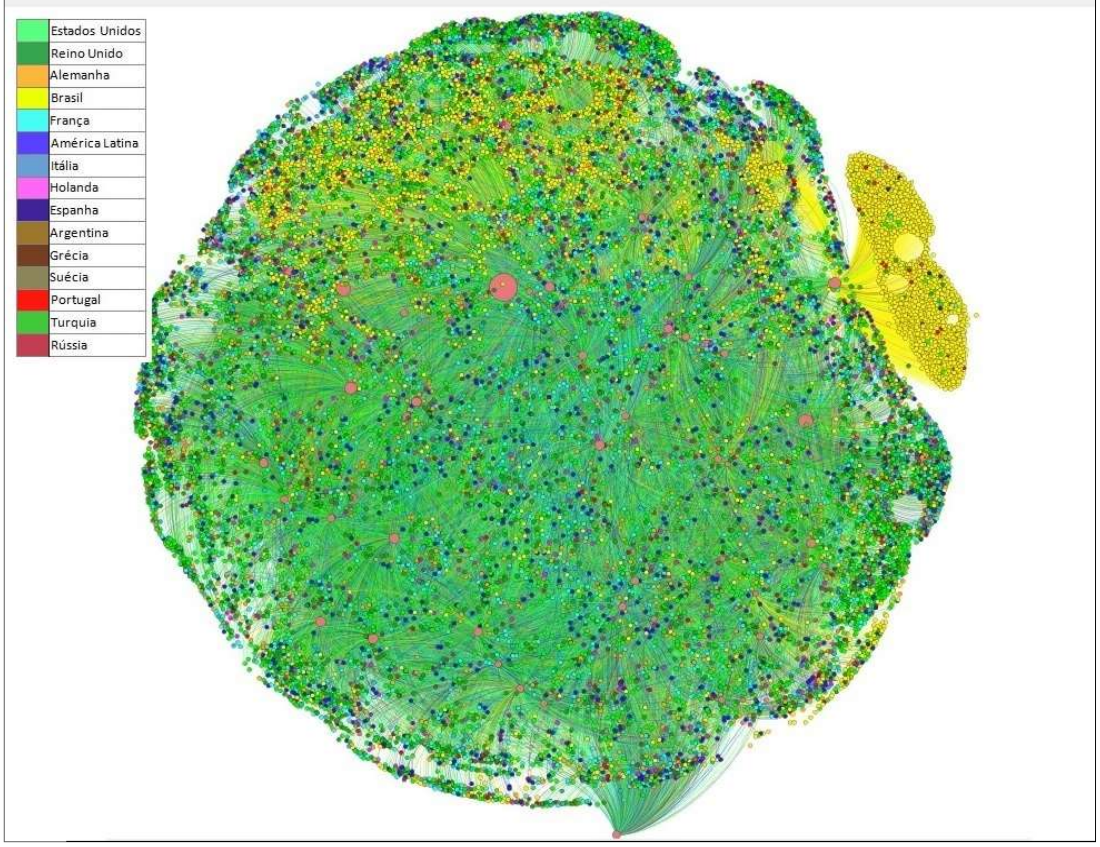
A participação pontual e segmentada é condizente com as propostas envolvendo o chamado "cidadão monitor" – originalmente proposto por Michael Schudson – presente tanto nos trabalhos de Papacharissi (2010b) quanto no de Popkin (1994), que escanearia o cenário político e reagiria a situações alarmantes, mais do que debateria efetivamente sobre os rumos do campo político. Esta perspectiva sobre o comportamento dos cidadãos nos parece particularmente compatível com associações que se atribuem a função de vigilância e solidariedade à distância, indicadas por Gomes e Maia (2008) como uma das funções exercidas por associações civis que se apropriam da internet. Em parte, o tom de urgência das campanhas da Avaaz, soando alarmes que convocam cidadãos para ações pontuais em momentos críticos, é plenamente compatível com este tipo de cidadão na medida em que possibilita a participação pontual e segmentada indicada anteriormente.

O pico de participação de membros brasileiros na página da organização no facebook em outubro, indicado no *gráfico3*, pode ser melhor compreendido se visualizamos a distribuição desta participação por diferentes postagens seguindo diversas lógicas, como indicado na comparação entre a presença de membros brasileiros em postagens e das demais nacionalidades, em duas versões de grafo feitos para o mês de outubro, indicados *figura7*. Não há uma campanha canalizando as participações e os participantes estão bem distribuídos

ao longo de todo o grafo, em campanhas transnacionais e segmentadas. Isso indica que não se trata de uma mobilização específica oriunda de uma determinada campanha, mas de uma participação difusa com diferentes eixos, o que explica o fato do país permanecer como importante fonte de acessos ao site da organização mesmo que nenhuma campanha específica para os membros brasileiros não esteja sendo feita. Trata-se de um diferencial em relação aos demais países.

Figura 7 - Comparação de grafos feitos no mês de outubro com dados extraídos da página da Avaaz (facebook) destacando participantes brasileiros.


Estados Unidos
Reino Unido
Alemanha
Brasil
França
América Latina
Itália
Holanda
Espanha
Argentina
Grécia
Suécia
Portugal
Turquia
Rússia


Estados Unidos
Reino Unido
Alemanha
Brasil
França
América Latina
Itália
Holanda
Espanha
Argentina
Grécia
Suécia
Portugal
Turquia
Rússia

No tocante a postagens integradas transnacionais, o exemplo mais emblemático é a campanha em apoio a People's Climate March, mobilização mundial resultado da articulação de 1.500 organizações, promovendo 2.646 manifestações solidárias em 162 países no dia 21 de setembro, visando a Cúpula de Líderes pelo Clima no dia 23 do mesmo mês. É importante notar o fato de que a adesão a *People's Climate March* contempla simultaneamente diferentes resultados encontrados na pesquisa de 2014: ecologia como um dos principais valores da organização (84,50%), fazer mais ações "offline" como passeatas, protestos e encontros, como uma das principais ideias para tornar a Avaaz mais forte (48.27%), a prevenção de mudanças climáticas catastróficas entre os desafios prioritários (38,35%) e a pressão sobre a Cúpula sobre Mudanças Climáticas da ONU para que ela se comprometa com a meta de 100% de energias limpas como uma das principais ideias de campanha (32.23%).

Figura 8 - Rede da People Climate March em grafo feito com dados extraídos da página da Avaaz no facebook e print do post correspondente.

Devido ao entendimento de que a *People Climate March* é um objeto de pesquisa amplo e extremamente complexo, a mobilização mundial, em sua globalidade, não pode ser compreendida tendo em vista apenas a Avaaz. O evento exige análise em separado, o que impõe uma breve digressão. A organização consta na lista das cerca de 1.500 organizações parceiras que promoveram a marcha ao redor do mundo[17]. O fundador da Avaaz, Ricken Patel, é um dos entrevistados para o documentário *Disruption: Climate Change*, lançado dia 7 de

[17] Disponível em: <http://bit.ly/1BUdBem> acessado em janeiro de 2015

setembro em apoio à marcha – o site do filme aponta o link do site oficial da *People's Climate March* e espaço para cadastrar e-mail e telefone para receber atualizações da organização 350.org – e entregou uma petição com 2 milhões de assinaturas ao secretário geral da ONU Ban Ki-moon durante a manifestação em Nova York. Ao final das longas listas de organizações parceiras, no entanto, há a seguinte ressalva:

> The People's Climate March will bring together a spectrum of people with a broad range of perspectives to address the climate crisis, which threatens us all. The March will be the most diverse climate-related mobilization in history. Not all participants will agree with the goals, actions or missions of every other group participating, but all have agreed to gather peacefully on common ground to support the shared common goal: Solving the climate crisis. Inclusion on the list of Participating Organizations does not in any form or fashion imply that the People's Climate March endorses or supports the goals, actions or other aspects of the individual groups listed (disponível em: <http://peoplesclimate.org/partners/> acessado em janeiro de 2015).

A manifestação do Rio de Janeiro é citada no vídeo que faz um saldo das diversas manifestações na página oficial do *People Climate March*, que incluí a fala do Secretário Geral da ONU Ban Ki-moon "We all saw a massive peoples march [...] I hope the leaders of the world listened"[18].

O principal braço brasileiro desta mobilização, a Caminhada pelo Clima do Rio de Janeiro, está nitidamente relacionado com a Avaaz e será tomado como objeto apenas em sua relação com as problemáticas relacionadas à organização. A mobilização no Rio dependeu largamente da atuação de voluntários convocados pela Avaaz em parceria com a organização carioca Meu Rio em reuniões semanais. No texto do panfleto de convocação aos voluntários, lê-se:

> #Valeapena
> Em 21 de setembro vamos fazer a maior mobilização global pelo clima da história em quatro continentes. E o Rio estará nessa. Mas para transformar isso em realidade precisamos de sua colaboração. Seja um voluntário e vamos juntos consertar o nosso clima!
>
> META?
> Mobilizar o maior número de pessoas possível.
>
> POR QUE?
> Para pressionar chefes de Estado a reduzirem emissões que estão enlouquecendo o clima da terra antes que eles se reúnam na Cúpula de Líderes pelo Clima, convocada pela ONU.
>
> COMO FAÇO PARA PARTICIPAR?
> Compareça è reunião de voluntários nesta quinta-feira, dia 21/08, às 19:00. No Viva Rio (Rua do Russel, 76, Glória – Salão Pablo e Ana).

[18] Disponível em <http://peoplesclimate.org/>, acessado em janeiro de 2015.

> ESTE NÃO É APENAS UM ATO POLÍTICO.
> É, principalmente, um ato de amor. Por você, pelas pessoas que ama e pelo planeta que nos acolhe.
> www.avaaz.org/RioPeloClima

Na reunião do dia 21 de agosto, entre os voluntários que declararam sua ocupação há uma predominância de pessoas com ensino superior completo ou em andamento, entre elas estudantes de direito, ciência política e comunicação social; administradores de empresas; professores de filosofia; advogados; jornalistas; um profissional de relações públicas; desenvolvedores web; arquitetos; profissionais relacionados a economia colaborativa; uma analista de comércio exterior; engenheiro; auditora; bancário; nutricionista; corretor de imóveis; publicitário; músico. Como principal motivação, a mais recorrente era a vontade fazer alguma coisa para melhorar o mundo e a situação climática global.

Evidentemente, o comparecimento a reuniões presenciais regulares e aceitação de responsabilidades referentes tanto ao evento do dia 21 de setembro quanto às estratégias de mídia e mobilização ao longo do mês, exige um grau de comprometimento diferente do apoio online, e tem mais chances de atrair pessoas com algum tipo de identificação anterior com o tema e com a organização. Um indício disso é o fato de que, ao consultar os voluntários presentes sobre o modo como tiveram contato com a convocação para o evento, a maioria absoluta se mobilizou após receber a convocação aos membros enviada pela organização por e-mail, ou pela lista de e-mails da organização Meu Rio, parceira na Caminhada pelo Clima.

Os voluntários foram divididos em três grupos: um voltado para comunicação e divulgação do evento, um para infraestrutura e outras questões envolvidas na viabilização da manifestação, e um voltado especificamente para mobilização. Os profissionais ligados à Avaaz envolvidos com a manifestação, Nana Queiroz, Diego Casaes e Karina Miotto, ficaram a frente dos grupos de comunicação, infraestrutura e mobilização, respectivamente.

O fato da manifestação ocorrer em ano eleitoral trouxe diversas complicações, como dificuldade em pautar as discussões em redes sociais em setembro, mês de discussões extremamente polarizadas sobre o pleito presidencial e onde a questão do meio ambiente muitas vezes era associada a candidata Marina Silva; mês em que as campanhas políticas tornavam difícil o aluguel de carros de som e outras ferramentas de campanha profissional

mobilizadas para o pleito; além de aumentar a dificuldade para entrada de temas políticos alheios a eleição na pauta de veículos televisivos.

É interessante notar a escolha do coração verde, símbolo facilmente assimilável em diferentes culturas e idiomas sem muitas restrições linguísticas, como o principal símbolo da caminhada nas divulgações da Avaaz. Nos diferentes panfletos, cartazes, imagens de divulgação feitas sob medida para compartilhamento como foto de capa do facebook, o nome *Rio* estilizado tem o coração verde no lugar do pingo do "i" e um coração verde com a data "21/9" em seu interior foi difundido entre os apoiadores para figurar como foto de perfil quando o evento se aproximava. Fotos de diferentes artistas segurando banners, panfletos ou posters da caminhada com o logo da Avaaz e o coração foram compartilhados pela organização, entre eles Marcus Palmeira, Dira Paes, Camila Pitanga, Eriberto Leão, Victor Fasano, Sérgio Marone e Letícia Sabatella. Os vídeos também foram veiculados em ônibus e metrôs da cidade. O coração ganha destaque na grande escultura de areia na praia de Ipanema – noticiada pelo Blog do Planeta hospedado no site da revista Época[19] – que traz uma mãe abraçando o filho ao lado de um coração verde com a mensagem "Proteger o Planeta é um gesto de amor", ao lado de um castelo de areia e uma caixa onde as pessoas podem deixar recados para as "próximas gerações".

Como parte da mobilização no Rio de Janeiro, uma série de projeções sobre o Cristo Redentor foi feita em parceria com o Coletivo Projetação, tanto com imagens móveis quanto estáticas, na noite do dia 18 de setembro – as projeções foram feitas com autorização, em uma parceria com os responsáveis pelas imagens do monumento. Em uma delas, um coração verde vazado é projetado no peito da estátua juntamente com a frase "21 de setembro" de um braço a outro e "Caminhada pelo Clima" do peito até a base. Em outra a estátua, visível em diversos pontos da cidade, é transformada em uma ampulheta gigantesca com a frase "O tempo está acabando". Outros elementos se revezam, como mensagens escritas em diferentes línguas em apoio a caminhadas pelo clima do dia 21 de setembro, um rosto de índio sobre a face da estátua, borboletas batendo asas sobre mensagens coloridas, uma máscara respiratória projetada sobre o rosto da estátua enquanto seu corpo era escurecido pela projeção de nuvens de poluição, entre outros[20].

---

[19] Disponível em <http://glo.bo/1yKGLyA>

[20] Disponível em: <http://bit.ly/1tVpqdx>

Entre os focos da ação estavam o agendamento midiático e a circulação de fotos do Cristo com as projeções em redes sociais online, e não apenas a visibilidade imediata da ação por pessoas que estivessem olhando para a estátua. Diferentes fotos e vídeos de atos para divulgar a manifestação – como mutirão para fazer um grande coração verde com materiais reciclados e cineclubes em locais públicos com o filme *Disruption: Climate Change* – e o apoio dos artistas citados anteriormente com banners e de outros, como Caetano Veloso e Sebastião Salgado, além de matérias de jornais, alimentavam o evento de facebook relacionado a manifestação[21], além do perfil *caminhadapeloclima* na rede social Instagram, e de outras formas de divulgação. Entre os parceiros citados em post pela organização no facebook do evento, constam nominalmente como parceiros internacionais 350.org, Greenpeace, Anistia Internacional, Green America, "entre outros" e como parceiros nacionais o Meu Rio, Viva Rio, 350.org, além de "100 organizações e associações do Brasil que apoiam a causa". A seguir a descrição do evento:

> O grande dia está aí!
>
> 21 de setembro, domingo, estaremos todos juntos para realizar a maior caminhada global da história pelo clima do planeta!
>
> Nos vemos amanhã no Posto 8 em Ipanema. A Concentração será às 10h30 e caminharemos juntos rumo ao Posto 10. Em nossa abertura, teremos música e a presença querida de líderes da Avaaz, da indígena Sônia Guajajara que vem da Amazônia direto para a nossa caminhada, do ator Eriberto Leão, de cantores amigos.
>
> Caminharemos entre bandeiras maravilhosas, corações verdes e no mesmo ritmo de Nova York, Berlim, Bogotá, Paris, Londres e Vancouver. Melbourne, na Austrália, e Nova Delhi, na Índia já caminham!
>
> Em cada cidade, milhares de pessoas. Em todas juntas, seremos pelo menos 1 milhão!
>
> Venha! Traga todas as pessoas que você ama! Caminhe para pressionar os chefes de estado que se reunião nas Nações Unidas no dia 23 para falar de mudanças climáticas. Caminhe para que eles nos ouçam e firmem um acordo para a redução de emissões e para o uso de energia não poluente.
>
> Caminhe por você.
>
> Este não é apenas um ato político, mas um ato de amor.
> Por você, pelo planeta e pelas futuras gerações.
>
> AMANHÃ ENTRAREMOS PARA A HISTÓRIA.

[21] Disponível em: <http://on.fb.me/15y816M>

> Um forte abraço de toda equipe Avaaz, de nossos parceiros, voluntários e amigos. #valeapena

No dia da caminhada, foram distribuídos adesivos e tatuagens infantis com corações verdes, além de três bandeirões apenas com o símbolo, garantindo sua presença em boa parte das fotos do evento, além de faixas e banners em um carro de som onde ele estava presente junto com o logo da Avaaz. A manifestação ocorreu debaixo de chuva forte e boa parte dos manifestantes utilizava capa de chuva, o que diminuiu significativamente o comparecimento de pessoas na manifestação, prejudicou o transporte em algumas regiões da cidade, bem como a movimentação rotineira na praia, de onde se esperava tirar apoiadores e simpatizantes. Um carro de som com vários banners da Avaaz deu suporte para membros da organização e diferentes organizações parceiras discursarem no início da caminhada e puxarem palavras de ordem ao longo do trajeto, e também para músicos que tocaram junto com o saxofonista George Israel até o fim da manifestação.

A caminhada do Rio de Janeiro recebeu cobertura de diferentes veículos eletrônicos e agências internacionais, dividindo espaço com Melbourne, Berlim e Paris durante a cobertura da CNN sobre marchas paralelas a de NY[22], além de BBC[23], The Guardian[24], e diversos outros. Embora seja consenso que o temporal tenha esvaziado o evento, as estimativas variam consideravelmente, entre quatro mil, de acordo com a BBC e estimativas da organização, e 300 pessoas, de acordo com a Polícia Militar[25].

Nas fotos das diferentes manifestações ao redor do mundo no dia 21 de setembro publicadas no site da Avaaz com o título de "A maior mobilização pelo clima da história!"[26], o coração verde aparece em faixas e placas, em geral com o logo da Avaaz, em Melbourne (Austrália), Berlim (Alemanha), Paris (França), Londres (Reino Unido), Lomé (Togo), Atenas (Grécia), Gênova (Itália), Munique (Alemanha), Colombo (Sri Lanka), Nairóbi (Quênia), Rio de Janeiro (Brasil), Ottawa (Canadá), Bogotá (Colômbia), Barcelona (Espanha). Corações

[22] Disponível em <http://cnn.it/1CbMe11>

[23] Disponível em: <http://bbc.in/1ANABcc>

[24] Disponível em: <http://bit.ly/1uOxFfE>

[25] Disponível em: <http://bit.ly/1JztcSi>

[26] Disponível em: < http://bit.ly/159kyMW>

formados por pessoas, algumas vezes segurando corações verdes, são vistos em Trintad e Tobago, Roma, Gênova, Munique. Ele também aparece em corações feitos por membros em fotos do Rio de Janeiro e de São Paulo no evento da Caminhada Pelo Clima no facebook. Em entrevista concedida a CNN enquanto participava da marcha em NY, Ricken Patel usa uma camisa preta com um coração verde no centro com o nome Avaaz rosa no lado de fora do quadrante inferior esquerdo[27]. Isso indica que, a despeito da variedade de organizações envolvidas, visíveis em sua pluralidade na manifestação de Nova York, a Avaaz tem um papel importante na difusão do movimento para diferentes países em que possui membros.

As marchas ao redor do mundo receberam chamadas de capa nas edições do dia 22 de setembro em diferentes jornais e países, como The New York Times (Estados Unidos), O GLOBO (Brasil), Buenos Aires Herald (Argentina), EL MERCURIO (Chile), ADN, EL TIEMPO e EL ESPECTADOR (Colômbia), EL PAÍS (Espanha), FrankfurterRundschau (Alemanha), LA STAMPA (Itália), FRÉTTADID (Islândia), The Vancouver Sun (Canadá), HAARETZ (Israel), entre outros. A despeito de todo agendamento midiático relacionado ao evento, a questão da segmentação voluntária e racionalidade de baixa informação continuam ditando boa parte da interpretação sobre o tema em comentários na página oficial da organização no facebook.

Neste ponto, é interessante retomar a afirmação de que a circulação das campanhas em redes interpessoais tem grande potencial para fazer com que aqueles que não concordam com a organização ou com as campanhas sejam expostos a estas, embora sua participação nas discussões e aquisição de informação sobre o assunto dependa de escolhas pessoais. Em diferentes momentos usuários brasileiros indicaram motivação para discutir ao mesmo tempo em que ignoravam a maior parte da informação básica disponível sobre os temas em pauta, dialogando com as diferentes combinações entre disposição para desacordo e *gap* de informação apontadas no capítulo anterior. Dois exemplos chamam atenção.

O primeiro, mais ameno, envolve a publicação das fotos do Cristo Redentor com projeções em apoio a Caminhada pelo Clima/People's Climate March, citado anteriormente. Um vídeo com projeções de frases em português ganhou destaque no fechamento do jornal RJTV, da rede Globo, na edição que vai ao ar por volta de 19:20[28]. Diversas fotos com frases

[27] Disponível em: <http://cnn.it/15tLYxu>
[28] Disponível em: <http://bit.ly/1zGheGH>

em português foram publicadas no site do jornal Folha de São Paulo[29]. Além da cobertura de outros veículos, fotos e vídeos circularam em diferentes redes sociais online.

Diversos comentários de brasileiros em fotos com mensagens em inglês no álbum da página oficial da organização durante o mês de setembro de 2014 afirmavam que as frases deveriam ter sido projetadas em português, que a projeção de frases em inglês e "não" frases em português indicaria a falta de orgulho nacional, submissão aos "gringos", complexo de vira latas, etc. Outros brasileiros respondem ponderando que as frases em inglês têm maior alcance, mas também indicam desconhecer o fato de que foram projetadas frases em português. Em um álbum na página oficial da organização com 10 fotos, contando com fotos em inglês e português, os comentários das fotos em inglês mantêm o mesmo mote, utilizando xingamentos e ignorando outras fotos do álbum.

O segundo caso, mais recorrente, envolve comentários em postagens aparentemente aleatórias ao longo do ano de 2014 afirmando que a Avaaz seria, na verdade, uma organização petista. A maioria das postagens com esta acusação conclui isso após afirmar erradamente que Pedro Abramovay – professor da de direito na Fundação Getúlio Vargas, ex-secretário Nacional de Justiça e ex-secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, atuando durante 21 dias na Secretaria Nacional Antidrogas no início do primeiro mandato de Dilma Rousseff até ser afastado depois de defender penas alternativas para pequenos traficantes – era o "atual" diretor de campanhas da organização. Quando indicam links para comprovar a afirmação, que se intensifica com a proximidade do pleito presidencial em outubro de 2014, boa parte delas indica links para entrevistas e colunas publicadas entre 2012 e 2013 que de alguma forma envolviam Abramovay ou sua atuação na época como diretor de campanhas.

Em 2013, alguns colunistas da Veja tomam como certa uma associação direta entre a organização transnacional e o Partido dos Trabalhadores. Rodrigo Constantino chega a chamar a Avaaz de "ONG petista" em junho de 2013[30] e Reinaldo Azevedo aponta Abramovay como "o chefão da Avaaz" no país, afirmando, após a retirada da petição que pedia a não cassação do diploma de psicólogo de Silas Malafaia do ar – depois que 77% dos membros consultados se colcoaram favoráeis a retirada – que "A Avaaz é, agora, um tribunal de exceção, dotado de um pelotão de fuzilamento"[31].

Há ainda pessoas que questionam por que a petição hospedada na plataforma da Avaaz pedindo impeachment da presidente reeleita Dilma Rousseff – a petição lançada em 2013 que

[29] Disponível em: <http://bit.ly/1tVpqdx>
[30] Disponível em: <http://bit.ly/1zOlcNn>

[31] Disponível em: <http://abr.ai/1pDNP5k>

recuperou força durante e após o pleito presidencial de 2014 – estaria fora do ar, muitas vezes corrigidos por pessoas que apoiam o impeachment e afirmam ter assinado a petição recentemente. No dia 30 de outubro de 2014 uma postagem da Avaaz na página oficial da organização no facebook esclarecia que a petição estava hospedada na plataforma Petições da Comunidade (permite a terceiros criarem suas próprias petições) e que, após consulta, a maioria dos membros teria afirmado que discorda do pedido mas julga que a petição não deve ser tirada do ar. No dia 4 de novembro, outra postagem na página oficial da organização apontava um e-mail que imitava o padrão gráfico da organização, se passando por um e-mail oficial da Avaaz, e pedia assinaturas para petição pelo impeachment. A organização estaria tomando "todas as medidas para impedir a disseminação de falsas mensagens".

A afirmação de que a Avaaz é comandada por Abramovay, ou que a organização é petista e apoia Dilma, é repetida como comentário em diferentes postagens da organização, da Caminhada pelo Clima até anúncios de vagas para processo seletivo. Além de repetir sucessivamente uma afirmação que, factualmente, está errada – de que Abramovay é o diretor de campanhas da Avaaz – esta afirmação ignora que campanhas recentes e com destaque na organização, notadamente a campanha contra a construção de Belo Monte e o pedido de asilo político para Edward Snowden, eram frontalmente contra a postura do governo federal. No entanto, a existência de paralelos entre a agenda da organização e determinados políticos brasileiros ou a existência de preferência em relação a profissionais brasileiros que tenham trabalhado como assessores jurídicos durante governos do partido que ocupa a presidência são objetos de pesquisa e debate legítimos se tratados com mais seriedade. Este, no entanto, não é o tratamento dado nas postagens em questão.

Os dois exemplos, bem como as acusações de que se trata de uma organização fantasma e que as campanhas não existem apontadas no tópico 3.4, indicam problemas envolvidos com a formação de grupos com pensamentos muito similares – geralmente associado a segmentação – e pouca profundidade de informações, que reiteram mutuamente a veracidade das próprias afirmações sem levar em consideração contradições ou equívocos facilmente identificados por indivíduos externos ao grupo – o verdadeiro diretor de campanhas mediou a sabatina sobre as propostas de Dilma e Aécio para a educação com o ministro da educação José Henrique Paim e a Secretária de Educação do Estado de São Paulo entre 2007 e 2009, Maria Helena Guimarães de Castro, no dia 21 de outubro de 2014 na Fundação Getúlio Vargas, com chamada na página oficial da organização no facebook e possibilidade de envio de perguntas online.

Embora estes indivíduos se disponham a repetir em diversas postagens, erradamente, que Abramovay é o diretor de campanhas da Avaaz, e se associar publicamente a esta informação, não há um esforço correspondente no sentido de corrigir, sofisticar ou aprofundar a informação em questão, quando muito apontando matérias da primeira metade de 2013 como prova do vínculo entre o final de 2014 e início de 2015. Este tipo de comportamento aponta que o aumento da exposição pública ao desacordo pode ocorrer paralelamente à adesão à racionalidade de baixa informação, notadamente a leitura do ambiente político através de atalhos de informação simplificados, com os quais se entra em contato de modo acidental, sem investimento em comparação ou busca proativa por informações sobre os temas.

Retomando a questão de campanhas que contam com apoio transversal a diversas sociedades civis nos grafos analisados, a dinâmica comum às postagens que conseguem mobilizar grandes redes transnacionais associa *urgência*, em geral evocando a necessidade de ação contra violência ou mudanças climáticas eminentes, e *órgãos internacionais*, com destaque para as Nações Unidas, onde as campanhas visam exercer pressão sobre governos de diferentes Estados com base na dependência de alguns de seus interesses em relação a organismos internacionais e o fato destes organismos em geral estarem associados, em alguma instância, à defesa de direitos humanos. A maioria das postagens desta categoria está em inglês, muitas vezes comentada em outras línguas e, no caso específico do apoio a campanha Je Suis Charlie, a postagem em inglês na rede social online contém link para uma campanha em francês no site oficial da organização.

No período analisado destacam-se: a campanha para que os Tibetanos não sejam "abatidos" pelo governo chinês, aproveitando o momento em que a China precisava de apoio internacional para entrar no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas para dar destaque ao problema (*postagem 2.5* da *Figura2*); liberação de Ana Paula e outros 29 ativistas do Greenpeace presos na Rússia por sua manifestação contra extração de petróleo no Ártico, na campanha "free the Artic 30", mirando os parceiros internacionais da Rússia (*postagem 2.1*); a já citada campanha para que os cidadãos ucranianos sejam ouvidos e que um plano de paz seja aceito, tentando impedir que o país vire um campo de batalha entre apoiadores da Rússia e grupos alinhados com o "ocidente"; a repercussão da mobilização mundial People Climate March, visando pressionar a Cúpula das Nações Unidas sobre o tema (*Figura8*); a fala de Leonardo DiCaprio na abertura da Cúpula das Nações Unidas sobre o Clima, pressionando a comunidade global; o apoio à campanha Je Suis Charlie em janeiro de 2015, após o assassinato de 12 pessoas – a maioria cartunistas famosos na França – no ataque a

redação do jornal satírico Charlie Hebdo por dois homens encapuzados armados com fuzis, do qual a Al Qaeda do Iêmem assume autoria.

A postagem afirma que a violência não pode silenciar a liberdade de expressão e a petição em francês pede que as autoridades políticas do país protejam a liberdade de expressão ao mesmo tempo em que pede aos concidadãos que não se dividam por medos e preconceitos devido ataque, mas se unam ainda mais a partir da tragédia. É interessante notar, assim como no Brasil, que as petições da comunidade podem ser apropriadas por grupos que se opõem às campanhas da organização, como o usuário identificado como Muna, do Iraque, que fez uma petição no dia 14 de janeiro, cerca de uma semana depois do atentado, pedindo para que as Nações Unidas fechassem o Charlie Hebdo com a seguinte justificativa no tópico "Why this is important": "this is abusing our prophet Mohammed .. And they are causing pain for millions of people around the globe..we want them to stop this action or close the paper .. They have to respect our religion..please help us get our petition and stop their abuse"[32].

É possível distinguir dois grandes tipos de campanha transnacional: as campanhas envolvendo meio ambiente e biodiversidade, e as campanhas envolvendo direitos humanos. Embora não se trate de uma análise de imagens, é importante notar que as imagens utilizadas na chamada para as campanhas no site oficial da organização aponta para estratégias diferentes envolvidas com estas, que pode ser entendido como investimento em informação analógica.

Tanto na página do *facebook* quanto no site oficial, as campanhas envolvendo a violação de direitos humanos ao longo do período analisado, o apelo a imagens de pessoas sofrendo é recorrente, em imagens de crianças chorando na campanha envolvendo o conflito na Síria, nos condenados egípcios em prantos na campanha turca citada anteriormente (embora a escolha da língua na postagem e comentários tenha segmentado a postagem na página do *facebook*), em imagens de crianças do oriente médio e África atrás de cercas de arame farpado, com a cabeça enfaixada mostrando os dedos indicador e médio com a mão para cima ou chorando com as mãos juntas na frente do rosto, mulheres enforcadas na Índia, e mães aparentemente consternadas com crianças no colo. A campanha para que os tibetanos não sejam mortos pelos chineses mostra a imagem de uma bota forçando o rosto de um – provável – monge tibetano contra o chão, ao lado de uma foto de monges em marcha. São informações analógicas facilmente assimiláveis em diversas culturas, que conferem o senso de urgência e violação de direitos universais necessários a mobilização transnacional.

[32] Disponível em: <http://bit.ly/1tkojdH>

Em geral as campanhas pela defesa da biodiversidade envolvem imagens de animais afetados pelos problemas tratados na campanha, como ursos polares agarrados a pequenos blocos de gelo sobre a água, filhotes de primatas, tartarugas, peixes e abelhas, além de crianças soprando cipselas de dente-de-leão (planta) ao vento e mãos de diferentes cores com a palma para cima segurando sementes.

As postagens nitidamente segmentadas em geral estão associadas a postagens que não estão em inglês, como turco, alemão, português, o que não impede que campanhas em inglês e espanhol constem neste grupo. Elas mobilizam uma parcela dos membros mais ativos, mas se destacam por mobilizar um segmento muito específico – muitas vezes uma nacionalidade específica – que não se relaciona com outras campanhas. Sua rede se assemelha a uma árvore, com uma raiz bem fixada em diferentes pontos mais centrais do grafo, que cresce conquistando apoio "fora" dele. Em casos extremos como o já citado caso turco, o desenho se assemelha mais a um balão com diversos laços que o impedem de se separar do grafo. As imagens destas campanhas envolvem ativistas ou autoridades locais, como Gilberto Gil, o ministro brasileiro Dias Toffoli, o austríaco Sebastian Kurz, a argentina Sofia Gatica com um grupo de ativistas, etc.

Como citado anteriormente, o caso turco é o mais emblemático entre as campanhas segmentadas, apelando para que o líder religioso egípcio Mufti Shawki Ibrahim Abdel-Karim Allam rejeitasse a condenação de 528 pessoas a morte pelo regime militar do país em uma condenação política para intimidar a oposição (*Figura6*). A postagem na página oficial no facebook comemora "tremenda resposta" ao apelo presente no pedido de suspensão das execuções no Egito pela Assembleia Nacional da República da Turquia. Ela recebe basicamente participação de membros turcos.

Há também a postagem em alemão comemorando a retirada da australiana supostamente estuprada em Dubai e quase condenada a prisão, depois que o ministro de relações externas da Austrália Sebastian Kurz – apelidado em veículos alemães como Spiegel de "Wunderwuzzi"[33], enviou um time para lidar com a crise, fato que teria acontecido, de acordo com a postagem, depois que o porte da campanha da organização levou atenção da mídia para o caso. A imagem mostra um desenho de Sebastian Kurz, ministro de relações externas da Austrália, voando com roupa de super herói e um "W" no meio do peito, enquanto segura uma mulher com o braço direito ao lado da chamada "Mission erfolgreich: Wunderwuzzi rettet Wienerin aus dubai!" – em traduação livre "Missão cumprida:

[33] Disponível em <http://bit.ly/1fqwNoU>

Wunderwuzzi salva Wienerin de Dubai!" (*Figura5* e *postagem 2.4* da Figura2). Ela conta basicamente com participação de membros alemães.

Outro caso que chama atenção é a intensa participação de brasileiros na postagem em inglês feita no dia 19 de setembro compartilhando a postagem do jogador de futebol Lionel Messi em espanhol declarando apoio a campanha da Avaaz na People's Climate March com a frase "¿Dónde estarás el 21 de setiembre? Unite a la #MarchaClimatica: http://avaaz.org/MarchaClimatica ¡Para cambiarlo todo, necessitamos a todos!". Isso confirma a proposta feita no tópico 2.3, de que redes sociais online permitem a pessoas que concordam com âmbitos de convívio não diretamente relacionados à política, como esporte, tenham chances de entrar acidentalmente em contato com temas, organizações e posicionamentos políticos, mesmo que divergentes. Neste caso a segmentação se dá basicamente por interesse, visto que nenhuma das línguas envolvidas é o português e a maioria esmagadora dos participantes é brasileiro.

Postagens em italiano com diferentes fotos de manifestações envolvendo a expulsão do ex-premiê Silvio Berlusconi do Senado italiano, depois que uma votação nesta retirou sua imunidade parlamentar do político, já condenado por fraude fiscal. Uma delas com uma manifestante pintada com as cores da bandeira da Itália, segurando um cartaz com o logo "Avaaz.org" sobre a frase "L'A ITALIA È LIBERA" comemorando a saída em novembro de 2013 e outra com manifestantes seminus com o corpo tapado por grandes cartazes e frases como "Non abbiamo niente da nascondere e tu senatore?" (em tradução livre, "não temos nada a esconder, e vocês senadores?"), com o logo da Avaaz no canto inferior direito, em protesto contra o voto secreto e indicando a grande possibilidade de vitória já em outubro (*Postagens 2.2* e *2.3* da Figura2). Nos dois casos é possível ver a presença de jornalistas cobrindo as manifestações. Elas recebem basicamente participação de italianos.

A postagem em apoio à já citada campanha pelo Marco Civil da Internet traz uma foto de Gilberto Gil e comemora a adesão de mais de 200 mil pessoas a campanha em um único dia, afirmando que a equipe da organização está em Brasília fazendo reuniões com deputados-chave para que a campanha surta efeito antes da votação. A participação se dá basicamente por brasileiros. Há ainda a campanha para manter Julien Blanc, "instrutor" de "pegação" que incentiva homens a burlar o consentimento das mulheres usando força se preciso e disseminaria a cultura do estupro, fora do Brasil. Depois de obter sucesso, uma coluna do Uol Notícias assinada por Nana Queiroz afirmando que negar visto de Blanc posiciona Brasil contra estupro foi publicada na página oficial da organização, compondo uma rede segmentada e ganhando participação basicamente de brasileiros.

Outra rede segmentada envolve a ambientalista argentina Sofia Gatica. Em postagem em espanhol a organização afirma que ela passou a receber ameaças de morte depois de se unir a protestos contra uma gigantesca fábrica de sementes transgênicas da Monsanto na Argentina, onde a imensa maioria da comunidade local também se opõe à construção. A postagem dá suporte à campanha da organização contra a fábrica e recebe basicamente participação de argentinos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontado por Meyrowitz, uma única língua pode ser utilizada como fronteira para interação entre diferentes grupos, como na seleção de uma linguagem especializada ou utilização de termos pouco comuns a outros grupos. Esta fronteira pode ficar ainda mais forte e adicionar maior necessidade de motivação para engajamento quando está presente em mobilizações políticas. Embora a tradução de campanhas lançadas simultaneamente em várias línguas seja um ponto forte da Avaaz neste âmbito, a língua selecionada pelos participantes em suas postagens pode segmentar consideravelmente a rede de interpessoal de participantes mobilizada para cada campanha através da página da organização no *facebook*. Isso é particularmente visível na postagem sobre a crise na Criméia apontada no *tópico 3.3*, onde muitos participantes que se identificavam como ucranianos debatiam em inglês possibilitando diálogo com membros de outros países, ao mesmo tempo em que outros participantes faziam postagens em russo e ucraniano utilizando variações do alfabeto cirílico e bloqueando em larga medida a possibilidade de diálogo com boa parte dos participantes de outros países.

Ao ser transferido para o nível individual, o estabelecimento de pontes entre indivíduos – *bridging* – e fortalecimento de relações já existentes entre apoiadores – *bonding* – (BENNETT e TOFT, 2010, p. 247-252) está ainda mais sujeito a estas opções, como na opção da língua escolhida para comentar e compartilhar campanhas tornando as ações destas organizações visíveis em seus próprios perfis em redes sociais online. No emaranhado de redes interpessoais que compõem a rede transnacional de suporte a campanhas e discussão das postagens, isso tem como consequência uma diversidade dinâmica de topologias que variam de rede para rede.

Novamente, isso confirma a necessidade de considerar o fato de que a articulação de membros diversas nacionalidades em redes sociais online, a circulação da campanha por perfis e suas redes interpessoais, a divulgação destas campanhas em listas de e-mail pessoal de seus membros e do contato através de sites de busca, como dinâmicas condicionadas por milhares de opções pessoais de interação online que definem a topologia das redes de indivíduos envolvidos em cada campanha. A exposição a divergências e os diferentes graus de segmentação não podem ser pensados sem levar em consideração este cenário, condicionando, portanto, as variações das campanhas entre *enclaves polarizados*, *demagogia de elite*, *dominação ideológica* ou *democracia deliberativa* propostos por Brundidge e Rice (2010).

Se debates como o envolvendo a crise da Criméia contam com participantes com posturas diferentes, mas indicam a possibilidade de aumento da exposição ao desacordo paralelo a queda no gap de conhecimento entre os participantes em um cenário propício a democracia deliberativa, as intervenções de brasileiros com as mesmas informações factualmente erradas repetidas insistentemente em diversos tópicos indicam que alguns participantes submetidos a fenômenos de *groupthink* podem estar presentes neste mesmo ambiente e torná-lo propício à chamada de demagogia de elite.

A possibilidade de participação recorrente em debates e campanhas transnacionais traz a possibilidade de uma transição entre a ideia política abstrata de uma comunidade de cidadãos globais para percepção de algum tipo de vivência neste sentido. Entre os diferentes tipos de associação e diferentes modos de *accountability* correspondente a Avaaz se encaixa claramente no ramo de organizações dedicadas a redes de vigilância e solidariedade à distância. Defendendo interesses amplos e difusos como direitos humanos e a preservação do meio ambiente, a organização segue majoritariamente o modelo de accountability por delegação através de pesquisas para definição dos principais temas de campanha, testes frequentes com amostras aleatórias com membros dos países envolvidos para validação das campanhas, e avaliação do sucesso das campanhas através da adesão dos membros da organização após seu lançamento. A *accountability* por participação e consulta específica aos atingidos diretamente pelas ações ficaria a cargo de organizações parceiras, que variam em cada campanha.

A Avaaz se insere na camada de organizações envolvidas em esforços para possibilitar a interação entre elites governamentais de Estados e organismos internacionais e o público em geral. Este esforço envolve atuação de profissionais da Avaaz na pressão e diálogo direto com parlamentares brasileiros e ações offline paralelamente a campanha online, como exemplificado na campanha pelo Marco Civil da Internet. Trata-se de uma função importante considerando os descompassos entre institucionalização da democracia representativa em nível do estado nacional e as tendências globalizantes da vida social, bem como incapacidade das práticas confinadas a esferas institucionalizadas do Estado nacional para dar conta da urgência de diferentes problemas envolvendo, por exemplo, a gestão da internet, a defesa de direitos humanos e do meio ambiente. Estas organizações confirmam a possibilidade potencial de aumento do poder negativo dos cidadãos, não contemplado pelo funcionamento institucional, seja por suas limitações em velocidade processual ou sua dificuldade em transcender fronteiras nacionais.

Esta mesma profissionalização, no entanto, pode levantar discussões suspeitas em relação à violação ou não de critérios de legitimidade associados à independência em relação aos vícios do sistema político. Se por um lado campanhas contra posicionamentos importantes para o governo federal, como a construção de Belo Monte, receberam forte investimento da organização, por outro, a pressão direta sobre parlamentares faz com que esta questão permaneça aberta a uma discussão caso a caso, sem resultados unívocos possíveis.

Outro ponto interessante é a possibilidade da organização representar simultaneamente as duas formas de associação democrática retomadas por Nadia Urbinati, citadas no final do tópico 2.3: associações civis que reúnem e dividem os cidadãos de acordo com seus interesses específicos e fragmentados; e organizações que reúnem ou dividem os cidadãos segundo a tomada de posição sobre problemas gerais que afetam todas as partes do país, ou, em nosso caso, do mundo (URBINATI, 2006, p. 220). A Avaaz desempenha simultaneamente as funções destas duas formas de associação de acordo com a apropriação, seja em sua participação em campanhas e postagens oficiais ou na criação de Petições da Comunidade, ou ainda na participação de usuários que não assinam as petições, no caso de algumas intervenções na página da organização no facebook, na composição de redes transnacionais ou segmentadas relacionadas às postagens.

As metáforas utilizadas pela organização para descrever e estruturar o sentido de sua atuação, como *carro de bombeiros*, *megafone*, *catalisador*, *célula-tronco de ativismo*, indicam a importância da ação urgente conjugando diferentes membros e grupos "sem voz" na função que a organização se atribui. Isso se reflete no tom emotivo de diferentes campanhas, em um investimento em comunicação analógica facilmente assimilável por diferentes culturas e tipos de membros. Como exposto por Perelman (1999), trata-se de uma importante estratégia retórica que traz ao raciocínio do público uma oportunidade a aproveitar ou perder, uma conjuntura que não se repetirá mais, de modo que a "prensa do tempo" transforma as próprias condições do raciocínio.

A evocação de imagens de violação dos direitos humanos presente na divulgação das campanhas mostra a possibilidade de dar uma dimensão de informação analógica à urgência e universalidade destas questões ao mesmo tempo em que coloca os responsáveis pelas violações destes direitos como o "eles" frente aos quais a organização constrói a ideia de "nós, as pessoas de boa vontade". Este investimento em informação analógica também está presente em símbolos como o coração verde durante o People Climate March, presente em faixas e placas, em geral com o logo da Avaaz em pelo menos 13 países diferentes. Além dos já citados corações formados por pessoas, algumas vezes segurando corações verdes, fotos de

Trintad e Tobago, Roma, Gênova, Munique, Rio de Janeiro e São Paulo. Considerando a dimensão transnacional das campanhas este tipo de informação é um elemento importante.

A dinâmica de organizações como a Avaaz difere consideravelmente de associações onde os membros não têm acesso a tecnologias online. Ausência de sede física e os diferentes caminhos pelos quais se chega à organização são parte constitutiva desta dinâmica. A variação dos sites visitados imediatamente antes do site da Avaaz indica que as redes que conduzem a organização – sem ignorar o fato de que esta correlação não implica necessariamente causalidade – variam de redes sociais online onde ela mantém página oficial ativa como o facebook até redes onde sua participação direta é mais tímida como na russa vkontakte. Além disso a mobilização dos milhões membros já cadastrados em diferentes países se dá através de seus e-mails, passando por diferentes pesquisas e testes, envolvidos em mecanismos de produção de campanhas e validação de campanhas a serem lançadas.

Embora a variação da participação de diferentes países nos acessos ao site oficial da organização esteja associada a campanhas com ganchos locais, como no caso da entrada da Rússia e da Ucrânia entre os cinco sites com maior porcentagem nos acessos no contexto da crise da Criméia, o Brasil se mantém nacionalidade de uma fatia relevante do total de acessos durante praticamente todos os meses analisados. O país também ocupa uma posição de destaque nas participações na página oficial da organização no facebook, com intervenções espalhados por campanhas transnacionais e segmentadas, pontuais ou com maior duração, como indicado nas comparações de redes com diferentes topologias da *Figura7* e variações na participação de nacionalidades na página oficial da organização no *facebook*.

A distribuição destes brasileiros nas diferentes redes do mês onde o país teve sua maior cota nas participações na página da organização no *facebook* (ver *figura7*) mostra que ao falar de "brasileiros" estamos nos referindo a pessoas que participam de uma ou mais postagens de modos muito diferentes, de pessoas que participam uma única vez em postagens bem segmentadas em português a pessoas que participam de diversas postagens em diferentes línguas e com um suporte transnacional. Confirma-se, portanto, que embora um país possa ser um indicador de ambientes de mídia – maior ou menor possibilidade de acesso a internet e opções personalizadas de conteúdo noticioso – ele não faz com que seus cidadãos tenham uma participação política homogênea em organizações transnacionais, sofrendo influencia de diferentes interesses e identificações específicas.

Isso não impede que problemas tratados pela organização mobilizem uma rede nitidamente homogênea em termos de nacionalidade, mas, com exceções de casos extremos como o "balão turco" esta é apenas uma das redes onde estas pessoas estão envolvidas. O fato

de parte de estas mobilizações envolverem algum tipo de solidariedade, de turcos em relação a egípcios ou de alemães em relação a uma austríaca, apontam uma contrapartida empírica para as redes de solidariedade entre sociedades civis de diferentes países através de tecnologias da comunicação e nos parece um objeto de estudo promissor. Esta solidariedade se manifesta através da pressão para que seus governos exerçam pressão ou – assim como as campanhas transnacionais – para que órgãos internacionais tomem providências, e confirma a pertinência das propostas de Habermas e Thompson abordadas no tópico 2.2.

A coexistência de diversas redes menores associadas a campanhas e interconectadas com todas as outras campanhas do grafo – por mais diversas que sejam suas lógicas – devido a sua conexão com a página oficial da organização no facebook confirma a pertinência de nossa apropriação da proposta de Gerlach (2001) no tópico 2.3, ou seja, do entendimento de que redes transnacionais como a Avaaz permitem a integração uma rede policêntrica e segmentada de ação política. A análise empírica confirma que a Avaaz funciona como um *conector* (BARABÁSI apud RECUERO, 2009, p. 117), servindo de *hub* para conexão das várias redes formadas em associação com sua página oficial no facebook, redes formadas em outras redes sociais online e serviços de e-mail e ainda redes off-line em interação com redes online no caso de manifestações de rua.

As diferentes redes formadas pelas postagens da organização em sua página oficial no facebook, associadas a outros sites de redes sociais online e listas de e-mails, todos vinculados de alguma forma a campanhas da organização em seu site oficial, fazem da Avaaz uma complexa rede transnacional de redes de ação política em diferentes idiomas e países. Esta foi a primeira aplicação da proposta de divisão das topologias de redes transnacionais entre nacionais, transnacionais, segmentadas e integradas, que será aperfeiçoada em trabalhos subsequentes sobre o tema.

Por fim, vale ressaltar que este tópico não teve por objetivo unir todas as conclusões específicas feitas ao longo do presente trabalho, uma vez que isso implicaria a repetição de diversos dados empíricos, grafos e concatenações teóricas.

REFERÊNCIAS

ALDÉ, Alessandra. *A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALDÉ, Alessandra. *Cidadãos da Rede*. Contemporânea – Revista de Comunicação e Cultura, vol. 9, nº 3/ 9, p. 370-388. 2011

ALDÉ, Alessandra, SANTOS, João Guilherme Bastos dos. *Petições Públicas e batalhas digitais*. XXI COMPÓS, Juiz de Fora (MG), 2012.

ASH, Timothy Garton. *Os fatos são subversivos: escritos políticos de uma década sem nome*. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

ASSANGE, Julian, APPELBAUM, Jacob, MÜLLER-MAGUHN, Andy, ZIMMERMANN, Jéréme. Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet. Ed. Boitempo, 2013.

BARROS FILHO, Clóvis de, THORNTON, Ricardo. Política e Opinião: dos números às letras. In: BARROS FILHO, Clóvis de (org). *Comunicação na Pólis: ensaios sobre mídia e política*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BÉNILDE, Marie. Internet semeia a palavra democrática. In: Dossiê 06 – O despertar do mundo árabe. n.6, set. 2011.

BENNETT, W. Lance, TOFT, Moshaum. Identity, technology, and narratives: Transnational activism and social networks. In: CHADWICK, Andrew, HOWARD, Philip N. (org.) *The Routledge Handbook of Internet Politics*. Ed. Routledge, 2010.

BENNETT, W. Lance, SEGERBERG, Alexandra. *The Logic of Connective Action*. Information, Communication & Society, vol. 15, no 5, p. 739-768, ed. Routledge, junho de 2012.

BIMBER, Bruce, FLANAGIN, Andrew J, STOHL, Cynthia. *Collective Action in Organizations: Interaction and Engagement in an Era of Technological Change*. Cambridge University Press, 2012.

BOLTER, Jay D., e GRUSIN, Richard. *Remediation: Understanding New Media*. MIT Press, 2000.

BRUNDIDGE Jennifer e RICE Ronald. Political engagement online: Do the information rich get richer and the like-minded more similar? In: CHADWICK, Andrew, HOWARD, Philip N. (org.) The Routledge Handbook of Internet Politics. Ed. Routledge, 2010.

CAMPOS, Luiz Augusto de Souza Carneiro de. Identificando Enquadramentos com o Auxílio da Informática: uma proposta metodológica. ST Mídia, política e eleições. 37° Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia, SP

CASTAÑEDA, Marcelo. *Ação coletiva com a internet: reflexões a partir da Avaaz*. Orientador: Leonilde Servolo de Medeiros. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2014.

CASTELLS, Manuel. *Communication Power***.** New York: Oxford University Press, 2011.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHADWICK, Andrew. *Internet Politics: States, Citizens, and New Communication Technologies*. New York: Oxford University Press, 2006.

CHAMPAGNE, Antoine. Vigilância extrema na internet. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 5, n. 54, p.36-37, jan. 2012.

DALTON, Russell. *The Good Citizen: How A Younger Generation Is Reshaping American Politics*. CQ Press, 2008.

DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DEIBERT, Ronald J. The geopolitics of internet control: censorship, sovereignty, and cyberspace. In: CHADWICK, Andrew, HOWARD, Philip N. (org.) *The Routledge Handbook of Internet Politics*. Ed. Routledge, 2010.

DOWNS. Anthony. Uma teoria econômica da democracia. Ed. Universidade de São Paulo, 1999

DUTTON William e PELTU Malcolm. The new politics of the internet: Multi-stakeholder policymaking and the internet technocracy. In: CHADWICK, Andrew, HOWARD, Philip N. (org.) The Routledge Handbook of Internet Politics. Ed. Routledge, 2010.

DRYZEK, John S, NIEMEYER, Simon. *Discursive Representation.* American Political Science Review. Vol. 102. p. 481-493, Nov. 2008.

ELMER Greg. Exclusionary rules? The politics of protocols. In: CHADWICK, Andrew, HOWARD, Philip N. (org.) The Routledge Handbook of Internet Politics. Ed. Routledge, 2010.

FABRINO, Ricardo. *Representation and deliberation in civil society*. Brazilian Political Science Review, Rio de Janeiro, v.2, n.2, July/Dec. 2008.

FELINTO, Erick. A Religião das máquinas: ensaios sobre o imaginário da cibercultura. Porto Alegre: Ed. Sulina. 2005.

FIGUEIREDO, Marcus, ALDÉ, Alessandra, DIAS, Heloisa e JORGE, Vladimyr. *Estratégias de persuasão eleitoral: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral*. XXI ANPOCS, Caxambu (MG), 1997.

FISHKIN, James. *When the People Speak: Deliberative Democracy and Public Consultation*. New York: Oxford University Press, 2009.

FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. Rio de Janeiro: ed. Relume Lumará, 2002.

FRAGOSO, Suely, RECUERO, Raquel, AMARAL, Adriana. Métodos de pesquisa para internet. Porto Alegre: Ed Sulina, 2011.

GANDY Oscar e FARRALL Kenneth Neil. Metaphoric reinforcement of the virtual fence: factor shaping the political economy of property in cyberspace. In: CHADWICK, Andrew, HOWARD, Philip N. (org.) The Routledge Handbook of Internet Politics. Ed. Routledge, 2010.

GARSTEN, Bryan. *Saving Persuasion: a defense of rhetoric and judgment*. Harvard University Press, 2009.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC. 1989

GERLACH, Luther. The structure of social movements: environmental activism and its opponents In: ARQUILLA, John, RONFELDT, David. *Networks and netwars: The future of terror, crime, and militancy.* RAND, 2001.

GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, terror: quatro ensaios de iconografia política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

GLEICK, James. *A Informação: uma história, uma teoria, uma enxurrada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: ed. Vozes, 1985.

GOFFMAN, Erving. *Os Quadros da Experiência Social: Uma perspectiva de análise.* Petrópolis: ed. Vozes, 2012.

GOMES, Wilson e MAIA, Rousiley C. M. *Comunicação e democracia: problemas & perspectivas*. São Paulo: ed Paulus, 2008.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. Ed. Paulus, 2004.

GOMES, Wilson. Internet, censura e liberdade. In: PAIVA, Raquel. *Ética, Cidadania e Imprensa*. ed. MAUAD, 2002.

GOMES, Wilson. Democracia Digital: que Democracia? In: MIGUEL, Luís Felipe, BIROLI, Flávia (org.) *Mídia, representação e democracia*. Ed. Hucitec, 2010.

GRANT, Ruth e KEOHANE, Robert. *Accountability and Abuses of Power in World Politics*. American Poilitical Science Review, Vol. 99, no. 1, 2005.

HABERMAS, Jürgen. *Sobre a constituição da Europa: um ensaio*. Ed. Unesp, 2012;

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do Agir Comunicativo*, vol.1: Racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2012.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HALL, Stuart. *Da Diáspora*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2011.

HILL, Kevin A, HUGHES, John E. *Cyberpolitics: citizen activism in the age of the Internet*. Rowman & Littlefield Publishers, 1998.

HINDMAN, Matthew. *The Myth of Digital Democracy*. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2009.

HOBSBAWM, Erick. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. Companhia das Letras, 2007.

HOBSBAWM, Erick. *Nações e Nacionalismo desde 1780.* Ed. Paz e Terra, 2008.

HUTCHINS, Edwin. *Distributed Cognition.* IESBS, 2000.

HUYSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto/Museu de Arte do Rio (MAR). 2014

INNIS, Harold. *O viés da comunicação*. Petrópolis: ed. Vozes, 2011.

JAMIESON, Kathleen H. *Eloquence in an Electronic Age: The Transformation of Political Speechmaking*. Oxford University Press, 1990.

JOHNSON, Steven. *Cultura da Interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar*. Ed Jorge Zahar. 2001.

JOSEPH, Isaac. *Erving Goffman e a microssociologia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

KHUN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

KIM Young-Chan e BALL-ROKEACH Sandra J. New immigrants, the internet, and civic society. In: CHADWICK, Andrew, HOWARD, Philip N. (org.) The Routledge Handbook of Internet Politics. Ed. Routledge, 2010.

LAKOFF, George e JOHNSON, Mark. *Metaphors We Live By*. University of Chicago Press, 2002.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à Teoria Ator-Rede*. Salvador: ed. EDUFBA, 2012.

LEACH, Joan. Análise Retórica, in: BAUER, Martin W. GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002.

LIMA, Venício. *Liberdade de expressão X Liberdade de imprensa: direito à comunicação e democracia.* ed. Publisher, 2010.

MAIA, Rousiley C, MARQUES, Ângela C, MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Interações mediadas e deliberação pública: a articulação entre diferentes arenas discursivas. In: PRIMO, Alex, OLIVEIRA, Ana Claudia de, NASCIMENTO, Geraldo Carlos do, RONSINI, Veneza Mayora (org.) *Comunicação e Interações*. Porto Alegre: ed. Sulina, 2008.

MAIA, Rousiley C. Atores da sociedade civil e ação coletiva. In: MIGUEL, Luís Felipe, BIROLI, Flávia (org.) *Mídia, representação e democracia*. Ed. Hucitec, 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 2009.

MATTELART, Armand. *A comunicação-mundo: história das ideias e das estratégias*. Ed. Instituto Piaget. 1997

MAYNARD, Patrick. *The Engine of Visualization: Thinking Through Photography*. Ithaca, London: Cornell UP, 1997.

MCKENZIE, Donald. F. *Making Meaning: Printers of the Mind and Other Essays*. University of Massachusetts Press, 2002

MEARSHEIMER, John J. *Por Que os Líderes Mentem: toda verdade sobre as mentiras na política internacional*. Ed. Zahar, 2012.

MEIKLE, Graham. *Future Active: Media Activism and the Internet.* Ed. Routledge, 2002.

MEYROWITZ, Joshua. *No sense of place: The Impact of Electronic Media on Social Behavior*, Oxford University Press, 1986.

MIGUEL, Luis Felipe. *Autorização e accountability na representação democrática*. Paper apresentado no II Colóquio Internacional de Teoria Política. São Paulo, 6 e 7 de dezembro de 2012

MIGUEL, Luis Felipe. *Um Ponto Cego nas Teorias da Democracia: Os Meios de Comunicação*. BIB. Rio de Janeiro, n.49, p. 51-77, 1° semestre, 2000.

MORRIS, Christopher W. *Um Ensaio sobre o Estado Moderno*. Ed. LANDY, 2005.

MOUFFE, Chantal. *The Democratic Paradox*. Londres e Nova York: Ed Verso. 2000

ONG, Walter J. *Oralidade e Cultura Escrita: A tecnologização da palavra*, Campinas: Ed. Papirus. 1998.

PAPACHARISSI Zizi A. The virtual sphere 2.0: the internet, the public sphere, and beyond. In: CHADWICK, Andrew, HOWARD, Philip N. (org.) *The Routledge Handbook of Internet Politics*. Ed. Routledge, 2010.

PAPACHARISSI. Zizi A. *A Private Sphere: Democracy in a Digital Age*. Cambridge: Polity Press, 2010.

PARISER, Eli. *The Filter Bubble: What the Internet Is Hiding from You*. New York: The Penguin Press, 2011.

PERELMAN, Chaïm. *Retóricas*. Ed. Martin Fontes, 1997.

PHILLIPS, David J. Locational surveillance: embracing the patterns of our lives. In: CHADWICK, Andrew, HOWARD, Philip N. (org.) *The Routledge Handbook of Internet Politics*. Ed. Routledge, 2010.

PLAISANCE, Patrick Lee. *Ética na comunicação: princípios para uma prática responsável*. Porto Alegre: ed. Penso, 2011.

POPKIN, Samuel. *The Reasoning Voter: Communication and Persuasion in Presidential Campaigns.* University of Chicago Press, 1994.

PRIMO, Alex. *Interação mediada por computador: Comunicação, Cibercultura, Cognição*. Porto Alegre: ed. Sulina, 2007.

PRIOR, Markus. *Post-Broadcast Democracy: How Media Choice Increases Inequality in Political Involvement and Polarizes Elections*. Cambridge University Press, 2007

REBOUL, Oliver. *Introdução à Retórica.* Ed. Martins Fontes, 2004.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

REGIS, Fátima, MESSIAS, José. Comunicação, tecnologia e cognição: rearticulando homem, mundo e pensamento. In: *Tecnologias da Comunicação e Cognição*. REGIS et al (org). Porto Alegre: Sulina, 2012.

SANGLARD, Fernanda Nalon; SANTOS, João Guilherme Bastos dos. A ação coletiva muito além das organizações. In: Revista Compolítica, n. 3, vol. 1, ed. janeiro-junho, ano 2013. Rio de Janeiro: Compolítica, 2013.

SAWARD, Michael. 2009. *Authorisation and Authenticity: Representation and the Unelected*. Journal of Political Philosophy, Vol. 17, no. 1, p. 1-22. 2009.

SCHMITT, Carl. *O Conceito de Político*. Petrópolis: ed. Vozes, 1992

SILVER, Nate. O sinal e o ruído: por que tantas previsões falham e outras não. Rio de Janeiro: Intrínseca. 2013

SODRÉ, Muniz. Antropológica do Espelho. Petrópolis: e Vozes. 2013

STEINER, George. *No Castelo do Barba Azul (Algumas Notas Para a Redefinição de Cultura)*. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

SUSCA, Vicenzo. *Nos limites do imaginário: O governador Schwarzenegger e os telepopulistas.* Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade – Uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Ed Vozes, 1995.

TOULMIN, Stephen. *Os usos do argumento*. Ed. Martin Fontes, 2001.

URBINATI, Nadia e WARREN, Mark. *The Concept of Representation in Contemporary Democratic Theory*. Annual Review of Political Science, 11: 387–412. 2008.

URBINATI, Nadia. *O que torna a representação democrática?* Lua Nova, São Paulo. n.67, p. 191-228. 2006.

VEESTEGARD, Torben e SCHRØDER, KIM C. *A Linguagem da Propaganda.* Ed Martins Fontes, 2000.

VILLEGAS DELGADO, César. Le preeminencia del derecho en derecho internacional: elementos para una definición. Anuario Mexicano de Derecho Internacional, vol. XIII, 2013, PP. 267-310.

WATZLAWICK, Paul, BEAVIN, Janet Helmick, JACKSON, Don. *Pragmática da Comunicação Humana: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação*. São Paulo: ed. Cultrix, 2007.

WESTON, Anthony. *A Construção do Argumento*. Ed. Martins Fontes, 2009.

WHEELER, Deborah L. Working around the state: internet use and political identity in the Arab world. In: CHADWICK, Andrew, HOWARD, Philip N. (org.) *The Routledge Handbook of Internet Politics*. Ed. Routledge, 2010.

WILDEN, Anthony. *Informação*. Enciclopédia Eineudi, vol.34, Lisboa: Imprensa Nacional, 2001.

WILLIAMS, James. *Pós-estruturalismo*. Petrópolis: Ed Vozes. 2012

WILSON, Edmund. *Rumo à estação Finlândia: escritores e atores da história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

WINKIN, Yves. *A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo*. Ed. Papirus, 1998.

WINOCUR, Rosalía. *Ciudadanos mediáticos: la construcción de lo público en la radio*. Ed. GEDISA, 2002.